

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Licenciatura de História

Daniel Barreiros

Entre o comandante e o soldado da FEB:

a “investidura” de um legado e as “duas” campanhas (1943-51)

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Rio de Janeiro

Junho de 2024

Daniel Barreiros

**Entre o comandante e o soldado da FEB
a “investidura” de um legado e as “duas” campanhas (1943-51)**

Monografia apresentada à Graduação em História da PUC-Rio como
requisito parcial para obtenção do título de bacharel em História

Professora-orientadora: Larissa Rosa Corrêa

Rio de Janeiro

Junho de 2024

*À Pátria e ao povo, que não se esqueçam
dos seus expedicionários facilmente*

Agradecimentos

A conclusão desta monografia jamais seria possível sem o apoio incondicional dos meus pais que, nos momentos felizes e tristes desta longa caminhada de quase seis anos de graduação, sempre cerraram fileira aos meus ideais, planos e objetivos. Também agradeço aos demais familiares, sobretudo, meu irmão e meus avós, os quais sempre procuraram estar a par desta longa marcha.

Imprescindível saudar a minha professora e orientadora, Larissa Côrrea, que procurou acolher minhas falas, ideias e planos ao longo da graduação, sempre valorizando e dando aquele incentivo que todo aprendiz gostaria de receber de seu mestre. Foi graças a uma disciplina ministrada por ela que tive a oportunidade de ir à Associação Nacional dos Veteranos da FEB, onde de fato germinou a semente desta pesquisa. Por isso, devo agradecer à equipe do Museu da Casa da FEB, principalmente, ao Alexandre Gil, por tão bem me receberem e contribuírem, motivando-me com o seu belo trabalho de conservação e compromisso com a memória e história dos expedicionários.

Camaradas desta graduação, agradeço aos mais próximos amigos, aqueles com quem pude dividir as alegrias e as dificuldades, as permanências e as mudanças, os sorrisos e até as lágrimas, desde o primeiro dia, na sala F506. Outros camaradas, os professores e professoras do Departamento, é preciso reconhecer e saudar o trabalho de formação acadêmica que pude ver todos eles e elas construírem comigo durante esta graduação em História. Em especial, um muito obrigado à professora Luciana Borgerth, a qual me orientou no Programa de Residência Pedagógica, e aos professores Eduardo Cardoso e Diego Galeano, os três, docentes ilustres que marcaram esta minha marcha com a enriquecedora reciprocidade entre mestre e aprendiz.

Fundamental agradecer a toda estrutura, comprometimento, apoio e compreensão oferecidos pela PUC-Rio no transcorrer desses quase seis anos, sendo uma parte significativa sob a vigência da pandemia da Covid-19. Nesse sentido, agradeço à Vice-reitoria para Assuntos Acadêmicos, cujo programa de bolsas foi determinante para a concretização dessa minha jornada acadêmica.

Resumo:

Esta pesquisa de monografia pretende analisar o processo de reintegração dos veteranos da Força Expedicionária Brasileira (FEB) a partir do advento de sua desmobilização, após o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-45) no Ocidente. Ao assumir que a reintegração dos expedicionários sofreu profundas mudanças decorrentes da maneira como justamente foi conduzida a política de reinserção social e política destes pelo Estado à sociedade brasileira, o Aviso Ministerial nº 217-185, despachado pelo Ministério da Guerra, ainda quando os febianos estavam na Europa, torna-se peça central para examinar tanto as ações tomadas pelos veteranos, tendo em vista o papel desempenhado pela Associação de Ex-Combatentes do Brasil (AECB), quanto as iniciativas posteriores do governo brasileiro, confusas e demoradas, relegando aos proclamados heróis de guerra o desamparo e o esquecimento. A hipótese desta monografia entrevê que a questão em torno da dissolução da FEB foi, não somente um evento marcado por tensões do cenário político nacional do Estado Novo (1937-45), mas também foi um marco decisivo na história da FEB, tornando o antes, o durante e o depois da Campanha da Itália instantes fundamentais para compreender as nuances por trás do controverso processo de reintegração social e política dos ex-combatentes, valendo-se da construção de uma ideia de uma “segunda” campanha, após a guerra, em pleno território brasileiro. Com o objetivo de responder a esta questão central, esta monografia prevê o estudo de dois objetos, unidos por ideais e separados por outros, conforme as circunstâncias institucionais e políticas que cercearam todas as fases da divisão expedicionária: o marechal João Baptista Mascarenhas de Moraes e o soldado da FEB, comandante da FEB e o coletivo referente aos demais febianos, respectivamente.

Palavras-chave:

Força Expedicionária Brasileira; Segunda Guerra Mundial; Associação de Ex-Combatentes do Brasil; reintegração social e política; militares.

Sumário

Introdução	7
Capítulo I - Entre a apolítica e a legalidade, o comandante da FEB	18
1.1 - O gênero biográfico e a historiografia.....	18
1.2 - A missão legalista.....	24
1.2.1 - General Carlos de Meira Mattos e o Prefácio da 1ª Edição.....	24
1.2.2 - As virtudes legalistas de Mascarenhas de Moraes, segundo Meira Mattos	
1.2.3 - As virtudes legalistas de Mascarenhas de Moraes, segundo o próprio...30	
1.2.4 - Mascarenhas de Moraes e Dutra: antes da FEB.....	38
1.3 - O comandante da FEB.....	45
1.3.1 - Preliminares da campanha do comandante.....	46
1.3.2 - O comando e o seu comandante: breves considerações do Estado-Maior da FEB e da “disciplina legalista” de Mascarenhas de Moraes.....	51
1.3.3 - Mascarenhas de Moraes e Dutra: durante a FEB.....	54
1.3.4 - Confissões da campanha do comandante.....	60
1.4 - A “investidura” do seu legado.....	62
1.4.1 - Sem permitir “se desligar das prerrogativas do Comando, um minuto sequer”.....	62
1.4.2 - O Brasil “já não era mais o mesmo”.....	65
1.4.3 - Mascarenhas de Moraes e Dutra: depois da FEB.....	70
Capítulo II - O soldado, o veterano e as “duas” campanhas	78
2.1 - Os soldados da FEB.....	78
2.1.1 - O cidadão-soldado, o cidadão e o soldado.....	82
2.1.2 - Preliminares da campanha do soldado.....	93
2.1.3 - O “caldeirão de raças” febiano: o coletivo “soldado brasileiro”.....	100
2.1.4 - A campanha e o soldado: breve análise sobre a Campanha da FEB...108	
2.1.5 - Prenúncios de um fim precoce: a questão das condecorações.....	113
2.2 - Os veteranos da FEB.....	115
2.2.1 - Um fim precoce: a desmobilização da FEB.....	117
2.2.2 - A “Campanha da Reintegração”: os primeiros anos da Associação de Ex-Combatentes do Brasil (AECB).....	127
2.2.3 - A “Campanha da Reintegração”: breves considerações sobre a legislação dos ex-combatentes.....	143
Considerações Finais	150
Referências Bibliográficas	158

Introdução

Uma consulta a qualquer indicador da atividade historiográfica nacional, ou mesmo a qualquer amostra de materiais de ensino de História, deixa claro o esquecimento, o quase “não estar na história” de um grupo de 25.334 pessoas, que formaram a única força combatente da América Latina no continente europeu, durante a Segunda Guerra Mundial (FERRAZ, 2012, p. 21).

A motivação para este trabalho monográfico nasceu de uma visita que fiz à Associação Nacional de Veteranos da Força Expedicionária Brasileira (ANVFEB), em junho de 2023, no Rio de Janeiro. Como parte de um trabalho de conclusão da disciplina ministrada pela minha professora orientadora, Larissa Rosa Corrêa, do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)¹, pude entrar na chamada Casa da FEB² e usufruir de uma visita guiada com o organizador da exposição e conservação do acervo do Museu da Casa da FEB, Alexandre Gil de Souza. Em conversa com ele e diante de um acervo riquíssimo de unidades documentais dos mais variados tipos, trazidas e doadas pelos veteranos da ANVFEB, que as acumularam após o término da guerra, senti a devida inspiração para pensar em uma pesquisa para além da disciplina da Profa. Larissa.

A Força Expedicionária Brasileira e os seus expedicionários, popularmente evocados como “pracinhas”, são objetos de estudo ainda pouco explorados pela historiografia nacional, tanto acadêmica quanto escolar, principalmente, quando se trata do cenário pós-guerra. O próprio Alexandre, em entrevista ao trabalho da disciplina, comentou que, na sua época de escola, praticamente não estudou sobre a participação da FEB na Segunda Guerra Mundial (1939-45) e quem foram estes homens e mulheres, responsáveis por cruzarem o Atlântico e cerrarem fileiras com

¹ Durante o semestre de 2023.1, a Profa. Dra. Larissa Rosa Corrêa ministrou um Seminário Especial (disciplina optativa) do curso de graduação em História da PUC-Rio, intitulado *Pesquisa histórica e o mundo dos arquivos*, cujo objetivo foi, de acordo com o Programa do Curso: “introduzir os/as alunos/as no universo dos arquivos históricos localizados na cidade do Rio de Janeiro, em diálogo com as metodologias voltadas à pesquisa histórica” (CORRÊA, 2023, p. 1).

² A Casa da FEB foi erguida através de fundos angariados pela união dos próprios veteranos, os quais, passados alguns anos do fim da guerra, criaram a ANVFEB. O prédio, localizado no Centro do Rio de Janeiro, na Rua das Marrecas, 35, soma cinco andares, sendo o primeiro o próprio acervo em exposição permanente; o segundo, o salão de eventos; o terceiro, o auditório; o quarto, a secretária; e, por último, o quinto, a Biblioteca Roberto Campos. Este último é onde estão conservados e catalogados 1.781 títulos bibliográficos, segundo o Relatório de Tombo Patrimonial. Dentre os títulos há obras sobre, especificamente, a participação brasileira no conflito mundial, bem como, de uma maneira mais geral, há outros livros que tratam da temática da guerra em si, como, por exemplo, as participações dos exércitos dos Aliados e do Eixo. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) tombou o museu em março de 2016. Cf. CASA DA FEB. Catálogo do Acervo da Biblioteca Roberto Campos - Casa da FEB. Rio de Janeiro: Biblivre, 2017, 84p. Relatório de Tombo Patrimonial. Disponível em: <https://www.casadafeb.com/biblioteca>. Acesso em: 2 jun. 2024.

os Aliados na ofensiva contra o Eixo, conquistando vitórias decisivas na Campanha da Itália (1944-45).

Cara a cara com aquele acervo, pude formular duas perguntas: 1) quem foram os brasileiros que utilizaram todas aquelas fardas, armas e utensílios da exposição; 2) o que aconteceu a eles para serem apenas detentores de poucos parágrafos ou um quadro explicativo nos livros didáticos de História no Brasil? A afirmação na epígrafe desta monografia, de que é "quase 'não estar na história'" o desembarque de mais de 25 mil combatentes brasileiros no outro lado do Atlântico, não é nenhum exagero, muito menos um eufemismo (FERRAZ, 2012, p. 21).

Antes de explicitar o tema, o objetivo e a metodologia desta pesquisa, vamos tratar de uma breve introdução a um dos nossos objetos centrais: a FEB. Ao tratar das questões por trás da neutralidade que o governo brasileiro sustentou ao longo dos primeiros três anos da II Guerra Mundial, em *Neutralidade dependente: o caso do Brasil, 1939-42*, Gerson Moura introduz esse debate a partir de uma reunião extraordinária que ocorreu no Conselho de Segurança Nacional, em julho de 1939. A menos de dois meses da conflagração mundial, Getúlio Vargas e as altas autoridades militares e civis do Estado Novo (1937-45) acabaram decidindo pela neutralidade, ainda que esta decisão não tenha sido unânime.

Uma rápida enumeração das opiniões de Vargas e de sua cúpula militar acerca do assunto de compra de armas, para fortalecimento da defesa nacional, traduz o quadro da heterogeneidade presente naquela reunião:

O presidente Vargas queria descartar os fornecedores europeus. O chefe interino do Estado-Maior do Exército, general Francisco José Pinto, preferia comprar as armas nos EUA. O ministro da Guerra, general Dutra, desejava adquiri-las da Alemanha. O ministro da Marinha, Aristides Guilhen, mantinha-se fiel aos fornecedores britânicos. Ao cabo, o Conselho decidiu dar prosseguimento à política de compra na Europa (MOURA, 1993, p. 177).

Só que, passados três anos de guerra, tendo os EUA, uma nação do continente americano, entrado no conflito em dezembro de 1941, a guerra parecia estar perto de bater à porta do Brasil. Além da pressão dos estadunidenses por uma sinalização da ditadura varguista à causa dos Aliados e pela preparação a uma possível invasão alemã pela costa do Nordeste (DIETRICH, 2007, p. 365), os crescentes números de embarcações da Marinha Mercante afundados e de baixas de tripulantes contribuíram para que o governo reconsiderasse o posicionamento em suas relações exteriores em face das investidas das marinhas de guerra do Eixo.

Com a intenção de desenvolver uma análise mais profunda sobre a constituição da política externa brasileira frente à conjuntura da II Guerra Mundial, nesta introdução, vamos vislumbrar alguns pontos levantados por Moura, que levaram à decisão inicial de neutralidade e, depois, à progressão para um estado de beligerância e intervenção militar no conflito armado. Em seguida, iremos articular com esta discussão a leitura que Silva e Foly (2013), pesquisadores da Escola de Guerra Naval (EGN), fazem das relações exteriores do governo brasileiro nesse mesmo período, considerando uma abordagem mais voltada para aspectos geopolíticos das Teorias de Relações Internacionais. O objetivo incipiente aqui é projetar um panorama político que nos permita conceber o embrião no qual se deu a formação do nosso objeto de estudo geral e específico: a FEB e os seus expedicionários, respectivamente.

Gerson Moura faz uma rápida recapitulação dos anos seguintes à subida de Vargas ao poder. Embora o golpe de 1930 possa ser examinado por alguns autores como um movimento político pioneiro em seu êxito nacional (MORAES, 1984, p. 92; MOURA, 1993, p. 178), a sua unidade sempre se deu por trocas e consensos, sendo característica a disputa e alternância de grupos políticos distintos. Se nas políticas internas e comerciais foram assim, as relações exteriores também tiveram de lidar com a mesma natureza de embates, sobretudo, com o acirramento dos humores internacionais entre as potências europeias, EUA e Japão.

Conforme se dispõe a ilustrar, Moura enfatiza que, na década de 1930, Estados Unidos e Alemanha protagonizaram a disputa pelo terreno da economia brasileira, o que exigiu de Vargas e sua equipe palaciana administrar quais as melhores decisões entre uma parceria com Franklin Roosevelt e outra com Adolf Hitler. Mesmo que as inspirações político-ideológicas da ditadura estadonovista tenham sempre pendido mais para uma das potências, no plano econômico internacional, Vargas escolheu aproveitar o máximo possível de uma "política de equidistância pragmática". Em 1935, por exemplo, o governo Vargas assinou um tratado com os EUA a respeito da manutenção ou redução de taxas comerciais entre os seus produtos, só que, no ano seguinte, o Brasil acordou com a Alemanha a exportação de grandes montantes de café, algodão, tabaco, laranja, couro e carne enlatada (MOURA, 1993, p. 179-180).

Por outro prisma, quando deslocamos essas relações para o âmbito político e militar, a gangorra EUA-Alemanha pesa mais para um dos lados. Ana Maria

Dietrich, em sua tese de doutorado *Nazismo Tropical? O Partido Nazista no Brasil*, aborda a questão da penetração do Partido Nacional-Socialista³ em solo brasileiro de um modo pouco visto na produção historiográfica do país. Em seu último capítulo, destinado a discutir algumas das abordagens e delineações já feitas sobre a temática na historiografia nacional, a política externa do Brasil acaba sendo um dos assuntos citados por Dietrich e posto em debate junto das perspectivas e argumentos de seus estudiosos.

Apesar da propaganda do "perigo alemão" ter colocado a comunidade alemã sob os olhos mais hostis do governo varguista nos anos seguintes ao deflagrar da guerra, é importante ponderarmos que nem sempre foi assim. Na verdade, durante os anos de 1930, Brasil e Alemanha se aproximaram diplomaticamente, o que significou trocas nos âmbitos comercial, cultural e imigratório, além de visitas oficiais (DIETRICH, 2007, p. 364). Para René Gertz, um dos historiadores citados pelo levantamento de Dietrich, essa relação Brasil-Alemanha teria adquirido uma feição "colaboracionista", dadas algumas proximidades político-ideológicas dos projetos varguista e nacional-socialista⁴:

O próprio presidente Getúlio Vargas teria se envolvido no engajamento das campanhas beneficentes de inverno promovidas pela Winterhilfe (Ajuda de Inverno). O governo brasileiro teria enviado na década de 1930 carregamentos de café ao governo alemão. Além disto, teria havido uma espécie de acordo para se treinar os policiais brasileiros com táticas da GESTAPO (GERTZ, 1994, p. 63 apud DIETRICH, 2007, p. 364).

Ainda que o governo estadunidense também acompanhasse atento a essas costuras entre Brasil e Alemanha, enxergando o país sul-americano mais como um forte candidato à sua estratégia de defesa militar da América do que como um eventual inimigo, as autoridades do regime de Vargas não se acanharam em flertar com o regime nazista (MOURA, 1993, p. 180). Ao apontar para as necessidades

³ O termo "nacional-socialista" é oriundo do próprio nome do partido integrado e liderado por Adolf Hitler, o Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães (NSDAP, sigla em alemão), de extrema-direita. A palavra "nazista", com o intuito de se referir ao ideário, ao partido e aos militantes só foi empregada algum tempo depois da criação do movimento, sendo ela uma abreviatura de "nacional-socialismo". Nos últimos anos, com o fortalecimento de grupos conservadores na política brasileira, muitos direitistas começaram a mobilizar um discurso em torno deste termo composto, associando-o diretamente ao socialismo e, portanto, à ideia de que Hitler e o nazismo teriam sido, supostamente, expressões de esquerda. Segundo o pesquisador Gabriel Saldanha Medeiros (2020), a origem e utilização do nome "nacional-socialismo" no NSDAP e nos próprios discursos de Hitler tiveram justamente uma intenção oposta, pois o seu objetivo fora rivalizar com os movimentos comunistas na Alemanha o emprego do termo "socialista", buscando não só demarcar a sua diferença, a partir do acréscimo de "nacional", como também atrair e converter os próprios setores simpáticos à esquerda. Essas similaridades propositais também podem ser observadas nas próprias cores da bandeira nazista, nos uniformes, nas mobilizações da juventude e nos discursos golpistas da época, considerando-as como formas de rivalização e, por conseguinte, ferrenha oposição ao socialismo marxista. Cf. MEDEIROS, Gabriel Saldanha Lula de. A ideologia nacional-socialista: O revisionismo e o nazismo de esquerda. **ID online. Revista de Psicologia**, Cariri-CE, v. 14, n. 49, p. 17-37, fev. 2020. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/2307>. Acesso em: 31 mai. 2024.

⁴ Cf. GERTZ, René Emaini. Alemanha e alemães no Brasil: a ambivalência brasileira na década de 30. In: CERVO, Amado Luiz; DOEPCKE, Wolfgang (orgs.). **Relações internacionais dos países americanos**. Brasília: Linha Gráfica, 1994.

das Forças Armadas de modernização de sua tecnologia bélica, tendo em vista o acirramento da tensão na Europa a partir de 1937, Moura menciona dois tipos de relações que contornaram as conexões existentes entre as autoridades brasileiras e as alemãs.

Do primeiro tipo, as relações de caráter estritamente militar, a Marinha optou por comprar as armas dos EUA e da Inglaterra, ao passo que o Exército, sob chancela do ministro da Guerra, general Eurico Gaspar Dutra, preferiu acertar a compra de armamentos alemães. Não à toa que, alguns anos depois, conforme veremos no avançar desta monografia, o 1º Escalão da FEB, desembarcado em solo italiano, teve de lidar com a correria de (re)aprender a utilização do seu armamento de guerra, uma vez que foram treinados, no Rio de Janeiro, com equipamentos alemães, ao contrário de todos os materiais bélicos disponibilizados pelos Aliados, de procedência estadunidense (SILVEIRA, 2001, p. 66-67; MORAES, 1984, p. 151 e 164-165).

Já as relações do segundo tipo, estas mais ambíguas, revelam mais das nuances entre Brasil e Alemanha, especialmente diante da iniciativa de dois personagens os quais serão bastante mencionados no percorrer desta pesquisa:

As questões militares tinham estreita ligação com as políticas. O *general Eurico Dutra*, ministro da Guerra, e o *general Góis Monteiro*, chefe do Estado-Maior do Exército, eram conhecidos por seus sentimentos pró-Eixo. Como chefe do Estado-Maior, Góis Monteiro foi convidado a visitar a Itália e a Alemanha em 1939. Cuidadosos esforços diplomáticos foram necessários para evitar que fossem assumidos compromissos políticos embaraçosos em conversações das instâncias militares superiores. Não causa surpresa que no mesmo ano de 1939 o governo brasileiro tenha imediatamente aceito a sugestão norte-americana de uma visita ao Brasil do general Marshall, chefe do Estado-Maior do Exército dos EUA, seguida de uma visita de retribuição de Góis Monteiro aos EUA (MOURA, 1993, p. 180, grifos nossos).

Durante os primeiros anos da II Guerra, o Brasil sentiu alguns impactos econômicos mais imediatos, como a inflação e a redução das taxas de exportação decorrentes do bloqueio comercial do Império Britânico imposto à Alemanha, afetando o comércio de compensação de países latinoamericanos com o Terceiro Reich. No caso brasileiro, o fluxo de bens manufaturados da Alemanha foi interrompido, prejuízo que também não pôde ser atenuado pelos próprios responsáveis pelo bloqueio - EUA e Inglaterra -, pois estes tinham as suas economias voltadas para os esforços de guerra. Por outro lado, importante mencionar que, enquanto a Alemanha nazista triunfasse, para os seus simpatizantes

dos trópicos, sobretudo, da ala mais ideológica do Estado Novo, isso seria bom sinal, de olho em uma futura colaboração (MOURA, 1993, p. 181).

Outra perspectiva da neutralidade brasileira que podemos ver em Moura diz respeito a uma tendência adotada em todo o continente americano, nos primeiros anos da II Guerra. Através de entendimentos firmados nas Conferências do Panamá (1939) e de Havana (1940), o governo estadunidense de Roosevelt conseguiu obter dos países americanos a união e o comprometimento de mobilização de suas defesas contra quaisquer iniciativas de violação de cada uma das suas soberanias, independências e territórios políticos por parte de países não-americanos (MOURA, 1993, p. 182). Obviamente, esta foi uma urgente medida de segurança da política externa dos EUA em seu próprio continente, uma vez que, a essa altura, a máquina de guerra alemã já liquidava os seus principais objetivos na Frente Ocidental, ventilando a real possibilidade de uma captura de Londres e de invasão das Américas. Acerca dessa última periclitante possibilidade, o Brasil se tornou uma zona de interesse, tanto para a defesa dos Aliados quanto para o ataque do Eixo.

Desse modo, o governo brasileiro, inicialmente, não hesitou em tirar vantagem da sua posição geopolítica, aproveitando-se do grande esforço empregado pela diplomacia estadunidense em transformar o território brasileiro - mais especificamente, a região Nordeste - em um local estratégico para o deslocamento de tropas e o estabelecimento de bases militares, tendo em vista a sua ponte aérea com Dacar, na costa ocidental africana. Os acontecimentos mais recentes da guerra, em meados de 1940, certamente contribuíram para que se fizesse alguma colaboração entre as partes, como foi o caso das vindas de missões militares da marinha e aeronáutica dos EUA ao país (MOURA, 1993, p. 183). As autoridades brasileiras, por sua vez, pressionaram os estadunidenses por consequentes compensações, principalmente, os militares, menos entusiastas de uma parceria militar com os EUA, conforme as palavras de Moura:

Em outubro de 1940, foi criada uma Comissão Mista Brasil-EUA para estudar a melhoria das medidas comuns de defesa. O tenente-coronel Lehman Miller, chefe da Missão Militar Norte-Americana, ao chegar ao Brasil encontrou chefes militares que duvidavam da capacidade dos EUA de proteger o Brasil. Por essa razão, esses oficiais lhe apresentaram uma lista de armas ao custo estimado de 180 milhões de dólares, necessárias para a defesa do país, e insistiram em que, antes de qualquer discussão sobre a defesa mútua, se deveria resolver a questão do fornecimento dessas armas (MOURA, 1993, p. 183).

Por fim, o ano de 1942 pode ser enquadrado como o marco de uma grande virada no conflito mundial, bem como no impasse na relação político-militar entre

Brasil e Estados Unidos: com o ataque nipônico a Pearl Harbor e a inevitável entrada dos estadunidenses na guerra, muitas prioridades se tornaram urgentes. A Conferência do Rio de Janeiro, em janeiro de 1942, foi determinante para os EUA encaminharem uma política externa mais agressiva na América contra o Eixo, pois foi exigido dos países americanos o rompimento das relações com a Alemanha, a Itália e o Japão (MOURA, 1993, p. 185). O Brasil só veio a acatar essa medida no último dia da conferência, após obter do governo de Roosevelt a garantia de que as Forças Armadas receberiam imediatamente os prometidos armamentos e materiais de guerra.

Com o campo civil já bem encaminhado pelas iniciativas do seu ministro das Relações Exteriores, Oswaldo Aranha, Vargas destravou os empecilhos no campo militar, exigente quanto às promessas de armas dos EUA:

Um compromisso entre o War Department e o Departamento de Estado superou a resistência dos militares brasileiros: em 3 de março de 1942 foi assinado um contrato Lend-Lease, pelo qual os EUA transfeririam ao Brasil armamento e munição no valor de 200 milhões de dólares. O governo brasileiro pagaria 35% do custo do material entregue em seis parcelas, entre 1943 e 1948. Por esse acordo cumpriram-se as exigências dos militares brasileiros e as forças armadas foram substancialmente reequipadas. Por seu lado, o governo brasileiro sancionou rapidamente os pedidos norte-americanos de novas instalações e de entrada de mais efetivos no Nordeste. As forças armadas norte-americanas obtiveram permissão para construir quartéis, acampamentos e outras acomodações; para voar sem autorização prévia em um corredor estabelecido; para construir instalações subterrâneas de armazenagem; e para ampliar a pista da ilha de Fernando de Noronha (MOURA, 1993, p. 186).

Ademais, um acordo secreto foi firmado entre as duas nações americanas, operacionalizando conjuntamente a estratégia de defesa militar do Nordeste e articulando iniciativas de investimento dos EUA no melhoramento técnico dos militares das Forças Armadas. Meses depois, a marinha de guerra alemã fez mais uma embarcação mercante brasileira afundar, bem próximo do litoral, fazendo um número significativo de feridos e mortos.⁵ Sob forte agouro da opinião pública contra os alemães, em agosto de 1942, o regime estadonovista viu-se impelido a reagir com uma declaração de guerra à Alemanha e à Itália.

Em um artigo comemorativo de 70 anos desde a criação da FEB, Marcos Machado Silva e Fernanda Martins Foly apresentam um interessante argumento que

⁵ Frente à aproximação de EUA e Brasil, considerando a localização estratégica brasileira para ambos os lados da guerra, a Alemanha resolveu adotar uma linha de ação mais direta contra o Brasil, torpedeando as frotas navais brasileiras: "No período compreendido entre 14 de fevereiro a 19 de agosto de 1942, foram afundados 19 navios mercantes brasileiros, causando a morte de 743 pessoas, entre tripulantes e passageiros" (GAMA, 1982, p. 276-277 apud SILVA; FOLY, 2013, p. 19-20). Os danos infligidos à Marinha Mercante brasileira fizeram com que a opinião pública do país também pressionasse o regime de Vargas a adotar uma outra postura em relação à Segunda Guerra e, por efeito, aos países do Eixo.

nos possibilita observar, pela Teoria de Relações Internacionais, a mudança de posição do Brasil somente em agosto de 1942, já em meados do conflito mundial. Diante de um cenário mundial tripartido em três polos nas décadas de 1930 e 1940, através do Neo-Realismo de Kenneth Waltz (1979)⁶ evocado por Silva e Foly, é válido vislumbrar que, para o governo brasileiro, ficava clara a disputa entre os Estados Unidos, o Reino Unido e a Alemanha - os três, em alguma medida, parceiros econômicos do Brasil naquele momento. A eclosão da guerra acabou colocando essas três principais potências ocidentais em rota de colisão, o que acabou por pressionar Vargas a se posicionar para um dos lados, sobretudo, entre os estadunidenses e alemães, os dois extremos do "movimento pendular" que caracterizava a política externa varguista junto das elites brasileiras (SILVA; FOLY, 2013, p. 16-18).

Conforme a II Guerra foi se desenrolando, a aproximação aos alemães foi se tornando progressivamente complicada, ainda mais quando os EUA aceitaram responder à declaração de guerra de Hitler, no fim de 1941. Com isso, a pressão estadunidense sobre o governo brasileiro, para que minimamente se posicionasse contra a Alemanha, cresceu à medida que os próprios EUA requisitaram a utilização de bases na região Nordeste, com o objetivo de dar suporte logístico e estratégico à sua frente aberta na Europa, principalmente na região do Mediterrâneo, tornando o chamado "saliente nordestino" fundamental:

Neste contexto, a opção [brasileira] pelo engajamento no conflito, ao lado dos EUA, torna-se explicável pela ótica do Neo-Realismo e sua abordagem sistêmica do sistema internacional, onde a estrutura anárquica é delineada em função da distribuição de capacidades entre os Estados, sendo que aqueles dotados de maior capacidade constituem os polos de poder dessa estrutura e que atraem para suas esferas de influência aqueles de menor capacidade (SILVA; FOLY, 2013, p. 17).

Silva e Foly, por outro lado, afirmam que a teoria do Neo-Realismo de Kenneth Waltz permite analisar a questão do envolvimento do Brasil na Segunda Guerra até um certo ponto, pois, embora as relações comerciais e militares com os estadunidenses tenham se desenvolvido ao longo da guerra, com os bloqueios ingleses impostos à saída do comércio marítimo alemão, a criação da FEB não foi uma exigência primordial. Ao considerarmos que, primeiro, Vargas optou pela neutralidade na guerra e que o seu reposicionamento só viria três anos depois, a FEB pode ser compreendida como um outro estágio dessa virada na política externa

⁶ Cf. WALTZ, Kenneth N. *Theory of International Politics*. Reading, Massachusetts: AddisonWesley, 1979.

brasileira, que contou, de acordo com os autores, tanto com fatores internos ao Brasil quanto externos, do cenário internacional (SILVA; FOLY, 2013, p. 17).

Os danos materiais e humanos causados pelas diversas ofensivas de submarinos do Eixo produziu uma comoção cada vez mais complicada nas manchetes de jornais e na boca da população, colocando à prova o nacionalismo tão reivindicado e panfletado pelo Estado Novo. Por outro prisma, as autoridades civis e militares brasileiras vislumbravam as vantagens que poderiam obter com uma crescente aproximação aos EUA.

Dado o desenrolar positivo das relações com os estadunidenses, visto acima com Moura, dirigentes políticos e militares costuraram um diálogo com tais aliados a respeito do envio de uma divisão expedicionária à Europa, no sentido de fortalecer a luta contra o inimigo nessa frente, ainda muito difícil àquela altura, em 1943. Na realidade, as negociações envolviam a formação, treinamento e embarque de três divisões militares do Brasil, tendo total apoio dos estadunidenses, do fornecimento de materiais e treinamentos ao transporte, rumo ao outro lado do oceano Atlântico. Em agosto de 1943, instruções foram determinadas pelo Ministério da Guerra a respeito da constituição da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária (DIE) como base da Força Expedicionária Brasileira. Dois meses depois, o general de divisão, João Baptista Mascarenhas de Moraes, foi instituído como um dos principais organizadores da 1ª DIE, bem como, dois meses depois, o seu comandante. A FEB nasceu por meio do Decreto-lei reservado nº 6.018-A, de 23 de novembro de 1943 (SILVA; FOLY, 2013, p. 22).⁷

Ao passo que Moura leva em conta aspectos mais políticos e econômicos, e Silva e Foly se guiam pelas circunstâncias geopolíticas existentes na época, ambos confluem para a criação e emprego operacional da FEB na Itália como um desdobramento da política externa do regime estadonovista. Portanto, ao olharmos para a participação brasileira na II Guerra, podemos pensar nas autoridades estadonovistas e nos militares das Forças Armadas como os principais interessados nessa tomada de decisão ímpar. Afinal, o Brasil tenderia a colher muitos frutos caso esta sua aventura vingasse resultados. Era o que o governo Vargas mais desejava:

⁷ Conferir a íntegra do Decreto-lei reservado no. 6.018-A, de 23 de novembro de 1943, mencionado como artigo único do Decreto-lei no. 6.268, de 14 de fevereiro de 1944, disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-6268-14-fevereiro-1944-452547-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=E%20criado%2C%20de%20ac%C3%B4rdo%20com,revogadas%20as%20disposi%C3%A7%C3%B5es%20em%20contr%C3%A1rio>
.. Acesso em: 4 jun. 2024.

fortalecimento político doméstico e internacional. Para os militares, a oportunidade não era menos vantajosa, pois receberiam investimentos em suas estruturas de defesa e combate, além de obter, em primeira mão, experiências em um conflito armado de grandes proporções globais. E, para ambos, esta empreitada expedicionária poderia muito bem alçar a diplomacia brasileira a patamares de destaque na nova ordenação que haveria de moldar o futuro cenário internacional, afirmando o país como uma distinta potência sul-americana (SILVA; FOLY, 2013, p. 24).

Contudo, tudo aconteceu de modo bem diferente. A fim de estudar como essas expectativas acima listadas se frustraram e trouxeram uma série de outros impactos sobre o país e, principalmente, sobre os combatentes brasileiros, esta pesquisa desenvolver-se-á na análise do nascimento, da maturação, da morte prematura e do *post mortem* da FEB, concentrando-se politicamente nestes dois últimos. Sendo assim, vamos considerar dois objetos específicos: o comando da FEB, centrado na figura do seu comandante, e o contingente da FEB, focalizado nos demais febianos.

Em virtude desses enfoques, no capítulo I, iremos guiar nossa investigação em torno da autobiografia produzida pelo marechal João Baptista Mascarenhas de Moraes, marchando por reflexões selecionadas de sua vida. Com isso, nosso objetivo será vislumbrar e figurar uma imagem crítica de como foi, para o comandante, o advento da FEB - antes, durante e depois. Dessa forma, trabalharemos em torno de duas grandes hipóteses: os imbricamentos da política nacional e seus principais personagens que tentaram interferir na Campanha da Itália e no complexo processo de desmobilização e reintegração dos febianos, por um lado, e os entretons do retrato e autorretrato da vocação militar “apolítica” e “legalista” de Mascarenhas de Moraes, os quais o fizeram um comandante para além dos 7 meses de campanha, por outro.

No capítulo II, diante dos milhares de expedicionários como objeto, a intenção de análise será a mesma do capítulo I, só que daremos mais espaço a uma detalhada discussão bibliográfica, ficando o Aviso Ministerial nº 217-185, de 6 de julho de 1945, como o grande divisor de águas na história da FEB, assumindo-o como o principal marco histórico da FEB para esta pesquisa. É válido mencionar que também analisaremos algumas publicações impressas do *Diário Carioca* e do *Correio da Manhã*, como fontes da imprensa.

Ao considerar o recorte temporal limitado desta monografia, o nosso maior interesse será conceber toda a conjuntura política em que nasceu e cresceu a FEB e, em seguida, investigar os primeiros anos da nova “frente de batalha” dos expedicionários, inaugurada em sua terra natal, logo após o seu regresso vitorioso da Campanha da Itália. A construção de um cenário de “continuidade” de uma guerra nos provoca a imaginar a ideia de uma segunda campanha da FEB, sendo esta a nossa hipótese a nortear todo este capítulo. E se o fim da II Guerra Mundial tivesse significado o começo da “Campanha da Reintegração” para os febianos, transformando-os em ex-combatentes, sob todos os efeitos jurídicos, políticos e sociais?

Capítulo I - Entre a apolítica e a legalidade, o comandante da FEB

Este precioso livro de memórias, que o Marechal Mascarenhas de Moraes legou à posteridade, é, pois, o documento que completa, por escrito e para sempre, a grande homenagem que ele quis prestar à FEB. O seu valor histórico não se esgota, antes se torna cada vez maior, na medida em que os anos passem e as gerações se renovem (...) (TAVARES, 1984, p. 10).

1.1 - O gênero biográfico e a historiografia

Memórias é uma obra autobiográfica, justamente pensada pelo autor em função da sua vida para além do que o marcou como o comandante da Força Expedicionária Brasileira. O tom *confidencial e pessoal*, que marca as páginas de João Baptista Mascarenhas de Moraes, faz parte de um conjunto de características próprias da escrita e perspectiva do gênero da biografia, o qual vamos abordar brevemente neste subcapítulo, antes de nos aprofundarmos propriamente em *Memórias*.

Em entrevista realizada através de correspondências eletrônicas, Benito Bisso Schmidt conversou com Andriolli Costa a respeito do ofício do historiador, tendo em vista alguns tópicos recorrentes da contemporaneidade. Um deles, do nosso estrito interesse, trata das relações entre o profissional de história e a biografia, considerando a sua participação na construção desse gênero em específico. Schmidt, um historiador especialista no assunto, primeiramente, ressaltou ao entrevistador da *IHU Online* que um texto biográfico pode ser escrito por diferentes profissionais, o que implica também em considerar diferentes objetivos sobre a investigação da vida de uma determinada personalidade. Literatos, jornalistas, cineastas, além de outros profissionais, de distintas áreas, podem dispor-se a escrever uma biografia - inclusive o historiador.

Por se referir a um gênero que busca investigar profundamente a vida de uma personalidade específica, informações da sua vida serão levantadas e explicitadas no texto, conforme se espera de uma narrativa biográfica; contudo, é importante citar que cada profissional adotará um enfoque, incidindo na forma como irá trabalhar o conteúdo pesquisado (SCHMIDT, 2014b, p. 38). Nesse sentido, Schmidt aponta para a relevância de situar o biografado em um determinado contexto histórico, tendo como enfoque informações da sua vida que

ajudem a responder ou indagar questões não muito evidentes, externas à vida em questão:

o historiador sempre parte de um problema de pesquisa histórico. Ele não quer revelar tudo de um personagem custe o que custar, doa a quem doer, só pelo gosto de divulgar uma informação não antes conhecida. Não quer saber tudo, revelar segredos íntimos ou aquilo que nunca foi contado. Isso não é um protocolo do historiador. O protocolo do historiador é responder a perguntas de caráter histórico através da vida de um indivíduo (SCHMIDT, 2014b, p. 38).

Conquanto Schmidt esteja falando do gênero biográfico do ponto de vista historiográfico, o propósito desta pesquisa não é a confecção de uma biografia. Pelo contrário, o interesse aqui é realizar um movimento inverso, utilizando-se de recursos metodológicos semelhantes ao de um trabalho biográfico, todavia. Em outras palavras, olharemos para *Memórias*, uma autobiografia acabada, e invocaremos o “protocolo do historiador”: responder às perguntas deste estudo por meio de uma investigação historiográfica a respeito da vida contada pelo seu próprio autor, João Baptista Mascarenhas de Moraes - marechal do Exército Brasileiro que comandou uma divisão de expedicionários brasileiros no Teatro de Operações da Itália durante os dois últimos anos da Segunda Guerra Mundial.

Mas não simplesmente assim. O gênero biográfico demanda outros cuidados que a historiografia e seus profissionais devem acatar. Fiquemos ainda um pouco mais com Schmidt, só que agora em outro título. No artigo, *Quando o historiador espia pelo buraco da fechadura: biografia e ética*, ele se propõe a analisar as principais questões éticas presentes no trabalho biográfico, adotando como baliza os interesses, perspectivas e limites da história, pois, além do jornalismo e da literatura, a historiografia também é um tanto íntima do texto biográfico.

Primeiramente, é fundamental falar mais profundamente sobre o gênero da biografia, atentando-se para a constituição da sua narrativa ao longo dos vários processos históricos por que passou. Ora, a fim de traçar um panorama da escrita biográfica, com os olhos analíticos de um historiador, Schmidt certamente não pôde deixar de fazer um paralelo entre o percurso das biografias e a escrita da história - mais precisamente, os regimes de historicidade. Quanto ao gênero textual em si, mudanças lhe ocorreram, porém, algumas marcas tornaram-se características nos objetos de estudo dos biógrafos: os pesos do exemplo das trajetórias de personalidades históricas e do tempo de tais vidas investigadas, escritas e expostas

a um público leitor (SCHMIDT, 2014a, p. 131). Por mais que Schmidt tenha escolhido apresentar dois desenvolvimentos, com o objetivo de associá-los depois, optarei por associá-los desde já - afinal, biografias também são História, histórias e histórias de vidas.

Se, por um lado, o exemplar e o virtuoso foram adjetivos os quais se buscaram nos atos individuais das vidas a serem biografadas, sendo a sua relação com o tempo uma grande aprendizagem, a pedagogia da *Historia Magistra Vitae*, por outro lado, a figura personalizada do biografado encontrou, na realidade e no anseio moderno, o utilitarismo de sua pessoa a projetos mais coletivos e totalizantes, como as ideias de Nação, Estado, Povo, Meio e Raça (SCHMIDT, 2014a, p. 130). Sendo assim, é importante reparar que, apesar dos enfoques e dos contornos da narrativa biográfica terem mudado, conforme as mudanças do espaço, tempo e pensamento, a biografia ainda persistiu como um gênero com certa função social e histórica, porque as suas balizas morais conservaram o seu caráter ético.

Ao colocar lado a lado as mudanças atravessadas pelo gênero biográfico e os diferentes regimes de historicidade que se desenvolveram ao longo do tempo, Benito Schmidt se debruça especialmente em um dos regimes mais contemporâneos, o qual pode ser explicado pela questão do "presentismo". Ao passo que o passado adquiriu uma dimensão pedagógica em relação ao futuro com a História Mestra da Vida, e o futuro ganhou, séculos depois, o seu lugar de destaque com a História Moderna, eleita mais uma ciência do progresso, a partir da emergência de uma História Contemporânea, o presente subiu ao trono e inaugurou um regime de achatamento da traseira do passado com a dianteira do futuro, moldando o "presentismo" (HARTOG, 1997, p. 13 apud SCHMIDT, 2014a, p. 131-132).⁸

Apesar do autor mencionar François Hartog como um dos historiadores que vislumbrou os problemas de todo esse processo atual dentro da história, interessantes aqui afirmar que a biografia também atravessou esse árduo caminho. Diante das novas demandas desse "presentismo" emergente, tendo em vista a questão das

⁸ Cf. HARTOG, F. O tempo desorientado: Tempo e história. "Como escrever a história da França?". *Anos 90*, [S. l.], v. 5, n. 7, p. 7-28, 1997. Disponível em: <https://seer.ufg.br/index.php/anos90/article/view/6183>. Acesso em: 27 abr. 2024.

memórias e as disputas em que se inserem, é essencial lembrar do indissociável caráter ético do gênero biográfico:

Acredito que, diante das “falhas do presentismo” diagnosticadas por Hartog, quando à memória, ou melhor, às memórias, tornam-se eixos centrais dos debates culturais, políticos, sociais e historiográficos contemporâneos[,] as biografias – em especial aquelas produzidas por historiadores – que reassumem com força seu caráter de reflexão ética, mesmo que não necessariamente na perspectiva da história mestra da vida (SCHMIDT, 2014a, p. 134).

Nesse sentido, Schmidt aborda três pontos desse forte "caráter de reflexão ética" das biografias. Primeiramente, o "presentismo" não só moldou uma nova percepção temporal da história como também trouxe à tona vozes que pouco ou nunca haviam sido ouvidas, o que explica uma verdadeira explosão de memórias e seus discursos identitários, demandando os seus devidos lugares na produção histórica. Em segundo lugar, as biografias também passaram a lidar com as questões de liberdade de escolha, o que pode ser entendido basicamente como um anseio por buscar elementos autônomos e suas agências na história, sobretudo, em momentos quando a liberdade não era algo muito bem estabelecido. Por fim, Schmidt ainda cita um terceiro eixo de reflexão ética nas biografias o qual se trata da responsabilidade individual que o biografado goza, o que podemos entender como um dever do biógrafo de investigar e pensar a respeito da responsabilidade de seu objeto de estudo sobre os seus atos, considerando obviamente o ponto anteriormente elencado da autonomia (SCHMIDT, 2014a, p. 134-135).

Importante observar que essas três razões que orientam a reflexão ética de Schmidt acerca do gênero biográfico e a história acabam por conversar com uma das justificativas desta pesquisa. Mascarenhas de Moraes, assim como a sua obra autobiográfica, não corresponde exatamente ao perfil de personagens que, ao longo dos regimes de historicidade anteriores, foram negligenciados, silenciados e, por isso, desabilitados de sua agência histórica. Em verdade, é necessário assumirmos que este nosso objeto de estudo, *Memórias*, retrata, através de suas próprias palavras, um marechal do Exército, cuja carreira foi altamente conceituada, tendo sido comandante de um corpo expedicionário que retornou vitorioso ao seu país, o que lhe rende tranquilamente o *exemplo* de um herói de guerra.

Logo, por que ler e analisar a sua obra, à luz de todas as questões mais recentes e recorrentes do gênero biográfico e da historiografia? Bom, conforme

procuro esclarecer as motivações desta pesquisa, apesar de todos os títulos que precedem o nosso personagem deste capítulo, Mascarenhas de Moraes não é retratado pela historiografia brasileira como tal. Não me refiro a uma recusa em estudá-lo de modo laudatório, pois isso é discretamente levado a cabo pelas produções acadêmicas do Exército. O que posso afirmar é que, fora dos muros dos quartéis e ambientes culturais militares, qualquer trabalho sobre a sua figura é, simplesmente, irrisório. Dessa forma, mais do que as chances da memória que há sobre ele e suas ações na história do Brasil serem esquecidas, o problema principal está na ausência de estudos e debates sobre quem mais pode ter sido Mascarenhas de Moraes, tendo em vista como a sua trajetória enquanto militar e comandante da FEB pode inserir-se nos “debates culturais, políticos, sociais e historiográficos contemporâneos” da maioria da sociedade brasileira.

Entretanto, supomos que esse não é um exemplo isolado dentro da historiografia e da sociedade como um todo. Na realidade, acreditamos que a questão aqui em torno de Mascarenhas de Moraes é um dos grandes sintomas de um problema maior, o qual consiste propriamente no nosso tema sobre a reintegração social e, sobretudo, política dos expedicionários. Afinal, como comandante da FEB, Mascarenhas também foi um febiano.

Por fim, pensemos nos objetivos desta pesquisa, diante das hipóteses sobre o marechal Mascarenhas e a FEB, vislumbrando a construção textual da fonte com que vamos lidar. Lilia Schwarcz nos auxilia nessa tarefa ao analisar o gênero biográfico no âmbito da construção social da sua narrativa. Para além da sua crítica aos modelos heroizantes de sujeitos, a autora concorda com a crítica de Bourdieu em relação à ordem e causalidade dos fatos a serem narrados sobre um indivíduo, ou melhor, sobre a "história de vida" do indivíduo⁹, o que impacta não só na construção da narrativa da biografia como também na compreensão da vida do biografado em sua época e contexto social (SCHWARCZ, 2013, p. 56).

Schwarcz faz um grande parêntese em seu artigo para abordar um debate mais propício ao campo da história da arte, mas que nos será útil para vislumbrar novas análises sobre as obras biográficas e seus personagens: o que precede, a forma

⁹ Cf. BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (orgs.). *Uso & abusos da história oral*. 8. Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006, pp. 183-191.

ou o conteúdo? Ora, entre os "formalistas", os quais veem no interior das obras fontes mais profícuas de conhecimento sobre o objeto, e os "historicistas", que olham externamente para os regimes do espaço e do tempo político-social, essa é uma verdadeira querela. No entanto, o que a autora pretende explicitar nessa grande recorrência aos contornos conceituais da arte, munida de valiosos empréstimos de Carlo Ginzburg¹⁰, é dizer que esse impasse só nos revela que, melhor do que a dicotomia, é o diálogo das duas perspectivas, aparentemente, tão conflitantes:

Trata-se, pois, de não restringir a análise de uma obra de arte, um ensaio, um diário, uma crônica à biografia isolada de seu autor ou ao contexto em que foi produzida. Tampouco lidar com ela de maneira isolada de seu momento político e social. Entre as análises "formalistas", que insistem na importância de as interpretações se manterem mais restritas ao campo e aos embates entre as obras de arte, e as "historicistas", que destacam o diálogo que se estabelece com o contexto social, cultural e político, fiquemos com as duas; até porque essas divisões muito dicotômicas tendem a empobrecer a reflexão. As imagens dialogam entre si, assim como com o momento que as viu nascer (SCHWARCZ, 2013, p. 65).

Ainda assim, vale observar que a grande problemática não reside somente na construção do gênero biográfico, já que realmente muitos cuidados metodológicos e analíticos devem ser levados em conta. O que está em jogo também no campo biográfico é o pensamento e intenção do próprio biógrafo, pois, afinal, a história bem como a biografia são escritas por mãos humanas e não são autoevidentes ou autônomas. Se o biografado pertence ou pertenceu a um determinado tempo, isso propriamente influenciará sobre ele, da mesma maneira com o biógrafo.

Agora, vamos substituir a imagem da biografia pela fonte histórica e a figura do biógrafo pela do historiador. Por conta das correspondências que tais gênero textual e disciplina já tiveram ao longo do tempo, tendo em vista o específico enfoque historiográfico e as suas reflexões éticas, o processo é análogo. E é exatamente o que vamos nos sujeitar a realizar nesta pesquisa frente à fonte produzida pelo marechal Mascarenhas de Moraes e às questões que nos movem hoje sobre a desmobilização da FEB e a reintegração social e política dos seus veteranos.

10 Cf. GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

1.2 - A missão legalista

1.2.1 - General Carlos de Meira Mattos e o Prefácio da 1ª Edição

Antes de manobramos pela marcha escrita do personagem central deste capítulo, gostaria de falar um pouco sobre quem escreveu as primeiras páginas da 1ª edição de *Memórias*, em 1969. Da autobiografia do marechal Mascarenhas de Moraes, destaca-se um outro personagem, um tanto presente na literatura militar brasileira, o qual não só produziu o prefácio da pioneira edição de *Memórias* como também prefaciou outro livro presente nessa pesquisa, *A FEB por um soldado*, de Joaquim Xavier da Silveira (2001).

Eis o general Carlos de Meira Mattos, figura ilustre e ativa desde os seus primeiros anos de caserna. Afinal, ele foi um dos combatentes da Segunda Guerra Mundial. Mais precisamente, o então capitão de Infantaria era um "homem de confiança" (MATTOS, 2010) do comandante da FEB e já servia com ele em São Paulo, antes do projeto de criação de uma força expedicionária ser levado adiante, conforme conta em uma entrevista concedida ao Programa de Memória Política da TV Câmara, em maio de 2003¹¹:

Servi intimamente com ele [Mascarenhas de Moraes] e conheci-o muito. Ele me pediu para fazer o prefácio do livro dele, das memórias. Eu fiz, e escrevi *O Marechal Mascarenhas de Moraes e sua Época*.¹² Também escrevi o livro *Castelo Branco e a Revolução*¹³, um livro de história. De geopolítica tenho uns 8 livros (MATTOS, 2010, grifo do autor).

E essa proximidade entre os dois pode ser afirmada tanto nas palavras de terna admiração, no prefácio da primeira edição de *Memórias*, quanto no livro que Meira Mattos inteiramente lhe dedicou, em 1983, quinze anos após a morte de seu

¹¹ Esta entrevista foi realizada no dia 15 de maio de 2003, com a duração de 1h21min, tendo a participação dos entrevistadores Ana Maria Lopes de Almeida, Tarcísio Holanda e Ivan Santos. Posteriormente, foi editada para uma versão final em 16/03/2010. Carlos de Meira Mattos faz parte de um seletor grupo de 30 pessoas as quais o Programa de Memória Política, da TV Câmara, escolheu com o intuito de "divulgar a História do Brasil em um painel amplo e sem conotações ideológicas, deixando a interpretação dos fatos a cargo de cada entrevistado". Em outra página da série, o site da emissora estatal define que estes depoimentos "contribuem com a narração de episódios que não estão registrados nos livros e na imprensa oficial" (TV CÂMARA, 2024). Para conferir a íntegra transcrita da entrevista com Meira Mattos, assim como os outros entrevistados, disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/documentos-e-pesquisa/arquivo/historia-oral/Memoria%20Politica>.

¹² Cf. MATTOS, Carlos de Meira. **O marechal Mascarenhas de Moraes e sua época**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1983. 2v.

¹³ Cf. Id., **Castelo Branco e a Revolução**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2000.

comandante. Um livro que o próprio autor, na entrevista, categoriza como “sobre história”.

A menção ao general Meira Mattos, digno de se somar à série de "depoimentos exclusivos" da TV Câmara, com "personagens da vida pública nacional sobre fatos que marcaram a trajetória do país no Século XX" (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2024), também estabelece um elo interessante com outro febiano, um personagem dos bastidores dos nossos dois capítulos – Humberto de Alencar Castello Branco. Da mesma maneira que a ligação com o marechal Mascarenhas de Moraes antecedia o advento da FEB, Meira Mattos e Castello Branco também haviam se cruzado antes, tendo na convivência febianana a sua devida singularidade, segundo relata o general em sua entrevista:

Na guerra, tornei-me muito amigo do depois Presidente Castello Branco, que era o Tenente-Coronel Humberto de Alencar Castello Branco. Tornei-me muito amigo dele. Eu já era amigo dele porque tínhamos servido juntos na Escola Militar de Realengo, mas na guerra nós nos estreitamos. Foi uma amizade que durou até o fim da vida dele (MATTOS, 2010).

De fato, o general e o general-presidente foram militares relevantes na Campanha da Itália, sobretudo, quando o então general Mascarenhas de Moraes decide mudar o seu estilo de comando, com o objetivo de conter um desastre maior na árdua e longa missão de conquista do Monte Castello. Se o comandante da Seção de Operações, tenente-coronel Castello Branco, fora a "inteligência privilegiada"¹⁴ por trás das estratégias da FEB, sob supervisão centralizada do general, Meira Mattos, então capitão, tinha sido um importante soldado de campo.

De acordo com seu depoimento à TV Câmara, o seu conhecimento do idioma inglês, distinto entre os militares febianos, foi um atributo-chave para que ele comandasse uma companhia de fuzileiros do 11º RI e intermediasse a comunicação com 4º Corpo de Exército dos EUA, comandado pelo general Grittenberger:

¹⁴ Definição dada pelo marechal Mascarenhas de Moraes ao se referir ao marechal Castello Branco em uma breve seção inicial em sua autobiografia, não paginada, intitulada *Homenagem*. Conforme descreve o autor: “Nesta página de gratidão e reverência, homenagem os três militares que, por suas qualidades profissionais e morais, mais admiração e respeito despertaram em mim, ao longo de minha carreira”. Além de Castello Branco, o comandante da FEB homenageia o almirante José Cândido Guillobel, “o chefe”, e o general João Gomes Ribeiro Filho, “o comandante”. O primeiro se trata de um veterano da Guerra do Paraguai, por quem Mascarenhas foi chefiado durante seus trabalhos na Comissão de Demarcação de Limites do Brasil com a Bolívia, quando era ainda tenente. Nesta pesquisa, nós não analisaremos os tempos de tenente do autor. Já o segundo nome homenageado, refere-se ao comandante de Mascarenhas, quando major, no 1º Regimento de Artilharia Montada, na Vila Militar do Rio de Janeiro, tendo a sua liderança sido importante contra o levante tenentista de 1924, em São Paulo.

Mas houve uma crise lá na Itália e eles precisaram de capitão de infantaria. Aí assumi o comando de uma companhia de infantaria. Foi bom para mim, porque servi no Estado Maior fazendo a ligação entre o 4º Corpo de Exército Americano, comandando pelo General Grittenberger, e a divisão brasileira. Essa foi a minha maior parte na guerra. E fiz uma parte da guerra comandando uma companhia de fuzileiros do 11º Regimento de Infantaria (...). Ele tem sua sede em São João Del Rei, tá? E existe até hoje. Terminada a guerra, voltei para o Brasil e fui matriculado na Escola de Comando e Estado-Maior, que é essa escola aqui da Praia Vermelha (MATTOS, 2010).

Apesar do grande interesse desta monografia sobre a FEB, os febianos e sua reintegração social e política no cenário nacional nos primeiros anos pós-guerra, tomando por base a trajetória autobiografada de Mascarenhas de Moraes e a mobilização dos expedicionários nas associações de veteranos, acredito que ainda vale citar um pouco mais de Meira Mattos. É bastante interessante observar como a sua proximidade com dois dos militares mais citados por esta pesquisa explicita justamente os rumos que tomaram cada um deles, após o advento da FEB. De um lado, Meira Mattos se tornou um grande admirador do "chefe esclarecido e firme", o herói cheio de dignidade, a quem não hesitou em dedicar um longo e elogioso prefácio (MATTOS, 1984, p. 7). De outro, ele serviu como um "revolucionário" aliado do regime que se instalou, com o golpe militar de 31 de março de 1964, tendo como primeiro presidente justamente Castello Branco.

O relato do próprio Meira Mattos possibilita-nos dimensionar a sua relação com Castello Branco e a conspiração que levou ao golpe, segundo ele, da qual fez parte desde a renúncia de Jânio Quadros, em 1961:

Eu participei da conspiração a partir do momento da renúncia do Jânio. Porque o grande divisor se deu na hora da renúncia do Jânio. Foi com a renúncia do Jânio que apareceu a ala da legalidade, que se dizia da legalidade. E o Brizola era o líder dessa ala, compreendeu? Mas essa ala se espalhou e toda a esquerda brasileira se aliou a ela, compreendeu? E se instalou no Governo João Goulart (MATTOS, 2010).

Até 31 de março de 1964, o então coronel Meira Mattos era comandante do 16º Batalhão de Caçadores, em Cuiabá. Com a precipitação da 4ª Região Militar/Divisão de Infantaria, sob comando do general de Infantaria Olímpio Mourão Filho, deflagrando o movimento golpista (FERREIRA, 2003, p. 397)¹⁵, o convicto "revolucionário" Meira Mattos não hesitou em ordenar a marcha dos seus

¹⁵ Sobre a análise da conjuntura e a descrição dos dias 31 de março e 1 de abril de 1964, cf. FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: ____; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano**. 3v. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 343-404.

homens, da capital matogrossense à capital federal (MATTOS, 2010). Tornou-se Vice-Chefe do Gabinete Militar, escolhido a dedo pelo já empossado presidente Castello Branco, e também protagonista da “missão” de “esvaziamento” do Congresso Nacional, em outubro de 1966, quando um grupo de deputados e senadores lá se instalaram e tentaram reabri-lo “ilegalmente”, à revelia do “recesso” decretado por Castello Branco. O então coronel Meira Mattos, comandante do Batalhão de Polícia do Exército de Brasília, entrou na casa legislativa e cumpriu exitosamente a sua “missão”, conforme narra nesta mesma entrevista.

1.2.2 - As virtudes legalistas de Mascarenhas de Moraes, segundo Meira Mattos

Agora, sim, falemos mais propriamente do personagem focado neste capítulo. Da introdução de seu livro, gostaria de destacar três pontos que o marechal Mascarenhas de Moraes nos adianta das suas *Memórias*. Em primeiro lugar, é preciso visualizar que esta obra traz à tona a vida de um indivíduo que dedicou parte significativa da sua vida à instituição militar – mais precisamente, 69 anos de Exército Brasileiro, se considerar que ele assentou praça na Escola Preparatória e de Tática de Rio Pardo em 1º de abril de 1899. Logo, trata-se de uma autobiografia, quase inteiramente, da carreira militar de João Baptista Mascarenhas de Moraes, o que o próprio autor explicita em sua Introdução:

Dou graças a Deus por me haver conservado, na avançada idade, as condições de saúde necessárias para que pudesse completar o meu trabalho de comandante da FEB – publicando o livro *A FEB Pelo Seu Comandante*, construindo o Monumento aos Mortos da Segunda Guerra Mundial e elaborando estas Memórias, o último alento de minha carreira militar" (MORAES, 1984, p. 13).

O marechal, então, apresenta-nos, neste mesmo trecho destacado, o segundo detalhe que gostaria de chamar atenção em suas primeiras palavras autobiográficas: a FEB. Conforme sublinha o general Aurélio de Lyra Tavares (1984, p. 10), no prefácio a esta reedição da obra do marechal, *Memórias* simboliza o "último alento" de Mascarenhas de Moraes também enquanto comandante da FEB, pois ele, por fim, há de revelar as motivações explícitas e implícitas em suas decisões, durante o seu tempo de comando na Campanha da Itália.

A meu ver, considerando de quem se trata o autor e da proposta da sua escrita, não pode haver oportunidade melhor do que analisar *Memórias* tanto como uma fonte histórica quanto como uma referência bibliográfica sobre a FEB, levando em conta principalmente o interesse e objetivo desta pesquisa em investigar a reabilitação política dos febianos, depois de terem os seus destino e história sentidos pela política de súbita desmobilização da FEB pelo Estado.

Dessa forma, apresento o último ponto que visualizei nas breves páginas da Introdução, o qual coaduna com a minha aposta nesse título como um documento e uma bibliografia de extrema importância. Assim como o general Carlos de Meira Mattos, em seu já citado prefácio, fez questão de ressaltar sobre a preferência do marechal pela virtude legalista, o próprio comandante da FEB mencionou a coerência do seu "passado de respeito à lei e à autoridade" (MORAES, 1984, p. 12). É preciso dizer que, neste pequeno capítulo introdutório de três páginas, Mascarenhas de Moraes cita acerca desse seu espírito de fidelidade aos princípios legais três vezes. Na segunda e terceira vez, ele até mesmo faz referência aos episódios do suicídio de Getúlio Vargas, em 1954, e do "contra-golpe preventivo" do general Henrique Teixeira Lott, no ano seguinte.¹⁶

Ora, uma dedução óbvia, porém significativa para um militar como Mascarenhas de Moraes, é que ele indica que considera os movimentos conspiratórios de alas das Forças Armadas, tanto contra Vargas quanto contra a posse de Juscelino Kubitschek, decididamente como afrontas à legalidade do regime democrático daquela época. Portanto, ele está dizendo que tais tentativas de deposição de Vargas e de anulação das eleições de 1955, por parte de grupos dentro dos quartéis das Forças Armadas, foram movimentos golpistas.

Por outro lado, em seu prefácio, o general Meira Mattos nos conta uma revelação curiosa do marechal acerca de 31 de março de 1964, que não poderia estar

¹⁶ Expressão referente à ação política desencadeada por militares do Movimento Militar Constitucionalista (MMC) em favor do cumprimento legal das eleições de outubro de 1955, quando circulavam informações comprometedoras de que alas da sociedade civil e das Forças Armadas tramavam uma conspiração contra os resultados eleitorais que deram a Juscelino Kubitschek e a João Goulart os cargos de presidente e vice-presidente, respectivamente. Segundo o hipertexto temático do projeto Juscelino Kubitschek 1902 - 2002, do Centro de pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), o MMC teve um apoio significativo entre oficiais e praças das três Forças, com destaque muitos oficiais do Exército, juntando até mesmo militares da ala nacionalista com outros da ala conservadora (CPDOC, 2002). Destaco aqui a participação de figuras como os generais Euclides Zenóbio da Costa e Amauri Kruehl e o coronel Henrique Cordeiro Oest, três veteranos da FEB. Do outro lado, enfileirado na conspiração encampada por grupos ligados à União Democrática Nacional (UDN), observa-se o general Osvaldo Cordeiro de Farias e o coronel Jurandyr de Bizarria Mamede, ambos também expedicionários da Campanha da Itália. Cf. CPDOC. Juscelino Kubitschek 1902 - 2002. **Movimento Militar Constitucionalista (MMC)**. Disponível em: <https://jk.cpdoc.fgv.br/fatos-eventos/movimento-militar-constitucionalista-mmc>. Acesso em: 29 abr. 2024.

em sua autobiografia, porque esta só abordou questões da vida do comandante da FEB até um ano antes.

Em relação ao episódio de 1964, não tratado nas Memórias porque estas se encerram com o seu 80.º aniversário natalício, ocorrido em 1963, permitimo-nos declarar que *deu ele seu apoio entusiástico* ao movimento de 31 de março, posição que poderia, aos menos avisados, *ser interpretada como um abandono da linha da legalidade*. Nós que bem o conhecemos, através de um convívio estreito de muitos anos, sabemos que esta interpretação não é verdadeira. Em 31 de março de 1964, as Forças Armadas encontraram-se diante de um governo em completo estado de decomposição, incapaz de continuar o exercício do poder com um mínimo de autoridade e passaram, por isso, *a representar a sobrevivência da autoridade legal remanescente*. À base dessa autoridade legal remanescente, restauraram, sem maior convulsão social, a ordem institucional. Assim, a adesão de nosso marechal da FEB a esse movimento representou, a nosso ver, *sob o prisma de seu próprio juízo, mais uma confirmação de sua posição de fidelidade à ordem legal* (MATTOS, 1984, p. 3, grifo nosso).

É fundamental nos lembrarmos de que estas palavras acima são do general Meira Mattos e, não, do marechal Mascarenhas de Moraes. Contudo, conforme ambos compartilham, o comandante da FEB foi quem convidou o general para que fizesse o prefácio de seu "último alento". Ou seja, houve um acordo e aceitação do que foi escrito por Meira Mattos. Se, em 1954 e 1955, Mascarenhas posicionou-se contra os movimentos político-militares, alegando ser um assíduo defensor da legalidade, o que houve em 1964? O movimento de 31 de março, segundo o próprio general Meira Mattos, em sua entrevista à TV Câmara, foi uma conspiração dos militares, sendo, pois, um golpe – um golpe de Estado, um golpe militar. Independente da justificativa de Meira Mattos, a qual obviamente defende o ponto de vista dos "revolucionários" do movimento de 31 de março (MATTOS, 2010), golpe de Estado configura uma quebra das regras legais de qualquer Constituição e regime político.

Ainda assim, o marechal Mascarenhas de Moraes é contundente em reivindicar a sua defesa da legalidade, conforme veremos adiante. Por seu turno, também veremos que o comandante da FEB concebe a legalidade de um outro jeito.

1.2.3 - As virtudes legalistas de Mascarenhas de Moraes, segundo o próprio

Filho de Lafayette Appolinário de Moraes e Manuela Mascarenhas de Moraes, João Baptista Mascarenhas de Moraes nasceu dia 13 de novembro de 1883, em São Gabriel, no estado do Rio Grande do Sul. É interessante reparar como o autor faz questão de mencionar também exclusivamente seus avôs, por parte de mãe e pai, bem como a origem deles, sendo um militar revolucionário da Revolta dos Farrapos, e o outro um emergente e exitoso proprietário de terra de São Gabriel. Eis a *Origem*, intitulada e descrita pelo próprio marechal (MORAES, 1984, p. 15).

De sua origem e infância, vale destacar a cidade de São Gabriel, no interior do Rio Grande do Sul, um lugar, segundo o marechal, palco de alguns capítulos de batalhas militares da história do Brasil. Dentre os confrontos citados, alguns com datas e locais estritamente precisados do município gaúcho, houve um conflito entre "índios missioneiros" e portugueses e espanhóis, em 1765; uma batalha decisiva da Guerra da Cisplatina, no ano de 1827; o estabelecimento do quartel-general do então Barão de Caxias, durante 1844 e 1845, em plena Revolta dos Farrapos; e uma guerra local entre governo e elite agrária, a qual chegou à Serra do Ouro, região de São Gabriel, inclusive, obrigando Mascarenhas de Moraes emigrar com seus pais para a capital do estado, em 1893 (MORAES, 1984, p. 16-19). Além disso, Mascarenhas não deixa de mencionar alguns personagens que a sua terra natal trouxe à história do país, o que nos interessa sublinhar os militares João Nepomuceno de Medeiros Mallet e Hermes Rodrigues da Fonseca, ambos marechais e políticos importantes da Primeira República.

Se, por um lado, São Gabriel é descrito pelo marechal como um município sede de importantes eventos históricos, sobretudo, episódios de batalhas, por outro, ele apresenta a cidade gaúcha como uma guarnição militar cujo "excitante ambiente marcial" o moldou enquanto futuro aspirante às Armas do Exército Brasileiro. A influência da instituição militar na sua terra natal foi tamanha que até a escolha da Arma de Artilharia de Mascarenhas de Moraes nasceu conforme as suas origens, pois foi lá que Emílio Mallet, coronel comandante do 1º Regimento de Artilharia a Cavalos, regressou da Guerra do Paraguai e fixou a sua unidade por um tempo. A mesma Organização Militar foi comandada pelo então coronel Manuel Deodoro da Fonseca. Trata-se de menções ao Patrono da Artilharia e ao Proclamador e primeiro Presidente da República, respectivamente (MORAES, 1984, p. 18).

Da sua trajetória enquanto cadete da Escola Preparatória e de Tática de Rio Pardo, a partir de 1899, o autor nos oferece informações tanto autobiográficas quanto sobre o próprio funcionamento e realidade do incipiente caminho ao oficialato do Exército, nas primeiras décadas da República. De acordo com o que conta o marechal, esta Escola Preparatória, localizada em cidade homônima, funcionava como uma espécie de "vestíbulo fascinante da carreira militar", uma vez que lá os cadetes matriculados eram submetidos a um curso de ensino de humanidades e instrução militar (MORAES, 1984, p. 21). O objetivo era de fato preparar os cadetes, através da aprendizagem de conhecimentos mais elementares, para cursarem o Curso de Formação de Oficiais das Armas e o Curso de Estado-Maior e Engenharia, da Escola Militar do Brasil, sediada na Praia Vermelha, Rio de Janeiro.

Durante os três anos enquanto cadete em Rio Pardo, Mascarenhas de Moraes avaliou positivamente o Curso de Humanidades, conceituando o seu corpo docente como "verdadeiros magistrados do ensino", capazes de formarem, com afinco, o "caráter e espírito daqueles moços". Entretanto, mesmo sem deixar de descrever entusiasticamente a formação militar, ele pontuou, com muitas ressalvas, o preparo militar da instituição, ministrada por "instrutores velhos e incompetentes", os quais ofereciam uma capacitação "pouco cuidada e precária, refletindo mal na disciplina da Escola, perturbada por freqüentes atos de desobediência coletiva" (MORAES, 1984, p. 21).

Conforme observamos previamente uma forte identificação de Mascarenhas de Moraes com uma mística legalista, ao citar sobre os costumeiros "atos de desobediência coletiva", é de imaginar a posição dele quanto às agitações que tomavam a mocidade militar nesses primeiros anos da República, principalmente depois que o futuro comandante da FEB seguiu para o Rio de Janeiro, a fim de cursar a Escola Militar do Brasil. Aliás, embora tenha descrito o seu fascínio pelo ambiente acadêmico da Escola na Praia Vermelha, bem como dos desafios do rígido ensino intelectual, grande parte do relato do marechal acerca da Escola Militar do Brasil se dirigiu a uma crítica a "infiltração da filosofia positivista", que "arrefecia o ardor profissional dos futuros oficiais, impelindo-os para a *política* e *outras posições civis*" (MORAES, 1984, p. 22, grifos nossos).

Não é preciso recuar mais de uma década para imaginar algumas das causas centrais para explicar o pendor desses jovens militares por “atos de desobediência coletiva” e “política” e “outras posições civis”. Em um capítulo de *Os Militares e a República*, Celso Castro constrói o episódio da Proclamação da República a partir de bastidores dos dois meses anteriores ao golpe militar do marechal Deodoro da Fonseca, que viria a instalar a República num Brasil imperial. Assim, é importante lembrar aqui da contextualização de um clima político de polarizações naquela época, em meados do século XIX, sendo a oposição entre monarquistas e republicanos algo latente entre a política civil e os quartéis (CASTRO, 1955, p. 156-158).

O alarde que a nascente “mocidade militar” tentou fazer de uma polêmica envolvendo um tenente e o então ministro da Fazenda, visconde de Ouro Preto, mostra não só a politização cada vez mais presente nos quartéis como também explicita o fervor republicano que arregimentava os aspirantes e jovens oficiais. Principalmente, quando tinham a confiança de considerarem o apoio do tenente-coronel Benjamin Constant à sua causa, líder da arredia “mocidade militar” (CASTRO, 1995, p. 161).¹⁷ É importante reparar que, enquanto Deodoro da Fonseca limitava-se a uma certa discrição de suas diferenças com a monarquia, tendo em vista a sua exoneração do comando das Armas e o regresso à Corte, assim como muitos oficiais que outrora se envolveram na Questão Militar em 1886-1887, muitos alunos-alferes procuravam na simples querela entre o oficial Carolino e o ministro do governo um pretexto para mobilizar o republicanismo na caserna e conspirar contra a monarquia (CASTRO, 1995, p. 162).

¹⁷ O tenente-coronel Benjamin Constant, como segundo personagem a ser adornado pelas visões republicanas, de acordo com José Murilo de Carvalho, pode ser visto tanto como um sujeito contraposto a Deodoro da Fonseca como também um tanto peculiar. Elegido pelos positivistas como o verdadeiro herói do episódio de 15 de novembro, Benjamin era concebido como a materialização de um ideal da Pátria e do seu progresso, preferindo-se lê-lo como um professor a um militar, alguém capaz de significar a Proclamação além de uma simples quartelada ou de uma reação corporativista, mas como uma espécie de revolução a partir da sua proposta de República social, a "sociocracia" de Benjamin Constant (CARVALHO, 1990, p. 40-41). É interessante notar que, embora ele fosse um militar e tivesse feito do Exército um grande protagonista republicano, as bases do seu pensamento tomavam tudo aquilo de um outro jeito, visto que o positivismo atribuído ao tenente-coronel por seus defensores repugnava a predominância do militarismo na política, bem como o seu uso para alcançar a República. Apesar da necessidade convicta por ele de que os militares deviam reclamar o seu devido lugar de respeito em meio à nação a qual se procurava (re)fundar, sua crença terminava na paz sobre a violência das armas, sendo o militarismo no máximo um instrumento para o fim. Dessa forma, a "sociocracia" de Benjamin Constant esbarrava na ideia de uma República ditatorial aos moldes do que fizera a Convenção Jacobina durante a Revolução Francesa: "A finalidade de tal ditadura era promover a república social, isto é, garantir, de um lado, todas as liberdades espirituais e promover, de outro, a incorporação do proletariado à sociedade, mediante a eliminação dos privilégios da burguesia." (CARVALHO, 1990, p. 41). Cf. CARVALHO, José Murilo de. *As proclamações da República. In: A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. pp. 35-54.

A polêmica no banquete em homenagem aos oficiais chilenos do cruzador *Almirante Cochrane*, em outubro de 1889, retratado por Celso Castro, traz exatamente à tona o tipo de ambiente com o qual o jovem Mascarenhas de Moraes se confrontou ao longo do princípio da sua carreira no Exército. Especialmente convidado pelos alunos da Escola Militar da Praia Vermelha, Benjamin Constant compareceu ao banquete. Nesta ilustre oportunidade, ainda com a presença do ministro interino da Guerra, Cândido de Oliveira, o tenente-coronel não mediu as suas palavras republicanas contra a monarquia. Na ocasião do banquete e na oportunidade que lhe foi dada por um aluno, ao homenageá-lo, Benjamin Constant fez um ufanista e "científico" discurso em exaltação à "mocidade militar", à carreira militar e ao Exército, aproveitando para fazer daquele momento ímpar - mediante à presença de um ministro imperial e autoridades de uma República sul-americana - a exacerbação de seus sentimentos mais republicanos e positivistas (CASTRO, 1995, p. 167-168).

Retornemos cerca de uma década depois do triunfo da insurreição republicana da mocidade militar nos quartéis do Exército. Firme é a posição de Mascarenhas de Moraes quanto ao papel do militar na sociedade, contrário a essa política de rebeldia militar desde os fins do regime imperial. O "ardor profissional" do militar deve aquecer a sua prática das armas, ao contrário da "mentalidade pedantesca" e das "posições civis", associadas, por ele, diretamente à filosofia positivista e seus "arrebatamentos partidários" no âmbito político (MORAES, 1984, p. 22). Dessa maneira, entre a disciplina militar e as "posições civis", está a legalidade. E, se preciso, a sua defesa.

O que também motiva o autor a ser tão crítico é o episódio que se deu no dia 14 de novembro de 1904, quando, segundo em suas *Memórias*, cadetes da Escola Militar do Brasil se insubordinaram contra a vacinação obrigatória imposta pelo governo federal, sob presidência de Rodrigues Alves.¹⁸ Por conta desse evento entre

¹⁸ Com o objetivo de entender a "mais espetacular ação popular da época" (CARVALHO, 1987, p. 91), José Murilo de Carvalho investiga as várias facetas da conjuntura política e social do Rio de Janeiro, as quais culminaram na Revolta da Vacina, em 1904. Dentre um dos grupos que mais incitou a ira do povo carioca, Carvalho cita uma pequena oposição barulhenta, integrada de militares positivistas, como o tenente-coronel Lauro Sodré e o major Barbosa Lima. Ao alegarem que a intervenção estatal em assuntos de saúde pública era um verdadeiro "despotismo sanitário", esses militares positivistas resolveram apelar para um verdadeiro "terrorismo ideológico", a fim de desacreditar os argumentos pela vacina obrigatória, encontrando na imprensa o veículo ideal para as suas movimentações (CARVALHO, 1987, p. 96-98). É interessante ler o relato de Mascarenhas de Moraes acerca dessa época, visto que ele justamente descreve a circulação dessas demagogias dentro da Escola Militar e do papel da imprensa, como o jornal *Correio da Manhã*, na agitação de muitos cadetes contra a questão da vacina e da ordem legal (MORAES, 1984, p. 22). Cf. CARVALHO, José Murilo. Cidadãos ativos: a

os cadetes da Praia Vermelha, suprimida a insurreição contra a ordem do governo, a Escola Militar do Brasil foi fechada, e os cadetes insurrectos expulsos do Exército. Mascarenhas de Moraes, não tendo se envolvido no motim, foi servir, como soldado, no 23.º Batalhão de Infantaria, em Moncorvo Filho, ainda na capital Rio de Janeiro. Ele assim registrou:

Essa foi a primeira revolução a que assisti e contra a qual me manifestei lealmente, na plena convicção de que não cabia ao Exército, e muito menos aos cadetes da Escola Militar, intervir pelas armas na direção política do país. Nessa atitude, sempre repetida, calquei minha vida profissional, a ser abalada ainda por outros pronunciamentos militares (MORAES, 1984, p. 23).

Tendo em vista o eixo temático proposto por este subcapítulo a respeito da obra do marechal, vamos avançar cerca de 18 anos em sua carreira militar, marchando sobre as suas promoções a aluno-alferes, segundo-tenente e primeiro-tenente.

Então, já quando capitão, no 1.º Regimento de Artilharia Montada, na Vila Militar, presenciou a Revolta de 1922, a qual se deu em três quartéis do Exército no Rio de Janeiro: Vila Militar, Escola Militar do Realengo e Forte de Copacabana. Em artigo sobre as origens do tenentismo e o estopim do episódio de 5 de julho no Forte de Copacabana, o historiador Julio Nunes busca justamente nos contextos políticos e sociais da década de 1920 algumas das principais inspirações que levaram os jovens militares à sublevação.

De tempos em que o Brasil atravessava mudanças e reestruturações com o avançar da modernização capitalista, alguns descompassos sociopolíticos começaram a ficar expostos, desde as condições precárias dos trabalhadores urbanos até os desgastes entre as oligarquias agrárias pelo poder no país. Dito isso, o jovem oficialato que se formava no Exército assistia temeroso a esses indícios, ávido por tomar a frente do "clímax revolucionário" que começava a borbulhar entre a população, por se julgarem os mais inclinados a "ordenar o país" (NUNES, 2019, p. 5). Somado a esse ímpeto pela ação política, os militares também tinham motivações mais gerais, como a baixa remuneração dos soldos e a penúria das condições dos seus armamentos, além de outras mais específicas, visto que alguns membros da Escola Militar de Realengo estavam descontentes por não terem sido

enviados voluntariamente para o campo de batalha durante a Primeira Grande Guerra. (FONSECA, 1979, p. 20; MCCANN, 2007, p. 287 apud NUNES, 2019, p. 5).

Em descrição minuciosa dos eventos “subversivos” em sua unidade, na virada do dia 4 para o dia 5 de julho daquele ano, o marechal mais uma vez confessou a convicção do então capitão Mascarenhas pela legalidade, que também foi recompensada com um extenso elogio, por escrito, do comandante do seu regimento, o coronel João José de Lima (MORAES, 1984, p. 76-77).

Já depois de promovido a major, Mascarenhas de Moraes enfrentou outro levante político-militar, dessa vez, em São Paulo. Na Revolta de 1924, a capital paulista foi, de acordo com Alice Beatriz Lang, estrategicamente, o “elemento surpresa” e o grande epicentro da nova sublevação militar, a qual se deflagrou na madrugada do simbólico 5 de julho - exatos dois anos após a primeira revolta tenentista, no Forte de Copacabana. Com as suas ideias mais distribuídas pelos quartéis do território nacional, os tenentistas conseguiram eclodir a Revolta de 1924 em outros estados, como no Mato Grosso, Sergipe, Amazonas, Pará e, por último, Rio Grande do Sul – que depois terá os seus remanescentes juntos aos paulistas e formará, em solo paranaense, a Coluna Prestes¹⁹ (LANG, 2023).

O tenentismo arriscava voos pelo país, porém, ainda como pouca adesão para um o movimento mais efetivo. Marieta de Moraes Ferreira e Surama Conde Sá Pinto, em *A Crise dos Anos Vinte e a Revolução de Trinta*, ao abordar essa mobilização política dentro dos quartéis, analisam as principais visões sobre o tenentismo. Dentre diálogos e contestações dessas interpretações, cada uma delas observa algum aspecto mais contundente na atuação desses tenentes e capitães, ora considerando o seu enfoque em reivindicações mais próprias da classe social a que pertenciam, ora admitindo que se tratava de uma mobilização mais voltada a apelos da corporação militar. O ponto em comum, por outro lado, está nos crescentes indícios de insatisfação que o tenentismo reverberava de setores civis contra o

19 O motim tenentista de 1924, mais organizado e objetivo do que o anterior, começou em São Paulo e procurou espalhar-se em outros focos pelas capitais. Apesar da resistência do movimento político-militar ao cerco das tropas legalistas, os amotinados de paulistas acabaram rumando, fugidos, para a região oeste do estado do Paraná, onde permaneceram cerca de 6 meses, até se encontrarem com um grupo tenentista gaúcho, que ainda lutava pela sua revolta, deflagrada quase mais de 5 meses após São Paulo. Desse encontro de rebeldes paulistas e gaúchos que nasceu a Coluna Miguel Costa-Luís Carlos Prestes, em abril de 1925, composta de aproximadamente 1.500 homens, a qual percorreu 25 mil quilômetros pelo Brasil, passando por 13 estados e instaurando reações e revoltas contra o poder das oligarquias estaduais. Ao perder a sua força, a coluna teve o seu fim com a prisão de muitos revoltosos e o exílio de alguns tantos, um deles, Prestes, no Paraguai e na Bolívia, em fevereiro de 1927 (FERREIRA; PINTO, 2006, p. 13).

regime político da Primeira República (FERREIRA; PINTO, 2006, p. 13-14). De modo geral, os estudos mais recentes concebem o tenentismo como um movimento político de oficiais subalternos e intermediários (tenentes e capitães) em defesa de pautas referentes às camadas médias da sociedade, as quais ansiavam por reformas políticas e econômicas, além da moralização dos costumes políticos e mudanças nas composições da Justiça e do ensino.

Assim como em 1922, quando o regimento do *capitão* Mascarenhas teve de participar diretamente nos confrontos entre revoltosos e legalistas, nessa nova revolta, a ordem dada ao *major* Mascarenhas foi dirigir o 1º Grupo de Artilharia até a Vila Matilde, uma região fronteiriça de São Paulo, a fim de dar apoio a outro grupo legalista, a Brigada Teles. Quase um mês de combate foi o suficiente para sufocar a Revolta de 1924 em São Paulo. E mais uma vez Mascarenhas de Moraes foi notado por seus superiores como um exemplar e proativo militar, leal à frente vitoriosa – o estandarte legalista do governo (MORAES, 1984, p. 82).

Ao considerar a era republicana, sobretudo, as primeiras décadas do século XX, muitas foram as crises político-militares que o Brasil atravessou, sendo os quartéis grandes epicentros de revoltas e movimentos políticos. Se em 1904, 1922 e 1924 Mascarenhas de Moraes teve êxito em sua conduta legalista, em 1930, entretanto, sofreu um duro revés. Por outro lado, para o autor, as derrotas, "melhor que os sucessos, aprimoram a personalidade" (MORAES, 1984, p. 88).

O ano de 1930 foi, de fato, um ano de aprimoramentos para a personalidade do comandante da FEB. No fim de fevereiro, três presos políticos fugiram da Fortaleza de Santa Cruz, em Niterói. Este presídio militar era regido pelo 1º Grupo de Artilharia de Costa, comandado, na época, pelo tenente-coronel Mascarenhas de Moraes. Segundo o autor, a falta de rigor e a tolerância dos oficiais da guarnição em relação aos presos, alguns deles revolucionários dos episódios tenentistas de 1922 e 1924, podem ter sido a causa para a fuga. Por fim, o tenente-coronel Mascarenhas assumiu a responsabilidade pela evasão dos presos e passou o comando ao seu sucessor, sendo, portanto, transferido, em abril, para o 6º Regimento de Artilharia Montada, em Cruz Alta, Rio Grande do Sul. De acordo com o autor, a proeza realizada pelos três presos da Fortaleza de Santa Cruz havia sido um dos "prenúncios da Revolução de 1930" (MORAES, 1984, p. 87).

De fato, em seus relatos, já assentado na "simpática e acolhedora" cidade de Cruz Alta-RS, Mascarenhas de Moraes ouvia boatos sobre o clima das casernas verdes-olivas estar se aproximando para mais uma sublevação. A polêmica corrida eleitoral de 1930 foi o pano de fundo para atizar parte significativa das Forças Armadas, a qual, em conluio com grupos políticos civis organizados, flertava com a conspiração. O marechal conta que chegou a ser assediado por um político local, porém, como poderia esperar-se da sua narrativa, ele teria se agarrado aos valores constitucionais do seu profissionalismo militar (MORAES, 1984, p. 89). Só que, ao contrário do que ele pensava sobre outros oficiais, nem todos teriam demonstrado a mesma obstinação em defender a missão constitucional. E, segundo Mascarenhas de Moraes, a neutralidade e omissão de uma parte do oficialato resultou no sucesso dos golpistas, tendo à frente o ânimo e a força da maioria numérica dos praças – sob comando dos sargentos.

Boris Fausto, no seu texto *A Revolução de 1930*, reflete sobre vários âmbitos que teriam resultado no golpe de Estado que depôs Washington Luiz e ascendeu Getúlio Vargas à Presidência, sob vigor de um novo regime político no país. Fausto coloca a questão da participação dos tenentistas nesse processo, pondo em dúvida se seriam eles o grupo político mais próximo de aglutinar os interesses reais da classe média ou se, na verdade, eles seriam mais uma mobilização direcionada aos quartéis e ao projeto de nação de muitos desses militares, ferrenhamente contra o domínio das elites agrárias. Embora o autor se incline mais para a segunda hipótese, ele também há pontos em comum entre este movimento político-militar e as classes médias, tomando o voto secreto, a reforma administrativa, a independência do Judiciário e a reforma do ensino como os exemplos mais contundentes (FAUSTO, 1990, p. 241).

Mesmo assim, o viés autoritário do tenentismo causou muitos receios às elites dissidentes (aliadas da chapa de Getúlio Vargas, a Aliança Liberal), que se uniram a eles como a “última opção”. E foi o que determinou a possibilidade de se abrir espaço para uma “revolução” por parte dos conspiracionistas, tendo o pretexto perfeito com o assassinato do vice de Vargas, João Pessoa, em sua terra natal.

Assim foi que o tenente-coronel Mascarenhas foi preso, junto de muitos oficiais do 6º RAM e do 8º RI. Chegou a ser transferido para Porto Alegre, onde permaneceu preso pela conspiração, a bordo das embarcações Araçatuba e

Comandante Rippert. Do dia 4 de outubro ao dia 14 do mês seguinte, o futuro comandante da FEB ficou sob custódia das forças conspiradoras (MORAES, 1984, p. 90-92). Ao sair e se tornar adido ao QG da 3ª Região Militar, Washington Luiz já havia sido deposto e Getúlio Vargas ascendido ao poder.

Conforme o relato e pensamento do autor, o advento do Golpe de 1930 foi, de maneira inédita, a primeira vez que um movimento político toma proporções nacionais e alcança o seu êxito. Todavia, ele lamenta que as Forças Armadas tenham se polarizado entre legalistas e golpistas. Em seguida, o marechal apresenta uma contraposição inusitada entre outro episódio político-militar, o que justifica todo o nosso interesse neste último evento descrito e na proposição deste subcapítulo:

O movimento de março de 1964, trinta e quatro anos depois, tomou proporções ainda mais gerais. Representou, ao contrário [da divisão entre os militares em 1930], *a união das Forças Armadas*, supremo objetivo que deve ser almejado pelos chefes militares (MORAES, 1984, p. 92, grifo nosso).

Sucinto e inesperado, Mascarenhas de Moraes nos oferece uma luz sobre o que havia nos confrontado, desde o prefácio do general Meira Mattos e da Introdução. Com o verniz da suposta confidencialidade de sua autobiografia, o comandante da FEB nos permite entender que o significado da palavra *legalidade* vai além da defesa dos princípios constitucionais, uma das missões irrevogáveis do profissionalismo militar. Na verdade, ele aproxima o legalismo da *união*. Segundo essa sua passagem de *Memórias*, enquanto tenente-coronel, o espírito da legalidade estaria marchando, ombro a ombro, com o espírito da união da tropa – *a unidade política de todas as Forças Armadas*.

1.2.4 - Mascarenhas de Moraes e Dutra: antes da FEB

Em seu primeiro comando como coronel do Exército, Mascarenhas teve de se dobrar em seu espírito legalista para fazer valer os pilares da disciplina e da hierarquia, virtudes irrevogáveis do profissionalismo militar. Em 1932, no comando do 1º Regimento de Artilharia Montada, sediado na Vila Militar, o coronel apenas durou alguns meses, pois se recusou a fazer parte de uma manifestação político-

partidária de oficiais em favor de Getúlio Vargas, já presidente provisório do país. O então ministro da Guerra, general José Fernandes Leite de Castro, tratou de o transferir para o 9º RAM, em Curitiba. De fato, uma retaliação em nome do espírito da dita “Revolução de 1930” (MORAES, 1984, p. 95).

Mas o rigor da sua escolha pela legalidade compensou-o de alguma forma, porque, nos anos seguintes, Mascarenhas de Moraes foi transferido para comandos que o conduziram, por fim, à Escola Militar de Realengo – tornara-se seu comandante. Ao assumir a sua nova e importante função frente à Escola Militar, o futuro comandante da FEB teve de lidar com os infortúnios de uma época colérica no país, sobretudo, com fascistas e comunistas assediando os quartéis para reforçarem as suas causas.

O legalismo de Mascarenhas de Moraes logo esbarrou na tentativa golpista da Aliança Nacional Libertadora de instaurar um regime comunista no Brasil. Apesar de ter eclodido também em outros estados, no Rio de Janeiro, a Escola Militar de Realengo ficou entre as sublevações do 3º Regimento de Infantaria, na Praia Vermelha, e da Escola da Aviação Militar, no Campo dos Afonsos. Finalmente, sob o seu comando, Mascarenhas de Moraes proporcionou, segundo o entusiasmo de suas palavras, algo inédito na história político-militar dos cadetes do Exército: "Naquele memorável dia havia eu realizado, com o corpo de cadetes, um teste de disciplina e civismo. Sob meu comando, pela primeira vez no Brasil, os cadetes da Escola Militar saíam do quartel para defender a ordem e as instituições!" (MORAES, 1984, p. 101).

A atuação do então coronel de Artilharia frente àquela instituição do Exército não só lhe rendeu o acesso à carreira de general como também atraiu a atenção de ninguém menos do que o general Eurico Gaspar Dutra, ministro da Guerra do regime do Estado Novo (1937-45). Na autobiografia do comandante da FEB, é bastante chamativo os pronomes de tratamento que escreve para se referir a Dutra. O "Ex.mo Sr. Ministro da Guerra", em louvores escritos, segundo nos revela Mascarenhas de Moraes, descreveu o coronel comandante da Escola Militar de Realengo como um "distinto oficial", cujo "elevado conceito" foi exprimido durante os dois anos de comando, em que se conferiram "períodos difíceis na vida do Exército". Dutra ressalta que a saída de Mascarenhas de Moraes da Escola se deu por "imperativo do serviço", já que a sua promoção ao posto de general de brigada

fez "necessária a sua ação em outros setores da atividade militar". O ministro da Guerra ainda lhe transmitiu boa sorte, desejando que o promovido "continue a prestar o seu valioso concurso à obra urgente da segurança nacional" (MORAES, 1984, p. 111).

As marchas desses dois generais ainda se alinhariam muito até o advento da Força Expedicionária Brasileira, visto que, alguns meses depois, no ano de 1938, o ministro da Guerra viajou até Campo Grande, com a missão de inspecionar os dispositivos militares da 9ª Região Militar, sob mando do recém-promovido general de brigada. Apesar de pouco tempo em sua nova função, de acordo com o que nos fala o autor, Mascarenhas de Moraes foi responsável por melhorar a disciplina das tropas e a aparência das dependências dos quartéis de toda aquela Região Militar, a qual abrangia o extenso estado do Mato Grosso.

Em uma segunda oportunidade, o "Ex.mo Sr. Ministro da Guerra" não pôde evitar de observar que a 9ª Região Militar, sob comando de Mascarenhas de Moraes, "era uma oficina de trabalho, uma escola de civismo, uma forja de brasilidade", onde havia, por consequência, uma "tropa instruída, com o moral levantado e pronta para qualquer emergência". O general-ministro estadonovista ainda escreveu a seguinte sentença para coroar o seu elogio: "Louvo o Ex.mo Sr. General-de-Brigada Mascarenhas de Moraes pelas excelentes qualidades de chefe, confirmadoras de seu passado de soldado honesto, culto e trabalhador" (MORAES, 1984, p. 113).

Insisto em citar esses afagos ao nosso personagem febianos, porque, alguns anos posteriores, essa postura há de mudar completamente. A mesma figura elogiosa de Dutra irá investir, primeiro e sem sucesso, nos bastidores de um enfraquecimento do poder de comando de Mascarenhas na FEB. Com a guinada do comandante da FEB a um outro estilo de comando e o conseqüente deslanchar da Campanha, a partir da conquista de Monte Castello, os esforços do ministro da Guerra concentrar-se-ão na gradual e contínua supressão da divisão expedicionária em solo nacional, através do poder de seus decretos ministeriais.

Mas é claro que essas são análises e perspectivas sucintamente introduzidas nesta pesquisa. Conforme apontam Lilia Schwarcz e Benito Bisso Schmidt, o interesse da disciplina histórica a respeito do gênero biográfico deve transgredir,

oportunamente, o escopo da narrativa de vida do sujeito biografado, buscando inserir discussões, contextualizações e perspectivas referentes ao seu tempo histórico.

Embora Mascarenhas de Moraes estivesse percorrendo uma carreira militar exemplar, o suficiente para capturar a atenção do general Dutra, ministro da Guerra de Getúlio Vargas, naquele momento, em 1940, nenhum dos dois poderia saber que o governo ordenaria efetivamente a criação de uma divisão de infantaria expedicionária em três anos e que isso seria fruto de acordo com os EUA, depois de muita resistência brasileira a pressão estadunidense (MOURA, 1993, p. 185-186). Muito menos poderiam ter a noção de que Mascarenhas de Moraes seria convidado a ser comandante de tal histórica mobilização militar do país, por escolha pessoal de Vargas (MORAES, 1984, p. 491), em detrimento da ambição de Dutra a este cargo (MALIN, 2023) – e que o seu triunfo, assim como o triunfo militar do Brasil, óbvia e conseqüentemente, não mais traria cordialidades do ministro varguista.

Antes de chegarmos lá, contudo, é preciso retomar a narrativa do então general de brigada, pois, ao fim do posto de duas estrelas do seu generalato, Mascarenhas de Moraes teve um ímpeto decisivo para consagrar um terceiro expresso elogio de Dutra e um primeiro – e distinto – reconhecimento de uma personalidade estrangeira. Com o desejo próprio de pôr à prova a sua "autoridade funcional", ele resolveu aventar, entre os seus superiores, a possibilidade de transferência para quartéis nas regiões ao norte do Brasil. Motivo: o deflagrar da Segunda Grande Guerra, em setembro de 1939 (MORAES, 1984, p. 114).

Desse modo, o general de duas estrelas de Artilharia foi nomeado comandante da 7^o Região Militar, no dia 8 de maio de 1940, assumindo efetivamente o seu mais novo posto em 21 de junho daquele mesmo ano. As dependências militares sob suas rédeas incluíam toda a região Nordeste, além de dois estados do Norte e o arquipélago de Fernando de Noronha.²⁰

²⁰ É importante lembrar que, segundo os parâmetros cartográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 1940, a região Nordeste era composta apenas de cinco estados, estando o Sergipe e a Bahia integrado à extinta região Este, e, os estados do Piauí e do Maranhão, junto dos limites da região Norte. Conferir em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/19383-dividir-para-conhecer-as-diversas-divisoes-regionais-do-brasil>.

De acordo com o relato de sua autobiografia, o marechal, naquela época, já tinha previsto que as porções mais ao norte do Brasil poderiam ser locais atrativos tanto para um lado quanto para outro da guerra:

Do ponto de vista militar, o Nordeste tornou-se, na Segunda Guerra Mundial, um provável teatro de operações, cuja sorte interessava aos dois blocos então em luta. Excelente área de apoio em homens e materiais, faltava-lhe no entanto uma infraestrutura industrial, pelo que dependia de outras áreas brasileiras, em particular o Leste e o Sul (MORAES, 1984, p. 115).

Conforme vimos com Moura na Introdução, da política externa estadonovista ao longo da Segunda Guerra Mundial, houve notável pressão por parte do governo dos EUA para um recrudescimento da militarização do Nordeste, antevendo ser esta uma região estratégica pelo seu acesso ao Atlântico, ligando a América e a África. Conferimos também, no início desta monografia, que Dietrich desenvolveu um trabalho importante acerca da infiltração do Partido Nazista no Brasil, o que investigou e levantou indícios concretos de que os nacional-socialistas investiam em uma eventual invasão da América pelo território brasileiro²¹, tendo como alvo os estadunidenses.

O mando militar do general de brigada Mascarenhas de Moraes na 7º RM teria fim só no fim de janeiro de 1943. É possível perceber que, até o fim do seu comando, mais da metade da guerra já tinha transcorrido. Segundo o seu primeiro prefaciador e admirador, o general Meira Mattos, antes de "terminar nas glórias da FEB", o trabalho de Mascarenhas de Moraes no conflito mundial teve início nesses quase três anos de serviço na porção setentrional do país (MATTOS, 1984, p. 4).

Em *Memórias*, de fato, o autor apresenta e descreve brevemente uma série de medidas e esforços que tomou para transformar a 7º RM em um território capaz de defender militarmente o Brasil. O contingente de militares foi quase multiplicado por dez vezes, somando 50 mil combatentes. Quartéis foram deslocados, outros foram construídos do zero. As Armas, Quadros e Serviços do Exército foram

21 Dietrich menciona algumas ideias do trabalho de Ricardo Seitenfuss com o objetivo de considerar que a penetração do Partido Nazista no Brasil não se deu apenas no plano de relações entre os governos brasileiro e alemão. Mais do que uma aproximação pontual do germanismo, ideias nazistas encontraram formas de se propagar através de interferências no processo de educação em escolas, lugar de grande potencial de divulgação e consequente adesão. Ainda segundo Seitenfuss, a prevalência de companhias aéreas alemãs no espaço aéreo brasileiro teria colaborado para que eles espionassem e transmitissem informações estratégicas do país sul-americano. Mais uma vez, sinais reais do "perigo alemão": "Para [René Ernaine] Gertz, a propaganda norte-americana e inglesa sobre 'perigo alemão' teria sido uma variável importante para o governo brasileiro se posicionar em favor dos Aliados. Segundo esta propaganda, haveria um real perigo de invasão militar alemã no Brasil, principalmente nas áreas de maior colonização, na região Sul brasileira" (DIETRICH, 2007, p. 365). Conferir SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. *O Brasil de Getúlio Vargas e a formação dos blocos: 1930-1942: o processo de envolvimento brasileiro na II Guerra Mundial*. São Paulo: Nacional; Brasília: Fundação Pró-Memória, 1985, p. 97.

mobilizados e deslocados, através de suas várias unidades, para a região, sendo entre elas unidades de artilharia, cavalaria, engenharia, comunicações e serviço, todas motorizadas em alguma medida. A infantaria, por sua vez, pode contar com a vantagem de se instalar propriamente nos sete estados da RM, ao contrário do que ocorreu com as demais, arriscando-se pelo transporte fluvial, tão periclitante na época devido às investidas de submarinos alemães contra embarcações na costa brasileira. Além dos investimentos e expansões feitos diretamente na máquina de guerra do Exército Brasileiro, Mascarenhas de Moraes também citou as colaborações de autoridades políticas e empresariais na construção e incrementação de outras estruturas para suprir a 7^o RM, como hospitais adaptados, dependências mais confortáveis nos quartéis e novos depósitos de munição e combustível (MORAES, 1984, p. 116-117).

Embora Meira Mattos possa ser considerado uma referência um tanto suspeita para analisar o que tinha realizado o então general de brigada, o general Dutra o fez muito antes, oportunamente, durante o comando de Mascarenhas de Moraes na 7^o RM. Em visita a estas instalações militares, em setembro de 1941, o ministro do Estado Novo, conforme expõe o autobiógrafo, "não escondeu surpresa" ao observar o "espírito saudável e patriótico" das unidades militares sob seu comando. E, assim como das outras vezes, o autor fez questão de transcrever cada palavra do *excelentíssimo* ministro da Guerra à sua pessoa:

O comandante da região, General-de-Brigada João Baptista Mascarenhas de Moraes, espírito novo, empreendedor e enérgico, é um chefe à altura da missão que lhe foi confiada. Homem de inteligência e de ação, sereno e decidido, vem, sem hesitação, dando completo desempenho às suas complexas e elevadas obrigações (MORAES, 1984, p. 118).

Apesar do nosso expresso interesse em observar as tratativas prévias do general Dutra, outro reconhecimento aos serviços militares prestados por Mascarenhas à Região Militar no Nordeste merece consideração. De acordo com o que o autor nos narra de sua trajetória, o seu longo comando na 7^o RM termina ao fim de janeiro de 1943. Por outro lado, no fim de janeiro, também ocorreu um importante encontro de autoridades políticas, justamente no local mais visado, militarmente, no Brasil naquela época:

A 28 desse mês de janeiro verificou-se o encontro, em Natal (Rio Grande do Norte), dos Presidentes Roosevelt e Vargas, através do qual esses dois chefes de Estado acertaram medidas tendentes a concretizar a participação efetiva de

contingentes brasileiros ao lado das forças das Nações Unidas (MORAES, 1984, p. 120).

Eis os rascunhos da Força Expedicionária Brasileira. É possível afirmar que esse encontro entre presidentes dos EUA e Brasil foram seus claros prenúncios. Ademais, por ocasião da passagem de Roosevelt em terras brasileiras, outros sinais se manifestaram. Junto de um extenso reconhecimento, escrito pelo líder estadunidense, acerca dos "notáveis serviços como general-comandante da 7^o Região Militar", oriundos de uma "conduta excepcionalmente meritória" em benefício do Brasil e das Forças Aliadas, João Baptista Mascarenhas de Moraes recebeu a condecoração da Ordem da Legião do Mérito (MORAES, 1984, p. 121). Conforme assinado pelo presidente daquele país, o exército estadunidense reconhecia e condecorava a atuação e os esforços do general de divisão brasileiro – promovido desde meados de 1942.

É preciso apontar que o futuro comandante da FEB não deixa claro, em suas *Memórias*, se ele esperava ou não o seu futuro comando. No entanto, apesar de Dutra não ter sido específico quanto à "missão que lhe foi confiada", Mascarenhas tornava-se, entre os generais do Exército, um possível candidato para conduzir uma eventual expedição militar fora do país – possivelmente, fora do continente sul-americano, do outro lado do Atlântico. A indicação do seu nome, por fim, ainda ganhara o selo vermelho, azul e branco da águia ianque.

Em pouco tempo à frente da 2^o RM, em São Paulo, Mascarenhas recebeu um telegrama do ministro da Guerra, em 9 de agosto de 1943. Tratava-se de um convite. Desde seu último ano na chefia da Região Militar do Nordeste, o então general de três estrelas já acompanhava às sinalizações e manifestações oficiais do governo federal quanto às “responsabilidades de uma ação [militar] fora do continente”, segundo as próprias palavras transcritas do presidente Getúlio Vargas, em um evento de confraternização com autoridades das Forças Armadas, no último dia do ano de 1942 (MORAES, 1984, p. 119).

A mensagem enviada do Ministério da Guerra ao comando da 2^o RM, então, consultava Mascarenhas de Moraes se ele aceitava comandar uma das futuras divisões de um Corpo Expedicionário. No dia seguinte, o general de divisão aceitou o convite de comando do governo para o Teatro de Operações da Europa.

1.3 - O comandante da FEB

Devido ao enfoque deste capítulo ser a marcha escrita de João Baptista Mascarenhas de Moraes como comandante da FEB, uma análise mais contextual e detalhada da Força Expedicionária, bem como dos aspectos a serem considerados sobre a composição dos seus soldados, será feita no decorrer do capítulo II já que o seu interesse se debruça mais exclusivamente sobre os expedicionários.

Ao tratar especificamente da Campanha da Itália em suas *Memórias*, o autor utiliza como base duas referências suas: *A FEB pelo seu comandante*²² e *Diário de Campanha*²³. Tratam-se de produções de cunho técnico-militar e pessoal, respectivamente, estando ambas imersas no propósito de "fidelidade histórica", conforme ele próprio define e reafirma sempre que possível, ao longo de seu texto (MORAES, 1984, p. 124). Devido a escolhas, objetivos e limites da pesquisa, não trataremos aqui destas duas obras de autoria do marechal Mascarenhas de Moraes, embora aproveite para definir e reafirmar também que examino a sua outra obra, *Memórias*, como uma rica fonte histórica, cujo conteúdo, não só se adiciona à bibliografia historiográfica mobilizada, mas também permite interpelá-lo criticamente.

Além de relevar as referências bibliográficas utilizadas para essa nova confecção acerca da Campanha da FEB, a qual recheia grande parte das páginas dos dois volumes das suas *Memórias*, Mascarenhas de Moraes apresenta uma perspectiva interessante sobre como pretende escrevê-la de novo:

Nestas Memórias cabe-me fazer uma síntese interpretativa da FEB. Destacarei ainda fatos que, *permanecendo restritos ao meu conhecimento pessoal*, ou a limitado número de outros chefes, brasileiros ou americanos, muito influíram na conduta do comando da FEB, repercutindo, em consequência, no curso das operações (MORAES, 1984, p. 124, grifo nosso).

1.3.1 - Preliminares da campanha do comandante

22 Cf. MORAES, João Baptista Mascarenhas de. *A FEB pelo seu comandante*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2005.

23 Embora o autor afirme, em sua obra, que este título já tenha tido o acesso aberto à divulgação, esta pesquisa não conseguiu localizá-lo para o referenciar propriamente.

De um lado, por meio da escrita que o autor procura exprimir em sua obra, é possível observar um certo entusiasmo e admiração em lembrar e contar a respeito desses momentos iniciais que aconteceram depois de receber o convite oficial do Ministério da Guerra para integrar o comando da FEB. Foi preciso um dia para avaliar, junto de sua esposa, a mais nova missão imposta pela carreira e responder ao ministro: “Muito honrado e, com satisfação, respondo afirmativamente consulta que V. Exa. acaba fazer em rádio” (MORAES, 1984, p. 122).

Todavia, de outro lado, o que poderíamos imaginar como uma empolgação do autobiografado reverteu-se rapidamente em relatos objetivos e críticos sobre os muitos reveses que logo se edificaram perante a sua incipiente missão no comando da FEB. Reveses estes que começaram bem antes das batalhas no Teatro de Operações da Segunda Guerra Mundial.

Acerca das dificuldades imediatas do desempenho de sua missão como comandante da nascente Força Expedicionária, o marechal criticou veementemente as interferências políticas que sofreu de "elementos do quinta-colunismo indígena"²⁴ – estes "simpatizantes e adeptos da causa totalitária" (MORAES, 1984, p. 134, grifo nosso). De acordo com Mascarenhas de Moraes, desde o princípio da criação da FEB, uma considerável oposição emergiu de vários setores da sociedade brasileira – sobretudo, de dentro do governo, bem próximos da Presidência da República – para prejudicar e comprometer a plena execução da participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Fosse por meio do tráfico de informações importantes para o inimigo, fosse por meio da sabotagem interna, como o aumento dos preços de alimentos e a disseminação de boatos, muitas foram as táticas adotadas por esses "quinta-colunistas" com o claro objetivo de embargar a organização da Força Expedicionária, conforme expõem as suas *Memórias*:

Era de ver-se, então, o desfaçamento dos agentes do quinta-colunismo não apenas entregues ao torpe mister de avisar ao submarino Tedesco as saídas de navios marcantes de nossos portos, senão também empenhados em tirar proveito do comodismo e egoísmo das classes favorecidas, bem como a ignorância e

24 Segundo Dietrich, a expressão “Quinta-Coluna” era empregada por brasileiros para se referir pejorativamente a alemães, italianos e japoneses residentes no Brasil, associando-os a uma suposta imagem de agentes sabotadores em serviço dos regimes fascistas do Eixo. Para explicar a origem deste termo, a historiadora recorreu a Rogério Dezem (2000), que busca na Guerra Civil Espanhola (1936-39) a explicação: como forma de nomear os traidores da causa republicana presentes em Madri, “simpatizantes das quatro colunas franquistas que marchavam sobre a cidade”, estes anti-republicanos adquiriram a pecha de “quinta-colunistas” (DEZEM, 2000, p. 38 apud DIETRICH, 2007, p. 132). Mascarenhas de Moraes, por sua vez, não faz menção a nenhum povo originário, o que nos sugere pensar que utilizou o vocábulo “indígena” no seu sentido mais genérico, referindo-se ironicamente à ideia de que o “quinta-colunismo indígena” seria um movimento de brasileiros agindo, dentro do próprio território nacional, a favor do inimigo durante a guerra. Cf. DEZEM, Rogério. **Shindô-Renmei: terrorismo e repressão**. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2000.

descontentamento das camadas mais humildes de nossa população. Sobre explorarem certos efeitos desalentadores da guerra, tais como o racionamento de gasolina, a ameaça submarina na travessia oceânica do contingente expedicionário, a alta dos preços dos gêneros de primeira necessidade, esses agentes desencadearam insidiosa campanha de descrédito às forças e pessoas que, para desagravo da ofensa que tanto indignara o povo, queriam realmente lutar ao lado das Nações Unidas (MORAES, 1984, p. 134).

Ele também trata da falta de preparação psicológica, por parte do governo, à sua população, relacionadas, por ele, ao fracasso da contenção da propaganda nazista dentro do Brasil, já que havia sérias divergências quanto à preponderância da participação brasileira no conflito. Outro ponto abordado foi a falta de critérios mais rigorosos para a seleção de pessoal, a fim de compor a FEB. Apesar do soldado brasileiro, segundo Mascarenhas de Moraes, ter conseguido adaptar-se ao ambiente adverso da Campanha da Itália, a seleção dos combatentes não foi feita da melhor maneira.²⁵ Estudos fundamentais, como os conduzidos por Joaquim Xavier da Silveira e Francisco César Ferraz, que examinaremos a fundo no capítulo II, corroboram com tais perspectivas críticas apontadas pelo marechal.

Do tempo de quase um mês que a Comissão Militar Brasileira permaneceu viajando, para observar a realidade das tropas aliadas no Teatro de Operações do Mediterrâneo, Mascarenhas de Moraes faz uma descrição extremamente detalhada das atividades que ele e outros militares fizeram no mês de dezembro de 1943. Entre incontáveis viagens intermitentes até Nápoles, na Itália, a Comissão Militar Brasileira acompanhou de perto a que se enfrentava na guerra, desde as intempéries climáticas a visitas a centros de instrução e treinamento e acompanhamentos em posições avançadas dos Aliados no front italiano. Todavia, conforme vários autores afirmam sobre esta missão de observação comandada pelo então general Mascarenhas (PUGIALLI, 2014, p. 86; SILVEIRA, 2001, p. 58-59), as autoridades brasileiras pouco deram atenção aos seus relatórios:

Atribuo grande importância à viagem que fiz à África e à Itália, onde conheci, *in loco*, as rigorosas condições climáticas a serem suportadas pela tropa, exigindo agasalhos e calçado adequados. Infelizmente minhas observações pessoais não foram devidamente aproveitadas pelo Ministério da Guerra (MORAES, 1984, p. 140).

Isso porque, segundo ele, havia uma certa contrariedade, dentro da cúpula do regime estadonovista, à missão expedicionária brasileira no conflito:

Certas decisões de âmbito governamental, relacionadas direta ou indiretamente com a criação da FEB, convenceram-me de que a vontade do Presidente Vargas

²⁵ Mascarenhas de Moraes foi designado para organizar e instruir a 1ª DIE, porém, cada uma das unidades dessa divisão ficou no âmbito dos seus respectivos comandantes regionais. O marechal critica essa execução como mais uma forma de esvaziar o seu comando (MORAES, 1984, p. 140).

passara a prevalecer nos rumos da nossa política exterior. Tal prevalectimento, todavia, não se processou com a desejável plenitude; portanto, permaneceram em seus postos de administração pública alguns auxiliares imediatos do Chefe do Governo, sabidamente contrários à participação do Brasil na guerra, ao lado das democracias (MORAES, 1984, p. 133).

Nas palavras de Joaquim Xavier da Silveira, veterano da FEB, embora Mascarenhas de Moraes tenha levado esse “seu segredo para o túmulo”, sobre quem eram as autoridades palacianas do Estado Novo contra ao envio de tropas à frente de guerra na Europa (SILVEIRA, 2001, p. 56), esta pesquisa sustenta a hipótese de dois nomes que nos interessam. Um deles, talvez, o mais perceptível, trata-se do general Pedro Aurélio de Góis Monteiro. Militar do Exército, figura altamente destacada durante os quinze primeiros anos de Vargas no poder, tendo sido antecessor de Dutra no Ministério da Guerra, chefe do Estado-Maior do Exército e, especialmente, uma das autoridades envolvidas na articulação do Plano Cohen, o qual levou à instauração do Estado Novo, um regime com muitos traços comuns aos fascismos italiano e alemão (RAMOS, 2023). Por fim, é válido relembrar de uma afirmação de Gerson Moura, na Introdução, acerca do posicionamento diplomático ambíguo do Brasil ao longo dos primeiros anos da guerra, apontando para Góis Monteiro e Dutra como duas autoridades identificadas “por seus sentimentos pró-Eixo” (MOURA, 1993, p. 180).

O segundo nome, por sua vez, já adiantado acima por Moura, chama-se Eurico Gaspar Dutra. No entanto, já citamos rapidamente aqui, de acordo com verbete produzido por Mauro Malin ao *Atlas Histórico do Brasil*, do CPDOC/FGV, da cobiça de Dutra pela chefia da Força Expedicionária, o que pode nos provocar a questionar a nossa hipótese. Por outro prisma, torna-se bastante sugestivo observar os atos ministeriais de Dutra, durante a Campanha da FEB, e os seus atos executivos para com os veteranos, quando, depois de janeiro de 1946, tomou posse como presidente da República. Sem falar que, contra as suas ambições, o general Mascarenhas é quem foi nomeado para o cargo que queria, tendo ele próprio o dever de comunicá-lo: "Dias depois, por um telefonema matinal do General Dutra, soube que o Presidente Getúlio Vargas escolheu pessoalmente o meu nome, entre os de outros generais, para o comando da 1.^a Divisão Expedicionária (1.^a DIE)" (MORAES, 1984, p. 131-132).

O embarque do 1º Escalão da FEB foi feito sob completo sigilo, conforme muito fora simulado em situações normais e de emergência, durante o breve tempo de adestramento da 1ª DIE. O cuidado foi tamanho que, segundo conta em suas

Memórias, o marechal Mascarenhas de Moraes tinha sido o único a saber do destino daquela longa viagem marítima, rumo ao Teatro de Operações do Mediterrâneo.²⁶ Ninguém a bordo, exceto o comandante da FEB, tivera conhecimento de que o navio de guerra estadunidense *General Mann* desembarcaria no porto de Nápoles, Itália (MORAES, 1984, p. 143). Afinal, era crucial que nenhuma interceptação ocorresse por ar ou por mar das forças inimigas.²⁷

Ainda sobre o embarque do Primeiro Escalão de febianos, o autor transcreve um documento pessoal de suma importância, que corrobora com uma das hipóteses desta monografia. Antes de embarcar efetivamente com a sua tropa, como muito insistira para que fizesse, contra a recomendação do ministro da Guerra (MORAES, 1984, p. 143; SILVEIRA, 2001, p. 61)²⁸, o general Mascarenhas de Moraes entregou uma "carta confidencial" ao presidente da República, Getúlio Vargas.

No conteúdo da carta, o comandante da FEB escreveu, de modo franco, a respeito das suas preocupações quanto às imediatas dificuldades encontradas pelo seu comando ao preparar os febianos para a guerra. Por se referir aos entraves vividos perante os "poderes públicos" e às "fontes provedoras", todos imersos num "ambiente de incompreensão" em relação ao esforço brasileiro de participar e contribuir pela causa dos Aliados na guerra, Mascarenhas revela "admitir ou recuar dificuldades maiores" a partir do momento em que a FEB estiver unida à nação brasileira somente "pelo espírito e pelo coração". Em seguida, o comandante é um pouco mais específico e aponta para os excessivos "processos burocráticos e a rotina de tempos de paz", os quais tornam decisivamente lenta a ação do governo em prol de sua Força Expedicionária. Por fim, antes de expressar a sua gratidão e admiração pela figura de Vargas, em gesto decoroso ao presidente da República,

²⁶ Muitas referências oscilam entre denominar *Teatro de Operações do Mediterrâneo* e *Teatro de Operações da Itália*, como em Ferraz (2012) e Ferraz (2001). O próprio marechal emprega os dois termos em sua autobiografia, contudo, a partir do momento em que as suas descrições da Frente Italiana se tornam inevitavelmente frequentes, devido ao decorrer da narrativa, ele mesmo ressalta um ponto importante o qual também decidi acatar nesta pesquisa: "teatro de operações da Itália, agora assim chamado por já estarem transportando, nessa época [julho de 1944], os últimos elementos aliados do Norte da África, motivo pelo qual perdeu o nome anterior de teatro de operações do Mediterrâneo" (MORAES, 1984, p. 150).

²⁷ De acordo com Ricardo Pugialli, que complementa a narrativa do comandante da FEB, nas noites dos dias 28, 29 e 30 de junho, "três comboios ferroviários, com as luzes apagadas e janelas fechadas", evacuaram da Vila Militar para outro local de treinamento. Durante a virada de 29 para 30, um vagão tomaria o destino para o 1º Regimento de Infantaria, em Santa Cruz, um segundo vagão iria para o 6º RI, em Nova Iguaçu, e o terceiro restante partiria para o 11º RI, na região do Recreio dos Bandeirantes. Todos os três carros partiram com militares dos "três grupamentos táticos da 1ª DIE": "O [comboio ferroviário] de Nova Iguaçu percebeu durante todo o trajeto do trem que estavam indo na verdade para o cais do Porto, em total sigilo, para o embarque para a Itália. Todo este segredo era necessário, por causa da grande quantidade de espões infiltrados entre a população" (PUGIALLI, 2013, p. 108).

²⁸ No relato autobiográfico, Mascarenhas de Moraes apenas cita a intransigência de Dutra contra a sua vontade de embarcar junto dos expedicionários, o que acabou de fato acontecendo, devido à insistência do comandante da FEB. Silveira, por sua vez, narra exatamente o que conta o marechal e acrescenta que Dutra desejava que Mascarenhas fosse de avião, acompanhado de um grupo de oficiais.

Mascarenhas de Moraes justifica o tom explicitamente confidencial de sua carta com o "único intuito de sermos fiéis e leais ao Brasil e a nós mesmos" (MORAES, 1984, p. 144-145).

Da mesma forma que veremos adiante, no último eixo de análise de *Memórias*, quando falarmos da sua investidura ao posto de marechal do Exército, Mascarenhas sabia que o chefe do Estado Novo poderia ser o único a confiar no seu comando e na missão da Força Expedicionária Brasileira. Ao entregar esta carta a Vargas, o comandante da FEB escancara a sua desconfiança em relação ao regime estadonovista, sobretudo, por conta de “alguns auxiliares imediatos do Chefe do Governo”, estes “elementos do quinta-colunismo” e “simpatizantes e adeptos da causa totalitária”, que maquinavam, nas sombras de uma ditadura muito semelhante ao fascismo italiano e ao nacional-socialismo alemão, “contrários à participação do Brasil na guerra”. Todas aspas de confissões do marechal, já citadas anteriormente, sobre as suas percepções, ao olhar para o passado, acerca das preliminares vividas da campanha.

Sendo assim, acabo por concordar em partes com a colocação de Silveira sobre esse imbróglio:

Ele [Mascarenhas de Moraes], melhor do que ninguém, poderia nominar aqueles que agiram passiva ou ativamente contra a FEB, mas deve ter concluído que uma denúncia pública não acrescentaria nada à história, pois o grupo embarcou e cumpriu o seu dever. A existência desse antagonismo permite também concluir que a FEB foi, talvez, a única unidade militar empregada na II Guerra que teve de lutar dentro do seu próprio território para existir como tropa e mais tarde, então, ir combater o inimigo no exterior (SILVEIRA, 2001, p. 56).

Apesar de assumidamente especulativa, através do advérbio “talvez”, a reflexão deste febianos expressa bem o que Mascarenhas de Moraes admitiu a Getúlio Vargas, instantes antes do embarque para o desconhecido destino do Teatro de Operações da Itália. Além disso, arrisco dizer que, munido, inevitavelmente, dos olhos que já sabem minimamente do futuro subsequente, esta reflexão também nos provoca a imaginar que o Aviso Ministerial nº 217-185 já era um risco e que a luta dos ex-combatentes pela sua reintegração social e política já estava posta. Com uma segunda frente de batalha aberta em seu próprio país, os expedicionários, primeiro, tiveram de a deixar, para combater a outra frente, na Europa.²⁹ Uma vez superada

²⁹ Silveira apresenta uma leitura de luta em duas frentes dos expedicionários semelhante à minha, porém, com uma diferença sutil. Enquanto eu me refiro a uma frente aberta e presente em território nacional, só podendo ser enfrentada após o regresso da FEB, Silveira define esta segunda frente como uma “frente interna” à própria Força Expedicionária, estando ela entreposta aos febianos durante a própria guerra, “atrapalhando e cerceando a atuação de seu comandante” (SILVEIRA, 2001, p. 217). Embora tenha lido e analisado *A FEB por um soldado* obviamente antes de escrever esta pesquisa, não tive a

a Campanha da Itália, eles retornaram para enfrentar o cachimbo que a cobra não fumou.

Por outro lado, diferente de Silveira, não creio que o marechal tenha evitado expor nomes em sinal de desprezo e insignificância que tal ato haveria de contribuir à história. Na verdade, embora o comandante da FEB tenha sido caracteristicamente um indivíduo bastante discreto em suas vontades e manifestações políticas, traço que até Silveira escreveu sobre (SILVEIRA, 2001, p. 55), ele não escapou de as reproduzir de alguma forma. Mascarenhas de Moraes serviu ao Exército em tempos de constante e crescente politização nos quartéis, e a política acabou indo até ele. O seu “espírito legalista”, calcado no fator de união do oficialato das Forças Armadas, desse modo, fez escolhas e tomou posicionamentos.

Portanto, mesmo que não tenha proferido denúncias nominais dos inimigos domésticos da FEB, por ser um sujeito reservado em sua expressão político-ideológica, ele o fez da mesma forma. Indiretamente, o marechal Mascarenhas de Moraes nos dá indícios em sua obra. Se o comandante da FEB exprime a sua confiança, antes e depois da guerra, em Vargas, conforme apontei parágrafos acima, é porque ele sabia em quem não devia confiar. E, sem exatamente dar nomes, isto fica bastante claro.

1.3.2 - O comando e o seu comandante: breves considerações do Estado-Maior da FEB e da “disciplina legalista” de Mascarenhas de Moraes

Em *A FEB por um soldado*, estudo escrito pelo veterano Joaquim Xavier da Silveira, separa um capítulo para apresentar o Estado-Maior da 1ª DIE, bem como os seus respectivos representantes institucionais - o comando central e as quatro seções. O Estado-Maior da FEB era simplesmente a instância militar responsável por dar vida à Força Expedicionária Brasileira.

O chefe do Estado-Maior foi o coronel Floriano de Lima Brayner.³⁰ A primeira seção, relacionada à gestão pessoal da FEB, ficou ao cargo do tenente-

intenção de citar indiretamente Silveira, o que pode ser conferido pela distinção de perspectivas em nossas analogias e justificado pela minha escolha de não referenciá-lo no corpo do texto e citá-la em nota, como uma interessante coincidência.

³⁰ Infante, integrado à instituição militar em 1913, Lima Brayner pode ser destacado por suas muitas críticas às condições impostas pela cooperação militar com os EUA. No plano da FEB, ele também foi bastante crítico à atuação do então tenente-coronel Castello Branco, sobretudo, durante a missão de conquista do Monte Castello. Destacou-se nas negociações do triunfo febianos na manobra Collecchio-Fornovo. Ascendeu até o último posto do

coronel João da Costa Braga Júnior. A segunda seção, sob chefia do tenente-coronel Amaury Kruel³¹, consistiu no serviço de informações. A terceira, por sua vez, foi comandada pelo tenente-coronel Humberto de Alencar Castello Branco, "o centro nervoso do Estado-Maior", uma vez que cuidou de toda a parte operacional na guerra, sendo guarnecida pelas informações prestadas pelas demais seções. Em dada virada de conjuntura interna, a terceira seção e Castello Branco assumiram um protagonismo notável no decorrer da guerra, sendo este ponto a ser destacado mais à frente. Por fim, a quarta seção se tratava das atividades logísticas, um grande dispositivo do Serviço de Intendência, chefiada pelo tenente-coronel Aguinaldo José de Senna Campos³² (SILVEIRA, 2001, p. 207).

Ainda sobre esse Estado-Maior, é importante compreender que ele reunia alguns dos militares mais qualificados para tais chefias, tendo todos passado pelo curso de formação da Escola de Estado-Maior do Exército e, em sua maioria, por cursos de atualização do exército dos EUA, em Fort Leavenworth.³³ A escolha destes cinco oficiais se deu permeada por influências políticas das quais o comandante da Divisão, o general Mascarenhas de Moraes, não pôde escapar

generalato e, em 1961, foi nomeado ministro do Superior Tribunal Militar (STM). Em 1967, quando aposentou-se por conta de ter chegado à idade máxima permitida, moveu uma ação, com sucesso, no STF contra um decreto do então presidente Castello Branco, que o reformou como general de exército, ao invés de marechal, conforme muitos generais que foram à guerra. No ano seguinte, publicou *A verdade sobre a FEB: memórias de um chefe de Estado-Maior na Campanha da Itália*, trazendo a público todas as suas críticas pessoais acima citadas. Cf. LEMOS, Renato. Brayner, Floriano de Lima. In: Centro de pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: FGV, 2009. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/brayner-floriano-de-lima>. Acesso em: 1 mai. 2024.

31 Cavalariano, incorporado à Escola Militar de Realengo em 1918, na Campanha da Itália, participou dos ataques à Linha Gótica alemã, como as operações no vale do rio Serchio, que levaram à vitória febianiana em Coreglia. Antes do segundo ataque malogrado ao Monte Castello, no dia 12 de dezembro de 1944, sendo chefe da Seção de Informações do EM-FEB, o então tenente-coronel Kruel apresentou um relatório contrapondo-se à estratégia da Seção de Operações, o qual foi recusado por Castello Branco. Chegou ao último posto de general, tendo se envolvido relativamente na vida política, destacando-se a sua amizade com João Goulart que, após os desgastes da conjuntura político-militar, chegou ao fim com sua reticente adesão ao movimento de 31 de março de 1964. Kruel, que teve o nome cogitado à cadeira presidencial militar, foi para a reserva como marechal em 1966. No mesmo ano, lançou um manifesto contra as determinações eleitorais do Ato Institucional Nº 2, em 1966, e se elegeu suplente de deputado federal pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), tornando-se deputado em 1967. Cf. COUTINHO, Amélia. Kruel, Amauri. In: Centro de pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: FGV, 2009. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/kruel-amauri>. Acesso em: 1 mai. 2024.

32 Artilheiro, promovido a aspirante a oficial em 1922, destacou-se no seu trabalho à frente das operações logísticas da FEB durante toda a Campanha da Itália, valendo-lhe constantes elogios de Mascarenhas de Moraes, escritos em boletins internos, sem falar do próprio reconhecimento do IV Corpo de Exército dos EUA pelo seu desempenho, com o diploma de Membro Honorário (BENTO, 2022, p. 35-36). Ademais, o então tenente-coronel Senna Campos foi o responsável por desenhar o distintivo da cobra fumando, segundo relata Mascarenhas em sua autobiografia (MORAES, 1984, p. 194). Mais dedicado à intelectualidade militar, Senna Campos integrou-se ao Corpo Permanente da Escola Superior de Guerra (ESG) em 1951, entrando para a reserva, cinco anos depois, no posto de general de divisão. Em abril de 1964, após a instauração do regime e a posse presidencial de seu companheiro de farda febianiano, foi nomeado presidente do IBGE, cargo que exerceu até abril de 1967. É consagrado pela caserna "fartamente" como um historiador militar (BENTO, 2022, p. 36). Cf. BENTO, Cláudio Moreira. Aguinaldo José Senna Campos. In: _____. **Historiadores do Exército, militares falecidos**. Rio de Janeiro: AHIMTB, 2022. Livro eletrônico. p. 34-37. Disponível em: [https://www.ahimtb.org.br/HISTORIADORES%20DO%20EX%C3%89RCITO%20-%20COMPLETO%20-%20Revis%C3%A3o%20Fagundes%20-%20-%20-%20finalizada%20em%2013-11-22%20\(1\)%20\(1\)%20\(1\)%20\(1\).pdf](https://www.ahimtb.org.br/HISTORIADORES%20DO%20EX%C3%89RCITO%20-%20COMPLETO%20-%20Revis%C3%A3o%20Fagundes%20-%20-%20-%20finalizada%20em%2013-11-22%20(1)%20(1)%20(1)%20(1).pdf). Acesso em: 1 mai. 2024.

33 Conquanto muito oficiais do Estado-Maior da FEB tenham concluído o estágio de atualização nos EUA, Mascarenhas de Moraes, todavia, teve de cancelar o seu devido ao pouco tempo disponível para as altas demandas de seleção, convocação e treinamento da tropa expedicionária (SILVEIRA, 2001, p. 59).

(SILVEIRA, 2001, p. 208). O Estado-Maior da FEB também foi responsável por viajar primeiro à Itália, a fim de avaliar em que pé se dariam as operações do Brasil na frente italiana, assim como as melhores estratégias, opções e desvantagens a serem protocoladas na hora de selecionar os combatentes. Além disso, por meio da autoridade do general Mascarenhas de Moraes, o Estado-Maior da FEB era uma ponte importante com os aliados estadunidenses.

Ao tratar da questão disciplinar da tropa febianiana em suas *Memórias*, o comandante da FEB frisa bastante a centralidade que o pilar da disciplina exerceu sobre a Campanha da Itália. Como sabemos, disciplina e hierarquia são dogmas da vida militar na caserna, o que não poderia ser diferente nas atividades de campo – atividades reais de guerra.

Desse modo, o comando da FEB, sob orientação direta de Mascarenhas de Moraes, fez o possível para estabelecer uma certa solidez desse elemento na vida dos combatentes brasileiros, a fim de assegurar o mais alto nível de adestramento profissional de sua tropa, organizada, unida e comprometida com a ordem da disciplina.³⁴ Segundo o autor, em tempos de guerra, muitos são os fatores para desestabilizar o ambiente disciplinar de uma tropa:

O contato com a sofrida população italiana, a má compreensão de certos hábitos americanos [estadunidenses] e a iminência da luta desenfreadam a conduta de nossos soldados. Repetidas infrações às ordens de serviço ocasionavam desagradáveis ocorrências (MORAES, 1984, p. 166).

No entanto, outras transgressões que Mascarenhas de Moraes chama atenção muito nos interessam nesta pesquisa. O comandante da FEB, que se identificava como um obstinado legalista, afirmou que não poderia tolerar "faccionismo político" entre as fileiras de sua tropa, muito menos vindo de alguns grupos de oficiais. Desse breve aspecto que ele cita, em seção sobre a questão disciplinar da tropa, o autor provavelmente se refere a episódios mais para o fim da guerra, quando o debate sobre quem sucederia Getúlio Vargas ganhava forma e temperatura. No capítulo II, veremos brevemente como se dava isso no âmbito dos soldados, a partir da análise de Ferraz.

³⁴ A respeito dos meios que encontrou para assegurar a disciplina dos soldados brasileiros, Mascarenhas desenvolveu um método de punição por multas, as quais o seu montante arrecadado levantaria fundos, via Ministério da Guerra, para auxiliar as famílias assoladas pela perda de seus jovens na guerra (MORAES, 1984, p. 167).

Então, contra o partidarismo político que se verificou entre os febianos, o marechal argumenta, em sua obra autobiográfica, a respeito do "espírito nacional" que orienta o seu princípio de legalidade e que, por sua vez, houve de guiar a missão da Força Expedicionária Brasileira em solo estrangeiro:

Não foi o espírito revolucionário, nem caudilhesco, que nos havia levado aos campos de batalha da Europa, em defesa da liberdade de outros povos, e sim o *espírito nacional*, o mesmo que, no Império, *levava Caxias, com idêntica finalidade*, às regiões do Prata e do Paraguai (MORAES, 1984, p. 169, grifos nossos).

O exemplo do Duque de Caxias só nos diz mais sobre a legalidade de Mascarenhas de Moraes, a qual se finca na força de uma *unidade do espírito nacional*. Afinal, desse mesmo modo assumiu ele a legalidade do movimento militar de 31 de março de 1964.

1.3.3 - Mascarenhas de Moraes e Dutra: durante a FEB

Se, antes da criação da FEB e do conseqüente convite ao seu comando, os generais Dutra e Mascarenhas trocavam afagos e honrarias, numa típica cordialidade entre altos oficiais militares, no transcorrer da Campanha da FEB na Itália, esse quadro perdeu o tom. Fosse por certas negligências que o governo se prestou, em relação ao investimento no soldado brasileiro, fosse pelo jogo político que foi capaz de atravessar o Atlântico e atormentar o comando expedicionário, a relação entre o ministro da Guerra e o comandante da FEB claramente se desgastou ao longo do tempo em que o Brasil lutou ao lado dos Aliados. A autobiografia de Mascarenhas de Moraes, a partir de todas as possibilidades da subjetividade e confidencialidade que caracterizam o seu gênero, entrega alguns sinais cruciais desse arrefecimento entre os militares.

É importante destacar que Mascarenhas de Moraes, por seu turno, na escrita de suas *Memórias*, separa um capítulo para tratar da visita que o general Eurico Gaspar Dutra fez à Europa. Entre 24 de setembro e 18 de outubro de 1944, o ministro da Guerra e a sua comitiva fizeram valer a presença da autoridade política oficial do governo brasileiro, encontrando-se com importantes chefes militares das forças aliadas, bem como outras figuras políticas, como o papa Pio XII. Visitas oficiais, jantares, reuniões, solenidades, uma porção de obrigações políticas de

guerra ocuparam a comitiva de Dutra, na qual, em grande parte, contou com a participação do comandante da FEB.

Da visita do ministro da Guerra, três pontos, mencionados e descritos pelo autor, merecem a nossa atenção. Primeiro, a partir de uma sugestão de Dutra, levou-se a cabo o projeto de confecção de distintivos exclusivos para os febianos, seguindo o mesmo padrão das divisões estadunidenses. A cobra fumando havia de estampar os braços das fardas dos soldados brasileiros (MORAES, 1984, p. 194). Em segundo lugar, por efeito da narrativa objetivamente detalhada do marechal, chamou-me atenção as várias solenidades e condecorações das quais os chefes aliados e brasileiros participaram. De todas as honrarias pronunciadas e medalhas entregues, Dutra condecorou várias altas autoridades militares estadunidenses e inglesas, porém, o governo brasileiro não fez o mesmo em relação aos militares da FEB.³⁵ Na verdade, as únicas medalhas entregues aos generais Mascarenhas e Zenóbio³⁶, comandante da Infantaria da FEB, foram as da Ordem de Comandante da Legião do Mérito Americano, entregues pelo comandante do V Exército estadunidense, general Clark (MORAES, 1984, p. 195).

O terceiro ponto, por fim, coroa um aspecto fundamental da relação entre governo federal e Força Expedicionária Brasileira – mais precisamente, Ministério da Guerra e FEB. Ora, embora Dutra gozasse do prestígio de também ser um profissional das armas, general do Exército Brasileiro, ele também era ministro de Getúlio Vargas, portanto, uma figura política do alto escalão. Nesse sentido, não se tratava apenas da visita de uma autoridade militar, para fins militares, mas também de uma autoridade política, para fins políticos. Parece óbvio, mas, ao lembrarmos da ortodoxia legalista de Mascarenhas de Moraes, essas dimensões militar e política entram em choque. Basta lembrarmos como foi para ele, ao testemunhar o deflagrar do golpe de 1930, quando grupos de militares e grupos de civis resolveram articular-

³⁵ No nono capítulo de sua obra, *O retorno e a desmobilização*, Joaquim Xavier da Silveira realiza um estudo mais aprofundado da questão das condecorações para os militares e civis envolvidos na Campanha da FEB, da qual trataremos no capítulo II.

³⁶ Filho de pai general, tendo ingressado na Escola Militar de Realengo em fins de 1911, foi um infante tipicamente operacional, sem demonstrar pretensões e inclinações políticas, pelo menos, até os primeiros anos pós-II Guerra Mundial. Voluntariou-se a treinar a 1ª DIE e comandou o 1º Escalão da FEB no desembarque em Nápoles. Após integração dos demais escalões expedicionários, Zenóbio da Costa tornou-se comandante da Infantaria febianas, participando em grande parte das batalhas com o seu comando, colhendo alguns reveses e muitas vitórias. A sua operacionalidade militar cedeu à política a partir de 1950, quando se viu envolvido nas eleições do Clube Militar e da Presidência da República, ambas no mesmo ano. Oscilante entre o seu posicionamento acerca do confronto entre as alas nacionalista e liberal-conservadora, teve uma atuação ambígua à frente do curto período em que foi ministro da Guerra de Vargas, em 1954, embora, no ano seguinte, tenha colaborado com Movimento Militar Constitucionalista (MMC), a favor da manutenção da legalidade das eleições de 1955 e contra a atuação conspiratória de grupos militares e civis. Cf. RAMOS, Plínio de Abreu. Costa, Zenóbio da. In: Centro de pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: FGV, 2009. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/euclides-da-zenobio-costa>. Acesso em: 4 mai. 2024.

se para tomar o poder. Apesar de sua perceptível admiração por Getúlio Vargas, conforme se evidenciará no último subcapítulo, o então tenente-coronel Mascarenhas de Moraes não se apegou às suas paixões políticas e foi até mesmo preso pelos ditos “revolucionários”.

Ao apontar para os meandros políticos por trás da visita do ministro da Guerra, eis o embate entre os seus interesses com os do comandante da FEB: um dos integrantes da comitiva do ministro, general Wooten, comandante das Forças Aéreas Americanas do Atlântico Sul, em Natal-RN, tinha sugerido a Dutra que fizesse um novo remanejamento do comando da FEB. A sugestão de Wooten consistia em dividir o comando, alocando o general Zenóbio como comandante da divisão expedicionária e promovendo o general Mascarenhas ao cargo de “comandante geral”. A nova articulação exigiria tanto que, para tal intento, seria criado um novo posto para Mascarenhas de Moraes: tenente-general ou general de exército (MORAES, 1984, p. 198-199; SILVEIRA, 2001, p. 209).

Em um primeiro plano, tal proposta do general estadunidense ao ministro da Guerra aparentava mais um salto na carreira de Mascarenhas de Moraes. De acordo com o comandante da FEB, entretanto, a forma como essa informação chegou até ele revelou, em segundo plano, um forte teor político por trás da sugestão – quem lhe revelou essa embrionária ideia foi o general Clark, em vez do próprio general Dutra (SILVEIRA, 2001, p. 209-210).³⁷ Quando o comandante do V Exército perguntou ao general febiano a sua opinião sobre o que havia proposto Wooten, o ministro da Guerra já havia retornado ao Brasil. Segundo o autor, esse “plano sibilino” tinha partido de um grupo de oficiais, favoráveis à ascensão do general Zenóbio³⁸, os quais utilizaram o comandante Wooten como intermediário da causa:

Este plano fora, com estranheza, concebido no justo momento em que, presente o Ministro Dutra, desembarcavam em Nápoles mais dois escalões da FEB, basicamente representados pelo 1.º e 11.º RI. A FEB, com todos os seus elementos

³⁷ Tanto Silveira quanto o próprio marechal Mascarenhas de Moraes narram que este episódio contribuiu definitivamente para aprofundar a relação profissional e pessoal entre os dois chefes militares, tornando o general Clark um aliado importante para a manutenção e sucesso do comando de Mascarenhas.

³⁸ As referências à obra de Silveira dizem respeito ao fato de que, embasado nos relatos da autobiografia do marechal, ele também narrou detalhadamente o episódio de tentativa de rearticulação do comando da FEB, acrescentando tanto a sua parcialidade quanto detalhes adicionais de outras referências. Uma dessas referências, os relatos do marechal Floriano de Lima Brayner, afirma que o então general Euclides Zenóbio da Costa não teve a intenção de tramocar contra Mascarenhas de Moraes e enfraquecer o seu comando, pois ele era um militar tipicamente operacional, não sendo do seu feitio articulações nas sombras dos bastidores. Silveira, contudo, avalia que essa celeuma estremeceu a relação entre os dois oficiais, uma vez que, Mascarenhas, em sua autobiografia, destaca o fato de que, ao contrário de muitos companheiros de farda febianos, Zenóbio não compareceu à solenidade no Congresso Nacional que o concedeu o título de Marechal de Exército. (MORAES, 1984, p. 472; SILVEIRA, 2001, p. 201). Cf. BRAYNER, Floriano de Lima. **A verdade sobre a FEB**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

de combate e administração na Itália, deveria então ser empregada em conjunto, formando uma grande unidade, inteiramente sob meu comando. Na forma dos regulamentos, o General Zenóbio passaria a comandar, com a extinção do Destacamento FEB [referente à campanha inicial só do 1º Escalão]³⁹, a Infantaria Divisionária. E a Artilharia Divisionária seria comandada pelo General Cordeiro de Farias⁴⁰, recém-chegado do Brasil (MORAES, 1984, p. 199).

Em outras palavras, Mascarenhas de Moraes ficaria relegado apenas à administração da base da FEB, o dito comando geral, ficando, dessa maneira, separado do comando divisional. Das atividades operacionais da guerra, para que tanto se planejara dedicar, teria à frente tarefas administrativas e o comando do Depósito de Pessoal, consistindo de cerca de 10 mil homens, com o propósito de repor as baixas da Divisão Expedicionária.

Como a divisão, para efeitos operacionais, fora integrada no IV Corpo de Exército americano, restar-me-ia, apesar de promovido a posto superior, uma superintendência administrativa inteiramente à margem das efetivas operações de combate a serem desencadeadas contra o inimigo (MORAES, 1984, p. 201).

O comandante da FEB ficou tão inconformado, com o que também nomeou como "plano diabólico", que escreveu uma carta ao ministro da Guerra, apontando todas as suas expostas críticas ao suposto remanejamento do comando da FEB, enfatizando que Dutra não encontraria no Exército general de divisão algum que se submetesse a "tão vexatória situação". O ministro da Guerra nunca respondeu diretamente ao posicionamento de Mascarenhas, mas enviou ao comandante da FEB uma cópia de uma outra carta, remetida ao general Crittenberger, comandante do IV Corpo de Exército estadunidense, na qual reafirma a sua confiança nele, como comandante da Força Expedicionária (MORAES, 1984, p. 200; SILVEIRA, 2001, p. 210).

³⁹ Ele trata da questão do nome da primeira denominação da FEB com um certo ressentimento. Devido à promessa feita pelas autoridades brasileiras às Forças Aliadas, de enviarem três divisões de infantaria à guerra, a FEB, durante os quase dois anos de campanha brasileira, foi denominada somente como o "1º Escalão da FEB". Só depois do fim do conflito que o nome foi alterado definitivamente para Força Expedicionária Brasileira. Segundo Mascarenhas de Moraes, tal postura oficial do governo de assim se referir à única divisão de infantaria brasileira a atuar na Segunda Guerra Mundial teve o intuito de diminuir a sua autoridade enquanto comandante máximo dela (MORAES, 1984, p. 127).

⁴⁰ Filho de pai militar, assentado na Escola Militar de Realengo em 1918 e formado oficial combatente da Arma de Artilharia, foi um dos muitos tenentes a se sublevar em 1924, tendo, inclusive, integrado a Coluna Miguel Costa-Prestes. Foi cooptado e participou do Golpe de 1930, vendo-se dividir a sua carreira militar com a política. No início de 1938, foi nomeado interventor do estado do Rio Grande do Sul, cargo que exerceu até setembro de 1943, ao ser designado para integrar a 1ª DIE, rumo ao Teatro de Operações da Itália, já no posto de general de brigada. No comando da Artilharia Divisionária, lutou nas conquistas de Monte Castello, Castelnuovo e Montese, além de ter estreitado laços com o então tenente-coronel Castello Branco. Em *Memórias*, Mascarenhas é sempre muito elogioso quando se refere à figura do general artilheiro. Terminada a Campanha da Itália, pendeu para as forças antigetulistas, tendo sido o mensageiro da deposição a Vargas (LEMOS, 2009). Em 1949, teve participação essencial na fundação da Escola Superior de Guerra (ESG), tornando-se o seu primeiro comandante, responsável por introduzir os sustentáculos da Doutrina de Segurança Nacional (DSN). No ano seguinte, disputou acirradamente a presidência do Clube Militar contra o general Newton Estillac Leal, da ala nacionalista, porém, foi derrotado. Ainda seria eleito governador de Pernambuco, tomando posse em 1955, e flertado publicamente com a possibilidade golpista contra as eleições presidenciais de 1955 (LEMOS, 2009). Engajou-se dentro e fora dos quartéis no movimento político-militar golpista de 1964. Cf. LEMOS, Renato. Farias, Cordeiro de. In: Centro de pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: FGV, 2009. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbetes-biografico/osvaldo-cordeiro-de-farias-1>. Acesso em: 2 mai. 2024.

No capítulo *Comando e Chefia*, do qual falamos brevemente na seção anterior, Joaquim Xavier da Silveira também salienta que a visita do ministro da Guerra, general Eurico Gaspar Dutra, terminou por desatar alguns acontecimentos políticos os quais vieram a interferir no comando da FEB. Basicamente, tratou-se de uma tentativa de algumas autoridades políticas e militares, dentro e fora do Brasil, de tentarem retirar o general Mascarenhas da sua função. Em seguida, também houve uma iniciativa do próprio comandante de renunciar ao seu cargo, devido às pressões de que sofrera a respeito do fracasso febianos, nas primeiras investidas para tomar o Monte Castelo⁴¹ (SILVEIRA, 2001, p. 208-212).

Em citação a esse episódio e à reviravolta que precisou ser imposta em seu comando, o marechal afirma o protagonismo do tenente-coronel Humberto de Alencar Castello Branco em dos momentos mais sensíveis da Campanha da Itália: "O meu estado-maior passou por transformações em seu funcionamento. Um deles, talvez o principal, consistiu na minha ligação mais íntima – verdadeira simbiose – com o chefe da Seção de Operações" (MORAES, 1984, p. 220). Comandante da 3ª Seção, a de Operações, Castello Branco se tornou um personagem importante para o sucesso do comando de Mascarenhas à frente da FEB – bem como do Brasil, no conflito mundial –, sendo a sua contribuição sempre destacada para a recuperação dos febianos na guerra, após a superação da árdua conquista de Monte Castello.

Se, de um lado, o comandante da FEB confiava ao general Cordeiro de Farias, comandante da Artilharia Divisionária, a sua intenção de pedir exoneração do posto frente à FEB, do outro, autoridades políticas e militares do Estado Novo, no Brasil, viam no fracasso dos expedicionários uma oportunidade de finalmente remanejar o comando da FEB. Foi preciso o chefe do Estado-Maior da FEB, o coronel Lima Brayner, retornar ao país para acalmar os ânimos e esfriar a sanha de opositores governistas contra o general Mascarenhas de Moraes (FERRAZ, 2012, p. 83). De acordo com Mauro Malin, Lima Brayner ainda tinha averiguado que Getúlio Vargas “recebia informações deformadas da frente de

41 Conforme revela detalhadamente em suas *Memórias*, Mascarenhas de Moraes, primeiro, teve de superar pessoalmente os dois reveses dos expedicionários no Monte Castello. Diante das dificuldades naturais e táticas de conquistar um terreno de difícil incursão, a FEB ainda contava com um efetivo o qual Mascarenhas julgou, desde o início, insuficiente para executar uma missão de conquista de tamanha dificuldade (MORAES, 1984, p. 228). Por uma pressão do Comando Aliado para que a Campanha da Itália avançasse antes das adversidades climáticas características do inverno que se aproximava, valendo-se do slogan “Bolonha antes do Natal”, o comandante da FEB viu-se impelido a acatar a diretiva. Foram precisas quatro tentativas, duas estadunidenses e duas brasileiras, para que as investidas ao Monte Castello fossem repensadas. Com as baixas do efetivo somando já a casa de duas centenas (SILVEIRA, 2001, p. 162), aquela frente de combate teve de recuar e se estabilizar durante os dias mais frios e chuvosos do inverno italiano, até as tropas estarem melhor preparadas.

batalha, como parte de uma articulação voltada para destituir Mascarenhas de Moraes do comando da FEB” (MALIN, 2023).

Essa crise, contudo, foi um momento decisivo na Campanha da FEB, porque Mascarenhas não resignou o comando nem foi removido pelo governo. Abraçado pelo general Cordeiro de Farias, em um desfecho de apoio à sua permanência (MORAES, 1984, p. 229), o general de divisão de Artilharia resolveu, assim, mudar o seu jeito de comandar a 1º DIE (SILVEIRA, 2001, p. 212-213). Desta alteração de forma de chefiar a FEB, eis o último ponto a ser considerado: a ascensão do tenente-coronel Castello Branco, cuja destreza foi determinante para o sucesso operacional na guerra, além de ter alçado o infante a um grande prestígio de dentro para fora da Força Expedicionária Brasileira.

Por outro lado, o comandante da FEB também resolveu cruzar as linhas entre o seu comando e as ordens do Ministério da Guerra. A questão do rodízio dos oficiais é um caso que explicita isso. Mascarenhas conta, em suas *Memórias*, que era desejo do ministro Dutra de que um rodízio de oficiais fosse feito, sob a razão de que tal determinação oficial visava ampliar a experiência de combate entre o contingente de oficiais do Exército (SILVEIRA, 2001, p. 213). Após seis ou mais meses de combate de certos oficiais, estes deveriam ser repatriados e, conseqüentemente, substituídos por outros novos oficiais, via transporte aéreo do Brasil. Com isso, era preciso que o comandante da FEB comunicasse aos chefes do Comando Aliado a respeito dessa determinação, a fim de que o transporte aéreo fosse devidamente autorizado.

Abertamente contrário a essa ordem, da qual achava ser prejudicial ao contínuo desempenho da tropa brasileira em campanha, o general Mascarenhas decidiu ignorá-la e não falar disso às autoridades aliadas, até ser interpelado por dois generais estadunidenses (MORAES, 1984, p. 239-240).

Perto de serem deflagradas as Ofensivas da Primavera, quando a FEB haveria de conquistar duramente Montese, o comandante da base aérea em Natal, general Wooten, pediu ao general Truscott, então comandante do V Exército, a necessária autorização aérea. Convocado para uma rápida reunião, na presença de Truscott e também do general Crittenger, Mascarenhas teve de se explicar e apresentou os seus motivos. Ambos os generais estadunidenses apoiaram o comandante da FEB, e a ordem do rodízio não foi cumprida porque o transporte não foi autorizado (MORAES, 1984, p. 239-240; SILVEIRA, 2001, p. 214).

Sem dar nomes, Mascarenhas vai além em sua crítica:

Eis uma reflexão ditada pela História: condenável é a tradição de se querer comandar da capital do país campanhas distantes – do Paraguai ou da Itália – em que se envolvem decisões graves, sem o conhecimento pleno da situação do teatro de guerra e sem previamente ouvir o responsável direto pelo êxito ou malogro das operações (MORAES, 1984, p. 240).

1.3.4 - Confissões da campanha do comandante

Se perguntássemos ao marechal Mascarenhas de Moraes o que levou a Campanha da FEB a um desfecho vitorioso, ele, certamente, responderia que foi a mudança no seu estilo de comando. Afinal, o autor até dedicou um capítulo da sua autobiografia para exclusivamente descrever tal virada de chave em seu comando, responsável por "cessar uma das principais causas dos sucessivos reveses" (MORAES, 1984, p. 360). Todavia, durante o primeiro volume de suas *Memórias*, o comandante da FEB não aprofunda sobre o que, de fato, tinha causado problemas na execução das missões febianas na frente italiana. Nem mesmo a obra de Silveira, ao cruzar a narrativa do marechal com outras fontes e bibliografias, avança muito nas causas mais diretas desse episódio na campanha expedicionária. A questão se resume apenas numa falta de sincronismo entre o seu comando geral e o comando dos demais oficiais superiores.

Já no volume 2, em um capítulo incumbido de refletir mais sucintamente sobre alguns aspectos preponderantes da Campanha da FEB na Segunda Grande Guerra, Mascarenhas de Moraes dedica uma seção a analisar o Estado-Maior da divisão expedicionária – e apontá-lo como antro de origem dos tão denominados “reveses da FEB”. Em poucos parágrafos, o marechal atribui aos "oficiais brilhantes e mesmo valorosos" do seu Estado-Maior expedicionário a falta de coordenação tão explicitada, afirmando que muitos desses militares "faziam-se intencionalmente omissos em suas funções precípuas", com o intuito de "se esquivarem à responsabilidade em momentos graves" (MORAES, 1984, p. 360), tal qual a anunciada difícil missão de conquistar o Monte Castello.

Desse modo, a sua solução – esta, sim, evocada explicitamente ao longo de seus relatos e análises – foi centralizar o planejamento e a execução de todas as operações da divisão expedicionária ao seu comando. Embora o general de divisão

tenha assumido gerências as quais não eram suas, esta sua nova ação de comando precisou contar com a lealdade e competência ideais para o seu "novo estilo de comando":

Por meio dessa revolução redentora e necessária, restabeleci a ordem e a disciplina de trabalho do combalido órgão, a cujo funcionamento já se dedicavam, contudo, outros oficiais, capazes e leais, destacando-se entre eles o valoroso Tenente-Coronel Castelo Branco, chefe da Seção de Operações, que nas suas atribuições, e por vezes além delas, foi um dos mais brilhantes fatores da vitória (MORAES, 1984, p. 361).

Além de Castello Branco, vale mencionar que o autor também citou outros nomes de oficiais, como o general Cordeiro de Farias e o tenente-coronel Ademar de Queirós⁴².

Em suas reflexões sobre a Campanha da Itália, na ligeira seção sobre os oficiais comandantes e suas contribuições ao comando, o comandante da FEB ainda aproveita para, mais uma vez, falar da falta de "integral apoio" do Ministério da Guerra, chefiado pelo general Dutra:

Pelo contrário, algumas decisões [do Ministério da Guerra] que afetavam a eficiência da tropa eram tomadas sem prévia consulta, obrigando-me a protelar sua execução – caso do rodízio – ou ao protesto escrito – caso da nova articulação do comando da FEB (MORAES, 1984, p. 362).

As trocas de “Exmo. Sr.” entre ministro e general, as formalidades e cordialidades entre chefe e subordinado, as observações elogiosas ministeriais, através de mensagens escritas em cartas e transcritas em *Memórias*, tudo se extinguiu entre Dutra e Mascarenhas de Moraes. Embora esta obra autobiográfica tenha sido redigida cerca de vinte anos após o término da participação brasileira na II Guerra Mundial, é notório como o tom da narrativa do marechal muda para com o referido ministro da Guerra. Por mais que nunca tenha passado de uma relação estritamente profissional, as palavras do autor confessam que Mascarenhas de Moraes e Dutra, durante a existência legal da Força Expedicionária Brasileira, nunca mais foram os mesmos um com o outro.

⁴² É válido mencionar que os dois militares, elogiosamente referenciados por Mascarenhas de Moraes, haveriam de cerrar fileiras ao movimento político-militar de 31 de março de 1964. Cordeiro de Farias chegou até a disputar a vaga da Presidência, mas, diante da vitória do comandante da Seção de Operações da FEB, ele acabou assumindo o Ministério Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais (MECOR), transformado, em 1967 em Ministério do Interior. Cf. LEMOS, Renato. Farias, Cordeiro de. In: Centro de pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: FGV, 2009. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/osvaldo-cordeiro-de-farias-1>. Acesso em: 24 abr. 2024. Já Ademar de Queirós, amigo próximo de Castello Branco, logo foi nomeado presidente da Petrobras pelo movimento golpista, tendo assumido, depois, de 1966 até o fim do governo do general Castello Branco, o Ministério da Guerra Cf. CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. Queirós, Ademar de. In: _____. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: FGV, 2009. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/queiros-ademar-de>. Acesso em: 24 abr. 2024.

Ao fim desta existência legal da tropa dos expedicionários, com o Aviso Ministerial nº 217-185, expedido pelo próprio Ministério da Guerra, a relação entre ambos marcharia para um confronto mais aberto, atingindo o seu ponto crítico.

1.4 - A “investidura” do seu legado

1.4.1 - Sem permitir “se desligar das prerrogativas do Comando, um minuto sequer”

Sobre o seu retorno ao Brasil, o comandante da FEB guardou muitas memórias a respeito do estado apoteótico em que autoridades civis e militares, assim como o povo, receberam-no. No que poderíamos apelidar de uma breve "caravana", o general Mascarenhas de Moraes passou por algumas localidades importantes do país até, enfim, regressar à capital brasileira, onde também residia. Natal, Recife e Salvador foram os pontos nos quais parou, junto de sua comitiva, somando quatro dias da sua chegada, dia 8 de julho de 1945, até o destino final.

Diferente da leitura que alguns outros autores citados fizeram sobre o seu regresso à nação brasileira, as *Memórias* do comandante da FEB pouco se dedicam a confidenciar análises e pensamentos políticos do que se operava a partir do Aviso Ministerial nº 217-185, de 6 de julho de 1945. A única menção ao que ocorria por trás da vitória febianana na Segunda Guerra Mundial se restringe, em um primeiro momento, a três curtos parágrafos. No entanto, essa prévia sutileza do marechal é suficiente para nos indicar que o Brasil, segundo ele próprio confessa, "já não era mais o mesmo" antes do embarque do Primeiro Escalão da Força Expedicionária: "Profunda transformação política ocorrera: a imprensa conquistara a liberdade e alguns partidos políticos estavam sendo organizados para disputar as eleições a serem realizadas em 2 de dezembro de 1945" (MORAES, 1984, p. 409).

Em um desses parágrafos, Mascarenhas compartilha algo o qual reparou mais acentuadamente durante os meses finais de campanha: "expedicionários exaltados" empolgavam-se em discutir sobre as mudanças que se sentiam no cenário político do país. De acordo com o historiador Francisco César Ferraz, mesmo que o comandante da FEB manifestasse a sua contrariedade ao ato de

militares exporem as suas opiniões político-partidárias, os debates sobre qual seria o melhor destino do atual governo pareciam incessantes entre os febianos:

Para muitos deles [os oficiais], a FEB seria importante politicamente, ainda mais porque as notícias que recebiam indicavam que o Estado Novo não duraria e que haveria eleições para a sucessão de Vargas. Antes mesmo do final das operações já se conversava a respeito, principalmente entre os expedicionários mais politizados, geralmente os oficiais, da ativa e da reserva. Porém, embora houvesse consenso entre a maioria dos oficiais sobre a necessidade do fim do Estado Novo, havia divisões entre eles a respeito de como fazê-lo (com um golpe, derrubando Vargas; com assembleia constituinte sem Vargas no poder; ou com Vargas no poder durante a constituinte), com que ritmo (respeitando o calendário eleitoral já fixado ou derrubar Vargas já e instituir novo poder a partir de então) e, principalmente, quem deveria fazê-lo (o Exército no Brasil ou a FEB) (FERRAZ, 2012, p. 97).

Conforme o Ministério da Guerra deixou bem claro ao instituir as suas rédeas de censura sobre o que os febianos podiam ou não podiam falar publicamente no país⁴³, antes mesmo do término de sua missão de ocupação em solo italiano, a intenção foi drenar quaisquer chances da FEB retornar ao Brasil insuflada politicamente, visto que autoridades do governo temiam a sua mobilização na resolução de uma deposição ao regime varguista. Ora, se existia um temor relacionado ao potencial político da FEB em influenciar a queda da ditadura varguista, era preciso neutralizá-la prontamente. Com esse objetivo, nada mais efetivo do que destituir o poder de comando do general Mascarenhas de Moraes - interpretado como uma grande ameaça política aos interesses de figuras palacianas do regime. O Aviso Ministerial Nº 217-185 determinou a dissolução da FEB ao passo que os seus respectivos escalões foram aportando na capital federal. Assim, os febianos se tornaram subordinados ao Comando da 1ª Região Militar, correspondente às ordens do ministro da Guerra, que trataria de executar o mais rápido possível o licenciamento, tornando os febianos, finalmente, ex-combatentes.

Segundo sublinha Ferraz, embora zelasse pelo seu suposto apartidarismo, Mascarenhas de Moraes parecia já estar ambientado do que acontecia nos bastidores políticos das Forças Armadas e do governo estadonovista. Três dias antes do Ministério da Guerra decretar institucionalmente o fim da Força Expedicionária, o general de divisão publicou o Boletim Interno Nº 178, da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária, que definia como se daria o retorno das tropas ao país. Segundo comenta o coronel Lima Brayner, o comandante da FEB não permitia "se desligar

⁴³ No dia 11 de junho de 1945, o Ministério da Guerra emitiu o Aviso Reservado, Nº 197-166, cuja determinação proibia que expedicionários, oficiais e praças, dessem quaisquer tipos de declarações ou entrevistas à imprensa sem a avaliação e consentimento do Ministério da Guerra (FERRAZ, 2012, p. 94).

das prerrogativas do Comando, um minuto sequer" (BRAYNER, 1968, p. 514-515 apud FERRAZ, 2012, p. 102), porque, afinal, Mascarenhas era bastante próximo do comando militar estadunidense na Itália, sobretudo, o general Clark. Logo, se as autoridades dos EUA suspeitavam das intenções precoces do governo varguista quanto à desmobilização da FEB (FERRAZ, 2012, p. 87-88)⁴⁴, o general brasileiro estaria informado e saberia o que havia de lhe esperar no regresso à sua terra natal.

Dado o revés à sua tentativa de assegurar um pouco mais o seu comando, o comandante da FEB recorreu à tática da autoridade dos discursos públicos, manifestando-se em defesa do sucesso da campanha expedicionária. No dia 9 de julho, depois de retornar ao Brasil, sobre o eminente Monte Gararapes, em Recife, o general Mascarenhas de Moraes fez um discurso bastante positivo a respeito dos expedicionários, relegando à memória de cada um deles o direito e a honra de um dito "soldado de Caxias":

A insistência de Mascarenhas em amalgamar a FEB no Exército pode ser interpretada tanto como um discurso padrão institucional quanto uma espécie de resposta verbal às pressões e intrigas que já se faziam evidentes, na instituição militar, com relação à FEB. (...) Pela amostra das medidas oficiais relativas ao retorno dos combatentes, tudo sugeria que o exército que ficara no país entendia a volta da FEB mais com apreensão do que com orgulho institucional. Assim, ao insistir, em seu discurso, na integração das vitórias da FEB à tradição de um passado glorioso do Exército, Mascarenhas pode ter tentado dissipar os rumores de que aquelas forças que dirigira e que estavam retornando seriam perigosas à ordem política e militar (FERRAZ, 2012, p. 103-104).

Uma resposta que serviu tanto para as autoridades do governo quanto para as autoridades da própria caserna. Mesmo com a sua autoridade institucional se esvaindo com a canetada do ministro da Guerra, o general de divisão ainda era o comandante da Força Expedicionária Brasileira.

1.4.2 - O Brasil “já não era mais o mesmo”

No pouco que *Memórias* registrou acerca do cenário político brasileiro durante os primeiros dezoito capítulos da sua Terceira Parte, reside uma leitura própria do autor que vale ser destacada frente ao próprio gênero textual da obra, uma autobiografia. Durante minha primeira leitura, de acordo com a sequência

⁴⁴ A respeito dessa informação, alardeada através de um ofício que o Departamento de Guerra estadunidense enviou ao Comando do Exército dos Estados Unidos no Atlântico Sul, analisaremos com maior profundidade no capítulo II desta, quando abordarmos especificamente o processo da desmobilização da Força Expedicionária Brasileira.

cronológica que toma a sua narrativa, tive a impressão do marechal ter escolhido simplesmente não comentar sobre os desdobramentos políticos do fim do regime estadonovista. Julguei que Mascarenhas apenas elencou as glórias a serem recebidas pela campanha febiana como mais importantes. Todavia, à revelia do que muitas narrativas biográficas escolhem fazer, conforme já vimos com Schwarcz e Schmidt, Mascarenhas de Moraes não conta a história da sua vida através de uma rigorosa linha cronológica. Na verdade, a partir da possibilidade de contextualização com o cenário histórico-político no qual perpassou, ora ele avança, ora ele recua no tempo.

O seu aparente pouco caso do terreno político em que ele e a FEB mergulharam emerge em sua narrativa posterior, quando, após quase um ano do seu retorno, ele solicitou a sua transferência para a reserva das fileiras do Exército. A sua justificativa se encontra no trecho abaixo:

Eu era favorável à redemocratização do país, mas notória era minha posição contrária a pronunciamentos militares. Deve ter sido esse o motivo pelo qual, em meio à efervescência política, promoveu-se oficialmente minha viagem à Europa e Estados Unidos. Nesse entretempo, Getúlio foi deposto a 29 de outubro de 1945, confiando-se o governo ao chefe do Poder Judiciário (MORAES, 1984, p. 465).

A fala acima do comandante da FEB surge após um intervalo de 18 capítulos, desde que narra o seu regresso da Campanha da Itália. Nesse ínterim, Mascarenhas de Moraes, não só vive e participa das festividades em saudações ao retorno dos escalões de combatentes da FEB, mas também é convidado pelo ainda presidente Getúlio Vargas, dia 23 de julho daquele ano, a chefiar a Embaixada Especial do Brasil à posse do eleito presidente do Peru, José Luiz Bustamante y Rivero (MORAES, 1984, p. 429).

A impressão exprimida pelo autor, de que as repentinas designações oficiais do governo para as suas missões fora do país não foram somente ocasionadas pela ordem natural da política internacional, também são observadas por outros autores. No verbete produzido para o *Atlas Histórico do Brasil* sobre Eurico Gaspar Dutra, Mauro Malin aponta para este mesmo entendimento, na interpretação do marechal Lima Brayner:

Mascarenhas de Moraes chegou a Natal no dia 8 de julho. Pouco depois, foi designado para representar o governo brasileiro na posse do novo presidente do Peru, José Luis Bustamante y Rivero. Segundo o coronel Lima Brayner⁴⁵, essa medida estava ligada a uma articulação que visava à dissolução imediata da FEB,

45 Cf. BRAYNER, Floriano de Lima. *A verdade sobre a FEB: memórias de um chefe de Estado-Maior na Campanha da Itália*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

com a desmobilização de seus integrantes e o desmembramento de seu estado-maior, para anular o impacto da chegada dos combatentes sobre a situação política do país, marcada pelo crescimento das forças democráticas de oposição ao Estado Novo. Com efeito, o ministro da Guerra determinou, antes da chegada do 1º Escalão, que as unidades da FEB fossem subordinadas à 1ª RM para a imediata realocação de seu pessoal nas atividades que exerciam antes da guerra (MALIN, 2023).

Ademais, cumprida essa sua missão diplomática no Peru, em que foi bastante agraciado pelas autoridades locais dos feitos dos expedicionários sob o seu comando, em seguida, o governo federal ainda o enviou como chefe de mais uma comissão, sendo o seu destino diversas localidades da Europa no imediato pós-guerra, além de uma visita mais aprofundada pelas instalações militares dos EUA, a convite do general Mark Clark (MORAES, 1984, p. 430-432). Demovido, constitucionalmente, do comando da Força Expedicionária, e, especialmente, do território nacional, mesmo se tivesse o desejo de o ser, Mascarenhas de Moraes não podia mais ser considerado uma ameaça contra as novas articulações de poder no cenário político brasileiro de fim iminente da ditadura do Estado Novo.

O general Eurico Gaspar Dutra, já afastado do cargo de ministro da Guerra, corria à cadeira presidencial do Palácio do Catete. Com a FEB completamente liquidada, dessa forma, sem oferecer riscos políticos ao pleito marcado para 2 de dezembro daquele ano, Dutra supostamente só teria que se preocupar com o seu adversário direto à presidência, o brigadeiro Eduardo Gomes. Isso, é claro, se o general e o brigadeiro não tivessem entre si Getúlio Vargas, ditador em exercício desde 1930 e quem decretou, por pressão de uma oposição crescente, a data oficial das eleições.⁴⁶

Segundo verbetes do *Atlas Histórico do Brasil* de Mauro Malin e Plínio de Abreu Ramos, o decreto nº 8.063, sancionado por Vargas em outubro de 1945, deflagrou o prenúncio da via golpista como meio de derrubada do Estado Novo. Conforme as eleições de 2 dezembro se aproximavam, a oposição de militares e de políticos da UDN temiam que Vargas operasse alguma manobra para se assegurar no cargo, "com apoio e a cumplicidade do PCB [Partido Comunista Brasileiro]" (RAMOS, 2023).

⁴⁶ Em verbete temático do *Atlas Histórico do Brasil*, Vera Calicchio narra a crescente mobilização da oposição antigetulista que, a partir de fevereiro de 1945, vislumbrou na imprensa uma via aberta para clamar por liberdade de expressão e eleições, além de, com isso, escancarar as portas da censura com declarações contra Vargas e o seu regime. Cf. CALICCHIO, Vera. Movimento Queremista. In: Centro de pesquisa e Documentação de História do Brasil Contemporâneo. *Atlas Histórico do Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2023. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbetetematico/movimento-queremista>. Acesso em: 25 br. 2024.

Os temores da oposição udenista não eram em si tão infundados, visto que, em meados de abril, o chefe do Estado Novo decretou anistia a todos aqueles que tinham “cometido crimes políticos desde 16 de julho de 1934”, dentre a sua maioria, comunistas.⁴⁷ O Decreto-lei nº 7.474 abriu alas para o retorno à legalidade do PCB, o que rendeu a Vargas o gesto significativo de apoio de Luís Carlos Prestes, secretário-geral pecebista e um dos principais dirigentes do partido, preso pela polícia política varguista em março de 1936⁴⁸:

Em 15 de julho, num grande comício realizado pelo PCB no estádio do Pacaembu, em São Paulo, Prestes afirmou que os comunistas queriam chegar, “através da união nacional, à verdadeira democracia, antes e acima de tudo a uma assembleia constituinte”, e que apoiavam o governo porque ele estava marchando para a democracia (MALIN, 2023).

A fala de um dos principais líderes comunistas, ao que indica, foi elevada a uma exagerada interpretação pela oposição, como se Vargas tivesse se convertido ao comunismo e, por isso, fosse fazer de tudo para permanecer no poder e instaurar uma ditadura de extrema-esquerda. Frente a isso, é importante salientar que Prestes apenas sinalizou apoiar o governo varguista, pois este estava finalmente pondo fim aos dispositivos de cerceamento do regime e conduzindo o país ao caminho democrático - via instituição de uma assembleia constituinte.

Ainda assim, a oposição conservadora a Vargas tinha mais um motivo para associá-lo ao PCB e fundar a conspiração perfeita do perigo vermelho sobre o Brasil: a emergência e a força do quererismo. Em verbete temático contido no acervo digital do CPDOC, Vera Calicchio aponta para o que seria os primórdios do Movimento Queremista - em São Paulo, entre março e maio de 1945, um grupo de simpatizantes organizou-se sob o nome Movimento Panela Vazia, o qual defendia a manutenção do chefe estadonovista no poder. Só a partir de maio, de acordo com Calicchio, que tais inspirações chegaram à capital federal, surgindo o Movimento Queremista, cuja causa variava entre pedir a permanência de Vargas, mediante a

47 Conferir a íntegra do Decreto-lei nº 7.474/1945 em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-7474-18-abril-1945-452115-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 25 abr. 2024.

48 A anistia assinada por Getúlio Vargas, por meio do Decreto-lei nº 7.474/1945, poupou cerca de 25 anos restantes em que Prestes haveria de passar preso, uma vez que fora condenado, pelo Tribunal de Segurança Nacional, como mandante do assassinato de Elvira Cupelo Calônio, companheira do militante pecebista Antônio Maciel Bonfim. Conferir a notícia e íntegra da sentença, transcrita no jornal *A Noite*, em: https://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=348970_04&pagfis=5552&url=http://memoria.bn.br/docreader#. Acesso em: 25 abr. 2024. A vítima, também conhecida como “Elza Fernandes”, protagonizou o intitulado “caso Elza”, sendo, até hoje, controverso e objeto de análise de pesquisadores, já que Luís Carlos Prestes, condenado como mandante da morte de Elza e, posteriormente, anistiado pelo decreto de Vargas, negou até a sua morte a autoria do crime. O artigo de Raimundo Nonato Pereira Moreira examina a biografia de Antônio Maciel Bonfim, o “Miranda”, e aborda o “caso Elza” como um dos objetos de análise da vida do militante e secretário-geral do PCB (1934-36). Cf. MOREIRA, Raimundo Nonato Pereira. Antônio Maciel Bonfim (*Miranda*): um esboço biográfico. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 36, n. 72, p. 173-194, mai./ago. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/GTHZhkPbwvm85QzmmTv5HnG/?lang=pt#>. Acesso em: 25 abr. 2024.

fixação de uma nova data para as eleições e também para a votação de uma Assembleia Constituinte, e, se o dia 2 de dezembro não pudesse ser adiado, defender o direito de Vargas candidatar-se.

O Movimento Queremista contava com a simpatia do general Newton Estillac Leal⁴⁹, que servia no Rio Grande do Sul, e, no âmbito do governo, tinha o apoio tácito do ministro do Trabalho, Alexandre Marcondes Filho, e de seu chefe de gabinete, José de Segadas Viana. Por outro lado, os comunistas, beneficiados com a anistia concedida em abril e com a legalização de seu partido no mês de maio, colocaram-se ao lado de Vargas, compondo uma frente com os queremistas (CALICCHIO, 2023).

Por mais que Prestes não tenha declarado abertamente apoiar o Movimento Queremista, portanto, não se integrando-se queremismo, a colocação de Calicchio permite-nos perceber que, ao declarar apoio ao governo varguista a partir de julho daquele ano, os comunistas do PCB acabaram por se somar aos grupos simpatizantes ao ditador estadonovista, “compondo uma frente com os queremistas”. Uma sutileza bastante conveniente para a oposição antigetulista, que cerrou fileira com o anticomunismo e marchou, ombro a ombro, em direção ao que parecia justificável: um golpe de Estado.

Em virtude desta longa contextualização, voltemos ao Decreto-lei n° 8.063, baixado por Vargas no dia 10 de outubro. O Ato Adicional garantia as eleições, porém, determinava que ocorressem também as escolhas dos 20 governadores e suas devidas assembleias legislativas estaduais, estipulando que os "Interventores e Governadores deverão outorgar, dentro do prazo de 20 dias, a contar da publicação deste Decreto-lei, as cartas constitucionais dos Estados respectivos".⁵⁰ Segundo Ramos, o que podia entender-se por uma "constituição provisória" deveria valer até que cada uma das 20 assembleias legislativas estaduais tivessem votado uma legislação definitiva (RAMOS, 2023).

49 Filho do marechal Raul Estillac Leal, incorporado à Escola Militar de Realengo em 1912, participou militarmente da Revolta de 1924, tendo se exilado nos países da bacia do Prata, até colaborar com Golpe de 1930 e garantir novamente o seu progresso dentro da carreira militar do Exército. Chegou a se manifestar criticamente ao totalitarismo alemão, insultando Adolf Hitler, durante o seu discurso de orador da turma da Escola de Estado-Maior do Exército, com as ilustres presenças dos generais Dutra e Góis Monteiro (RAMOS, 2009). Por seu aceno ao queremismo, em setembro de 1945, sondou Vargas das presentes conspirações golpistas nos quartéis. Antes de ser nomeado ministro da Guerra, o general Estillac foi eleito presidente do Clube Militar (1950-52), após vencer uma disputa muito polarizada contra o general febiano Cordeiro de Farias. Além de ter sido capitaneada pela intensa discussão sobre a questão do monopólio petrolífero, esta eleição do Clube Militar pode ser observada pela intensa participação de oficiais veteranos da FEB, dispostos em lados opostos nessa eleição, sendo a maioria partidária do comandante da Artilharia Divisionária febiana, representante da ala liberal, alinhada aos interesses estadunidenses sobre a exploração do petróleo brasileiro. Cf. RAMOS, Plínio de Abreu. Leal, Estillac. In: Centro de pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: FGV, 2009. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/newton-estillac-leal>. Acesso em: 2 mai. 2024.

50 Conferir a íntegra do Decreto-lei n° 8.063/1945 em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8063-10-outubro-1945-378633-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 24 abr. 2024.

Se citarmos o fato de que as eleições para os cargos políticos estaduais tinham sido anteriormente marcadas só para maio de 1946, é possível imaginar que a oposição nada gostou da medida decretada por Vargas. Segundo Mauro Malin, o Decreto-lei nº 8.063 acarretaria um efeito deletério ao próximo governo, porque o adiamento das votações estaduais poderia induzir fortemente os então inventores a concorrerem às eleições – interventores que já haviam sido nomeados por Getúlio Vargas. Conforme as palavras de Malin:

Os udenistas denunciaram o decreto como uma evidência da trama continuísta em marcha. Para Dutra, mesmo descartada a hipótese de vitória do “queremismo”, a situação criada seria incômoda, pois iria para o governo com 20 governadores “feitos” por Vargas. Não lhe terá sido difícil *optar pela deposição* do chefe do Estado Novo. Sua campanha estava esvaziada, enquanto o movimento “queremista” crescia em intensidade e amplitude. Perante os demais generais, *a convergência de quemistas e comunistas* em torno da constituinte e da permanência de Getúlio no poder tornava o chefe do governo “culpado”: *justificava-se uma ação* contra ele, ao passo que a *omissão* poderia custar caro em termos de *prestígio na corporação* (MALIN, 2023, grifos nossos).

Apesar de optarmos por trabalhar analiticamente a conjuntura da desmobilização febiana e a reintegração social e política dos seus ex-combatentes no capítulo II, neste trecho acima, há indícios grifados de uma virada importante no cenário político brasileiro pós-guerra. Uma virada que, conforme veremos mais adiante, ao tratar das associações de veteranos, vai desenhar outros contornos na forma como muitas autoridades civis e militares vão passar a encarar os expedicionários.

O estopim ainda veio quando os boatos se concretizaram: Vargas nomeou o seu irmão, Benjamin Vargas, para ser chefe da polícia do Distrito Federal, articulando uma série de outras trocas de nomeações no regime. Só que o general Góis Monteiro, então ministro da Guerra, não foi comunicado dessa grande notícia, tal fato teria sido a última gota para a oposição inflamada contra Vargas (RAMOS, 2023).

Na manhã do dia 30 de outubro, quando estava no estado estadunidense da Geórgia, em visita ao Fort Benning, sede da Escola de Infantaria e da Escola de Paraquedistas do exército dos EUA, Mascarenhas de Moraes foi informado da deposição de Vargas, ocorrida no dia anterior. No lugar do chefe do Estado Novo, assumira, provisoriamente, José Linhares, então presidente do Supremo Tribunal Federal, que governou até à posse do novo presidente eleito, nas eleições de 2 de dezembro de 1945.

Antes do eleito general Eurico Gaspar Dutra – um velho conhecido nosso – assumir a Presidência da República, em 31 de janeiro de 1946, o magistrado governante interino fez despachar o Aviso nº 103-A, de 24 de janeiro de 1946⁵¹, oficializando, finalmente, o reconhecimento do governo brasileiro a respeito do serviço prestado pelo comandante da Força Expedicionária Brasileira à Pátria. É importante problematizar a menção que o autor faz ao governo recém-deposto, que, desde o seu regresso ao país, em julho de 1945, não havia emitido oficialmente tal Aviso: "Foi o Presidente José Linhares – magistrado insigne – quem incumbiu o então ministro da Guerra de registrá-la [a palavra oficial do Governo da República], ressaltando os serviços prestados por mim durante a Segunda Guerra Mundial" (MORAES, 1945, p. 442).

Importante sublinhar que, devido aos acontecimentos políticos dos últimos seis meses de 1945, o "então ministro da Guerra" que despachou o aviso de reconhecimento ao general Mascarenhas de Moraes, não foi o general Dutra, a essa altura, já eleito presidente da República. Tratou-se do ilustre general Pedro Aurélio de Góis Monteiro, aliado de Dutra nos entraves à atuação da Força Expedicionária Brasileira.

1.4.3 - Mascarenhas de Moraes e Dutra: depois da FEB

Como último ponto a abordar das *Memórias* do comandante da FEB, a sua ascensão final na hierarquia militar ao posto de marechal do Exército foi marcada por reviravoltas, velhas rugas e justificativas públicas do papel político da FEB no cenário nacional pós-guerra. Aliás, é importante conceber essa análise final da obra de Mascarenhas de Moraes como justificativa para o exame abrangente e profundo que escolhi realizar neste estudo.

Quarenta e sete anos de serviço ativo nas fileiras do Exército foi o tempo que Mascarenhas de Moraes tinha julgado o bastante para sua carreira militar. Depois de terminada a sua peregrinação intercontinental, recebendo e recolhendo as várias graças do seu triunfo de comandante de uma divisão expedicionária

⁵¹ É possível conferir a íntegra do longo Aviso nº 103-A, despachado pelo ministro da Guerra, na obra autobiográfica do comandante da FEB (cf. MORAES, 1984, p. 442-447).

vitoriosa⁵², veio-lhe a decisão de solicitar ao Ministério da Guerra a sua entrada para a reserva. Mais precisamente, conforme revela em sua autobiografia, após as emoções de sua viagem final ao Rio Grande do Sul, passando por sua cidade natal, São Gabriel, ele decidiu, junto de sua esposa, pela aposentadoria da profissão de militar combatente. (MORAES, 1984, p. 465).

Devido aos acontecimentos políticos mais recentes do país, contudo, o general de divisão encontrou uma certa morosidade do Estado para a aprovação da sua solicitação de entrada para a reserva. Ora, tratava-se de um velho percalço: Eurico Gaspar Dutra fora eleito presidente no “retorno democrático” de fins de 1945.⁵³

O pedido foi feito por Mascarenhas no dia 10 de maio de 1946, sendo apenas atendido e publicado oficialmente no dia 27 de agosto daquele ano. A demora para um ato tão protocolar contou com uma sondagem dos bastidores – havia uma intenção do governo em nomear o comandante da FEB o primeiro chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, instituição militar que ainda havia de ser criada. Quem soube disso foi o próprio Mascarenhas de Moraes, ao ir até a casa do general Góis Monteiro, então ministro da Guerra, indagá-lo sobre o atraso de dois meses do pedido de sua aposentadoria. Segundo escreve o autor em suas *Memórias*, o ministro teria confidenciado tal informação e pedido a Mascarenhas que não contasse ao presidente Dutra (MORAES, 1984, p. 465).

Obstinado a se aposentar logo, foi o general até a sede do governo da República, o Palácio do Catete, para também reforçar a sua solicitação perante o presidente. Curiosamente, Mascarenhas ouviu do general-presidente a mesma resposta de Góis Monteiro, só que Dutra foi quem pediu para que isso não chegasse aos ouvidos do ministro da Guerra. Vale citar a reflexão do autor: "Agradei mais essa surpresa de que escusei-me e dali me retirei, meditando sobre a maneira estranha como se tratavam o presidente da República e o seu ministro da Guerra"

52 Não posso deixar de mencionar que, apesar da campanha política de autoridades civis e militares brasileiras contra a FEB e seus expedicionários, Mascarenhas de Moraes recebeu uma série de homenagens públicas no Brasil, sobretudo, no seu estado natal, o Rio Grande do Sul. De todas elas, gostaria de destacar a recebida pelo Clube Militar, em 15 de dezembro de 1945. De acordo com a narrativa do comandante da FEB, o então presidente da agremiação militar, general José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, afirmou que a principal intenção do Clube Militar era "romper o silêncio com que forças ocultas procuravam envolver os magníficos triunfos da FEB na Itália" (MORAES, 1984, p. 441), realizando altas homenagens ao comandante da FEB e lhe concedendo o título de Presidente de Honra. Também foi feita a inauguração de uma grande peça de bronze, na qual foi possível vislumbrar nela o roteiro da Campanha da FEB.

53 Conforme havemos de ver mais à frente nesta pesquisa, a partir da leitura de Pedro Pomar, qualquer referência a uma ideia de “redemocratização”, com a deposição de Getúlio Vargas, o fim do Estado Novo, as eleições de 2 de dezembro de 1945 e a posse do presidente eleito Eurico Gaspar Dutra em fins de janeiro de 1946, deve ser problematizada e, desse modo, expressa entre aspas.

(MORAES, 1984, p. 466). Antes do desfecho deste inesperado imbróglio, Mascarenhas ainda conta que foi preciso a sua esposa, Adda Brandão Mascarenhas de Moraes⁵⁴, verbalizar à Carmela Dutra, então primeira-dama, o forte desejo do marido de entrar para a reserva em vez de receber a promoção.

Por motivos que o próprio autor não explicita em sua obra – exceto pelo evidente desgosto pessoal que viria a revelar seu ápice, dois anos depois, na ascensão do comandante da FEB ao posto de marechal – Dutra não gostava de Mascarenhas de Moraes. É oportuno lembrarmos de que, antes da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, ambos os militares trocavam recíprocos elogios.

Então, veio a criação da Força Expedicionária Brasileira, e tudo mudou entre os dois. Pode-se afirmar que existem duas principais razões que encontrei para a inversão de sentido na relação entre os dois militares. A primeira diz respeito a uma leitura contida no texto de Gerson Moura e já apontada aqui, no subcapítulo 1.3.1: Dutra nutria algum apreço pelo ideário nacional-socialista (MOURA, 1993, p. 180). Por conseguinte, isto nos leva a crer que o surgimento da FEB, bem como o seu comando e comandante, ia de encontro às simpatias político-ideológicas do então ministro da Guerra de Vargas, assim como de um grupo de palacianos do regime estadonovista, entusiastas do ideário nazifascista, estando nele também, curiosamente, o general Góis Monteiro, ministro do presidente Dutra.⁵⁵

A segunda razão, por sua vez, emana de motivações bem mais pessoais, no que se refere apenas à órbita de Mascarenhas de Moraes e Dutra. Nesta pesquisa, três autores apontaram para uma mesma direção, ainda que cada um deles tenha explorado um pouco menos ou mais a questão. Ferraz, em reedição ampliada de sua tese de doutorado, comenta que Getúlio Vargas, vislumbrando o “retorno dos expedicionários com as possíveis glórias da vitória”, escolheu o nome de

54 No capítulo *Esposa, companheira e colaboradora*, um dos últimos de sua obra, o marechal Mascarenhas de Moraes dedica uma homenagem e agradecimento à “D. Adda”: “Li em um dicionário etimológico de nomes próprios que seu nome - Adda - significa ‘ornamento’. Ela foi, realmente, o ornamento de nosso lar, na atenção que dedicava ao marido, aos filhos, aos netos, às atividades domésticas. Zelosa dona de casa, de trato suave com todos, fazia de nossa residência um recanto de paz, onde, na amena convivência de parentes e amigos, reinava a cordialidade afetuosa” (MORAES, 1984, p. 595). Adda Brandão Mascarenhas de Moraes veio a falecer em 9 de janeiro de 1962, um ano antes do término dos seus registros em *Memórias*.

55 A proximidade entre Eurico Gaspar Dutra e Pedro Aurélio de Góis Monteiro vai muito além do companheirismo de farda e do coleguismo governista, tendo certos aspectos políticos-ideológicos como componentes desse amálgama. Segundo reproduz Elio Gaspari, em uma coluna da Folha de S.Paulo, em dezembro de 2001, R. S. Rose, um sociólogo estadunidense, teria escrito a seguinte descrição sobre alguns agentes do Estado Novo: “quem censurava era Lourival Fontes, quem torturava era Filinto Muller, quem instituiu o fascismo foi Francisco Campos, quem deu o golpe foi Eurico Dutra e quem apoiava Hitler era Góis Monteiro” (ROSE, 2001, p. 17 apud GASPARI, 2001). Ainda segundo o jornalista, em sua coluna na Folha, em 1940, quando a Alemanha de Hitler conquistara Paris, “um soldado” teria visto Dutra comemorando o êxito nazista. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1612200111.htm>. Acesso em: 11 abr. 2024.

Mascarenhas de Moraes para comandar maximamente a FEB devido ao fato deste ser “um general avesso à política” (FERRAZ, 2012, p. 54). Ora, embora o espírito legalista de Mascarenhas goze de sua peculiaridade, nosso exame de *Memórias* só tende a concordar com o historiador paulista. No entanto, Ferraz nos deixa uma pista em uma nota de rodapé, sinalizando que há, ao menos, quatro fontes que indicam que, na verdade, o nome do general Dutra chegou a ser relacionado ao posto de comando geral dos expedicionários, sendo uma destas fontes uma bibliografia presente nesta pesquisa: a obra de Joaquim Xavier da Silveira.⁵⁶

Assim, em *A FEB por um soldado*, Silveira destrincha duas versões. A primeira, oriunda da narrativa do general Leitão de Carvalho, contida em trabalho de Hélio Silva⁵⁷, retrata uma conversa, entre o dito general, Dutra e o almirante Álvaro de Vasconcelos - os três num mesmo hotel em Washington, por conta de uma reunião da Comissão Militar Mista Brasil-Estados Unidos. Neste dia, em agosto de 1943, os dois altos oficiais teriam insinuado as suas pretensões de serem, um deles, o nome escolhido por Vargas para chefiar o comando geral da futura Força Expedicionária, ou pelo menos, o comando de uma das divisões, já que na própria reunião da Comissão Militar Mista fora acordado que o Brasil enviaria mais de uma divisão expedicionária. Só que, nessa sondagem, os dois militares teriam ouvido do ministro da Guerra também a sua vontade de ser nomeado pelo presidente ao cobiçado posto. O veterano autor argumenta que há uma incongruência de datas no que conta Leitão de Carvalho, pois Dutra já havia telegrafado o convite a Mascarenhas. (SILVEIRA, 2001, p. 53).

A segunda versão apresentada por Silveira também está presente no que disse nossa terceira referência, Mauro Malin, em seu verbete biográfico a respeito de Dutra. Com base no que depôs o marechal Cordeiro de Farias a Aspásia Camargo e Walder de Góes⁵⁸, Silveira e Malin revelam que, na verdade, o então ministro da Guerra teria pessoalmente solicitado a Vargas o posto de comandante.

No entanto, o Presidente Vargas não atendeu ao pedido, usando argumentos que *não são conhecidos nos registros oficiais*, já que a própria manifestação da vontade de ser comandante da FEB também nunca aflorou oficialmente. O Presidente teria alegado na ocasião a necessidade de contar com os serviços do General Dutra no Ministério da Guerra (SILVEIRA, 2001, p. 53, grifo nosso).

⁵⁶ Embora Ferraz utilize o vocábulo “fonte”, ao se referir ao título de Silveira, esta monografia prefere trabalhá-lo como uma referência bibliográfica, sem deixar de levar em conta o peso do citado estudo ter sido escrito por um soldado veterano da FEB.

⁵⁷ Cf. SILVA, Hélio. **1944 - Brasil na guerra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

⁵⁸ Cf. CAMARGO, Aspásia Brasileiro Alcântara de; GÓES, Walder de. **Meio século de combate: diálogo com Cordeiro de Farias**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

O autor ex-combatente até manifesta a sua compreensão para com o pedido do ministro da Guerra, por este ser, na época, o militar imediatamente abaixo do presidente da República na hierarquia das Forças Armadas, mas Malin, por seu turno, não analisa da mesma perspectiva. Segundo ele, Dutra demonstrou grande interesse em questões diretamente ligadas à guerra, insistindo, por exemplo, no envio de três divisões expedicionárias, a fim de pleitear um dos seus comandos. Além disso, o general teria tentado negociar com os estadunidenses investimentos armamentícios mais robustos, “para equipar, no Brasil, um número de soldados equivalente ao do corpo expedicionário, a fim de reforçar o aparato militar” (MALIN, 2023).

As duas ambições de Dutra foram-lhe negadas. A segunda, um pouco mais ousada, foi ignorada pela Comissão Militar Mista, durante uma de suas viagens aos EUA, para reunião em Washington. Já a primeira, por ser uma tratativa que, diferente da solicitação aos estadunidenses, seria tratada pelo próprio regime estadonovista, todavia, pesou-lhe mais o amargor de ser recusada. Logo após retornar de uma primeira viagem à Europa, em vista de uma inspeção dos futuros desafios das tropas expedicionárias, o general Dutra foi informado de que Vargas havia decidido empregar apenas uma divisão militar na Frente Italiana. Sendo assim, as suas supostas ambições militares e políticas de ser promovido ao posto de comandante-geral dos expedicionários teriam sido frustradas (MALIN, 2023).

Vale salientar, contudo, que o desgaste da relação entre Mascarenhas de Moraes e Dutra esbarra inevitavelmente no âmbito especulativo. Como já argumentou Silveira, não houve “manifestação oficial” do ministro da Guerra quanto aos seus supostos intentos. Por outro lado, de um ponto de vista da investigação historiográfica, deveras nos interessa esta riqueza de versões e justamente as suas fontes em comum, porque acredito que há indícios nessa “não oficialidade” os quais corroboram para preencher as lacunas da historiografia oficial quanto à FEB e os seus expedicionários - tendo em vista a desmobilização e reintegração social e política dos veteranos.

Por conta do recorte temporal ao qual nos limitamos acerca da obra de Mascarenhas de Moraes, cobrindo só até os primeiros anos do pós-guerra de suas *Memórias*, o grande clímax desse embate com Dutra se deu durante a tramitação do Projeto de Lei 115/1948, cuja proposta era de investir no posto de marechal do Exército João Baptista Mascarenhas de Moraes, revertendo-o ao serviço ativo até a

sua morte.⁵⁹ De autoria do deputado federal constituinte, Rui Almeida⁶⁰, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), essa discussão inaugurou-se na Câmara dos Deputados no dia 14 de abril de 1948, obtendo as aprovações da Comissão de Constituição e Justiça e das Comissões de Segurança e de Finanças, nos dias 13 de maio e 8 de junho daquele ano, respectivamente (MORAES, 1984, p. 479).

É importante mencionar que, conforme o autor transcreve a justificativa de Rui Almeida em suas *Memórias*, não havia nada de inesperado e, sobretudo, inconstitucional no PL, uma vez que, dois anos antes, já havia sido concedida honras de Marechal de Exército a Mascarenhas, através do Decreto-lei nº 9.698⁶¹ (MORAES, 1984, p. 477).

Acontece que, diferente do que ocorreu a 2 de setembro de 1946, quando recebeu as referidas honras do Legislativo, o PL 115/1948 previa tornar a carreira militar de Mascarenhas de Moraes ativa novamente. Isso, certamente, poderia significar um incômodo político ao governo federal, então chefiado por Eurico Gaspar Dutra. Pensar no comandante da Força Expedicionária Brasileira, feito marechal e reabilitado ao serviço ativo, significaria uma reviravolta indesejada nos planos de reintegração política dos febianos, uma iminente ameaça ao grupo político dirigente em exercício do poder. É importante pontuar que, embora Getúlio Vargas tenha sido deposto e o Movimento Queremista derrotado, o comunismo tornou-se, então, o eminente inimigo da hegemonia conservadora do país, reconfigurada e alinhada conforme os novos moldes da disputa geopolítica da nascente Guerra Fria. No capítulo II, veremos como o governo Dutra e demais forças político-militares serão implacáveis contra o PCB, os movimentos operários e a força política do trabalhismo, três das principais encarnações do “perigo

59 Conferir a íntegra deste Projeto de Lei 115/1948 e sua tramitação na casa legislativa em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=171693&fichaAmigavel=nao>. Acesso em: 12 abr. 2024.

60 De acordo com o verbete biográfico do *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro* do CPDOC, Rui de Cruz Almeida, primeiramente, militar do Exército, tendo assentado praça em 1919, na Escola Militar de Realengo. Participante assíduo da ala tenentista que apoiou o golpe varguista de 1930, Almeida dedicou-se também à política, elegendendo-se vereador na capital federal em 1934 e deputado federal na Assembleia Constituinte de 1946, reelegendo-se em 1950. Importante mencionar que, já no posto de tenente-coronel, fez parte da Comissão da Mobilização Econômica, em 1942, vinculada ao presidente da República, cujo objetivo era elaborar ações estatais capazes, a todo custo, de contornar os déficits econômicos provocados pela entrada efetiva do país na Segunda Guerra Mundial (LAMARÃO, 2023). Cf. CPDOC. Almeida, Rui. In: Centro de pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: FGV, 2009. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbeta-biografico/rui-de-cruz-almeida>. Acesso em: 1 mai. 2024; LAMARÃO, Sérgio. Coordenação da Mobilização Econômica. In: Centro de pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **Atlas Histórico do Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2023. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/verbeta/9011#:~:text=Entre%201942%20e%201945%2C%20o,e%20o%20general%20An%C3%A1pio%20Gomes>. Acesso em: 1 mai. 2024.

61 Conferir a íntegra do Decreto-lei nº 9.698/1946 em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-9698-2-setembro-1946-417522-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 12 abr. 2024.

vermelho”, o qual não só atingiu o Brasil como também os ex-combatentes e suas associações.

Frente a tal projeto de lei, que naturalmente ia à votação no plenário, o governo Dutra só encontrou uma solução: intransigente oposição da sua liderança na Câmara, representada pelo deputado Acúrcio Torres, do Partido Social Democrático (PSD). Pelos três anos posteriores, essa discussão se arrastou pelo Congresso, tendo o PL até mesmo retornado à CCJ, para reavaliação de sua proposta (MORAES, 1984, p. 485).

Embora um número considerável de parlamentares tenha insistido mais uma vez na sua votação em sessão plenária, ao fim do mandato presidencial de Dutra, Mascarenhas de Moraes não pôde retornar à ativa das Forças Armadas. À certa altura de suas *Memórias*, depois de confidenciar muitos episódios e impressões de confronto, o autor não mais usou pronomes de tratamento e formalidades para se referir ao seu assumido opositor: "Eu, na verdade, *continuava* não sendo *persona grata* ao chefe do Governo de então – General Eurico Dutra. Coube ao seu sucessor, Getúlio Vargas, sancionar o projeto, depois de aprovado, em dezembro de 1951" (MORAES, 1984, p. 480, grifo nosso).

Ao meu ver, da mesma forma que o comandante da FEB resolveu ser, de modo inédito em sua obra, incisivo em afirmar e reafirmar que ele "não era *persona grata*" ao Executivo, ele também escolheu manifestar esse desconforto, *publicamente*, rompendo com a sua característica discrição política. Quando recebeu as honras de marechal do Exército, em seu discurso de agradecimento à homenagem proferida pela Assembleia Constituinte de 1946, Mascarenhas de Moraes procurou defender a FEB e seus expedicionários de qualquer relação político-partidária com as discussões e processos políticos que se tornaram intensos na segunda metade de 1945, tendo em vista a posterior queda do Estado Novo e a “redemocratização”:

Nos últimos meses da guerra, quando o sucesso das nossas armas empolgavam a opinião pública brasileira, nos seus anseios democráticos, os chefes expedicionários de todos os escalões de comando souberam ser graves, comedidos e patriotas, diante de suas responsabilidades pela coesão e disciplina da tropa; souberam ser hábeis e enérgicos no evitar que os seus comandados se inflamassem nos comentários político-partidários, vindos da Pátria distante (MORAES, 1984, p. 473-474).

Essa postura se repetiu, anos depois, durante o seu discurso na sessão solene em que reverteu o seu posto de marechal do Exército à ativa:

De fato, regressando ao país num momento conturbado por paixões políticas de toda ordem e intensidade, geradas naturalmente pelo entrelaçamento de idéias e aspirações que haviam levado o mundo ao mais sangrento dos conflitos humanos, nenhum elemento dessa força [a FEB] se valeu da difícil conjuntura nacional para agravar problemas, dificultar a ação das autoridades constituídas ou beneficiar-se de situações duvidosas (MORAES, 1984, p. 500).

Essa fala do investido marechal foi proferida em fins de 1951, já sob o retorno à Presidência da República de Getúlio Vargas, por quem Mascarenhas não esconde sua simpatia, nas páginas de sua autobiografia. Afinal, após três anos de malogro sob Dutra, segundo o autor, Vargas fez "pessoalmente" o projeto ser aprovado em seu primeiro ano de mandato: "Fora ele [Getúlio Vargas] quem pessoalmente escolhera o meu nome para comandar a FEB. Dele, e dos representantes do povo brasileiro, ia eu receber a investidura no posto de marechal" (MORAES, 1984, p. 491).

O marechal Mascarenhas de Moraes tornou-se, de acordo com a lei, membro ativo do Exército até a sua morte, em 17 de setembro de 1968. Em 6 de janeiro de 1953, foi nomeado chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, estando, portanto, subordinado diretamente ao presidente da República. Apesar dos reveses de ordem política, citados e analisados aqui, o comandante da FEB colheu muitas homenagens, reconhecimentos e, por último, promoções em sua carreira, bem diferente do que veremos adiante em relação aos ex-combatentes civis e militares de patentes mais baixas, relegados ao universo tempestuoso das associações.

Capítulo II - O soldado, o veterano e as “duas” campanhas

O que significou ter ido à Guerra? Fiquei feliz por ter-me realizado. Eu quase não fui para a Itália, pois ia ser cortado por causa de meu “pé-chato”. Eu não aceitei isso. Foi uma afirmação pessoal, ter capacidade de ir para a Guerra e ser útil. Não foi por motivação política.

Ir com a F.E.B. para a Itália modelou o meu futuro! (PUGIALLI, 2013, p. 200).

2.1 - Os soldados da FEB

O dia 6 de julho de 1945 pode ser entendido como um marco na história da Força Expedicionária Brasileira. Tratou-se da consumação da vitória do combatente brasileiro, pois, neste dia, o 1º Escalão da FEB, somando 4.931 expedicionários, embarcou no navio *General Meighs*, com destino ao Rio de Janeiro. Apesar dos horrores enfrentados no campo de batalha, nada podia trazer mais conforto ao expedicionário do que saber que finalmente se cumpriria o prometido retorno ao conforto do lar.

A vitória febianana do 6 de julho, porém, veio acompanhada de uma sombra aterradora, pois outro ato se deflagrou nesta mesma data: o Aviso Ministerial nº 217-185, o qual determinou a gradual exclusão das unidades da FEB.⁶² Ao contrário do que foi, primeiramente, o processo de criação, a desmobilização da divisão expedicionária, cujo efetivo beirava cerca de 25 mil expedicionários, foi simples e ligeira, diferente do que outros países participantes da guerra fizeram e do que, inclusive, as autoridades dos EUA recomendaram ao governo brasileiro (FERRAZ, 2012, p. 87).

Apesar da FEB ter acumulado 7 meses de ação até ter derrotado o inimigo alemão em solo italiano, várias batalhas foram enfrentadas e vencidas pelos soldados brasileiros. Ora, para além de episódios traumáticos, os expedicionários acumularam experiências de combate nunca antes vividas por militares e civis do país, o que, não só escreveu as suas histórias e a da FEB, mas também produziu conhecimentos sólidos do novo tipo de guerra inventado e vivenciado pelas sociedades modernas (SILVEIRA, 2001, p. 236-237).

A extinção abrupta da FEB colocou tudo isso a perder. Os oficiais militares de carreira, pegos de surpresa com a velocidade com que se deram tais medidas

⁶² Mais à frente neste capítulo, analisaremos detalhadamente as determinações impostas pelo Aviso Ministerial nº 217-185, de 6 de julho de 1945.

administrativas, até conseguiram, de certo modo, carregar consigo, "para onde iam servir, o espírito da FEB" (SILVEIRA, 2001, p. 236). Muitos outros, entretanto, sucumbiram diante da perplexa frustração, o que resultou em muitos pedidos prematuros de transferências de suas carreiras para a reserva.

Contudo, conforme ressalta o veterano Joaquim Xavier da Silveira, os que mais foram afetados por esta "diáspora", um dos seus termos para designar a desmobilização precoce da FEB, foram os ex-combatentes civis:

Essa diáspora atingiu mais fundo os "pracinhas", soldados convocados ou voluntários, todos os que não pertenciam à carreira militar. Excluídos do Exército, por força da desmobilização, tiveram assim cortados todos os vínculos com o Exército. Para esses a situação tornou-se muito mais dura. Com algum dinheiro no bolso, sem nenhuma orientação, o ex-combatente ia ao encontro da família. No entanto, como muitos que foram desmobilizados no Rio eram oriundos de outros Estados, não regressaram de pronto aos lugares de origem, saindo em busca de novas aventuras. Esgotando os poucos recursos que economizaram, tiveram de enfrentar a realidade do cotidiano (SILVEIRA, 2001, p. 236-237).

O autor febianos ainda chega a mencionar alguns argumentos de ordem socioeconômica que teriam sido utilizados para justificar a urgência do Aviso Ministerial nº 217-185. Um deles seria o gasto que o governo teria para manter as unidades febianas e o outro seria que os próprios expedicionários teriam a pressa de retornar ao mundo civil em que viviam, antes de embarcar para a Itália. No entanto, baseado em estudos produzidos por oficiais⁶³, estritamente acerca deste assunto, ele creditou a rápida desincorporação da Força Expedicionária aos desenrolares políticos que conduziram o fim do Estado Novo (SILVEIRA, 2001, p. 231 e 238).

Apesar de insistir pontualmente na motivação política, Silveira se debruça mais sobre o descaso e a falta de planejamento com que foi tratada essa rápida dissolução da FEB. Outros autores, como Ferraz e Pimentel (2011), citam os casos dos países que, experimentado o pós-guerra da Primeira Grande Guerra (1914-18), souberam preparar-se com mais antecedência e sensatez para receber seus veteranos de guerra e os reintroduzir à vida civil novamente. Não é que as autoridades brasileiras e a população não receberam os seus heróis de guerra com os devidos cortejos e festividades, mas não houve iniciativas que fossem além de uma passageira recepção triunfal (SILVEIRA, 2001, p. 235).

⁶³ Cf. SAMPAIO BARBOSA, João Felipe. Regresso e desmobilização da FEB: problemas e consequências. *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, n. 719, mai./jun. 1985 (digitalizado 23 jun. 2020). Disponível em: <http://www.ebrevistas.cb.mil.br/ADN/article/view/5181>. Acesso em: 10 mai. 2024; LIMA JÚNIOR, Raul da Cruz. *Quebra Canela*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1985.

O retorno dos ex-combatentes ao seu local de origem, junto de sua família, amigos e vida cotidiana era um processo verdadeiramente delicado, no qual cada indivíduo se portava de uma maneira, estando sujeitos aos mais variáveis problemas psicossociais de reintegração ao que viviam antes. De acordo com Silveira, em primeiro lugar, faltou um plano claro e imediato de políticas de amparo e reintegração social aos pracinhas. Por outro prisma, esse processo também exigia um esforço de conscientização do governo à sua própria população, que não foi à guerra, tendo em vista a realidade horrenda encarada pelos soldados. A inserção da população na política de reintegração, dessa forma, teria sido fundamental para preparar os brasileiros que permaneceram no país a como receberem e ressocializarem os veteranos:

A falta de esclarecimento fez com que muitos empregadores recusassem emprego a ex-combatentes. Existia o preconceito de que todos eram portadores de neurose de guerra e, portanto, incapazes de realizar, de forma útil, as tarefas inerentes ao emprego desejado (SILVEIRA, 2001, p. 237).

Na esteira desses aspectos apontados acima, outra dimensão importante para a qual podemos apontar acerca do tema da desmobilização da FEB é a ilustração que ficou legada à população brasileira, tendo em vista, não somente o descaso público, mas também os gargalos da própria historiografia em retratar a participação da FEB na II Guerra Mundial, principalmente, o seu destino após o término do conflito. Com o intuito de compreender a correlação entre o súbito fim da divisão expedicionária e o conseqüente esquecimento a que foram sujeitos os expedicionários, Francisco César Ferraz provoca comparações entre as nações aliadas participantes, pontuando os dois grandes exemplos: a Europa, de um modo geral, e os Estados Unidos (FERRAZ, 2012, p. 23).

Com isso, é preciso ter-se a prévia noção de que as experiências desses dois lugares contaram com aspectos diferenciados, a começar pela desproporcionalidade entre os esforços europeu e estadunidense na guerra em relação aos do Brasil. Sem falar que a atuação dos mais de 25 mil militares da FEB só veio a ocorrer nos últimos sete meses da Segunda Guerra Mundial, ao passo que a Europa já tinha cerca de cinco anos e os EUA somavam quase três anos de conflito acumulados, além de ambos terem participado da Primeira Grande Guerra. Ora, a discussão aqui não gira em torno da importância, papel e lugar de cada um na guerra, mas em torno do investimento humano com o tempo. Só de pensar em tudo que envolveu a I Guerra Mundial, já é possível imaginar as muitas questões que, com certeza,

envolveram os veteranos, as administrações estatais e a população, depois do término das batalhas. Ferraz sublinha: "Por mais que, após a Primeira Guerra Mundial, a reintegração dos combatentes europeus e americanos tenha sido problemática, eles perfaziam uma parcela importante da sociedade; era impossível ignorá-los" (FERRAZ, 2012, p. 24).

Nesse sentido, a memória assume uma posição fundamental em todo esse processo, pois, no futuro adiante, poderão ser sentidas consequências inevitáveis na história. No Brasil, uma certa curadoria dessa memória não ocorreu devido a diversos motivos, sendo um deles o perceptível envolvimento tardio no conflito, mobilizando um contingente de soldados pequeno em relação ao total da população - 25 mil equivalia a cerca de 0,06% da população brasileira na época.⁶⁴ O segundo motivo, por sua vez, gira em torno da já mencionada falta de interesse do Estado e suas instituições em alavancarem uma política ampla e eficaz de reintegração social desses ex-combatentes, em sua maioria, de civis, que voltaram sem emprego e com consideráveis problemas de saúde (FERRAZ, 2012, p. 24-25; SILVEIRA, 2001, p. 235 e 237).

Com isso, ao articular as comparações anteriormente feitas com esses dois motivos acima, é possível antever que a questão de um gradual esquecimento tornou-se uma ameaça sensivelmente próxima da memória construída acerca dos expedicionários ao longo dos anos. Ferraz nos traz uma perspectiva de conclusão sobre o que veio a calhar no exemplo brasileiro pós-guerra:

Quanto maior a parcela da população jovem masculina recrutada para as guerras, maior a necessidade da sociedade não combatente em tomar para si a resolução desses problemas. Inversamente, quanto menor a parcela de combatentes - e esse foi o caso dos brasileiros na Segunda Guerra - maior o distanciamento da população. As lembranças e esquecimentos ultrapassam os limites dos simbolismos e das representações e se inscrevem nas dificuldades da vida concreta, cotidiana. O esquecimento progressivo do ex-combatente se faz então duplamente: como símbolo de cidadania e como cidadão (FERRAZ, 2012, p. 24).

64 O cálculo da percentagem de expedicionários em relação à população brasileira pode ser estimado com base em duas pesquisas estatísticas, sendo uma do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e a outra do IBGE. De acordo com a estimativa da primeira fonte, a população brasileira, em 1944, pode ser estimada em 44.692.280 pessoas, o que resultaria na percentagem mais exata de 0,0559% de brasileiros febianos, a qual pode ser arredondada para 0,06%. Já a segunda fonte, do IBGE, baseia-se na pesquisa do Censo Demográfico de 1940, que estabeleceu um total de 41.165.289 brasileiros habitantes no país, o que faria a aproximação de 25.000 combatentes ser uma fração de 0,0607%, arredondada para 0,06%. Cf. ESTIMATIVA da população do Brasil: banco de dados. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/ExibeSerie.aspx?serid=36471&module=M>. Acesso em: 20 mai. 2024; MEMÓRIA IBGE. Censos demográficos. **Recenseamentos Gerais e estatísticas populacionais no Brasil**. Disponível em: <https://memoria.ibge.gov.br/historia-do-ibge/historico-dos-censos/censos-demograficos.html#:~:text=O%20Censo%20de%201940%20registrou%2041%20165%20289%20habitantes%20no%20Brasil.&text=O%20Recenseamento%20Geral%20de%201950.levada%20a%20feito%20no%20Pa%C3%ADs>. Acesso em: 20 mai. 2024.

Eis o enquadramento de algumas questões concernentes ao problemático processo de desmobilização do contingente de cerca de 25 mil febianos, deflagrado no dia 6 de julho, a partir de uma determinação oficial do Ministério da Guerra. Ao passo que, no capítulo I, as discussões se articularam em torno da figura do comandante da FEB e da sua narrativa autobiográfica, neste capítulo, o protagonismo será do soldado da FEB, a grande maioria dos 25.334 combatentes que *também* fizeram a Campanha da Itália.

Em um primeiro momento, vamos percorrer pelas preliminares da campanha dos expedicionários, discutindo sobre a formação de uma cidadania atravessada pelo militarismo, quando não confrontada por ele. Porém, diferente da análise de uma autobiografia, que usamos para refletir sobre quem foi Mascarenhas, devido aos limites desta monografia, iremos tratar a respeito do que alguns estudos produziram sobre o que foi o coletivo “soldado brasileiro”, no qual os expedicionários estão inseridos. Feito este retrato do febianos que foi convocado e embarcou para o Teatro de Operações da Itália, avançaremos sobre alguns pontos-chave da sua campanha, dando ênfase a alguns aspectos dos quais podemos explorar a subsequente desmobilização de 6 de julho. Em virtude disso, falaremos da questão das condecorações e dos indícios que nela houve sobre o que se configurou, em seguida, como a desincorporação precoce da FEB. Importante pontuar que o nosso enfoque será acerca das questões políticas por trás desse processo, o que também será feito, finalmente, na análise da reintegração do “soldado brasileiro”, transformado em veterano, dentro do ambiente das associações, nos primeiros anos pós-guerra.

2.1.1 - O cidadão-soldado, o cidadão e o soldado

Francisco César Ferraz, antes de mergulhar propriamente nos anos do pós-guerra, de olho no processo de reintegração social dos veteranos, dedica um capítulo de sua obra para estudar os anos antes e durante a existência da FEB. Além de buscar tatear o contexto político em que se deu o surgimento da divisão expedicionária e a mobilização dos seus combatentes, o grande objetivo do autor é obter uma imagem precisa do expedicionário brasileiro, considerando os pensamentos das autoridades, da sociedade e dos próprios expedicionários acerca do coletivo “soldado brasileiro”. Para esta monografia, essa abordagem de Ferraz

muito nos interessa a partir das suas possibilidades de relacionar a figura dos combatentes com as disputas políticas latentes nesses últimos anos do regime estadonovista de Getúlio Vargas.

Os febianos embarcaram rumo à Itália com muitas ideias já formadas, outras, em franca maturação, e algumas que só viriam a ser desenvolvidas durante as vivências da guerra. No entanto, tratavam-se de cidadãos já formados, os quais, depois do batismo de fogo⁶⁵, tornaram-se soldados. Ao longo dessa radical transformação em efetivos combatentes da FEB, o antes, o durante e o depois do campo de batalha se cruzam e incidem exatamente sobre os sujeitos da reintegração. Portanto, a evocação do termo "cidadão-soldado", o qual é bastante sugestivo para posicionar também o veterano no Brasil pós-guerra, diz respeito a um ritual cívico que forja a cidadania através do "tributo de sangue", isto é, quando o indivíduo cumpre o serviço militar de defesa da Pátria, sendo dentro ou fora do país, em condições de paz ou de guerra (FERRAZ, 2012, p. 45).

Diante do ideal forjado no cidadão-soldado, é possível destrincharmos algumas dimensões desse substantivo composto, sendo a primeira delas o forte estigma impregnado em seu exercício legal: o serviço militar obrigatório. De fato, desde meados do século XIX, houve esforços para implementação dessa política, sob o pretexto de "nivelamento entre as classes e a disseminação de valores como ordem, disciplina e patriotismo, além da consequência indireta que seria o estímulo à alfabetização, requisito imprescindível para o exercício de direitos como os do voto" (FERRAZ, 2012, p. 57-58).

Durante as preliminares da Campanha da Itália, nas etapas de seleção e convocação, contudo, grandes foram os esforços empregados pelos recrutados para obter dispensa. Afinal, agora, tratava-se de servir e ter chances prováveis de ir efetivamente para um combate, com consequente risco de morte. Apadrinhamento político, dispositivos legais e até transgressões disciplinares foram algumas das estratégias gerais para escapar do "castigo" de servir às Forças Armadas e à Pátria, rumo ao Teatro de Operações da Itália. Ao referenciar um artigo de Alcemar Ferreira Junior acerca da realidade de fugas no recrutamento para a divisão expedicionária⁶⁶, Ferraz nos detalha as proporções que tomaram essa "empreitada":

⁶⁵ Expressão do jargão militar utilizada para significar a primeira experiência de combate de um militar.

⁶⁶ FERREIRA JUNIOR, Alcemar. Uma visceral rebeldia: clientelismo e isenções no recrutamento da Força Expedicionária Brasileira (1943-1944). In: SANTOS, Claudia R. Andrade dos. et al. **Estudos**: volume II. Curitiba: Série Grupo de Pesquisa – LEPH, 2007.

Juntavam-se nessa empreitada os representantes da iniciativa privada e do serviço público: desde empregadores da Companhia Telefônica Brasileira, da Estrada de Ferro Central do Brasil, da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, da Sociedade Brasileira de Mineração Ltda., do Lloyd Brasileiro, do Departamento de Correios e Telégrafos e do Banco do Brasil, até mães e esposas, que procuravam pessoalmente os organismos militares para solicitar o licenciamento dos convocados ou sua transferência para unidades não expedicionárias. Também a Federação Metropolitana de Futebol do Rio de Janeiro conseguiu a liberação de jogadores convocados, entre os quais Danilo Alvim, Heleno de Freitas e Tomaz Soares da Silva (Zizinho) (FERREIRA JUNIOR, 2007, p. 17-19 apud FERRAZ, 2012, p. 59-60).

É válido afirmar, entretanto, que nem todos os jovens civis convocados pela FEB forçaram um jeito de fugir do seu “tributo de sangue”. Em *Memórias de meu pai, um pracinha*, livro que Ricardo Pugialli reproduz as memórias do febiano Francisco Jayme Domingues Jr., conferimos um depoimento inusitado em relação à análise crítica acima da fama negativa que afligia o serviço militar obrigatório. Convocado pelo Ministério da Guerra, em fevereiro de 1944, o soldado Domingues conta que, em agosto de 1944, “um carro com oficiais” chegou à 4ª Bateria Independente de Artilharia de Costa, no Leme, para selecionar soldados para integrar a Força Expedicionária:

Um oficial médico me olhou e disse: o senhor não podia estar engajado. O senhor tem o pé mais chato que já vi, o pé chato absoluto. O senhor não podia ser convocado. Eu falei: bom, não podia, mas fui. Ele fez a pergunta que me irritou profundamente: o senhor não sente dificuldades em andar, em correr? Eu falei não sei, eu nunca tive pé arqueado. Nasci com pé chato, aprendi a andar e correr com pé chato. Para mim, esse é que é o pé normal (PUGIALLI, 2013, p. 119).

A fala do pai de Pugialli nos chama atenção justamente para o inverso do que enfatizou Ferraz: Domingues era um soldado que se mostrava disposto a servir à FEB e o oficial médico responsável por sua inspeção de saúde dificultava a sua seleção. Mais adiante, veremos que, na realidade, a Junta Médica da FEB tinha em mente a escolha dos melhores cidadãos-soldados para compor a “tropa de elite” febiana (FERRAZ, 2020, p. 260).

Não obstante o médico tenha insistido que ele “não podia estar engajado”, Domingues revela que, devido aos seus registros militares como soldado “da turma do esporte”, o oficial acabou cedendo e autorizou a sua convocação: “Aí me chamaram. Eu podia ter dito que de fato eu tinha dificuldade em andar e tudo, que podia até der dado baixa e nem ir para a F.E.B. *Mas isto nunca passou em minha cabeça*” (PUGIALLI, 2013, p. 119, grifo nosso).

A cidadania, entretanto, também é outra dimensão presente na concepção do cidadão-soldado, o que nos faz pensar para muito além do indivíduo. Se o Estado

e a sociedade são participantes essenciais do processo de reintegração do ex-combatente, deve-se pensar a mesma coisa do processo anterior de formação cidadã do febiano. Logo, refletir sobre alguns aspectos da cidadania brasileira até o embarque à Campanha da Itália pode indicar um caminho para compreender algumas concepções e atitudes dos expedicionários relacionadas à política, sobretudo, frente às expectativas e frustrações antes e depois da guerra:

As formas de exercício da cidadania desenvolvidas por esses milhares de brasileiros, nas cinco décadas do período pós-guerra estudado, relacionam-se diretamente com as suas práticas no período anterior à guerra. Muito dos sucessos e fracassos de suas lutas pela reintegração social e profissional estão intrinsecamente relacionadas à própria maneira como esses homens (e mulheres) adentraram no “mundo dos cidadãos”, justamente durante um período em que o exercício dos direitos civis, políticos e sociais aparecia mais como uma concessão benevolente do Estado e de seus patronos do que como resultado de lutas individuais e coletivas por direitos legítimos (FERRAZ, 2012, p. 46).

Dessa forma, compreender o que foi o regime do Estado Novo de Vargas, uma ditadura de orientação político-ideológica muito próxima do fascismo, acaba por nos dar muitas pistas sobre as prováveis concepções de cidadania, patriotismo e liberdade que os febianos tiveram contato, até o instante em que zarparam rumo ao continente europeu. Todavia, é válido ponderar que nem tudo é o que parece absolutamente ser. Embora a ditadura varguista se empenhasse em criar um “novo homem” brasileiro, cujos ideais de patriotismo, moralismo e disciplina elevassem a “afirmação da identidade nacional brasileira” (BOMENY, 1999, p. 51)⁶⁷, estas máximas não foram os grandes estimulantes que animaram as tropas, na iminência de doarem a sua vida pela Pátria, segundo o ex-combatente Boris Schnaiderman (FERRAZ, 2012, p. 49-50).⁶⁸

O Brasil estava do outro lado do conflito, estabelecido num continente onde a II Guerra Mundial não inaugurou nenhuma operação teatral dos seus violentíssimos combates. A palavra “distância” seria a melhor para caracterizar a percepção da população brasileira, de um modo significativo, sobre a guerra entre

67 Helena Bomeny estuda o Ministério da Educação e Saúde como um dos grandes personagens institucionais dos tempos da Era Vargas, principalmente, diante de grandes iniciativas reformistas durante o Estado Novo. Dessa forma, pode-se compreender o ideal de criação de um “homem novo” e da “afirmação da identidade nacional brasileira” como partes do papel central que a educação assumiu perante o projeto nacionalizante, modernista, elitista e político-ideológico ao longo da duradoura gestão ministerial de Gustavo Capanema.

68 Citações da obra *Guerra em surdina: histórias do Brasil na Segunda Guerra Mundial*, de Schnaiderman, são evocadas várias por Ferraz como uma forma de manifestar as várias vozes presentes entre os expedicionários. Segundo Katryn Rocha, a partir da análise dos variados relatos reunidos na engenhosa narrativa do livro, “Schnaiderman é um intérprete de si e de mais de 20 mil homens da FEB que, assim como ele, foram convocados em 1944 para lutar, no conflito, ao lado dos aliados” (ROCHA, 2021, p. 2). Cf. SCHNAIDERMAN, Boris. *Guerra em surdina: histórias do Brasil na Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Brasiliense, 1995; ROCHA, Katryn.. A guerra em surdina de Boris Schnaiderman: entre memória e ficção. *Arquivo Maaravi: Revista Digital de Estudos Judaicos da UFMG*, Belo Horizonte, v. 15, n. 28, p. 40-46, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/maaravi/article/view/36548>. Acesso em: 11 maio. 2024.

os Aliados e o Eixo (FERRAZ, 2012, p. 48). É bem verdade que muitas embarcações marítimas do Brasil foram bombardeadas pelas forças armadas do Eixo, ao longo de toda a costa do país, a partir de março de 1941 (PUGIALLI, 2013, p. 51)⁶⁹, deixando um triste saldo de feridos e mortos, mas, ainda assim, essa "distância" da guerra só foi amplamente posta em xeque entre a população com o início dos racionamentos, como o que ocorreu em São Paulo (CYTRYNOWICZ, 2000, p. 82, 196-197, 278-280 apud FERRAZ, 2012, p. 49).

Se não seria pela comoção em torno dos danos materiais e humanos que os submarinos do Eixo estavam causando à Marinha brasileira, o que colocava em questão até onde o dogma nacionalista do Estado Novo era reverberado entre a população, a mobilização para a entrada do Brasil na guerra seria inspirada por uma orientação um tanto virtuosa: a defesa da liberdade e da democracia. Essa linha de análise nos remete novamente ao que vimos com Moura e Silva e Foly: a mudança na condução da política externa do regime varguista. A despeito dos acenos do governo brasileiro à Alemanha, de Hitler, e à Itália, de Mussolini, o Brasil rompeu relações diplomáticas com os países do Eixo em janeiro de 1943, declarando guerra e enviando suas tropas um ano depois.

Contudo, da mesma maneira que os citados autores observaram o advento da criação da FEB mais como um efeito de uma virada nas relações com os EUA, os quais prometeram investimentos em setores estratégicos do país, Ferraz também se propõe a questionar alguns dos argumentos comumente evocados. Um deles se trata de que a opinião pública resolveu abraçar a causa da entrada do Brasil na guerra como uma efetiva oportunidade de lutar, não só contra os fascismos europeus e asiático, mas também contra o autoritarismo pujante da ditadura varguista. A consolidação de tal argumento, segundo Ferraz, não se dá inteiramente através do exame de manifestações populares pedindo a intervenção brasileira no conflito mundial, nem por meio do estudo dos movimentos de oposição contra o Estado Novo, apesar de que ambos os motivos tenham ocorrido em alguma medida (FERRAZ, 2012, p. 49).

Apesar do historiador paulista destacar a perspectiva bastante crítica de veteranos como Schnaiderman, a fim de ressaltar as contradições entre o esforço da máquina de propaganda nacionalista do DIP e a falta de vibração no espírito dos

⁶⁹ Além da transcrição da narrativa pessoal de seu pai, o veterano José Jayme Domingues Jr., o seu livro de memórias é guiado cronologicamente por uma descrição objetiva do dia a dia da Segunda Guerra Mundial, do conflagrar ao término, destacando, em negrito, os eventos relacionados ao Brasil.

combatentes em ir à guerra pela nação, por outro lado, é válido buscarmos outras fontes e referências. Ana Paula Iervolino, no artigo *Democracia, ditadura e soberania nacional para os ex-combatentes da FEB*, utiliza um grande apanhado de depoimentos de ex-combatentes, procurando articulá-los com a reflexão em torno das motivações, paixões e objetivos que permearam a FEB na Campanha da Itália. Ao se analisar opiniões escritas ou faladas de veteranos, de cima a baixo da hierarquia militar, é preciso lembrar da grande heterogeneidade presente entre eles, principalmente devido ao fato da maioria dos mais de 25 mil expedicionários serem civis, dos mais variados cantos e realidades do país.

Por ter se tratado de uma guerra encampada pelos famigerados discursos de liberdade e democracia versus ditadura e totalitarismo, a política e soberania nacionais tornaram-se ideais fortemente presentes nas falas de muitos febianos. Iervolino cita a primeira edição do jornal *O Cruzeiro do Sul*, em 3 de janeiro de 1945, como um belo exemplo das motivações e expectativas em torno da missão dos expedicionários, em sua maior parte, já engajados no campo de batalha (IERVOLINO, 2011, p. 2).⁷⁰ Mensagens ufanistas de apoio e reconhecimento das tropas brasileiras eram a tônica desta iniciativa do Serviço Especial da FEB⁷¹, que buscou elevar o moral do soldado brasileiro e o carregar de simbolismo e identidade:

Estava o comando [da FEB] ciente de que a formação de laços identitários a partir de crenças em torno de ideais comuns favorecia a coesão e, conseqüentemente, o desempenho das tropas (...). A guerra concebida como disputa do bem versus o mal, na versão dos Aliados traduzia-se na luta da democracia – ou da liberdade – contra o autoritarismo ou totalitarismo. Terminada a guerra, esse discurso dos vencedores naturalmente predominaria sobre outros pontos de vista durante as décadas posteriores (IERVOLINO, 2011, p. 2-3).

Enquanto a preocupação no Teatro de Operações da Itália era incentivar o combatente, dando significado à sua luta e ideal ao seu sacrifício, no Brasil, governo e oposição travavam disputas políticas sobre a FEB. Se o chefe estadonovista e suas autoridades palacianas vislumbravam ganhos políticos em ato tão patriótico de enviar milhares de combatentes a outro continente (SILVA; FOLY, 2013, p. 24),

⁷⁰ É possível conferir todos os 34 números do jornal expedicionário no site da Hemeroteca Digital Brasileira, da Biblioteca Nacional, disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=735965&pesq=>. Acesso em: 27 mai. 2024.

⁷¹ De acordo com a descrição de Silveira, o Serviço Especial da FEB consistia em uma unidade de apoio, presente junto de várias outras unidades operacionais, com o simples objetivo de aliviar a dura realidade da guerra para os combatentes. Sob o comando do major Reynaldo Ramos Saldanha da Gama, vários febianos, oficiais e praças, auxiliaram na missão do Serviço Especial oferecer fontes de entretenimento aos soldados durante seu momento de folga na campanha. Hospedagens em hotéis, organização de espaços de lazer (jogos, leitura e música), acesso a jornais informativos (*O Cruzeiro do Sul*, *Zé Carioca*, *A Cobra Fumou* e *Vem Rolando*), apresentação de unidades em shows e bandas de música, disputas de partidas de futebol e programas culturais foram as principais atividades levadas articuladas pelo Serviço Especial (SILVEIRA, 2001, p. 121-123).

os opositores atiçavam a opinião pública contra o governo, vislumbrando, na vitória da FEB, o triunfo dos ideais democráticos contra o autoritarismo, apostando, com isso, no iminente fim do Estado Novo (FERRAZ, 2012, p. 106-107; IERVOLINO, 2011, p. 3). Percebe-se claramente, conforme vimos no capítulo anterior, externamente à Força Expedicionária e seus combatentes, um cenário político borbulhante, cujo embate de forças apenas esperava qual o melhor jeito de tirar proveito da guerra que levava tantos brasileiros ao outro lado do Atlântico.

O que será que pensavam os próprios febianos sobre isso? Iervolino traz algumas referências aos vários torpedeamentos de submarinos alemães em águas brasileiras, destacando falas de oficiais da FEB que tomaram estes ataques a embarcações nacionais como uma afronta à soberania, uma prova real do perigo que as ações do Eixo poderiam representar ao Brasil e à liberdade dos demais povos do mundo (IERVOLINO, 2011, p. 4-5). A convocação de milhares de reservistas para compor uma divisão militar, com a missão de desembarcar na guerra, para muitos militares, como o marechal Mascarenhas de Moraes, o general Francisco de Paula Cidade⁷², o general Carlos de Meira Mattos, entre outros, tinha sido, não só motivo de orgulho e satisfação, como também um ato de justa e legítima defesa contra os danos e mortes infligidos ao país:

Entre os propósitos que levaram o Brasil a tomar parte na Segunda Guerra Mundial, destacam-se o de revidar a agressão nazi-fascista à nossa navegação costeira e o de libertar povos submetidos à sanha de regimes totalitários e desumanos. Marchando ao lado das forças aliadas, coube ao Exército de Caxias, na segunda conflagração mundial, a honra de ser o representante do único povo sul-americano que lutou no continente europeu, participando efetivamente de operações de combate (MORAES, 1984, p. 125-126).

A autora ainda produz uma contribuição interessante a esse tema, mobilizando alguns depoimentos e reflexões que fez a partir de sua pesquisa de mestrado sobre o envolvimento identitário de descendentes de alemães na FEB.⁷³ Para alguns destes veteranos, o Exército representou o grande bastião da identidade e defesa da soberania nacional, sendo as suas tradições e os seus rituais dentro dos

⁷² Infante, integrado ao Exército em 1902, dos tempos da extinta Escola Preparatória Tática do Rio Pardo, destacou-se no campo do pensamento militar, tendo sido co-fundador e colaborador dos periódicos *Revista dos Militares*, em 1912, e *Defesa Nacional*, em 1913, além de professor de História e Geografia Militar na Escola Militar de Realengo. Paula Cidade também serviu, no Brasil, como membro do Conselho Supremo de Justiça da FEB. Após a sua morte, em 1968, tornou-se patrono da cadeira da Academia de História Militar Terrestre do Brasil - Rio Grande do Sul (AHIMTB/RS). Cf. BENTO, Claudio Moreira. Paula Cidade, um Soldado e Escritor a serviço do Progresso do Exército(1883-1968). *A Defesa Nacional*, v. 70, n. 709, p. 13-33, 1983 (publicação digital em 19 abr. 2021). Disponível em: <http://www.ebrevistas.cb.mil.br/ADN/article/view/7266>. Acesso em: 27 mai. 2024.

⁷³ Cf. IERVOLINO, Ana Paula. *A participação de teuto-brasileiros na FEB (1944-1945): memória e identidade*. 2011. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-31052012-124148/pt-br.php>. Acesso em: 12 mai. 2024.

quartéis, durante os seus recrutamentos, fatores decisivos para acender a chama patriótica destes brasileiros, em honra ao que juraram à Bandeira Nacional (IERVOLINO, 2011, p. 6).

Por outro lado, conforme Ferraz e Silveira sublinham em suas respectivas obras, porções majoritárias do contingente febiano pouco ou nenhum conhecimento tinham da guerra, quiçá do espírito patriótico que deveriam emanar para combater o inimigo (FERRAZ, 2012, p. 69; SILVEIRA, 2001, p. 136-137). Nesse caso, Iervolino cita Manuil Goethel Piegas, um teutobrasileiro entrevistado pela sua pesquisa, e Manoel Antonio Linhares, autor de um livro de memórias pessoais.⁷⁴ Os dois configuram como exemplos de febianos os quais, antes da convocação, estavam certamente mais preocupados com a obtenção de um emprego e sobreviver à realidade cotidiana brasileira do que embarcar num navio enorme, para outro continente, com a vontade de vingar o país dos alemães e se juntar à luta pela defesa da democracia (IERVOLINO, 2011, p. 8).

Por último, é imprescindível considerar que também houve expedicionários que desembarcaram em solo italiano com ideias não muito sincronizadas aos ideais incorporados pelos Aliados e pela FEB. Em outras palavras, entre os combatentes brasileiros, havia os que manifestavam alguma simpatia por Getúlio Vargas e seu regime, bem como outros que pensavam no autoritarismo e nas ditaduras como boas formas de governo. Por exemplo, enquanto Arnoldo Müller, via no chefe do Estado Novo "uma pessoa boa", cujo legado foi da criação de "leis maravilhosas", Edgar Kielwagen e Manuil Goethel Piegas, ambos ex-combatentes teutobrasileiros, acreditavam no regime ditatorial como o modelo mais apropriado, visto que "democracia é coisa séria, não é esse abuso que tem por aí" (IERVOLINO, 2011, p. 10).

De acordo com a autora, diante das entrevistas que fez, poucas foram as falas dos veteranos em repúdio a Vargas e à sua ditadura. Nesse sentido, ela considera tanto as influências que a propaganda varguista pôde lançar sobre a opinião pública quanto a própria realidade histórica à qual a população brasileira estava acostumada, marcada por frágeis experimentações de liberdade e democracia. Sem falar que é fundamental lembrar que, no campo da memória e seus sujeitos, o arquivo pode ser "autoprovocado", uma vez que lembranças do passado

74 Cf. LINHARES, Manoel Antônio. *A cobra vai fumar: memórias de um soldado da Força Expedicionária Brasileira*. Florianópolis: Rocha, 2004.

podem embaralhar-se com outras lembranças e acontecimentos, depois do fato lembrado (BECKER, 2005, p. 28 apud IERVOLINO, 2011, p. 12).⁷⁵

Por último, a terceira dimensão do “cidadão-soldado” que gostaria de discutir é o substantivo restante: o soldado. Ferraz traz à tona uma discussão característica da FEB que foi a nítida divisão entre os militares de carreira, o “Exército de Caxias”, e os civis recrutados para engrossar a divisão recém-criada, o “Exército da FEB”. Para esta pesquisa, a evocação ao Patrono do Exército Brasileiro, Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, pode ser vista como muito mais do que uma tradição dentro da cultura militar, a qual caracterizou a divergência entre estes dois “Exércitos”, incorporados numa mesma divisão militar. Se, de um lado, parece que Caxias separa contingentes, de outro, ele reúne um oficialato inteiro.

Ao mencionarmos a figura do comandante do Exército na Guerra do Paraguai (1864-70), é interessante considerarmos o deflagrar do “culto a Caxias”, ao longo da década de 1920 (CASTRO, 2000)⁷⁶, e da conjuntura decisiva das reformas no âmbito ideológico-institucional do Exército, orquestradas pelo então coronel José Pessoa, comandante da Escola de Realengo entre 1931 e 1934 (CASTRO, 1994). A questão de reviver a imagem do marechal Luís Alves foi muito mais do que simplesmente enaltecer e promover valor ao militar. A criação do “culto a Caxias” serviu como um dos principais alicerces para a reinvenção de um “novo Exército” frente a uma “nova Nação” (CASTRO, 1994, p. 233).

Assim, em primeiro lugar, é importante lembrar que, no decorrer das primeiras décadas da República, o Brasil era atravessado por frequentes imbrólios político-militares, os quais contribuíram para chacoalhar não só a estabilidade política nacional como também a unidade da tropa, conforme vimos o próprio Mascarenhas de Moraes queixar-se em *Memórias*. Em segundo lugar, é preciso pontuar que o comando reformador de José Pessoa na Escola Militar de Realengo deu-se imediatamente após o êxito final dos movimentos político-militares

⁷⁵ Sobre o conceito “arquivo provocado” ou “autoprovocado”, de Jacques Ozouf, evocado por Ana Paula Iervolino, cf. BECKER, Jean-Jacques. O handicap a posteriori. In: AMADO, Janaína.; FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2005. p. 27-32.

⁷⁶ Apesar de Caxias, em 1889, nove anos após a sua morte, já ter tido inauguradas uma praça pública e uma estátua em sua homenagem, no bairro carioca do Largo do Machado, a sua personalidade ainda não gozava de prestígio e reconhecimento na caserna. Na verdade, pelo menos durante 50 anos depois da vitória na Guerra do Paraguai, Manuel Luís Osório, contemporâneo e companheiro de farda de Caxias, era cultuado como o mais eminente líder da história militar do país, o exemplo de soldado a ser forjado (CASTRO, 2000, p. 104-105).

anteriores, conjurando a presidência de Getúlio Vargas através de um golpe militar, executado por lideranças tenentistas e civis (CASTRO, 1994, p. 232).

Dessa forma, as novas tradições e simbologias, inventadas e incorporadas por orientação do coronel-comandante, sobretudo o “culto a Caxias”, almejavam ultrapassar as fronteiras dos quartéis e ressignificar a instituição militar *cindida* perante um país *reunido*:

Mais do que a "reorganização" de uma instituição fragmentada após décadas de clivagens organizacionais e ideológicas, o que ocorreu foi a invenção do Exército como uma instituição nacional, herdeira de uma tradição específica e com um papel a desempenhar na construção da Nação brasileira. (...) Nesse processo, a institucionalização do culto a um "patrono" para o Exército ocupou lugar central (CASTRO, 2000, p. 104).

Sobre os principais atos empregados pelas reformas do coronel José Pessoa no comando da Escola, é fundamental citar a sua preocupação em separar as futuras gerações militares do contágio da política republicana. Para isso, ele instituiu uma série de mudanças na formação militar do jovem oficialato do Exército, como o estabelecimento de um regime de internato rigorosamente regido pela disciplina militar e pela homogeneidade de mentalidade (CASTRO, 1994, p. 233-235). Em outros termos, um projeto de “instituição total”⁷⁷ com um toque pessoal do coronel acerca de um exercício de autocontrole dos cadetes, chamado de “um novo estado psicológico” (GOFFMAN, 1974, p. 25 e 55 apud CASTRO, 1994, p. 235).

Por fim, o papel derradeiro do “culto a Caxias” na instituição de todas essas reformas, atuando como o amálgama entre o militar em formação e a tradição a ser inventada. Além do resgate da patente de “cadete” como “graduação especial” do aluno da Escola Militar, cujas origens aristocráticas remeteram à ressignificação de uma espécie de “elite social” (CASTRO, 1994, p. 236), o comandante José Pessoa decretou a instituição do “espadim” - uma réplica da espada utilizada por Caxias em batalha -, que passou a ser entregue a todo cadete, no início do curso de formação de oficiais. Ao permanecer sob a posse do cadete até o dia da formatura, a devolução do “espadim” passou a simbolizar a sua formação como oficial combatente do Exército, consagrando-se um “soldado de Caxias” (CASTRO, 1994, p. 235).

⁷⁷ De acordo com as observações feitas por Castro a respeito do trabalho citado de Erving Goffman, a instituição total é caracterizada pela concentração de uma grande quantidade de indivíduos em determinado local, estando todos sujeitos a obedecerem a um regulamento estabelecido por um único sistema autoritário. Desse jeito, apesar do enfoque de Goffman ser as instituições prisionais e manicômias, ele também considera as academias militares como exemplos de instituições totais. Cf. GOFFMAN, Erving, *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

Embora os limites desta monografia não permitam estender-me mais nesta digressão, é oportuno sublinhar que os horizontes desta tradição inventada em torno do “culto a Caxias” acabaram por contornar, não só a trajetória de muitos febianos - militares e civis, como veremos a seguir -, mas também as crises político-militares posteriores, sendo em 1964 o seu clímax. O “espírito legalista” invocado pelo comandante da FEB, no transcorrer dos dois volumes da sua autobiografia, inspirado na união do oficialato das Forças Armadas, é guiado justamente pela *representatividade* rememorada de Caxias dentro da cultura militar, a qual Celso Castro define como “símbolo da unidade do Exército e da Nação” (CASTRO, 1994, p. 239). Portanto, o “culto a Caxias” pode ser concebido como um “culto à legalidade” do Exército e dos seus soldados.

Tendo em vista a ascensão da figura aristocrática de Caxias e a consequente e gradual coadjuvância do heroísmo antes estabelecido do popular marechal Manuel Luís Osório, (FERRAZ, 2012, p. 73), Ferraz analisa o quão conflitante foram as relações entre os "soldados de Caxias" e os "cidadãos-soldados" à luz das invenções desses novos cultos e tradições dentro da caserna. Enquanto os primeiros valorizavam demasiadamente cada aspecto dos pilares da disciplina e hierarquia, o segundo grupo pregava mais pela "eficiência" e "mérito": dois elementos os quais seriam capazes de mobilizar os esforços de autoridade para cumprir os objetivos primordiais de vitória e sobrevivência humana na guerra (FERRAZ, 2012, p. 72). Acabou que, por fim, o duro cotidiano da guerra foi tão latente a ponto de o autoritarismo dos militares naturalmente encontrar, no pragmatismo dos costumes e tradições dos paisanos, uma tática mais eficiente para combater e lutar contra o inimigo, àquela altura da guerra.

Entretanto, quando somada essa oposição institucional dentro da mesma divisão militar à sólida distinção hierárquica entre oficiais e praças nas Forças Armadas, as tensões se revelaram ainda mais abismais. Embora Caxias já tivesse falecido e o seu nome consistisse em mais um grande símbolo da História Militar brasileira, a mística emanada em torno ao seu culto figurava quase que a sua presença real, uma onipresença capaz de empoderar oficiais a se julgarem mais dignos do que seus subordinados. Segundo o depoimento de José Gois de Andrade, advogado que combateu na guerra como tenente do 6º RI, o ideal do "soldado de Caxias" era visto pela maioria da tropa como uma missão tão impossível quanto dolorosa:

Para o soldado simples, cheio de fraquezas e falibilidades humanas, os traços da *vida realmente predestinada* do Duque de Caxias, aquela *perfectibilidade realçada numa exaltação quase mística*, tornou-se inimitável, inalcançável como símbolo. Surgiu o oposto do que se desejava obter: *Caxias era uma coisa impossível...* Qual foi então o resultado? Todos nós o sabemos: para o soldado, "Caxias" é o oficial, o sargento, o praça exagerado, *rigoroso em demasia*. É o *militar que vive com o dedo nos artigos do Regulamento, sem a tolerância da equidade*. É o soldado "puxa-saco", quando devia ser o contrário (ANDRADE, 1949, p. 313-314 apud FERRAZ, 2012, p. 74, grifos nossos).

A fala cima do tenente Andrade, do 6º RI, embora proferida e transcrita quatro anos depois do fim da Campanha da FEB (1944-45)⁷⁸, diagnostica algo que discutimos há pouco sobre a introdução do "culto a Caxias" nas tradições da cultura militar do Exército. Dessa forma, tomando nota sobre os trechos sublinhados do que afirmou o febiano, é interessante refletir acerca de como os efeitos das reformas do coronel José Pessoa, iniciadas quase quinze anos antes, produziram resultados tão contundentes. Afinal, em tão pouco tempo, os militares parecem ter incorporado a imagem e semelhança do "soldado de Caxias", de acordo com a tradição recém-inventada do "novo Exército".

2.1.2 - Preliminares da campanha do soldado

Com o intuito de aprofundar mais sobre o "soldado brasileiro", iremos abordar as três etapas que envolveram as preliminares da Campanha da FEB: a convocação, seleção e treinamento. O objetivo desta seção não é examinar mais detalhadamente as preliminares, mas, sim, apontar para algumas questões indicativas de uma conjuntura que veremos tomar mais forma adiante, no pós-guerra.

Apesar da efetiva tentativa de propaganda do DIP para engajar o regime ditatorial de Vargas numa luta aparentemente contraditória, os seus "apelos patrióticos" não surtiram grande efeito sobre o voluntariado de jovens, de 21 a 26 anos, pois os que se alistaram por conta própria compuseram um número "insignificante e dolorosamente inexpressivo" (FERRAZ, 2012, p. 53). Devido à baixa adesão de voluntários e à falta de vontade dos jovens mais instruídos e especializados para as funções mais técnicas, a ambição de um Corpo

⁷⁸ Cf. ANDRADE, José X. Gois de. Espírito da FEB e espírito do "Caxias". In: ARRUDA, et al. *Depoimento dos Oficiais de Reserva sobre a F.E.B.* São Paulo [s.n.], 1949.

Expedicionário, composto de três Divisões de Exército e uma Força Aérea, deu lugar à realidade de uma Força Expedicionária, formada apenas por uma Divisão de Exército e um grupo de caça da Força Aérea Brasileira (FAB) (FERRAZ, 2012, p. 53-54).

A questão do despreparo das próprias Forças Armadas, para Ferraz, também se revelou um fator limitante, uma vez que o Exército fora "modernizado" pela Missão Militar Francesa, a qual preconizava uma doutrina militar ultrapassada para a guerra que se travava na Europa naquele momento. Não se tratavam de confrontos de uma guerra dos tipos “de movimentação” e “de trincheira”, conforme o mundo assistiu à Primeira Grande Guerra. Ao contrário, na II Guerra, tudo ocorria de forma muito mais veloz, combinando operações integradas de outras armas, quadros e Forças, sendo a *Blitzkrieg* nazista um notório exemplo (FERRAZ, 2012, p. 54-55).

Para além da doutrina militar, o Exército, até entrar na Segunda Guerra, não gozava de grandes condições materiais. Essa limitação não só refletia os descompassos da consolidada influência doutrinária francesa como também era sinal de um país com dificuldades financeiras em patrocinar uma máquina de guerra mais moderna para as Forças Armadas. Isso também se estendia para as estruturas sanitárias oferecidas nos quartéis, desde alojamentos e opções de manutenção da higiene à alimentação dos militares (FERRAZ, 2012, p. 55).

É importante pontuar aqui que, enquanto a precariedade das condições de infraestrutura nacional e bélica é somente um dos pontos elencados por Ferraz em sua obra, para as bibliografias militares oficiais, essa é a argumentação em que se debruçam sobre o motivo de ter existido apenas uma divisão expedicionária ao invés de três. Todavia, é possível observar que até nessa leitura há limites, considerando que há uma orientação para suavizar as ponderações críticas à instituição militar. Nesse sentido, por exemplo, de acordo com os pesquisadores da EGN, Silva e Foly, os fatores logísticos teriam sido o grande entrave para o governo e as Forças Armadas organizarem todo esforço necessário para treinar, equipar e transportar a tropa brasileira “nos moldes da doutrina militar norte-americana vigente” (SILVA; FOLY, 2013, p. 22).

Ainda sobre as referências produzidas por militares a respeito do assunto, os títulos publicados de fora do âmbito oficial, como a EGN, também conservam uma leitura mais estrita em relação ao trabalho de Ferraz, como podemos conferir em Silveira e na própria autobiografia do comandante da FEB. Porém, devido ao

caráter dessas duas produções serem mais afins do gênero literário, os seus enfoques, por um lado, conservam ao máximo a instituição militar de críticas e, por outro, exploram mais análises políticas, o que pode ser observado nos argumentos de Moraes e Silveira sobre as interferências políticas de autoridades políticas e até militares no incipiente processo de formação da FEB (MORAES, 1984, p. 133-134; SILVEIRA, 2001, p. 56-57).⁷⁹

Segundo observa o oficial da reserva, José Gois de Andrade, o cenário dentro da caserna, na verdade, superava muito as suas meras condições materiais, porque a instituição militar reverberava fortes traços dos elementos patriarcais e escravagistas da sociedade brasileira, reproduzindo-os através da desigual relação entre oficiais e praças (ANDRADE, 1949, p. 314-315 apud FERRAZ, 2012, p. 56). Hierarquia e disciplina acima de tudo. Não à toa que a tensão crescente entre esses dois quadros hierárquicos foram intensificando-se com o tempo, por meio de "surtos de indisciplina, revoltas, amotinações, protestos coletivos, feitos em boa parte por praças (principalmente sargentos)" (FERRAZ, 2012, p. 57).⁸⁰

Tendo em vista as pretensões iniciais das autoridades civis e militares brasileiras de constituírem um Corpo Expedicionário com o recrutamento de 60 mil cidadãos aptos, os processos de seleção foram frustrantes. Dentre os motivos, nota-se as deficiências estruturais do aparelho militar, visto que a Junta Médica não contava com tantos militares médicos em prontidão, assim como grande parte dos procedimentos foram conduzidos de maneira despadronizada e descentralizada entre as distintas organizações militares, indo de encontro às exigências tidas inicialmente como "rigorosas" (FERRAZ, 2012, p. 64-65).

⁷⁹ Quanto ao argumento das limitações logísticas do governo e das Forças Armadas em suprir a organização do Corpo Expedicionário, evocado por Silva e Foly, o comandante da FEB ao fazê-lo, por exemplo, dá uma grande ênfase política, mencionando "entraves encontrados" pelo Ministério da Guerra em apoio estrutural e logístico à FEB e suas operações, "tão prometido e mal executado" (MORAES, 1984, p. 127).

⁸⁰ Após a guerra, vários serão os episódios de revolta de praças, sobretudo, sargentos, contra as determinações da oficialidade das Forças Armadas, sendo, inclusive, estes episódios decisivos momentos de participação dos praças nas principais crises político-militares que ameaçarão a ordem político-institucional, como em 1955 e 1961. Em 1963, também há uma mobilização importante, a Revolta dos Sargentos e Suboficiais, a qual uniu muitos praças, com destaque os militares da Marinha e Aeronáutica, para se sublevarem contra a decisão do STF de manutenção do impedimento eleitoral dos praças militares eleitos no pleito do ano anterior (ATASSIO, 2013, p. 89-90). Em virtude das escaladas no clima entre as hierarquias nos quartéis, o clima dessa cisão crescente terá como estopim uma última insurreição, a partir dos praças da Marinha, no dia 25 de março de 1964, cujo desfecho colocará o então presidente João Goulart e a alta cúpula militar em rota de colisão irrefreável com as alas conservadores e conspiratórias das Forças Armadas - eis que o golpe militar de 1964 é consumado, poucos dias depois (FERREIRA, 2008, p. 391-399). Cf. FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: ____; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano**. 3v. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 343-404; MARKUN, Paulo; HAMILTON, Duda. **1961: o Brasil entre a ditadura e a guerra civil**. São Paulo: Benvirá, 2011; ATASSIO, Aline Prado. **A Escola de Sargentos das Armas: um estudo sociopolítico sobre a formação de praças do exército**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Carlos. São Carlos. p. 70-93. 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/1421?show=full>. Acesso em: 17 mai. 2024.

Em relação ao recebimento de material de campanha e do treinamento, são inúmeros os apontamentos de defasagens, irregularidades e negligências, destacando-se as falhas no apoio logístico oferecido pelo governo, conforme mencionamos dos estudos conduzidos por militares. As consequências dessa linha de conduta assumida pelo Ministério da Guerra, chefiado pelo general Dutra, geraram efeitos que foram identificados durante o treinamento nos quartéis do Brasil e, posteriormente, impactaram nas primeiras missões em campo de cada escalão recém-chegado da FEB na Campanha da Itália. A fim de ilustrar um pouco isso, vamos articular os testemunhos tanto do marechal Mascarenhas de Moraes, quando chegou à Itália com o 1º Escalão, quanto do soldado Francisco Jayme Domingues Jr., tendo este integrado o 4º Escalão.

A incorporação e consequente subordinação do 1º Escalão da FEB ao V Exército dos EUA foi fundamental para a complementação do adestramento dos soldados brasileiros, conforme admite Mascarenhas em suas *Memórias*. Aliás, para além do incremento no nível de preparo militar da tropa brasileira, o qual ocorreu com o seu deslocamento até a região de Tarquínia, o 1º Escalão também foi agraciado com uma série de novos materiais de campanha (MORAES, 1984, p. 150-152).

Quanto ao equipamento com que a FEB desembarcou no Teatro de Operações da Itália, há uma série de relatos que descrevem o quão difícil foi para os combatentes brasileiros se adaptarem à realidade hostil da Campanha da Itália a partir do que tinham em mãos do Exército. Além de explícitas críticas do próprio comandante quanto à negligência do Ministério da Guerra em acatar as suas sugestões, baseadas na viagem de quase um mês do Grupo de Observadores (MORAES, 1984, p. 140), autores como Ferraz, Silveira e Pugialli também apontam para precariedade do material de guerra inicialmente em posse dos combatentes febianos.

Embora os militares estadunidenses tenham recebido o comando febiano com notável cordialidade, conforme ressaltou algumas vezes Mascarenhas, isso nem sempre foi uma constante. O descompasso do material bélico com que chegou a tropa brasileira na Itália desagradou alguns altos oficiais, como o general Thomas Larkin, que se demonstrou impaciente com o comandante da FEB, ao tratar do assunto de equipamento e alimentação da FEB. O marechal atribui parte disso às "faltas da alta administração da guerra no Brasil" (MORAES, 1984, p. 158).

Entre os testemunhos apresentados pelo soldado Domingues, Pugialli faz uma releitura do que seu pai afirma a respeito da tratativa impaciente e “pouco lisonjeira” dos militares estadunidenses em relação às esdrúxulas limitações materiais dos soldados brasileiros:

As autoridades americanas se decepcionaram com o insuficiente estado sanitário da primeira tropa brasileira desembarcada em território italiano, e continuaram a se decepcionar com a imprestabilidade dos uniformes, agasalhos e calçados dos brasileiros, socorridos em tempo pela ação pessoal do general Mark Clark, comandante do V Exército Americano.

(...)

Armamento e munição americanos, calçado americanos, calçado e agasalho americanos, alimentação quase toda americana, pois até o café, cujo grão provinha do Brasil, não podia ser aproveitado por falta de aparelhagem para torrar e moer. Doenças facilmente evitáveis foram descobertas em mais de 200 soldados, que não tinham educação sanitária. E o pior: dezenas de militares, incluindo oficiais, apresentaram dentes em condições precárias.

Pode-se imaginar a maneira pouco lisonjeira como os americanos se dirigiam à F.E.B. (PUGIALLI, 2013, p. 127-128).

Por fim, o V Exército permitiu que o 1º Escalão da FEB finalizasse as últimas exigências do seu adestramento para a guerra em Vada, uma região de Rosignano, província de Livorno, mais perto das frentes de batalha na Itália em agosto de 1944 (MORAES, 1984, p. 153). Segundo Mascarenhas de Moraes, o treinamento final da tropa brasileira se deu em cerca de três semanas, o que mobilizou um notável esforço tanto do comando da FEB quanto o do V Exército. O último exercício, caracterizado por uma marcha de 36 km e exercícios de combate com uso significativo de munição de guerra, foi também acompanhado por centenas de oficiais do IV Corpo de Exército, força militar com a qual o 1º Escalão FEB se integraria, em sua entrada na guerra. "Esse exercício-teste, de que participaram mais de 4.000 expedicionários, constituiu quase um verdadeiro combate" (MORAES, 1984, p. 165). Com isso, o comandante do V Exército, general Mark Clark, confirmou o sucesso do treinamento e a aptidão dos febianos para combaterem nas linhas de batalha.

Contudo, conforme observa o marechal, essa foi uma oportunidade de aperfeiçoamento que os escalões posteriores da FEB não tiveram, antes de entrarem em combate, como foi o caso do pai de Pugialli, febianos pertencente ao 4º Escalão, a penúltima leva de combatentes brasileiros a desembarcar em Nápoles.

Em setembro de 1944, o soldado Domingues foi transferido para a 10ª Companhia de Artilharia do Departamento Pessoal, do Regimento Sampaio, localizado na Vila Militar. Segundo conta, o “esquema” da Vila Militar era treinar

corrida e outros exercícios físicos diariamente. Havia também muitos soldados que iam para o centro de treinamentos de infantaria que tinha em Gericinó (PUGIALLI, 2013, p. 122). Já que Domingues, antes de ser convocado, estudava no Curso Preparatório de Arquitetura da Escola de Belas Artes e estagiava na construção do Ministério da Fazenda, tinha algumas noções de cálculo e da utilização de instrumentos matemáticos. Por isso, ele foi encaminhado para a turma de tiro:

Eu praticamente já sabia usar a régua de cálculo. Foi a minha sorte, pois fui selecionado para a turma de tiro. Eu já era da artilharia no Forte Duque de Caxias [para onde tinha sido convocado antes de ser selecionado pela FEB], mas fui para tiro na F.E.B. Fiquei treinando cálculo de tiro (*teoricamente*), lá na Vila Militar (PUGIALLI, 2013, p. 121, grifo nosso).

Além disso, o febiano também faz observações sobre a qualidade dos novos armamentos estadunidenses e das poucas oportunidades que teve de treinar tiro com munição real. O soldado Domingues já tinha executado alguns tiros com o fuzil Mauzer, de fabricação alemã, enquanto esteve alojado no Forte Duque de Caxias. Assim, dois meses depois, ao ter novas sessões de treinamento na Vila Militar, foi possível traçar um comparativo do material bélico que vinha sendo entregue pelos EUA:

Começamos a treinar tiro com o armamento Americano, que, diga-se de passagem, bem inferior em qualidade ao Alemão. Apesar do Mauzer ser de 1908 o modelo, era muito mais preciso e mais arma do que os fuzis Americanos. O Garand e outros eram muito bonzinhos, mas, entende? Nem chegavam aos pés dos alemães (PUGIALLI, 2013, p. 121).

A impressão individual do soldado Domingues a respeito das diferenças na transição entre os armamentos alemães e estadunidenses não pode ser considerada um testemunho isolado. Joaquim Xavier da Silveira também aponta para essa como uma questão “agravante”, em face de todos percalços encontrados para a etapa de seleção, como foi o fator de baixa escolaridade presente entre parte majoritária dos candidatos convocados para integrar a FEB:

A tarefa para selecionar os soldados da FEB foi árdua, sobretudo porque grande parte do contingente vinha dos meios rurais, sem os conhecimentos mínimos para entrar de imediato em cursos especializados ou treinamentos com os equipamentos que seriam colocados à disposição da tropa, com o agravante de que a quase totalidade dos equipamentos bélicos, dos portáteis aos leves, dos de transmissão aos pesados, havia sido adquirida na Europa antes da guerra, apresentando, portanto, características totalmente diversas dos congêneres americanos. Mesmo os sargentos graduados e oficiais tinham que ser treinados para se adaptarem ao uso dos novos equipamentos que iriam receber na Itália (SILVEIRA, 2001, p. 58-59).

No mês seguinte, sobre as “instruções finais” que teve de treinamento antes de embarcar, 23 de novembro, no navio *General Meigs*, o pai de Pugialli relata que

praticamente continuou recebendo as mesmas instruções e tarefas na Vila Militar, estando ele encarregado do exercícios de cálculo de artilharia, junto de um companheiro de farda, além de todos os dias praticar os mesmos treinos de corrida e educação física (PUGIALLI, 2013, p. 126). As suas funções “teóricas” até lhe rendiam “mais regalias”, porque não tinha de participar das marchas que ocorriam diariamente, porém, o seu treinamento como infante, do qual também necessitaria em dado momento na Campanha da Itália, era risível:

Mas nunca fui a Gericinó para os treinamentos de Infantaria. Só fui dar os tais cinco tiros com o mosquetão-carabina americano. Acertei 2 no alvo! Ele tinha metade do peso do fuzil Mauzer (...). Um armamento que o Americano deve ter jogado fora, não queria, era excedente. A turma pegou e treinava aqui. Foi este o treinamento de infantaria que eu tive. E o de artilharia só teoricamente. Só isso (PUGIALLI, 2013, p. 127).

Embora não haja espaço nesta monografia para analisar o que Francisco Jayme Domingues Jr. relembra de suas vivências no campo de batalha na Itália, em janeiro de 1945, após o grande número de baixas nos regimentos de infantaria da FEB, o soldado Domingues acabou sendo transferido das suas funções na Artilharia Divisionária para suprir as fileiras infantas (PUGIALLI, 2013, p. 154). A partir do pouquíssimo treinamento que teve na Vila Militar, ele teve de sobreviver e servir à FEB por meio do método “*on the job training*”, que, segundo Silveira, foi uma alternativa empregada pelos estadunidenses aos efetivos brasileiros recém-chegados em campanha frente à falta de combatentes em seu 5º Corpo do V Exército:

Ou seja, o grosso da tropa brasileira aprenderia a lutar na próprio luta, obedecendo, aliás, ao conselho dado pelo poeta português Camões, que disse: “Na vida se aprende lutando e pelejando.” Foi dessa forma que a FEB aprendeu: lutando e pelejando (SILVEIRA, 2001, p. 60).

2.1.3 - O “caldeirão de raças” febiano: o coletivo “soldado brasileiro”

Durante a leitura da obra *A FEB por um soldado*, um dos primeiros capítulos sobre o qual me debrucei chamou-me atenção pelo seu título: *O soldado brasileiro*. Diante da expectativa de obter informações sobre o meu principal objeto deste capítulo e ler sobre quem foram os milhares de brasileiros que foram à guerra pelo Brasil, o retrato que obtive e a sua perspectiva foram um tanto inesperados. Ao examinar outras bibliografias, foi possível perceber que, na verdade, o termo

“soldado brasileiro” pode ser entendido como uma espécie de coletivo, que compreende muito mais *como* eram vistos do que *quem* eram os expedicionários.⁸¹

Apesar de Silveira admitir ser difícil classificar tipicamente um soldado conforme a sua nacionalidade, nesse capítulo em questão, o veterano-autor flerta o tempo todo com essa proposta de análise. Nos primeiros parágrafos, pode-se conferir uma tentativa de aproximar as categorias raça e classe como algo “único” ou “fluido”, os quais seriam capazes de definir um “tipo brasileiro” combatente no campo de batalha:

O que chegou nos quartéis, para compor o contingente da FEB, foi um verdadeiro *mosaico racial*. Esses homens, sem nenhum preparo militar, com baixo índice de escolaridade, muitos analfabetos, apresentavam os mais variados *parâmetros antropométricos*” (SILVEIRA, 2001, p. 135, grifos nossos).

Contudo, ao ler as páginas seguintes, percebe-se que Silveira demarca bastante a classe como uma categoria precisa de análise do perfil combatente enviado para lutar na FEB.

Na esteira do que foi dito acima, Silveira opta por observar a classe como uma categoria a ser desmembrada dentro da própria FEB, o que a estabelece como um “limite” que o soldado brasileiro “superou”, porque nem mesmo uma porção de deficiências estruturais e organizacionais foram páreas para impedir o triunfo da Campanha da FEB (SILVEIRA, 2001, p. 139). Em contrapartida, considerando que esta obra foi escrita em 1986, ele também observa que, nessa questão social, inerente ao contingente febiano, pode residir um dos grandes motivos pela escassa literatura acadêmica até então produzida sobre a FEB e o seu expedicionário:

Talvez essa composição social da formação da FEB seja a explicação de muita coisa, e também, o motivo pelo qual os intelectuais, sociólogos e escritores nunca terem estudado ou escrito sobre este fenômeno político-militar que foi a FEB. Eis um aspecto a considerar. A verdade é que a literatura sobre a FEB é, em sua grande maioria, memorialista, escrita por ex-integrantes. Inúmeros episódios políticos, posteriores à FEB, já foram estudados, debatidos, mereceram monografias, livros e interpretações várias, inclusive de autores estrangeiros. Sobre a FEB, sobre o soldado brasileiro que combateu no frio, na lama, muito pouco foi escrito (SILVEIRA, 2001, p. 137).

⁸¹ Mascarenhas de Moraes, por exemplo, em seu capítulo *Reflexões sobre a campanha*, faz uma leitura idílica sobre o que, assim como Silveira, chama de “soldado brasileiro”, principalmente quando aplica uma visão generalizante quanto à “crença em Deus e o sentimento de amor à família e ao Brasil” desse “soldado brasileiro” (MORAES, 1984, p. 361). Creio ser legítima a inspiração cristã e nacionalista do comandante da FEB – ora, trata-se de um perfil conservador das Forças Armadas de sua época –, contudo, são numerosos os relatos de ex-combatentes que contrastam com a leitura do marechal, como vimos na citação a Boris Schnaiderman, em Ferraz. De acordo com relatos como esse, muitos febianos confessaram que, durante a guerra, pouco compreendiam o porquê de terem sido enviados à Itália ou pelo quê estavam lutando, sendo alguns até bastante céticos em relação a qualquer motivação patriótica, como os testemunhos escritos de Massaki Ujihara e Leonércio Soares, investigados por Ferraz e Locastre (2008). O patriotismo, dessa forma, não foi algo tão pujante e, sobretudo, “uniforme”, conforme Mascarenhas o definiu, lembrando-nos tanto do propósito de unidade por trás do “culto a Caxias” quanto do próprio “espírito legalista” do marechal, o qual analisamos ao longo do capítulo anterior. Cf. FERRAZ, Francisco César Alves; LOCASTRE, Aline V. O ceticismo da memória: considerações sobre narrativas de dois veteranos da Força Expedicionária Brasileira. **Militares e Política**, n. 2, p. 81-98, jan./jun. 2008. Disponível em: <https://revistas.ufjf.br/index.php/mp/article/view/33796/18936>. Acesso em: 17 nov. 2023.

A crítica de Silveira é pertinente, principalmente porque ela faz parte das justificativas e objetivos desta pesquisa, conquanto seja notável que uma produção acadêmica sobre a tropa brasileira na II Guerra venha crescendo recentemente. Por outro lado, é possível ponderar que nem todos os episódios políticos após o advento febiano tenham sido tão estudados assim, conforme menciona o autor, a começar justamente pelos primeiros anos pós-guerra dos veteranos e sua reintegração social e política - nos quais residem também as justificativas e os objetivos desta monografia.

Dessa maneira, se os apontamentos de Silveira sobre classe nos interessam em alguma medida, Ferraz traz para o coletivo “soldado brasileiro” uma abordagem bastante abrangente sobre raça. Na sua obra que já vínhamos discutindo, *A guerra que não acabou*, outro grande problema dimensionado pelo historiador paulista foram as baixas expectativas em relação ao desempenho que teriam os combatentes brasileiros em solo estrangeiro. Tanto o povo em geral, representado pela opinião pública e sua máquina de boatos, quanto os próprios membros superiores das Forças Armadas e do governo, estarecidos com os resultados de seleção e treinamento, não levaram fé na capacidade que os combatentes brasileiros haviam de mostrar no campo de batalha. Para além dos frequentes boatos de que tudo não passava de uma encenação dos EUA (FERRAZ, 2012, p. 52), grande parte da opinião pública realmente não se mostrava otimista para com os febianos. A "desconfiança" de muitos brasileiros, sobretudo, das classes dirigentes e das próprias autoridades governamentais, a "dúvida" sobre os potenciais do "homem brasileiro", toda essa questão da baixa autoestima nacional chegou a elevar os temores a patamares raciais:

Sob o peso de uma ideologia eugenista que, desde o século XIX, qualificava como um dos “males de origem” do povo brasileiro seu caráter mestiço, havia mesmo quem temesse pela derrota do esqualido e inculto “homem brasileiro” contra o “gigante alemão” (FERRAZ, 2012, p. 67).

Em novo texto, *“Todas as falhas e virtudes desse povo”*: *considerações sobre a composição racial da Força Expedicionária Brasileira*, Francisco César Ferraz se concentra num estudo mais recente de fontes e bibliografias históricas sobre como se deu a questão das relações raciais dentro da FEB, tendo em vista que a divisão militar brasileira conservou a memória da integração das raças - uma suposta confirmação de democracia racial. Ao considerar que essa imagem de "caldeirão das raças", "uma amostra representativa e genuína da população

brasileira" (FERRAZ, 2020, p. 245), o autor também estabelece como objetivo de estudo ir mais a fundo nas origens desse "espetáculo das raças" febiano⁸², buscando traçar um perfil racial do Exército Brasileiro nas décadas anteriores à guerra, além das relações nele presentes.

A respeito da documentação utilizada para pesquisas de análise quantitativa do tema da raça, Ferraz menciona três estudos importantes produzidos pela historiografia brasileira. Três pesquisas, três fontes documentais diferentes, três resultados diferentes. Patrícia da Silva Ribeiro (2013), a partir dos Certificados de Reservistas dos expedicionários pertencentes ao Depósito de Pessoal da FEB (DP/FEB), fez um levantamento de 1.166 fichas, cujo conteúdo exibiu dados dos mais variados.⁸³ Em cada uma dessas cópias consideradas pela historiadora, continha especialmente uma fotografia 3x4 do reservista registrado. Assim, ao se atentar com a questão racial, Ribeiro teve de lidar com um notável problema: a identificação escrita da "cor", muitas vezes, pareceu ter levado em conta critérios diferentes se relacionada com o registro fotográfico, segundo ela. Com isso, a sua análise quantitativa obedeceu ao que Ribeiro pôde observar nas fotos, desconsiderando os textos informados nas fichas (FERRAZ, 2020, p. 247-248).

O segundo estudo se trata da pesquisa de Adriane Piovezan (2017), o qual se incumbiu de investigar uma história social a partir do fenômeno das mortes em combate.⁸⁴ Para isso, Piovezan se baseou nos Relatórios do Pelotão de Sepultamento da Divisão Expedicionária, que informam dados individuais de cada vítima febianiana do confronto mundial. O terceiro trabalho explicitado por Ferraz, então, foi de autoria conjunta de Victor Hugo Bento da Costa Traldi e Matheus Moreto Guisso Rodrigues (2017), os quais pretenderam pensar o tema da raça na FEB cruzando a mesma fonte utilizada por Patrícia Ribeiro com os dados do Censo Demográfico de 1940.⁸⁵ Esses dois pesquisadores, porém, contabilizaram 10 fichas

82 Referência à obra *O espetáculo das raças*, da historiadora e antropóloga Lilia Moritz Schwarcz, o qual trata do pensamento científico em voga em instituições do Brasil do século XIX. Como essa época marcou o fortalecimento e a consolidação do racismo cientificista, ideias como "mestiçagem" e "miscigenação racial" foram bastante atreladas ao Brasil e à imagem que se tinha do seu povo, justamente em uma época na qual o país se tornara independente e buscava inserir-se no vestibulo europeu das civilizações modernas. Cf. SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

83 Cf. RIBEIRO, Patrícia da Silva. *Em luto e luta: construindo a memória da FEB*. Rio de Janeiro, 2013. 307p. Tese (Doutorado em História) - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/items/4a749259-4fb1-4c3b-b359-ab7a38af9c3a>. Acesso em: 27 mai. 2024.

84 Cf. PIOVEZAN, Adriane. *Morrer na guerra: a sociedade diante da morte em combate*. Curitiba: CRV, 2017.

85 Cf. RODRIGUES, Matheus Moreto Guisso; TRALDI, Victor Hugo Bento da Costa. A questão da cor na força expedicionária brasileira: uma análise comparativa entre fichas de reservistas e o Censo Demográfico de 1940. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA, 8., 2017, Maringá. *Anais...* Maringá: [s. n.], 2017.

repetidas no lote do arquivo do DP/FEB, o que quer dizer que o número de fichas de reservistas caiu de 1.166 para 1.156. Ademais, Rodrigues e Traldi preferiram trabalhar com os parâmetros raciais contidos nos textos das cópias (FERRAZ, 2020, p. 248-249).

Diante das diferentes fontes documentais e métodos de análise utilizados, cada uma das pesquisas obteve resultados distintos. Todavia, conforme Ferraz faz questão de pontuar, desde a introdução do artigo, as fontes disponíveis para consulta e investigação do perfil racial da FEB são bastante limitadas:

Não há arquivos centralizados para a Força Expedicionária Brasileira. O Arquivo Histórico do Exército, no Rio de Janeiro, possui apenas a documentação das unidades da FEB que foram extintas. Parte da documentação está localizada nas unidades militares da FEB ainda em serviço espalhadas por todo o país, em diferentes condições de acesso e conservação (FERRAZ, 2020, p. 250).

Na esteira dessas dificuldades administrativas e espaciais, um dos arquivos mais acessíveis e de amplos dados para a pesquisa é o Depósito de Pessoal da FEB (DP/FEB). Porém, tomando o trabalho de Patrícia Ribeiro como exemplo, ela nos dá uma pista sobre o teor dessa documentação: as condições questionáveis de confiabilidade de suas informações, especialmente a respeito da "cor" registrada de cada ficha de reservista. Nesse sentido, Ferraz considera tanto o arquivo do DP/FEB quanto o próprio Censo de 1940 como fontes que o pesquisador deve analisar com muita cautela, lembrando que "existem dúvidas relevantes sobre o esforço de branqueamento da população não-branca":

Alguns dos espaços disponíveis em que os esforços de branqueamento funcionam são o Censo e pesquisas que procuram definir quem é branco e quem não é branco entre a população. Foi observado, pelos recenseadores do Censo de 1940, que havia esforço, por parte de uma parcela de não-brancos, em declarar-se "branco" ou "pardo". No caso das Fichas de Reservista dos expedicionários, foram observados frequentes casos em que a fotografia do praça mostrava uma "cor" e o dado declarado mostrava outra. Mestiços declaravam-se "brancos" e negros declaravam-se "pardos", com variações que oscilavam entre "pardo escuro", "moreno escuro", "pardo", "moreno", "moreno claro", "pardo claro", etc (FERRAZ, 2020, p. 252-253).⁸⁶

Mais a fundo em suas considerações sobre um estudo a respeito do perfil racial dos expedicionários, Ferraz mobiliza outros critérios e dados, cruzando os diferentes arquivos em que tais constatações podem ser obtidas. Ao abordar as

⁸⁶ Não obstante as fontes de pesquisa sobre o perfil racial da FEB apresentarem muitos percalços, Ferraz aponta para os registros dos convocados e recrutados para o Serviço Militar como um importante objeto de aprofundamento. Os motivos para esse direcionamento são bem simples: uma das bases de dados utilizada para o Comando da FEB organizar a sua fase inicial de convocação foi o Serviço Militar. Com isso, o estudo realizado pelo coronel Arthur Lobo da Silva, entre os anos de 1922 e 1923, com o levantamento de 38.560 alistados, pode ser considerado uma fonte fundamental para apurar e enquadrar um quadro racial dos expedicionários devido à qualidade das suas apurações (FERRAZ, 2020, p. 252). Cf. SILVA, Arthur Lobo da. A antropologia no exército brasileiro. Separata de: *Archivos do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, v. 30, 1928.

avaliações físicas e intelectuais empregadas pelos militares na convocação, deve-se citar sempre as intenções de "aperfeiçoamento do homem brasileiro" desde o Serviço Militar, as quais seriam vingadas na seleção dos melhores cidadãos-soldados para compor a "tropa de elite" febianiana (FERRAZ, 2020, p. 260). Dessa forma, as autoridades militares esperaram obter resultados satisfatórios de recrutas aptos física e intelectualmente. A fim de que isso fosse garantido, o Brasil precisava contar razoáveis índices de desenvolvimento na sua Saúde e Educação, o que certamente não ocorria na década de 1940. As expectativas foram frustradas e as avaliações, um desastre (FERRAZ, 2020, p. 261).

Das informações estatísticas que apresenta Ferraz, é extremamente perceptível as disparidades regionais, quando se trata de questões relacionadas ao desenvolvimento humano. Representados com destaque, São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, as regiões Sudeste e Sul puxaram grande parte dos recrutas aprovados na fase inicial da Seleção Física da FEB, segundo o "Relatório do Ministério da Guerra, para o ano de 1943" (FERRAZ, 2020, p. 261-262). Se formos refletir sobre a questão racial, Ferraz ainda aponta para um detalhe: as duas regiões beneficiadas nessas estatísticas possuíam populações de maioria branca.

Ainda assim, é preciso mergulhar ainda mais, buscando, dentre as avaliações físicas e intelectuais, mais pistas sobre a composição racial decisiva dos que integraram a FEB e foram ao Teatro de Operações na Itália. Um dos grandes incômodos do comando da FEB, durante seus processos de seleção dos convocados, foi certamente o grau de instrução, principalmente, a questão do analfabetismo. De acordo com o Censo de 1940, 51,59% dos homens, em idade militar, eram alfabetizados, ao passo que 48,15% não sabia ler. Um resultado bastante chocante, sobretudo, quando o ministro da Guerra, general Eurico Gaspar Dutra, afirmava não haver "lugar para analfabeto nos exércitos regulares de hoje [1943]", uma vez que as operações com os armamentos modernos exigiam do combatente um determinado "grau de desenvolvimento intelectual" que o qualificasse saber usá-los, bem como "agir por iniciativa própria quando se criarem situações que ele por si mesmo" tivesse de lidar (FALA..., 1943, p. 2 apud FERRAZ, 2020, p. 260).

Sempre pontuando os níveis questionáveis de escolaridade, quase os atrelando exclusivamente à condição social predominante da FEB, em que muitos eram "oriundos do meio rural ou do pequeno comércio", isto é, uma amostra legítima do "povinho", denominação pejorativa típica daquele período para as

camadas populares (SILVEIRA, 2001, p. 137), Joaquim Xavier da Silveira acaba por explorar as contrariedades desta ideia no capítulo *O soldado brasileiro*. Ora, não era porque parte dos convocados comprovaram ser analfabetos que eles não saberiam aprender, pelos manuais estrangeiros, a atirar com os novos armamentos.⁸⁷

Conforme descreve alguns dos feitos brasileiros no cotidiano da II Guerra, o veterano-autor joga luz sobre a falsa premissa de que a baixa escolaridade supostamente limitaria as variedades de ações e respostas dos soldados brasileiros a situações de adaptação, sobrevivência e cumprimento de missões:

Através dos desenhos explicativos e dos gráficos, e com o próprio manuseio do equipamento, o pracinha conseguia assenhorear-se da técnica de uso ou de sua aplicação. Eis uma prova de inteligência e alto grau de percepção. Nada comprova mais a capacidade de improvisar do que a solução encontrada pelos próprios soldados para evitarem o flagelo do "pé de trincheira". O uso de galochas forradas de feno, papel ou tiras de cobertor, sem uso dos borzeguins ou combat-boots, deixando o pé livre, permitindo uma melhor circulação do sangue e assim fazendo com que caíssem os índices de baixas por congelamento dos pés, deixou os americanos admirados. A campanha na Itália está cheia de exemplos da capacidade de improvisação do soldado brasileiro, como a utilização das lonas das barracas para vedar melhor o fox-hole, além de mil outras maneiras que o pracinha encontrou para se proteger do frio. Contra o hábito dos americanos de furtarem os jipes deixados desguarnecidos ou estacionados à beira da estrada, os brasileiros, começaram a fazer o mesmo com os jipes americanos, superando seus aliados nesse jogo, de tal forma que as viaturas brasileiras passaram a ser respeitadas pelos soldados americanos que se dedicavam a essa forma de "apropriação", pois estes sabiam que a resposta era imediata (SILVEIRA, 2001, p. 138).

A postura e o resultado proporcionado pela FEB rendeu elogios, admiração e respeito, tanto dos oficiais superiores do Exército quanto dos militares aliados, sobretudo, os estadunidenses.

Em termo raciais, a maioria dos recrutados da FEB eram brancos, pois, da percentagem de alfabetizados, apenas 23,48% eram pardos e negros. Contudo, embora o ministro Dutra tivesse sido bastante enfático em seu discurso, no arquivo do DP/FEB, foi possível encontrar 70 analfabetos, das 1.156 fichas de reservistas. As proporções, porém, ainda alçaram os brancos como maioria, até entre os quais não sabiam ler e escrever, sendo dos 66 registros de analfabetos com dados raciais, 34 brancos (51,51%), 25 pardos (37,87%) e 7 negros (10,62%) (FERRAZ, 2020, p. 264).

⁸⁷ Silva e Foly, a respeito do soldado febian, também apresentam uma leitura racializada da "autêntica representação do povo brasileiro" no "elemento humano da FEB" destacando como característica presente no contingente da Força Expedicionária a "mescla étnica brasileira" (SILVA; FOLY, 2013, p. 27). Com o mesmo objetivo que Silveira, Silva e Foly também vão observar a diversidade racial entre os febianos como uma espécie de força típica do coletivo "soldado brasileiro", subestimada pelos europeus na Campanha da Itália.

Por fim, como último movimento de análise do perfil racial da FEB, Francisco César Ferraz lança mão das informações contidas no arquivo da DP/FEB, assumindo este conter os dados mais coerentes em relação a distribuição de raças entre os expedicionários. Ao cruzar estas estatísticas com as oferecidas pelo Censo de 1940, o historiador conjura o que denominou de "paradoxo": embora os percentuais de pardos e negros tenham grandes variações a partir das duas fontes, quando somados, compõem um retrato proporcionalmente condizente entre si. Em outras palavras, a composição racial da FEB reproduz porcentagens muito próximas das do Censo de 1940 e vice-versa (FERRAZ, 2020, p. 266).

Assim, onde está o "paradoxo" apregoado por Ferraz? Bom, mais uma fala do ministro da Guerra, general Dutra, em 1943, pode nos ajudar a entender o que conclui Ferraz. Ao tratar da fuga de muitos jovens das classes altas do recrutamento para a FEB com o presidente Getúlio Vargas, o ministro se lamentou dos "mais capazes e competentes" indivíduos da juventude nacional não integrarem, como "elemento requintado", as Forças Armadas "deste século ultra-civilizado e tão impregnado de ciência e de mecânica", pois não é possível "hoje fazer a guerra ou conduzi-la com eficiência se não contarmos na base da estrutura militar com o espírito cultivado e o corpo sadio" destes jovens. E, então, o general-ministro ainda acrescenta que, "para isso é preciso certa predisposição de espírito, profunda compreensão dos fatos, inteligência e caráter", ao contrário do que vê "na massa analfabeta, inculta e desprotegida do povo" (DUTRA..., 1943, p. 7-8 apud FERRAZ, 2020, p. 266-267).

Ora, com todo esse ideal preconceituoso em relação a quase metade da população brasileira, o "ultra-civilizado" Dutra apenas admitiu a decepção de muitas autoridades em relação ao perfil racial da divisão militar que estava formando-se e treinando para combater os inimigos do Eixo. Com a vigência pujante de pensamentos como esse, a "tropa de elite" da FEB foi um sonho eugenista "paradoxalmente" fervido pelo "caldeirão de raças" expedicionário.

Como última observação, é importante considerar que, apesar da visível composição "integrada" das raças no contingente febian, quando o assunto resolve abarcar a hierarquia militar, o fogo deste "caldeirão de raças" se apaga. Enquanto se observa a marca de miscigenação brasileira entre soldados e cabos, o mesmo já não ocorre entre os sargentos, subtenentes e oficiais. Das 1.156 cópias dos reservistas da FEB, somente 77 eram graduados como sargentos, havendo registro

de somente 8 "mestiços" e nenhum de sargento negro (FERRAZ, 2020, p. 268). Do oficialato, o acesso era bem mais restrito, contudo, houve também alguns poucos registros, como no caso do 1º tenente de Cavalaria Kardec Leme, nas memórias do general de exército Sebastião José Ramos de Castro, que, na época de FEB, era 2º tenente.⁸⁸ Ferraz conclui que

a FEB reproduzia não apenas a proporção étnica da população brasileira, mas também, à sua maneira, as relações raciais. Do recrutamento às ações na Campanha da Itália, não houve, oficialmente, discriminação por parte do Exército, tampouco há registros oficiais de vedação à ascensão ao oficialato, para negros e mestiços, pelo menos naqueles que entraram na Escola Militar, nas décadas de 1920 e 1930. Todavia, é inegável que essa discriminação ocorria, não no ponto de chegada – sentar praça como aspirante a oficial - mas nos inúmeros obstáculos que a população negra e mestiça tinha de enfrentar nos pontos de partida e ao longo do percurso de suas vidas. A desigualdade nas oportunidades profissionais, no acesso à educação, aos serviços de saúde e saneamento básico, nos contatos influentes na vida social, material e política, todos esses condicionantes dos pontos de partida, tornavam a chance de igualdade uma quimera (FERRAZ, 2020, p. 269-270).

2.1.4 - A campanha e o soldado: breve análise sobre a Campanha da FEB

A campanha da FEB em solo italiano ocorreu até o fim da guerra na Frente Italiana, no dia 2 de maio, quando as tropas alemãs se renderam totalmente. De acordo com Silva e Foly, até o triunfo da vitória dos Aliados, com a ajuda decisiva da tropa brasileira, o deslocamento e atuação no campo de batalha da FEB pode ser compreendido por quatro fases (SILVA; FOLY, 2013, p. 25-26). Primeiramente, é importante ter a noção de que os mais de 25 mil combatentes brasileiros não desembarcaram de uma vez na Itália, sendo feito esse transporte por cinco escalões separados de soldados, os quais foram chegando sucessivamente. O primeiro deles partiu em 2 de julho de 1944, e o último chegou em 22 de fevereiro de 1945.

As fases correspondentes à Campanha da Força Expedicionária destacam os quatro principais momentos dos soldados brasileiros no Teatro de Operações da Itália. A *primeira fase* envolve os meses de setembro a novembro de 1944, consistindo na incorporação dos três primeiros escalões febianos ao IV Corpo de

⁸⁸ Ferraz cita uma descrição um tanto "elogiosa" do general Ramos de Castro em relação ao então 1º tenente Kardec Leme. A menção ao oficial de Cavalaria negro da FEB veio acompanhada, não apenas de uma admiração quanto à força física empregada por Kardec Leme ao longo da campanha, mas também de sua explícita demagogia "junto aos seus oficiais e sargentos, em favor do comunismo" (CASTRO, 2001, p. 62 apud FERRAZ, 2020, p. 268). Cf. CASTRO, Sebastião José Ramos de. Depoimento. In: MOTTA, Aricildes de Moraes (Org.). *História oral do exército na segunda guerra mundial*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2001. v. 4, p. 55-65.

Exército dos EUA e os seus primeiros contatos com a guerra. A *segunda fase* vai até o meio de fevereiro do ano seguinte, demarcando a incorporação completa da FEB à Frente na Itália, bem como o grande obstáculo que foi a missão de conquista do Monte Castello, até então, fracassada pelos estadunidenses e febianos. No entanto, a *terceira fase* inaugura mudanças significativas no comando da FEB, o que resultou na superação de Monte Castello e sua conseqüente conquista, além também da vitória de peso em Castelnuovo. Estas duas vitórias se configuram como essenciais para caracterizar o deslanche que teve a FEB, em um momento decisivo para a Campanha da Itália dos Aliados, pois o moral dos combatentes brasileiros foi restaurado e elevado, com a superação de uma missão de conquista que impusera muitas derrotas e sacrifícios. Se a terceira fase está entre a segunda metade de fevereiro e o começo do mês posterior, a *quarta e última* descreve os momentos finais da Força Expedicionária, sendo a conquista de Montese, segundo os pesquisadores da ENG, a superação total e sublime do soldado brasileiro na Segunda Guerra Mundial:

Em Montese, ocorreram os mais árduos combates que as tropas brasileiras travaram na Itália, confirmando que a 1ª DIE já não era mais uma Divisão de soldados recém-saídos do campo de treinamento básico. Os soldados brasileiros já demonstravam ser veteranos, com a doutrina de combate assimilada, destacando-se em todas as missões atribuídas. Montese é o marco do amadurecimento do expedicionário brasileiro como profissional da arte da guerra. Aqui o soldado brasileiro já era um combatente experimentado e de reconhecido valor. O período é finalizado com o cerco e a rendição da 148ª Divisão de Infantaria alemã em Fornovo e pela corrida em direção ao noroeste italiano, onde foi efetuada a junção com as tropas francesas em Susa, a oeste de Turin (SILVA; FOLY, 2013, p. 26).

A conquista de Montese é também avaliada por Mascarenhas de Moraes, em *Memórias*, como a batalha mais difícil e extenuante para a tropa brasileira na Campanha da Itália. Ressaltada como uma vitória decisiva na Ofensiva de Primavera, a qual consagrou a vitória dos Aliados no Teatro de Operações da Itália, Montese pode ser lida por números: 453 prisioneiros feitos e, em contrapartida, 426 baixas febianas, sendo destas 34 mortos, 382 feridos e 10 extraviados (MORAES, 1984, p. 288).

Devido à sabida importância estratégica de Montese, que impossibilitaria os alemães de resistirem ao avanço aliado sobre o vale do Pó, a sua conquista pela FEB é considerada um feito memorável. Isso pode ser conferido em várias

manifestações de exaltação ao desempenho dos soldados brasileiros⁸⁹, dentre elas, um telegrama enviado pelo general Crittenberger a Mascarenhas de Moraes, 2 anos depois. Nas palavras transcritas pelo comandante da FEB do militar estadunidense:

Nós, antigos membros do IV Corpo, aqui no Panamá, mandamos-lhes nossas saudações, bem como aos seus antigos comandados, neste aniversário de tão memorável dia (...). A queda de Montese foi um dos combates iniciadores da Ofensiva de Primavera, indicadora da nossa completa vitória final. Com o vale do Panaro em nosso poder, a continuada resistência contrária não poderia impedir nosso desembocar no vale do Pó. Sua divisão [a FEB], inicialmente com seus próprios meios, fez história militar há dois anos, no dia de amanhã (MORAES, 1984, p. 288-289).

Por fim, diante da rendição incondicional da Alemanha, a FEB permaneceu nas localidades de Piacenza, Voghera, Tortona e Alessandria executando a função de tropas de ocupação. Com isso, a FEB ficou responsável por guardar as vias de acesso de transporte, eletricidade e telefonia de um território de cerca de 100 km de extensão – entre os limites de Alexandria e Piacenza, na região noroeste da Itália (MORAES, 1984, p. 343-344).

Ferraz e Silveira abordam de maneiras distintas o breve período em que as tropas expedicionárias brasileiras desempenharam essa missão de ocupação militar. Para o ex-combatente, o fato da FEB ter ocupado por pouco tempo o território italiano, no imediato pós-guerra, teve a ver com a nova conjuntura política que se formava no Brasil. A apreensão de grupos políticos antigetulistas e de próprios membros da ditadura estadonovista era de que Vargas não abandonasse oficialmente o poder, outorgando uma política continuísta no processo constitucional prometido, conforme bradavam as várias vozes do movimento queremista, sendo muitas delas de grupos operários (CALICCHIO, 2023). A partir de “tudo aquilo contra o que a FEB tinha lutado” na guerra, segundo Silveira, essa política continuísta “temia a FEB” (SILVEIRA, 2001, p. 199).

Além disso, Silveira também observou as consequências que tiveram a decisão do governo para as relações diplomáticas e militares com as demais nações aliadas, apontando que a retirada dos soldados brasileiros na missão de ocupação culminou em diminuir o impacto da cooperação bélica do país na guerra contra o Eixo:

⁸⁹ Importante ressaltar o grande entusiasmo dos militares dos EUA com o desempenho e contribuição da FEB no Teatro de Operações da Itália. Os principais chefes militares aliados naquela frente de batalha, o major-general Willis Crittenberger, comandante do IV Corpo de Exército, o major-general Lucian Truscott, comandante do V Exército, e o tenente-general Mark Clark, comandante do XV Grupo de Exércitos, fizeram questão de verbalizar e escrever as suas respectivas satisfações em terem combatido e alcançado a vitória ao lado da tropa brasileira, conforme revela o comandante da FEB, em sua autobiografia, transcrevendo algumas das cartas que recebeu logo após o fim da guerra (MORAES, 1984, p. 337-340 e 351-354).

A política externa adotada pelo Brasil era contrária a que o país oferecesse tropas para ocupação de territórios europeus. Essa ausência acabou por ocasionar a marginalização do Brasil entre as nações que ganharam o conflito. Como consequência, na conferência de Paris, em 1945, o Brasil não se fez representar, sendo a única nação sul-americana que participou diretamente do conflito (SILVEIRA, 2001, p. 200).

Ferraz, por sua vez, lê a ocupação temporária da FEB em territórios italianos através de outros dois pontos. Em primeiro lugar, de acordo com as memórias do marechal Lima Brayner, então chefe do Estado-Maior da FEB, a escolha de não aceitar a missão de ocupação militar teve apoio não só do governo como também do comando febiano e de grande parte dos próprios combatentes (LIMA BRAYNER, 1968, p. 499-500 apud FERRAZ, 2012, p. 88). Desse modo, essa vontade dos oficiais dirigentes da FEB também tinha relação com o cenário político que tomava forma em território nacional, só que as preocupações do comando consistiam em não oferecer indícios para os boatos, contrários à participação brasileira na guerra, de que os soldados brasileiros teriam ido ao campo de batalha “como moeda de troca por vantagens políticas e/ou econômicas” (FERRAZ, 2012, p. 88).

Por outro lado, tomando nota das entrevistas que fez com Jacob Gorender e Salomão Malina, dois veteranos comunistas da FEB, o historiador paulista sublinha um segundo ponto o qual teria pesado sobre as motivações de não designar os soldados brasileiros para permanecer na ocupação militar da Itália:

Os incidentes entre os “*partigiani*”⁹⁰ e as tropas de ocupação eram comuns. Além do mais, comunistas dominavam agora muitas localidades, e sua presença desenvolva, sem a clandestinidade a que os brasileiros haviam-se acostumado, tinha causado, certa impressão em alguns expedicionários, especialmente naqueles que já militavam ou simpatizava com o partido no Brasil (FERRAZ, 2012, p. 89).

Frente a essas duas leituras do ligeiro tempo em que a FEB, terminado o conflito na Europa, permaneceu em solo italiano, é possível afirmar que cada um dos dois autores escolheu enfatizar um aspecto diferente. De um lado, implicações políticas na imagem diplomática e militar, do outro, a incipiente transição do inimigo da suástica para o inimigo da foice cruzada com o martelo. Ainda assim, por perspectivas distintas, ambos evocaram um fator consensual: os rumos da política nacional, que continuavam a interferir na Campanha da FEB.⁹¹

⁹⁰ Designação que se refere aos italianos e italianas que se somaram à luta da Resistência Italiana contra a dominação nazifascista na Itália.

⁹¹ Essa convergência final entre Ferraz e Silveira pode ser conferida na citação que o primeiro faz em relação ao segundo, mencionando que um documento secreto, produzido pelo Estado-Maior estadunidense e destinado ao general Wooten, comandante do Exército dos Estados Unidos no Atlântico Sul, sinalizava uma preocupação do Departamento de Guerra dos EUA de que a FEB fosse desmantelada precocemente pelo governo brasileiro e colocasse todos os seus ganhos, materiais e humanos, durante sua atuação na guerra, a perder (SILVEIRA, 2001, p. 200). Sendo assim, esse documento, além de recomendar um plano de manutenção da divisão expedicionária mesmo após a guerra, no sentido de investir no desenvolvimento militar do Brasil,

Por fim, de acordo com o relato do comandante da FEB, a ocupação militar febianana, de 3 de maio a 20 de junho, ocorreu de maneira exemplar e pacífica, sem nenhum incidente a ser registrado em suas *Memórias* (MORAES, 1984, p. 344). No entanto, se o general apenas se refere às relações entre os seus subordinados, a população civil italiana e os grupos guerrilheiros da região, a mesma coisa não pode ser dita a respeito de episódios envolvendo militares de outros exércitos nacionais.

Em *Memórias de meu pai, um pracinha*, o relato do soldado Domingues faz muitas citações a algo que se tornou costumeiro durante os seus dias no campo de batalha, com destaque após o término da guerra: as brigas. Soldados brigavam entre si e com outros militares, de outros exércitos, o tempo todo. As motivações eram das mais justificáveis às mais banais, porque, segundo Domingues, principalmente nas exatas primeiras semanas pós-guerra, o estado físico e mental dos combatentes estava majoritariamente corroído pela rotina de violência assombrosa pela qual viveram nos últimos dias, meses ou anos, dependendo do militar (PUGIALLI, 2013, p. 187).

Ao contar sobre uma briga que participou na "casa onde de duas irmãs italianas 'repcionavam' os soldados", fazendo alusão a um trabalho de prostituição destas mulheres, o soldado Domingues fala de uma grande confusão que rolou entre ele, um amigo estadunidense e dois ingleses. Por fim, mais dois brasileiros, os quais notaram a confusão do lado de fora da casa, também se envolveram. Domingues foi agredido por um dos ingleses e, segundo conta, um dos brasileiros do lado de fora retribuiu com uma facada na barriga de um dos ingleses. Essa vivência das brigas entre soldados era tão comum que muitos andavam armados, muitos de punhais, outros tantos de revólveres. Francisco, o seu amigo estadunidense e os outros dois brasileiros fugiram para dentro de uma sessão de cinema, a qual esperaram acabar para sair sem serem notados. Depois de transcrever a descrição do incidente, Pugialli reproduz a conclusão de seu pai: "Estas brigas eram comuns no final da guerra. Todos estavam completamente estragados e alterados pelas situações vividas. Por sermos minoria, sempre andávamos armados, pois americanos e ingleses sempre arrumavam confusão com os brasileiros. Coisa cultural mesmo" (PUGIALLI, 2013, p. 187).

pretendeu saber, segundo a interpretação de Ferraz, da posição do governo brasileiro e do comando febianano em relação à escolha de exercer a missão de ocupação militar, a fim de avaliar a informação que o Departamento de Guerra estadunidense tinha dos planos de precoce desmobilização da FEB pelo Ministério da Guerra estadonovista (FERRAZ, 2012, p. 88).

A participação brasileira, segundo informa uma réplica de um dos primeiros Sumários Históricos produzidos pela Associação Nacional dos Veteranos da FEB (ANVFEB) aos seus associados, rendeu números que merecem o seu destaque. É importante ter em mente que, antes de qualquer exercício de mera comparação qualitativa entre os países participantes da guerra, o Brasil ingressou no conflito tardiamente e contou apenas com o efetivo operacional de uma Divisão de Infantaria Expedicionária (DIE) e um Grupo de Caça da Força Aérea Brasileira. Ao todo, conforme consta no documento, foram 25.334 expedicionários enviados para a Campanha da Itália, tendo 457 tombado no campo de batalha, 1.577 feridos "em ação por armas de guerra", 487 feridos "em acidentes fora das linhas de combate" e 35 expedicionários feitos prisioneiros de guerra. Em contrapartida, esta única divisão de combatentes brasileiros fez 20.573 prisioneiros inimigos, além de ter enfrentado 9 divisões alemãs e 3 divisões italianas.⁹²

Do início a meados de junho, os combatentes brasileiros foram deslocados até Francolise, próximo de Nápoles, onde aguardaram os trâmites finais na cadeia de comando para autorizar, enfim, o regresso à Pátria. Dispostos novamente em cinco escalões, o primeiro partiu em 6 de julho e o quinto, 19 de setembro, sendo o desembarque deste último no Brasil em 3 de outubro de 1945.

2.1.5 - Prenúncios de um fim precoce: a questão das condecorações

Por último, não podemos deixar de mencionar brevemente mais um episódio de flagrante constrangimento entre o governo brasileiro e seus expedicionários: a questão das condecorações. Sobre a importância e o valor das medalhas de guerra, Joaquim Xavier da Silveira nos oferece a sua explanação:

Os conquistadores e generais da Antigüidade davam aos seus soldados o direito de partilharem do botim, como era chamado o espólio dos vencidos; era a pilhagem, a rapina, que o vencedor se julgava com o direito de exercer. Aos poucos, com o desejo de enobrecer a conquista e, sobretudo, para manter a disciplina da tropa, que era sempre ferido no momento do saque, os exércitos passaram a instituir honrarias, comendas e medalhas como forma de premiar àqueles que haviam se destacado em combate. Assim, as tropas organizadas elegeram suas formas de honrarias, que

⁹² Esses dados estatísticos estão exatamente especificados, através dos termos referenciados acima, em uma tabela impressa no folhetim do Sumário Histórico disponibilizado pela Casa da FEB aos visitantes do seu museu. A Casa da FEB é o nome dado ao prédio sede da Associação Nacional dos Veteranos da Força Expedicionária Brasileira (ANVFEB), localizado na Rua das Marrecas, 35, Centro, Rio de Janeiro, onde, além do museu, está a tesouraria, o salão de eventos e a biblioteca da instituição.

trazem sempre resultados favoráveis à disciplina e ao reconhecimento da tropa (SILVEIRA, 2001, p. 245).

Da mesma maneira, como em qualquer outra guerra, cuja realidade sempre arrebatava violentamente os envolvidos no campo dos conflitos, as condecorações não poderiam desempenhar melhor papel do que na II Guerra Mundial. Para os combatentes brasileiros, então, nem um pouco habituados com a violência de guerrear em solo estrangeiro, as devidas honrarias e promoções teriam um efeito impactante para motivar a FEB a avançar em sua campanha (MORAES, 1984, p. 236 e 349). O governo chegou até a promulgar o Decreto-lei nº 6.795, de 17 de agosto de 1944⁹³, e o Decreto-lei nº 16.821, de 13 de outubro de 1944⁹⁴, ambos criando e determinando as regras para a Medalha de Guerra, a Medalha de Campanha e as Medalhas da Cruz de Combate de 1º e 2º Classes (SILVEIRA, 2001, p. 245).

A primeira, a Medalha de Guerra, destinou-se somente aos oficiais de carreira e da reserva, na ativa ou reformados, aos civis e aos militares de Nações Amigas ou Aliadas, os quais tenham realizado quaisquer feitos de relevância durante a guerra, dentro ou fora do território nacional. É interessante mencionar que esta honraria não foi aplicada aos praças, que eram a maioria da máquina de guerra humana da FEB. A Medalha de Campanha foi para os militares que atuaram nas operações do campo de batalha, contando também os militares das forças armadas aliadas. Já as Medalhas da Cruz de Combate foram confeccionadas com o objetivo de honrar aqueles que mais se destacaram nas batalhas do Teatro de Operações, sendo a de 1ª Classe, caracteristicamente dourada, para os que mais se fizeram notar em atos de bravura e sacrifício, ao passo que a de 2ª Classe, por sua vez, prateada, condecorou os que realizaram proezas conjuntamente com outros em combate. Ainda foi criada, no ano seguinte, por meio do Decreto-lei nº 7709/1945⁹⁵, a Medalha de Sangue do Brasil, prestigiando também os combatentes em geral e civis que tenham sido feridos a partir de alguma ação de impacto vinda dos exércitos inimigos (SILVEIRA, 2001, p. 245-246).

93 Conferir a íntegra do Decreto-lei nº 6.795, de 17 de agosto de 1944, disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-6795-17-agosto-1944-382902-norma-pe.html>. Acesso em: 21 mai. 2024.

94 Conferir a íntegra do Decreto-lei nº 16.821, de 13 de outubro de 1944, disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decree/1940-1949/decreto-16821-13-outubro-1944-461092-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Aprova%20o%20regulamento%20para%20a,17%20de%20ag%C3%B4sto%20de%201944..> Acesso em: 21 mai. 2024.

95 Conferir a íntegra do Decreto-lei nº 7709, de 5 de julho de 1945, disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-7709-5-julho-1945-378564-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Art.de%20a%C3%A7%C3%A3o%20objetiva%20do%20inimigo..> Acesso em: 21 mai. 2024.

Diante desta singela descrição das medalhas, os seus significados e datas de criações, é possível perceber que, antes mesmo do combatente brasileiro conhecer o fim da guerra, já existiam condecorações oficiais para premiarem e reconhecerem as suas façanhas da sua luta no campo de batalha. Todavia, uma das medalhas mais importantes, de grande significado pessoal e coletivo para a tropa, como a Medalha de Sangue do Brasil, só foi instituída cerca de dois meses após o término da guerra,

não sendo, portanto, entregue no Teatro de Operações, nos hospitais de sangue, como deveria ser, onde o militar ferido, longe da Pátria, receberia este gesto de reconhecimento, sobretudo porque na cama ao lado costumavam encontrar um militar americano ou de outra nacionalidade, a quem o seu Governo outorgara medalha pelo sacrifício feito (SILVEIRA, 2001, p. 247).

Como se este fosse mais um protocolo da burocracia estatal, não houve grandes cerimônias para esta entrega, das quais muitas nem chegaram a ser feitas enquanto os expedicionários ainda estavam em solo italiano. O próprio comandante da FEB exprime a sua indignação em relação a este “lamentável descaso”:

A chegada das condecorações brasileiras à Itália, só depois de terminada a guerra, impediu-me de premiar os valorosos combatentes no próprio campo de batalha. Contra êsse lamentável descaso não cesso de lançar o meu brado, tanto mais que, em contraste, os chefes americanos vinham às nossas linhas distinguir, com as suas condecorações, os brasileiros que se destacavam pela coragem e valor (MORAES, 1984, p. 236).

A missão de entrega das medalhas acabou ficando com a Secretaria do Ministério da Região Militar mais próxima dos endereços residenciais dos febianos ou, também, das sedes das associações de ex-combatentes criadas, logo depois da guerra, espalhadas pelas principais regiões do país. Sem deixar de manifestar a sua revolta como veterano, Silveira ressaltava como outros governos foram mais céleres nessa questão essencial: "Os oficiais e soldados brasileiros primeiro foram agraciados com medalhas concedidas pelos comandantes aliados para então, só depois, receberem o reconhecimento do Governo de seu país" (SILVEIRA, 2001, p. 247).

2.2 - Os veteranos da FEB

Novamente, voltamos ao dia 6 de julho de 1945. Já que marchamos analiticamente pela trajetória antes e durante a campanha dos soldados da FEB, resta-nos, assim como fizemos com o marechal Mascarenhas de Moraes, olhar para estes febianos alguns anos depois da guerra. Mais uma vez, é fundamental

compreendermos a centralidade do 6 de julho de 1945, pois se trata do marco temporal que pretendeu colocar fim a uma divisão expedicionária de 25.334 militares, homens e mulheres, os quais atravessaram o Atlântico para lutar ao dos Aliados nos últimos 7 meses da II Guerra Mundial.

Conforme muitos autores citam, sendo uma oportunidade de grande ênfase para a literatura militar, o advento da FEB fez do Brasil o único país sul-americano a enviar combatentes para um conflito armado fora do continente americano. Portanto, como foi possível simplesmente dissolver esses mais de 25 mil combatentes através de um Aviso Ministerial? Quais foram os impactos de uma atitude dessa magnitude, interno e externo ao âmbito nacional, justamente no exato dia em que o primeiro escalão desses expedicionários estava retornando ao país? O que teria levado o governo brasileiro a tomar tal atitude e por que a fez, mesmo diante de uma série de estudos e recomendações oficiais, tanto do Estado-Maior da FEB quanto do Estado-Maior dos EUA contra uma medida tão precoce e imprudente perante a realidade militar e social do Brasil?

Sendo assim, é preciso também indagarmos a respeito dos envolvidos nesse processo, os expedicionários, transformados em ex-combatentes e veteranos: o que lhes aconteceu depois do 6 de julho? Quais foram os impactos em suas vidas, sendo a maioria febianana composta por civis? Quais atitudes eles tomaram e como a fizeram? Considerando que a desmobilização foi deflagrada pelo Estado, como foi a relação deste com os veteranos e as suas vias de ação, tomando o exemplo das Associações de Ex-Combatentes do Brasil (AECBs)?

A partir de tantas perguntas a que este subcapítulo se submete, é preciso ter em vista uma outra dimensão que permeia todas estas questões: o contexto político emergente com a entrada, vitória e regresso das tropas brasileiras da II Guerra Mundial. Atuante como pano de fundo do advento da FEB, veremos como as disputas na política nacional continuarão a interferir, desde o 6 de julho, na vida dos expedicionários e vice-versa.

Antes de adentrarmos à devida discussão, gostaria de esclarecer algumas evocações que terão um papel central neste subcapítulo. Do mesmo modo que Francisco César Ferraz sinaliza na introdução de *A guerra que não acabou*, esta monografia compartilha com algumas de suas concepções sobre os termos “veteranos” e “ex-combatentes”. Do primeiro, considero “todos os que participaram da campanha da Itália, como membros da Força Expedicionária Brasileira, do 1º

Grupo de Aviação de Caça da Força Aérea Brasileira e do Corpo de Enfermeiras” (FERRAZ, 2012, p. 40). Já acerca do segundo termo, é interessante compará-lo em relação ao primeiro, porque

emergiu dentre os que participaram da campanha da Itália uma diferenciação entre “veteranos da FEB” e “ex-combatentes”, termo este usado a partir da década de 1960 para referir-se tanto aos que efetivamente lutaram na Itália quanto aos que, por força da legislação federal, tiveram suas atividades de patrulhamento do litoral brasileiro, segurança das unidades militares em zonas consideradas de guerra e navegação em áreas de ataque potencial por submarinos inimigos, considerados “serviços de guerra” e equiparados ao serviço dos que estiveram na campanha da Itália (FERRAZ, 2012, p. 41).

Essa observação que citamos em Ferraz nos antecipa uma das muitas fagulhas que veremos sair dos confrontos dentro das AECBs, tendo em vista as disputas político-ideológicas que ocorreram em torno dos projetos de reintegração social e política. Contudo, vale salientar que, diferente do historiador paulista, opto por utilizar o nome “expedicionário” sem o prefixo “ex”, pois entendo que, apesar das condições de paz fazerem deles não mais combatentes, esses cerca de 25 mil brasileiros e brasileiras voltaram da guerra e encontraram uma nova frente de batalha: a rápida e irrefletida ação estatal de exclusão da FEB. Destarte, pelos seus direitos sociais e políticos e pelas suas memórias, estes ex-combatentes nunca deixaram de ser expedicionários, organizando-se em associações unidas por uma identidade em comum: eram todos febianos.

Assim, tomando cuidado com a distinção existente entre os termos “veteranos” e “ex-combatentes”, além das grandes cisões que afligiram as associações, em face do processo da desmobilização, todos ainda eram expedicionários. E dos 60 ex-combatentes ainda vivos, de acordo com a última atualização (06/05/2024) do Censo Permanente da ANVFEB⁹⁶, todos são febianos.

2.2.1 - Um fim precoce: a desmobilização da FEB

⁹⁶ Trata-se de um serviço de informação oferecido por uma equipe de dois membros da ANVFEB e dois membros da empresa de produção audiovisual Em Guerra, sendo denominado, dos quatro pesquisadores, três historiadores. Conforme o próprio site da referida associação define, o Censo Permanente da FEB “é um trabalho coletivo, voluntário e em constante atualização, incompleto e imperfeito, parcial, pesquisa em andamento. As informações aqui apresentadas foram fornecidas pelas diversas seções regionais da Associação Nacional dos Veteranos da Força Expedicionária Brasileira (ANVFEB) e da Associação dos Ex-Combatentes do Brasil (AECB), além de algumas organizações militares, variados historiadores, pesquisadores independentes, familiares de veteranos e postagens localizadas na imprensa e nas redes sociais” (CASA DA FEB, 2024). Além disso, a página eletrônica diz que a sua pesquisa cruza dados presentes no Banco de Dados da FEB e no *Almanaque Segunda Guerra Mundial*, de Luiz Fagundes, para localizar cada um dos febianos ainda vivos. Cf. CASA DA FEB. Censo. **Censo Permanente da FEB**. Disponível em: <https://www.casadafeb.com/censo-da-feb>. Acesso em: 23 mai. 2024; FAGUNDES, Luiz. *Almanaque Segunda Guerra Mundial (1939-1945)*. Rio de Janeiro: Planeta Azul, 2015.

A desmobilização da Força Expedicionária Brasileira ocorreu *rapidamente* de modo tão controverso quanto a sua *lenta* instituição, organização, treinamento e embarque para a Europa. É importante perceber que a antítese presente no advérbio e no adjetivo grifados é proposital: o governo brasileiro demorou um tempo muito maior para decidir pôr em prática a mobilização e envio de uma divisão expedicionária para a guerra do que planejar e decretar a sua extinção e o destino dos seus soldados.

Dessa forma, considerando essa ambígua factualidade sobre a FEB, o historiador Francisco César Ferraz faz uma leitura densa que busca vislumbrar que esse não foi um processo totalmente repentino em sua concepção. Já havia sinais se manifestando e personagens tomando iniciativas. Conforme já adiantamos em nota, o Departamento de Guerra do governo estadunidense produziu um documento, em 6 de abril de 1945, no qual já anunciava que circulava entre as suas instituições diplomáticas e militares a informação de que as autoridades políticas e militares do Brasil tinham a intenção de desmobilizar precocemente a FEB (FERRAZ, 2012, p. 87; SILVEIRA, 2001, p. 200-201). A partir desse citado documento, enviado ao comandante das forças do Exército dos Estados Unidos no Atlântico Sul, general George Wooten, alardeava-se para as sérias consequência que poderiam insurgir da rápida desmobilização da FEB, uma vez que todos os milhares de combatentes brasileiros foram justamente treinados pelas forças armadas dos EUA, o que conferia à divisão "um grande valor como um núcleo para o treinamento de outros elementos do Exército Brasileiro e como uma contribuição potencialmente valiosa da Brasil à defesa hemisférica" (FERRAZ, 2012, p. 87). Nesse sentido, é possível pensarmos que os EUA já vislumbravam um promissor alinhamento militar com o Brasil para a defesa dos seus interesses geopolíticos no restante da América, sobretudo, depois de ter bancado significativamente a FEB com materiais bélicos e treinamento para a atuação brasileira na Campanha da Itália.

As autoridades do Brasil, por sua vez, tinham de lidar com os seus próprios problemas e, um deles, certamente, era pensar nas estratégias e métodos de desmobilizar cerca de 25 mil combatentes. Tendo em vista a discussão que já fizemos sobre a questão da escolha do governo e do comando febianos em apenas cumprir temporariamente a missão de ocupação militar, vamos analisar o que fez o Ministério da Guerra, sob a chefia do general Dutra, do outro lado do Atlântico, na capital federal.

Primeiramente, o Ministério da Guerra já trabalhava pela rápida dissolução da Força, por isso, desejava que seus combatentes retornassem o quanto antes para o Brasil. Vale lembrar da interpretação de Ferraz acerca do documento secreto citado e analisado por Silveira, no qual o comando militar estadunidense teria recomendado ao comando da FEB a dita sugestão de uma "missão de ocupação" como tática para retardar a brusca desmobilização da FEB (FERRAZ, 2012, p. 88; SILVEIRA, 2001, p. 201).

Em segundo lugar, o regime estadonovista e próprio comando da FEB também tinham de lidar com a boataria que se instalou em território nacional sobre o Brasil ter se envolvido no conflito mundial como instrumento de guerra dos EUA, a fim de obter ganhos políticos e econômicos. Para isso, o retorno imediato dos febianos seria prontamente uma resposta a esses boatos acusatórios de antipatriotismo por parte do governo e do Exército (FERRAZ, 2012, p. 88).

Por último, ainda sobre o aspecto ideológico, cabe mencionar que o domínio soviético sobre a Frente Oriental da II Guerra, não só resultou em um fortalecimento da União Soviética como potência militar, mas também alçou o comunismo a uma posição protagonista, tornando-se uma ideologia destinada a soterrar o estrago nazifascista provocado na Europa e assumir um novo lugar de destaque. Dessa maneira, é fundamental mencionarmos aqui de novo o que contaram, Jacob Gorender e Salomão Malina, dois ex-combatentes comunistas entrevistados por Ferraz, sobre a campanha vitoriosa dos soviéticos e a consequente livre circulação de sua ideologia pelo continente assolado pela guerra, o que causou muitas impressões sobre os febianos com que tiveram contato, principalmente, entre os militares brasileiros já identificados com comunismo e seu partido no Brasil (FERRAZ, 2012, p. 89).

O processo de desmobilização da FEB pode ser observado a partir de dois aspectos básicos: concepção e execução. Frente às experiências recentes que a grande maioria dos outros países participantes da II Guerra tinham tido com conflitos armados fora de suas fronteiras - como o exemplo mais latente, a Primeira Guerra Mundial -, o Brasil também pretendeu planejar a desincorporação e licenciamento de cerca de 25 mil combatentes, tendo como exemplos justamente os erros e acertos do que muitas dessas nações europeias planejaram e conduziram nas políticas de desmobilização de seus exércitos e reintegração social dos seus veteranos (FERRAZ, 2012, p. 23-24). Os generais Eurico Gaspar Dutra e Pedro

Aurélio de Góis Monteiro, ministro da Guerra e chefe de Estado-Maior do Exército, respectivamente, comandavam, de seus gabinetes, o destino desses combatentes, os quais voltariam à sua terra natal para receber os louros da vitória.

A ordem para o início dos trabalhos acerca de quais as melhores maneiras do Estado brasileiro receber os seus heróis de guerra foi dada. Essa missão foi designada ao general Anor Teixeira dos Santos⁹⁷, chefe do Estado-Maior da FEB no Interior (EM-FEB/Interior), instituição criada justamente para elaborar como se daria o regresso dos milhares de expedicionários, considerando o processo natural de desmobilização. Segundo Ferraz:

Entre maio e junho de 1945, pelos menos quatro estudos foram apresentados pelo EM-FEB/Interior, para desmobilização das unidades da FEB, com instruções que abordavam desde procedimentos de viagem, recepção, aquartelamento, licenciamento, destino das bagagens e material trazido da Itália, uso de fardamento e equipamento da FEB, concessão de medalhas, até instruções para o aproveitamento da experiência adquirida e sua difusão entre os militares regulares, dos quadros das armas, saúde e intendência (FERRAZ, 2012, p. 92).

Sobre a sua concepção, a desmobilização da FEB chegou a ser contemplada por cerca de quatro estudos do EM-FEB/Interior sobre quais as melhores medidas e formas de conduzir este complexo e delicado processo. Sintonizados com informações e considerações compartilhadas pelos comandos militares estadunidense e febianos, esses planos recomendaram, primeiro, uma recepção acalorada dos combatentes em solo brasileiro. Em seguida, dar-se-ia início os procedimentos padrão de uma desmobilização: aquartelamento dos militares até a conclusão dos trâmites de seus licenciamentos do Serviço Militar; devolução de todo o fardamento e equipamentos militares utilizados em campanha; cerimônias e solenidades de entregas de medalhas; e, por fim, os militares de carreira deveriam ser transferidos para as organizações militares de suas respectivas Armas, Quadros e Serviços, visando programas de estruturação e instrução de todas as novas

⁹⁷ Assentado praça no Exército desde 1906 e formado artilheiro, pela Escola Militar de Realengo, em 1911, conduziu uma carreira militar bastante operacional, ganhando alguma atenção do ministro da Guerra, general Dutra, a partir de 1939, já quando ocupava o posto de coronel. Foi designado para a Comissão de Defesa da Economia Nacional, em 1939, mas, em seguida, foi enviado à Alemanha a fim de chefiar a Comissão Militar Brasileira em Essen. A mudança nas relações entre Brasil e Alemanha, dois anos depois, fizeram-no retornar ao país e se envolver nas mobilizações para a entrada na guerra, tendo feito parte da comitiva do Grupo de Observadores, que foi ao Teatro de Operações do Mediterrâneo, em 1943. No ano posterior, assumiu os comandos da Artilharia de Costa da 1ª RM e do Distrito de Defesa de Costa (DDC), além de também ter acumulado a chefia do EM-FEB/Interior, sendo responsável por estudar planos de regresso da FEB, sob as orientações do general Dutra. Depois da guerra, chegou a ser enviado para chefiar comissões pela Europa e na ONU. Nos últimos anos de sua carreira, cursou a Escola Superior de Guerra e exerceu as chefias do Estado-Maior do Exército e do Estado-Maior das Forças Armadas. Cf. CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. SANTOS, Anor Teixeira dos. In: _____. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: FGV, 2009. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/santos-anor-teixeira-dos>. Acesso em: 27 mai. 2024.

informações, conhecimentos e experiências adquiridas, em primeira mão, no campo de batalha (FERRAZ, 2012, p. 92-93).

Diante do melhor aproveitamento possível dos acertos e falhas num conflito armado de proporções inéditas para o Brasil e o Exército Brasileiro, é imprescindível sublinhar esse último procedimento para com os militares de carreira. O objetivo do EM-FEB/Interior era justamente pensar em como fazer a desmobilização gozar de todo o seu sentido, valorizando e transformando todo o empenho dos poderes públicos, da sociedade brasileira em geral e dos próprios mais de 25 mil combatentes em avanços reais para as Forças Armadas e para o Brasil, projetando este como potência sul-americana no novo cenário mundial pós-guerra (SILVA; FOLY, 2013, p. 24). Entretanto, conforme avalia Silveira, “a grande oportunidade de utilizar a FEB como núcleo de treinamento do Exército Brasileiro foi total e irrecuperavelmente perdida” (SILVEIRA, 2001, p. 237).

Embora o veterano-autor tenha ressaltado que o “espírito da FEB” tinha acompanhado os oficiais, para onde quer que tivessem sido transferidos, logo após a reincorporação à Força em território brasileiro,

no campo do aprendizado e do treinamento da tropa muito foi perdido. Após a II Guerra Mundial, o Exército começou sua reestruturação tendo como base as Grandes Unidades. Com a desmobilização repentina da FEB, desmobilizou-se também a única Grande Unidade que tinha experiência de combate - a 1.^a DIE, organizada pelo Exército com imenso sacrifício -, dispersando-se seus elementos (SILVEIRA, 2001, p. 236).

À medida que o Ministério da Guerra ordenou para que o EM-FEB/Interior produzisse as melhores alternativas para receber e reabsorver os febianos, coube a Dutra também decidir sobre o que, enfim, fazer a respeito disso. Adiantado em relação ao pronto regresso dos heróis de guerra, o ministro da Guerra já agia antes mesmo da missão de ocupação militar da FEB terminar nos territórios italianos conquistados. No dia 11 de junho, o ministro varguista emitiu um Aviso Reservado, Nº 197-166, o qual estipulou que estava, então, "proibido aos oficiais e praças da F.E.B. que regressassem da Itália, fazer declarações ou conceder entrevistas para divulgação pela imprensa, sem autorização do Ministro da Guerra, após exame pelas autoridades competentes" (FERRAZ, 2012, p. 94).

À primeira vista, tal medida administrativa do ministro pode ser avaliada como um ato prudente em relação às possibilidades de um combatente revelar informações comprometedoras em relação ao transporte e as datas de embarque dos escalões da FEB no Brasil. Contudo, segundo observa Ferraz, nas entrelinhas desse

trecho e do restante do texto contido no Aviso Reservado, compreende-se que Dutra na realidade proibiu que os febianos falassem qualquer coisa relacionada à guerra e à participação brasileira na Campanha da Itália, sem antes, é claro, atravessar a sua autoridade. Censura e submissão da FEB aos interesses oficiais do regime e, pessoais, do ministro (FERRAZ, 2012, p. 94).

O curioso é que ele também emitiu o Aviso Reservado Nº 197-165, neste mesmo dia, sobre o qual se especificava justamente a questão dos militares não estarem autorizados a mencionar qualquer informação à imprensa sobre tais assuntos de segurança do transporte e chegada das tropas febianas. Porém, neste outro Aviso, não havia a coibição de declarações sobre outros assuntos da atuação da FEB na guerra que não envolvesse um risco às operações de retorno dos combatentes (FERRAZ, 2012, p. 94). Com isso, bastava somente ter expedido o Aviso Reservado Nº 197-165, evitando um constrangimento desnecessário à Força Expedicionária, exatamente com a expectativa do momento importante de seu retorno ao país.

O modo como a desmobilização foi levada a cabo pelo governo deixa bem claro o que muitos autores, como Ferraz e Silveira afirmam ao seu respeito, de que as motivações para essas e outras resoluções posteriores foram estritamente políticas (FERRAZ, 2012, p. 106; SILVEIRA, 2001, p. 238). Embora se tenha tentado restringir ao máximo o impacto positivo que a FEB causaria em solo brasileiro com o seu retorno vitorioso da II Guerra, as investidas do Ministério da Guerra não conseguiram impedir que os militares falassem de política nos quartéis do Brasil e acampamentos febianos na Itália.

Em seus apontamentos sobre esta questão, Ferraz e Silveira divergem um pouco nas perspectivas sobre como se davam esses papos de política e o comportamento dos combatentes, sobretudo, os oficiais. Para o historiador, os oficiais eram os que mais tratavam de política dentro da FEB, sendo a expectativa de fim do Estado Novo uma temática bastante recorrente entre eles (FERRAZ, 2012, p. 97). Os praças também discutiam entre si sobre assuntos políticos, mas é válido pontuar que o faziam em menor número, pois nem todos eram politizados a esse ponto. Segundo o ex-combatente comunista Salomão Malina, em entrevista a Ferraz, muitos pracinhas não tinham a clara noção da incompatibilidade entre a luta da FEB na Itália e o regime estadonovista.

Mesmo que o general Mascarenhas de Moraes invocasse o seu “espírito legalista” e manifestasse a sua contrariedade à exposição dos militares de suas opiniões político-partidárias, de acordo com Ferraz, os debates sobre qual o melhor destino do atual governo eram incessantes entre os febianos:

Para muitos deles [os oficiais], a FEB seria importante politicamente, ainda mais porque as notícias que recebiam indicavam que o Estado Novo não duraria e que haveria eleições para a sucessão de Vargas. Antes mesmo do final das operações já se conversava a respeito, principalmente entre os expedicionários mais politizados, geralmente os oficiais, da ativa e da reserva. Porém, embora houvesse consenso entre a maioria dos oficiais sobre a necessidade do fim do Estado Novo, havia divisões entre eles a respeito de *como fazê-lo* (com um golpe, derrubando Vargas; com assembleia constituinte sem Vargas no poder; ou com Vargas no poder durante a constituinte), *com que ritmo* (respeitando o calendário eleitoral já fixado ou derrubar Vargas já e instituir novo poder a partir de então) e, principalmente, *quem deveria fazê-lo* (o Exército no Brasil ou a FEB) (FERRAZ, 2012, p. 97, grifos do autor).

A análise acima de Ferraz acaba por ilustrar, não só um pouco do termômetro político entre os febianos, mas também os temores dos grupos políticos em disputa no Brasil sobre a FEB, reforçando uma expectativa existente de que a tropa expedicionária, embalada pela sua luta e vitória na guerra, pudesse ser mobilizada para uma operação de intervenção na política nacional.

Silveira, por sua vez, apesar de não aprofundar sobre essa questão entre os expedicionários, faz algumas observações cuja perspectiva nos interessa. Um pouco diferente da narrativa de Ferraz, que entende que os febianos podiam ter algum interesse natural pelo que acontecia no cenário político brasileiro, o veterano parece sugerir as circunstâncias dos crescentes debates políticos no acampamento da FEB como resultado da instalação da divisão expedicionária na região de Francolise, perto de Nápoles, onde tomariam a esperada viagem de volta.

A descrição do lugar, como um ambiente desconfortável em muitos aspectos, parece fazer emergir as condições propícias do meio para o “mal” da política “macular” a ordem da tropa, segundo o autor:

Os dias eram passados num *ambiente de ócio*, em lugar *desaconselhável* para acolher um grupo de homens que há dois meses atrás galgava os Apeninos em operações de combate. Começaram a *surgir problemas* decorrentes da inatividade e da incerteza quanto à data de retorno. No acampamento fervilhavam os boatos. *Pela primeira vez entre os soldados* ouviram-se conversas e debates sobre temas políticos (SILVEIRA, 2001, p. 201, grifos nossos).

Mais adiante, Silveira reafirma o seu discurso de espanto quanto ao fato de os febianos discutirem sobre política. Para ele, consistia numa “espécie de tabu durante a campanha”:

Dentro da FEB, como não poderia deixar de ser, havia graduados e oficiais altamente politizados, inclusive comunistas e mesmo alguns ativistas. Discussões sobre política, uma *espécie de tabu durante a campanha*, passaram a ser uma constante. Os oficiais, temendo que a disciplina pudesse ser arranhada, resolveram tomar providências (SILVEIRA, 2001, p. 201, grifo nosso).

O autor não entra em detalhes sobre quais “providências” teriam sido essas que os oficiais tomaram e encerra a sua narrativa do seu capítulo com a descoberta dos soldados da boa notícia de embarque do 1º Escalão - o fatídico 6 de julho de 1945.

Antes de marcharmos para o ligeiro fim da Força Expedicionária, é válido mencionar uma via de análise que comumente é utilizada pela historiografia para explicar a queda do Estado Novo e que, por efeito, acaba por englobar o momento do retorno dos expedicionários ao Brasil. Silva e Foly, em artigo comemorativo de 70 anos da FEB, apesar de não apresentarem um estudo muito aprofundado da sua dissolução, realçam a influência dos mesmos fatores internos e externos que guiaram a política externa varguista.

Se interesses políticos e militares rondaram a iniciativa de formação e emprego da FEB, estes mesmos interesses se digladiaram pela desmobilização dos febianos, após alcançado o sucesso na guerra. O fim da FEB era algo naturalmente previsível do ponto de vista militar (FERRAZ, 2012, p. 105). Entretanto, dada a maneira descuidada que foi conduzida esse processo, é possível observar que os interessados na transição ou queda do poder de Vargas encontraram uma outra distração, talvez, desconsiderada em 1943: a controversa coexistência entre o Estado Novo e a Campanha da FEB (SILVA; FOLY, 2013, p. 28).

De fato, a ação de Getúlio Vargas em enviar tropas expedicionárias a outro continente, com o objetivo de auxiliar no combate dos Aliados contra forças representantes de ditaduras fascistas soava estranho, pois, nesse ínterim, estava vigente no país um regime ditatorial orientado por muitas ideias oriundas do fascismo. Com a consumação da vitória sobre o Eixo, a democracia e a liberdade se tornaram bandeiras atreladas aos vencedores, um deles, a FEB.

Conforme o Ministério da Guerra deixou bem claro ao instituir as suas rédeas de censura sobre o que os febianos podiam ou não podiam falar publicamente no país, antes mesmo do término de sua missão de ocupação em solo italiano, a intenção era drenar quaisquer chances da FEB retornar ao Brasil “insuflada politicamente”. Afinal, não só os grupos antigetulistas nutriam esse temor do emprego da divisão expedicionária como um instrumento de manobra para o triunfo final da estratégia “continuista” de Vargas (SILVEIRA, 2001, p. 199), como

também autoridades do próprio governo alardeavam o oposto - a deposição da ditadura varguista como último ato de libertação pela FEB. Silva e Foly elucidam esse quadro, tomando nota do “histórico de atuação das Forças Armadas como poder moderador”:

É possível inferir e mesmo especular acerca das possíveis análises feitas pelo governo Vargas sobre o que representaria ter um conjunto de soldados dessa natureza na capital federal. *O Brasil tinha um histórico de atuação das Forças Armadas como Poder Moderador, desde a proclamação da República*. Por outro lado, aqueles que gostariam de ver o Brasil retomar o caminho democrático também imaginavam que o Presidente Vargas, com toda a sua habilidade política, pudesse vir a fazer uso da FEB, perpetuando-se no poder. Assim, a única moderna Divisão do Exército brasileiro, forjada nos campos de batalha da Europa parecia condenada a desaparecer, tão logo retornasse ao Brasil, por força dos condicionantes da política interna de então (SILVA; FOLY, 2013, p. 29, grifo nosso).

Nesse sentido, duas autoridades íntimas da esfera de poder estadonovista observavam, perspicazes, ao engalfinhar apreensivo de antigetulistas e queremistas quanto ao emprego da FEB, com o seu regresso da Campanha da Itália: o próprio ministro Dutra, e o chefe do Estado-Maior do Exército, general Góis de Monteiro. De acordo com Ferraz, os dois generais tinham a intenção de conter a divisão política crescente entre os militares das Forças Armadas, o que teria os levado a proferir declarações públicas a favor de uma abertura do regime. Contudo, o lançamento oficial da candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes e o iminente retorno da FEB acabaram tumultuando ainda mais o clima nos quartéis (FERRAZ, 2012, p. 98-99).

Mesmo com a vigência do Ato Adicional nº 9⁹⁸, decretado por Vargas, o qual, por fim, 90 dias depois, definiu 2 de dezembro de 1945 como a data das eleições presidenciais, a polarização política só aumentou. Conquanto o ditador tivesse assegurado oficialmente, em março daquele ano, que não seria candidato, apoiando, inclusive, o nome de Dutra para o pleito, ele não conseguiu evitar embates contra a oposição. A sua aproximação com os comunistas do PCB e o crescimento do Movimento Queremista, que já até ecoava o lema “Constituinte com Getúlio” (CALICCHIO, 2023), até meados do ano, foram indícios essenciais, explorados pela oposição, para levar a opinião pública do país a crer nos planos “continuístas” de Vargas (ABREU et al., 2001).

98 Conferir a íntegra da Lei Constitucional Nº 9, de 28 de fevereiro de 1945, disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leicon/1940-1949/leiconstitucional-9-28-fevereiro-1945-365005-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 24 mai. 2024.

Em meio a toda essa pressão política interna, o 1º Escalão da FEB aguardava, na região de Francolise, a chegada do *General Meigs*, o seu transporte para casa.

Em virtude de toda essa conjuntura política pulsante no país, ao tomar a liberdade de estudar as suas próprias concepções de desmobilização da Força Expedicionária, o Ministério da Guerra ignorou grande parte das recomendações estudadas pelo EM-FEB/Interior e instituiu a sua primeira grande ação: a publicação do Aviso Ministerial nº 217-185, em 6 de julho de 1945, antes mesmo do desembarque da FEB em solo brasileiro:

Aviso n.º 217-185, Reservado. Urgente. Em 6-VII-945

1. As unidades do 1.º Escalão da FEB - cuja denominação passa a ser, simplesmente, FEB - à medida que chegarem a esta Capital, como norma, serão consideradas excluídas da referida Força, ficando, em consequência, até que lhes seja dado destino definitivo, automaticamente subordinadas ao Comando da 1.ª Região Militar, para fins administrativos e disciplinares, ressalvados aqueles que, por sua natureza, incubam ao Comando da FEB por se relacionarem com a regularização de medidas e encargos anteriores, de sua competência.
2. O efetivo dos Quartéis-Generais da FEB e da I.D/1E serão reduzidos ao mínimo indispensável para o desempenho das atribuições que lhes couberem, conforme proposta dos respectivos Comandos após sua chegada.
3. No que respeita à elaboração dos relatórios e históricos de operações, à organização dos arquivos e, ainda, às medidas complementares decorrentes de suas incumbências anteriores, permanecerão as unidades da FEB na dependência do Comando desta.
4. As questões referentes ao licenciamento de oficiais da Reserva e dos praças, assim como as relativas a vencimentos no exterior, incluídos os assuntos correlatos, até nova ordem, continuarão a ser tratados por intermédio do EM/FEB/I, que, para tal, manterá ligação com o Comando da FEB.
5. O Comando da FEB, após sua chegada e enquanto subsistir, continuará na dependência do Ministro da Guerra.

(Ass.) *Eurico G. Dutra.*

A citação acima é a transcrição completa do documento que oficializou a desmobilização da FEB, disponível nas últimas páginas de *A FEB por um soldado*, junto da reprodução de mapas e vários dados estatísticos da Campanha da Itália. É significativo notar como Silveira, em caixa alta, intitula a seção para exposição do documento que transcreveu da “Casa da Memória Histórica do Exército [Arquivo Histórico do Exército (AHEX)]”: “AVISO MINISTERIAL QUE DISSOLVEU A FEB” (SILVEIRA, 2001, p. 337).

Ora, se existia um forte receio relacionado ao potencial político da FEB em influenciar os rumos políticos, oriundos da ruína do Estado Novo, podendo beneficiar qualquer uma das partes em disputa, era preciso neutralizá-la prontamente. Com esse objetivo, nada mais efetivo do que destituir o poder de comando do general Mascarenhas de Moraes, visto como uma grande ameaça política por ser justamente o comandante da FEB, conforme se explicita nos itens 1, 2 e 5 do Aviso. Além de remover qualquer margem de controle de Mascarenhas sobre o dispositivo militar da divisão expedicionária, o último item termina por enfatizar, ao meu ver, um tom bastante pessoal do ministro da Guerra, considerando o que vimos anteriormente acerca do desejo político-militar de Dutra ter sido o comandante da FEB e da transformação posterior de Mascarenhas de Moraes em seu desafio pessoal.

O Aviso Ministerial nº 217-185 determinou a dissolução da FEB ao passo que os primeiros expedicionários foram aportando no Brasil. Assim, de acordo com as determinações do item 1, os febianos se tornaram subordinados ao Comando da 1ª Região Militar, correspondente às ordens do ministro da Guerra, que tratou de executar, o mais rápido possível, o licenciamento dos febianos, os quais, enfim, tornaram-se ex-combatentes.

2.2.2 - A “Campanha da Reintegração”: os primeiros anos da Associação de Ex-Combatentes do Brasil (AECB)

Em certo momento desta pesquisa, em face das investigações sobre a desmobilização da FEB e do processo seguinte de organização e formação das associações de ex-combatentes, a percepção que tive foi de que, realmente, os expedicionários enfrentaram uma nova “frente de batalha” no seu próprio país. Não se tratava exatamente de uma guerra civil, nem de uma invasão estrangeira. A luta foi por direitos, dos mais variados. Devido aos limites desta monografia e à consequente escolha de um recorte menor de análise, vamos concebê-los apenas por direitos sociais e políticos, ainda que, no último subcapítulo, seja exposta uma questão relacionada à memória dos veteranos, mas que acreditamos estar correlacionada aos dois principais aspectos denominados. Depois de examinar mais um pouco este tema, constatei que não estava sozinho nessa linha de pensamento,

pois Silveira, por exemplo, tinha concebido uma ideia similar a respeito de uma nova “frente de batalha” encarada pelos febianos, embora sob uma perspectiva um pouco diferente, conforme já mencionei no capítulo anterior,.

Por outro lado, acho válido pensar nessa ótica de “frente de batalha” como muito mais do que um recurso metafórico para entender como se deu o processo de reintegração social e política dos febianos. Apesar da parte majoritária do contingente expedicionário ter sido integrada por civis, eles acabaram sendo forjados como cidadãos-soldados, tendo o elemento do “soldado” incrustado em sua cidadania a partir de então. Não é à toa que nos referimos a eles pela categoria de ex-combatentes e veteranos de guerra, atentando-se para a sutil diferença de amplitude entre os dois termos. Além disso, muitos carregaram o “espírito da FEB” consigo em suas vidas⁹⁹, como foi o caso do soldado José Jayme Domingues Jr., cuja voz foi transcrita por seu filho, na epígrafe deste capítulo: “Ir com a F.E.B. para a Itália modelou meu futuro!” (PUGIALLI, 2013, p. 200).

Depois de desembarcarem os cinco escalões de febianos, já transformados em ex-combatentes pelo Aviso Ministerial nº 217-185, o que eles encontraram foi uma nação em plena ebulição política, com grupos políticos “em guerra” pelo poder presidencial. Considerando que o 5º Escalão foi o último a aportar, em 3 de outubro, todos os febianos já estavam em solo nacional para acompanhar a movimentação final no “Teatro de Operações da Capital Federal”, dia 29 daquele mesmo mês.

Em verbete sobre o general Dutra, no *Atlas Histórico do Brasil*, Mauro Malin descreve a vitória decisiva da “guerra política” travada no Brasil, iniciada na ausência da FEB, porém, intensificada após o seu retorno:

No Ministério da Guerra, reunidas as mais altas patentes das três armas, restava decidir quem assumiria a presidência da República. Góis Monteiro desejava a investidura, mas Dutra suspeitava que, uma vez na chefia do governo, o ministro da Guerra seria tentado a assumir poderes ditatoriais e a cancelar o pleito de 2 de dezembro. Para se antecipar a qualquer manobra de Góis e evitar também a hipótese de uma junta militar, o general-candidato teve a iniciativa de fazer sua a tese udenista de “todo o poder ao Judiciário” e propôs que o presidente do STF, ministro José Linhares, fosse imediatamente empossado na presidência da República (MALIN, 2023).

⁹⁹ Embora a expressão “espírito da FEB” seja de uso de Silveira em sua obra, como já citei anteriormente durante o subcapítulo anterior, dessa vez, não o referenciei porque empreguei esta mesma expressão com um significado um pouco diferente. Enquanto o veterano-autor utilizou-a para retratar a vibração com que os oficiais de carreira expedicionários, logo após o retorno, foram servir nos vários quartéis espalhados pelo Brasil, escolhi, por outro prisma, ampliar o escopo do significado da sua expressão, pois, ao citar o relato de Domingues, passei a descrever essa mesma vibração em um civil, que foi soldado durante a Campanha da Itália e teve como destino retomar a sua vida fora da caserna.

Conforme já vimos antes, Getúlio Vargas sofreu um golpe militar, em 29 de outubro de 1945, e foi demovido da presidência. José Linhares assumiu interinamente, como garantia de que o “continuísmo” de Vargas não tivesse chances, e as eleições de 2 de dezembro ocorreram dentro do aguardado. Dutra elegeu-se o próximo presidente, e a sua posse, em janeiro de 1946, simbolizou o fim da “guerra” e a vitória da “redemocratização”.

Um belo enredo, poderia pensar o ex-combatente, após lutar na II Guerra Mundial, ao lado dos Aliados, sob o tremular das bandeiras da “Liberdade” e “Democracia”. Este veterano, já em posse do seu certificado do Serviço Militar (SILVEIRA, 2001, p. 235-236), também se encontrava devidamente desligado da FEB, uma divisão militar inexistente desde 6 de julho.

No entanto, o que busco evidenciar aqui é que tanto a guerra do expedicionário quanto a “guerra política” estavam longe de terem contemplado os seus desfechos. À medida que a formação da FEB e a sua participação na Campanha da Itália catalisaram novos rumos na conjuntura política nacional, é possível crer que a guerra na Europa e a “guerra” no Brasil se sobrepuseram uma à outra, em uma forte correlação. E ainda podemos ir além: é válido afirmar que tanto a vitória febianana, junto dos Aliados, quanto a vitória da “redemocratização”, a partir da eleição de Dutra, relacionaram-se numa nova ordenação de poderes internacionais e nacionais. Ao passo que a ameaça nazifascista foi impedida e derrotada, o “perigo vermelho” emergiu como um novo inimigo, sendo esta percepção de âmbito externo rapidamente transposta aos limites do território brasileiro. Por conseguinte, a metáfora da “frente de batalha” é mais literal do que poderia ser, o que nos faz pensar em quando ela teria começado ou em como ela teria chegado até os ex-combatentes.

Desse modo, se é possível afirmar que o Aviso Ministerial nº 217-185, de 6 de julho de 1945, foi um marco na história da FEB, a criação da Associação dos Ex-Combatentes do Brasil (AECB), em 1º de outubro do mesmo ano, foi também outro advento importante - o deflagrar da “Campanha da Reintegração” dos veteranos. Com o intuito de dimensionarmos melhor de que “frente de batalha” e de que “Campanha de Reintegração” são estas que estamos mencionando, é essencial estudarmos, de um lado, os vários aspectos da AECB, como a sua origem, estruturas, personagens e objetivos e, do outro, o contexto político no qual se deu

essa (re)mobilização de ex-combatentes, tendo em vista o que diz respeito ao processo de reintegração social e política desses cidadãos-soldados de volta ao país.

Em *Os Veteranos da FEB: O Conflito ideológico na Associação de Ex-Combatentes do Brasil (1945-1950)*, ao ilustrar o país em que os considerados heróis de guerra regressaram, Carlos Henrique Pimentel vê, como primeiro ponto fundamental a observar, os precários planos de reintegração social do Estado brasileiro. Na contramão do que se viu acerca dessa política em outros países aliados, como os EUA, a ação pública do Brasil ofereceu ínfimas condições para a reabilitação ao cotidiano civil dos seus veteranos, recém-chegados, sendo a sua maioria jovens o bastante para não terem se estabelecido em uma carreira estável antes do embarque para a Campanha na Itália (PIMENTEL, 2011, p. 706-708).

Para piorar, conforme vimos também em Moraes, Ferraz e Silveira, a preparação psicológica da população para receber de volta esses cidadãos-soldados mostrou-se problemática. Empregadores privados, apesar de obrigados pelo governo a readmitir seus antigos funcionários, nem sempre cumpriam a lei, enquanto outros até aceitavam de volta veteranos, mas, na primeira oportunidade, mandavam-nos embora por alegar “neurose de guerra” (FERRAZ, 2012, p. 168; SILVEIRA, 2001, p. 237; PIMENTEL, 2011, p. 708). Nem mesmo o serviço público era garantia, como foi o caso do febiano Domingues. Antes de ser convocado, em fevereiro de 1944, ele era estagiário na Comissão de Construção do Novo Edifício do Ministério da Fazenda e, ao retomar a sua vida civil, aguardava o processo esperado de efetivação no órgão público. Contudo, não foi o estigma de “neurótico de guerra”, atribuído em muitos exemplos de ex-combatentes desempregados, que prejudicou a carreira profissional de Domingues:

Logo depois eu dei baixa da F.E.B., no dia 15 [de outubro de 1945]. Aguardava a minha efetivação no Ministério da Fazenda, pois era estagiário da Comissão antes de ir para a Itália. Todos os membros da Comissão foram efetivados. O problema é que o DASP [Departamento Administrativo do Serviço Público] era todo Getulista, com tendências fascistas. Achavam que o que se falava da Guerra, dos campos de concentração, das atrocidades, era tudo exagero dos americanos. E que a F.E.B. era americanizada. Com isso, não fui efetivado, sendo um ex-combatente desempregado! (PUGIALLI, 2013, p. 195).

Se, para os civis, os problemas de reintegração eram de ordem econômica, para os febianos militares de carreira, a questão esbarrava no tratamento recebido dentro da caserna. Muitos militares das Forças Armadas que não foram para o combate do outro lado do oceano se sentiram receosos em relação à pujante vibração com que algumas autoridades e a população, de uma maneira geral, deram

boas-vindas aos ex-combatentes. O feito de ir combater em uma guerra e ainda vencê-la projetava um cenário ideal de promoções para os veteranos, o que podia, de certa forma, ofuscar a hierarquia e prestígio dos que, no Brasil, permaneceram. Segundo Pimentel, muitos militares febianos encontraram um ambiente "frio" e "até mesmo hostil", quando voltaram aos quartéis, não sendo incomum que muitos tenham sido propositalmente transferidos para locais de serviço em áreas remotas do país, o que caracterizou carreiras militares com muito mais dificuldades.¹⁰⁰ No entanto, diferente do que enfrentaram os veteranos de origem civil, desde o início do pós-guerra, os febianos integrados às Forças Armadas puderam gozar de alguns benefícios garantidos pela instituição militar, como a estabilidade e aposentadoria integral, além de algum plano de saúde (PIMENTEL, 2011, p. 707). Todavia, segundo aponta Silveira, entre os oficiais, defronte os percalços encontrados na retomada de suas vidas na caserna, uma quantidade considerável adiantou as suas solicitações de entrada para a reserva, pondo fim às suas carreiras (SILVEIRA, 2001, p. 236).

Antes de marchar propriamente para a discussão do surgimento da AECB, Pimentel adianta uma reflexão sobre o impacto que tiveram as ações de organização institucional e política dos ex-combatentes brasileiros em face da débil iniciativa estatal de reintegrá-los. Ao comparar o exemplo brasileiro com os mesmos processos de mobilização dos veteranos de guerra em outros países, o historiador paranaense lança mão do mesmo argumento de Ferraz para explicitar porque a voz dos veteranos não reverberou tanto pela sociedade brasileira em torno da sua luta: o contingente febiano consistia num percentual ínfimo da população total do país:

Em todo o mundo, as associações de ex-combatentes, ficaram em evidência maior, principalmente no período entre guerras, tendo impacto nos países que enviaram cidadãos-soldados para a guerra, tanto no âmbito econômico (pressão por empregos e pensões), quanto no social (dura reintegração à rotina) e político (pressão por maior participação nos destinos das nações as quais defenderam), somando, assim, milhões de filiados em todo o mundo. Porém, se as associações de ex-combatentes nas grandes potências mundiais tiveram grande força social e política, no Brasil, essas escalas não foram atingidas pelas associações de ex-combatentes, tendo sua importância política, como grupo de pressão, quase irrelevante; devido ao fato, de que os ex-combatentes (aproximadamente 25 mil

100 Silveira também aborda essa questão em sua obra, citando um relato que obteve a partir de uma entrevista com o coronel Joaquim Portela, oficial de ligação e ajudante de ordens do coronel Da Camino na época da "diáspora" da FEB: "Os oficiais, militares e profissionais, desembarcaram após breve licença, com ordens para irem servir em pontos mais diversos. Todas essas transferências tiveram uma constante: o curto prazo para seu cumprimento. O Coronel Da Camino, um oficial superior que comandou o II Grupo de Artilharia em toda a campanha da Itália, ao regressar recebeu ordens para se apresentar na guarnição de Santiago, no Rio Grande do Sul, seu novo posto, dentro do prazo de 10 dias" (SILVEIRA, 2001, p. 236). Considerando a situação do coronel Da Camino, é válido lembrar que todos os febianos aportaram na capital federal, Rio de Janeiro, e que os meios de transporte para longas distâncias no país eram mais limitados em 1945.

homens) representavam apenas 0,06 % da população brasileira nesse período (PIMENTEL, 2011, p. 709).

Em outras palavras, não se trata de diminuir a importância do papel das associações de veteranos, muito menos desconsiderar a validade de suas demandas por uma política de reintegração social eficaz e digna por conta do governo; todavia, é importante ter noção de que muitas das barreiras encontradas pelos ex-combatentes não puderam ser derrubadas devido à sua realidade numérica perante o total populacional. Ademais, deve-se salientar a grande extensão do território nacional, o que ajuda a entender porque os principais episódios dessa “campanha” foram travados nas maiores capitais.

A Associação de Ex-Combatentes do Brasil foi fundada em 1º de outubro de 1945. Silveira observa que, embora a “diáspora” a qual afligiu a FEB tenha sido um elemento negativo para qualquer iniciativa de (re)mobilização dos expedicionários, uma “bandeira” acabou unindo e incentivando a organização de uma minoria em torno das causas iniciais da nova categoria social no país: a ideologia comunista. Ao referenciar o “trabalho sério” de veteranos comunistas, como Pedro Paulo Sampaio de Lacerda, Salomão Malina¹⁰¹ e Jacob Gorender¹⁰², na montagem da AECB e do seu Conselho Nacional, Silveira, um ex-combatente-autor, apresenta-nos uma sua leitura da origem da Associação:

Nasceu assim a Associação dos Ex-Combatentes com o germe do envolvimento político-partidário, o que não era absolutamente o desejo da grande maioria de ex-combatentes. Estes aspiravam a uma associação destinada a lutar por leis de amparo aos ex-combatentes mais necessitados, a manter viva a chama da FEB, seus ideais, tudo isso respeitando a opção política ou ideológica de cada um. Seria, como foi idealizada inicialmente, uma associação *apartidária*, sem conotações políticas (SILVEIRA, 2001, p. 248, grifo nosso).

Em sua primeira Convenção Nacional, no ano seguinte, a AECB definiu as diretrizes e a missão frente aos cerca de 25 mil ex-combatentes. Dado o cenário já explicitado anteriormente, da escassez de políticas públicas do governo para

101 Do pouco que consegui obter a respeito, ao contrário da maioria dos personagens militares, foi uma das personalidades comunistas mais notáveis da história do PCB, tendo sido o seu último Secretário-Geral antes da cisão do partido, a partir do advento da queda do Muro de Berlim e da derrocada da União Soviética, dando origem ao Partido Popular Socialista (PPS), que o fez presidente honorário. Ademais, destacou-se na Campanha da Itália, o que lhe rendeu a condecoração com a Medalha Cruz de Combate de Primeira Classe, a mais alta honraria para militares combatentes, quando se trata de um destaque individual no campo de batalha. Cf. PORTELA, Fábio. Morre o comunista Salomão Malina, presidente de honra do PPS. **Folha de S. Paulo**, [S.l.], 31 ago. 2002. Folha Online. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u36982.shtml>. Acesso em: 27 mai. 2024.

102 Voluntário para lutar pela FEB, fez parte de um pelotão de Comunicações e foi a campo, inclusive, nas batalhas de conquista de Monte Castello. Filiado ao PCB antes mesmo de ir para a guerra, chegou a ir à União Soviética para fazer um curso oferecido pelo Partido Comunista. A sua militância tornou-o alvo da repressão do regime militar, sobretudo, por ter criado o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, em 1968. Dois anos depois, foi preso. Apesar de não ter concluído formação acadêmica, os seus trabalhos intelectuais contribuíram para que recebesse o título de *doutor honoris*, pela Universidade Federal da Bahia, e “notório saber”, pelo Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Cf. BELLESA, Mauro. Jacob Gorender, militante político e historiador, morre aos 90 anos. **Instituto de Estudos Avançados Universidade São Paulo**, São Paulo, 12 jun. 2013. Notícias. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/noticias/jacob-gorender-historiador>. Acesso em 28 mai. 2024.

reabsorver estes indivíduos, proclamados heróis de guerra por desfiles e homenagens junto da sociedade, os veteranos da FEB, com destaque os civis, tiveram de forjar seu *locus* social no país, enfrentando novas batalhas em suas vidas: a busca por emprego, acesso a atendimento médico, a readaptação ao convívio social, a garantia de certos direitos e benefícios previstos em lei, a conservação das suas memórias enquanto um direito à sua própria história e, por fim, a participação na política nacional.¹⁰³ Sobre esta última, firmou-se um compromisso importante entre os associados na 1ª Convenção: as iniciativas políticas dentro da AECB deviam ser *vedadas de qualquer vínculo político-partidário*. Além disso, concordou-se em estruturar um sistema diretório para a sua administração, estabelecendo-se mandatos para cargos e chapas, eleições periódicas a cada 2 anos e a autorização para a criação de diversas outras seções da AECB pelo Brasil, contanto que fossem subordinadas às decisões de um Conselho Nacional, composto de delegados eleitos e responsável por pautar os objetivos e ações a serem seguidos nacionalmente pelas demais sedes (PIMENTEL, 2011, p. 710).

De uma maneira geral, o retrato de muitas das seções espalhadas pelo país era de considerável limitação, uma vez que a maioria dos seus contribuintes eram, sim, dos heróis de guerra, porém, em sua maioria, desempregados ou subempregados. Sem falar que se tratavam de muitos mais civis do que militares, sendo a presença de oficiais superiores febianos praticamente nula (PIMENTEL, 2011, p. 711). Desse modo, entre os associados, havia uma minoria de servidores públicos - incluindo os militares - e uma outra minoria, devidamente significativa, a qual necessitava de maior atenção e assistência da AECB em relação às sequelas

¹⁰³ Apesar dos limites deste trabalho monográfico não permitem analisar experiências de outras associações na "Campanha de Reintegração", é válido citar o trabalho de Dennison de Oliveira sobre a Liga Paranaense do Expedicionário (LPE), uma associação estadual de veteranos da FEB. Ao examinar 840 fichas de atendimento assistencial a ex-combatentes pela LPE, obtidas na sala do arquivo morto da associação, foi possível investigar tanto a atuação da entidade quanto às demandas solicitadas pelos associados: "A diversidade de pedidos incluía providências solicitadas à LPE no sentido de prover emprego, atendimento médico, obtenção e/ou manutenção de órgãos artificiais, compra de medicamentos, pedidos de notícias de parentes, assistência jurídica para fazer valer os direitos garantidos nas leis de amparo aos ex-combatentes, reintegração ao emprego ou a carreira militar interrompida, hospedagem, auxílio para abertura de pequenos negócios ou comércio, obtenção de empréstimos, financiamento para despesas fúnebres dos veteranos de guerra ou seus familiares, etc. Incluía também ajuda emergencial, como se nota nos pedidos de pequenas somas de dinheiro para comer, tomar banho, fazer a barba, comprar roupas ou sapatos, etc. Essas informações estão descritas livremente na face de cada uma das 840 fichas de atendimento a pedidos de ajuda dos ex-combatentes que foi possível localizar". Ademais, Oliveira elencou quatro principais categorias percentuais dessas fichas: 288 dos casos (18,95%) envolveram pedidos de auxílio financeiro; 193 casos (18,7%) se resumiram em pedidos de ajuda na obtenção ou indicação a empregos, setor público ou privado; 191 casos (18,57%) relacionados a atendimento médico, o qual pode ser acrescido até somar 22,89% (348 casos) se foram considerados pedidos de natureza semelhante; e, por fim, 166 casos (10,92%) de solicitação de apoio para obtenção dos benefícios a viúvas e órfãos de febianos paranaenses, previstos pela Lei Estadual 1.095/1953 (OLIVEIRA, 2013, p. 8-9). Cf. OLIVEIRA, Dennison de. Veteranos da Segunda Guerra Mundial e política-partidária no Brasil (1945-1985). In: XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, Natal. *Anais* [...] Natal: UFRN, 2013, p. 1-14. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364519130_ARQUIVO_VeteranosdaSegundaGuerraMundialPolitica.pdf. Acesso em: 20 nov. 2023.

mais graves deixadas pela guerra. A Associação também contava com o jornal *Ex-Combatente*, veículo de comunicação de informações entre veteranos e para veteranos, sendo produzido na seção localizada no Rio de Janeiro (PIMENTEL, 2011, p. 712).

Frente à previsível inércia do poder público em relação à situação dos veteranos, a mobilização política dentro da Associação, sobretudo, na seção da então capital federal, tornou-se decisiva, o que fez algumas lideranças regionais assumirem um discurso aberto e apelativo para a participação de ex-combatentes na arena da política e dos partidos. Como esta foi uma ação tomada, em grande parte, por ex-combatentes e grupos inclinados a orientações de esquerda, com destaque, comunistas pecebistas, rapidamente caíram-lhes a pecha de demagogos e "soldados" dos planos de Moscou, figurações típicas durante o crescente clima de radicalização da Guerra Fria (FERRAZ, 2012, p. 267-268).

Ainda que se proponha analisar, os processos por que passaram os febianos, depois dos inevitáveis efeitos da desmobilização precoce encabeçada pelo Estado, Silveira, em sua obra, não deixa de exprimir a sua crítica a essa “tendência esquerdista” que se viu proliferar na direção da AECB:

Com a Constituinte de 45-46, os partidos políticos foram oficializados, inclusive o Partido Comunista, e os embates ideológicos no meio do Conselho tornaram-se inevitáveis. A par disso, a direção da Associação começou a tomar medidas de caráter político, participando de forma ostensiva de alguns movimentos político-partidários da época, sobretudo os de nítida tendência esquerdista (SILVEIRA, 2001, p. 248).

Antes de avançarmos mais nessa discussão, que parece revelar uma disputa entre pelo menos duas forças políticas na “Campanha da Reintegração”, é preciso ambientar melhor em que terreno essas disputas estavam sendo travadas, isto é, o cenário político do Brasil pós-guerra - mais especificamente, a partir de 31 de janeiro, com a posse do general Eurico Gaspar Dutra como presidente da República.

Pedro Estevam da Rocha Pomar, em *A democracia intolerante: Dutra, Adhemar e a repressão ao Partido Comunista (1946-1950)*, analisa os primeiros anos da militância comunista brasileira logo após a II Guerra Mundial, focalizando a trajetória do Partido Comunista Brasileiro durante o governo do general Dutra. Apesar dos pecebistas terem uma relação com a temática desta pesquisa, por conta das suas ações na politização de pautas da AECB, nosso maior interesse não é mergulhar a fundo sobre os comunistas e suas lutas nesse período, como faz Pedro Pomar. Por outro lado, muito nos importa a sua análise acerca da conjuntura política

em que se deram os embates entre o governo federal e tais setores da esquerda, visto que ela acaba por caracterizar pontos do governo Dutra. Bem pouco mencionado e estudado pela academia, é de extrema valia que tomemos algumas notas dessa enevoadada fase da República – tão referenciada como o "retorno da democracia", mas tão pouco pensada a partir destes termos.

Aliás, é por essa perspectiva que pretendo evocar o trabalho de mestrado de Pomar, o qual deu origem ao livro citado, uma reedição de sua dissertação.¹⁰⁴ O autor inicia o seu primeiro capítulo justamente problematizando a linguagem utilizada para descrever o advento de 29 de outubro de 1945: a deposição de Getúlio Vargas e o fim do Estado Novo. Realmente, como podemos afirmar que esta data e, conseqüentemente, as eleições de 2 de dezembro do mesmo ano são partes de um processo histórico que marca a consagração da "redemocratização" do país se, antes do regime estadonovista, a população brasileira tinha convivido com os vários cerceamentos da Primeira República (POMAR, 2002, p. 19)? Não precisamos citar muito além da prática do voto de cabresto para enquadrar essa primeira experiência republicana do Brasil como bastante distante de um Estado democrático pleno.

Ainda assim, não é só o que vem antes da queda de Vargas que deve ser problematizado, uma vez que o autor também põe em questão o que precede a tal "redemocratização": os cinco anos da presidência de Dutra. De acordo com Pedro Pomar:

Ao examinar os primeiros anos da chamada redemocratização, durante o governo Dutra, o observador encontrará *fortes restrições às liberdades e garantias individuais vistas como atributos da democracia liberal*: direito de livre expressão de pensamento, livre associação para fins políticos e econômicos (partidos, sindicatos), o direito de ir e vir, habeas corpus etc" (POMAR, 2002, p. 19, grifo nosso).

Em uma de suas seções do capítulo sobre o primeiro governo que inaugurou uma nova "fase democrática" na história republicana, Pomar aborda uma espécie de mitificação por trás do que foram o governo Dutra e a figura pessoal de seu representante. O argumento que reveste essa sua concepção traz um dos diagnósticos apresentados por essa monografia: pouco se conhece sobre tal governo já que pouco se fala sobre ele. Ao contrário do que podemos conferir em outras personalidades e seus governos, como, por exemplo, Getúlio Vargas e Castello

104 Cf. POMAR, Pedro Estevam da Rocha. **Dutra, Adhemar e a repressão ao PCB: o incidente de Ribeirão Preto (1949)**. Franca, 2000. 247 p. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/items/c60d0aaa-8f2d-40a0-9329-9b55a0f14802>. Acesso em: 27 mai. 2024.

Branco, Eurico Gaspar Dutra não conta com biografias sobre a sua trajetória política completa. Ao elencar os dois trabalhos que avaliou serem os mais emblemáticos sobre o ex-presidente do Brasil, Pomar pontuou que os seus respectivos autores preferiram dar "toda a ênfase" ao triunfo eleitoral de Dutra – sob a conjuntura de derrocada da ditadura varguista e do retorno das eleições livres de dezembro de 1945 – do que escrever sobre os cinco anos posteriores nos quais esteve à frente da Presidência (POMAR, 2002, p. 26).

Nesse sentido, essa espécie de memória oficial e laudatória, que tende a guarnecer a imagem política do presidente Dutra, acaba por mitificá-lo em torno dos novos alicerces democráticos do país, inaugurados com a sua vitória nas urnas. Vale lembrar que a sua eleição não só se deveu ao golpe orquestrado contra Vargas como também se aproveitou da indicação decisiva do próprio ditador desposto, conforme detalha Paulo Brandi, em seu verbete sobre Getúlio Vargas, no *Atlas Histórico do Brasil*:

O manifesto, assinado em 25 de novembro, foi lido por Hugo Borghi¹⁰⁵ no comício de encerramento da campanha de Dutra, no dia 27. A diretiva de apoio a Dutra ficou conhecida como o “ele disse”: “O momento não é de nomes, mas de programas e de princípios. (...) O general Eurico Gaspar Dutra, candidato do PSD, em repetidos discursos e, ainda agora, em suas últimas declarações, colocou-se dentro das idéias do programa trabalhista e assegurou a esse partido garantias de apoio, de acordo com as suas forças eleitorais. Ele merece, portanto, os nossos sufrágios.” No final do documento, Getúlio salientava o caráter circunstancial de seu apoio a Dutra: “Estarei ao lado do povo, contra o presidente, se não forem cumpridas as promessas do candidato.” (BRANDI, 2023).

Contudo, retomando a análise de Pedro Pomar acerca da "mitificação de Dutra", grande parte das suas promessas eleitorais em torno do suposto advento da "redemocratização" não se viram cumpridas durante o seu exercício presidencial. Na realidade, diante de uma parcela significativa do apoio que recebeu com o aceno de Vargas e sua base de apoio trabalhista, a classe operária não se viu representada; pelo contrário, ela foi sistematicamente perseguida. Nesse sentido, o autor chega a

¹⁰⁵ Empresário da indústria do algodão de sucesso ascendente nos anos 1940, tendo se beneficiado tanto da conjuntura econômica da II Guerra Mundial quanto das vantajosas relações que teceu com o governo. Convidado pelo então ministro da Fazenda, Artur de Sousa Costa, a articular uma frente de apoio a Vargas contra as constantes investidas da oposição em 1945, tornou-se um dos grandes líderes do Movimento Queremista, auxiliando não só com apoios financeiros como também com investimentos na indústria da comunicação, como a compra de uma cadeia numerosa e significativa de estações de rádio. Com a deposição de Vargas, manteve-se fiel ao ditador e, inclusive, entrevistou junto de Dutra contra a iminente deportação de Vargas. Por vontade do getulismo, ofereceu apoio decisivo à campanha presidencial do general. Participou da Assembleia Constituinte de 1946 como presidente do PTB de São Paulo, no entanto, a sua carreira política foi atravessada por muitas derrotas eleitorais, desencontros de alianças e trocas de partido. Cf. MAYER, Jorge Miguel; COSTA, Marcelo. Borghi, Hugo. In: Centro de pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: FGV, 2009. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/borghi-hugo>. Acesso em: 28 mai. 2024.

caracterizar o primeiro governo da “redemocratização” como “semiditatorial”, sendo um regime de “exacerbado caráter policial-terrorista” (POMAR, 2002, p. 20-23).

Por outro lado, Pomar sinaliza que essa política de segurança agressiva não é o único campo de análise para um retrato geral do governo Dutra. Considerando a conseqüente aproximação que ocorreu entre o Brasil e os EUA devido à boa impressão da Campanha da FEB perante os objetivos dos Aliados, o Brasil tornou-se um aliado fundamental para os EUA na América do Sul. Dado o gradual interesse de Dutra por uma cooperação militar e aliança política com os ianques a partir da II Guerra (MALIN, 2023), tanto o golpe militar de 1945 quanto a vitória eleitoral do general significaram, no contexto geopolítico

o completo alinhamento do Brasil aos interesses políticos, militares e diplomáticos norte-americanos, dentro dos padrões da Guerra Fria. Há evidências de que o governo Dutra cumpriu um papel importante na ampliação e consolidação dos laços existentes entre as classes dominantes brasileiras e os EUA. São provas contundentes disso a atuação de Oswaldo Aranha como secretário-geral da ONU (na condição de patrono da criação de Israel, em 1948), o rompimento de relações diplomáticas com a URSS em outubro de 1947 e as facilidades criadas para remessa de lucros ao exterior (POMAR, 2002, p. 30-31).

Sendo assim, a conjuntura geopolítica da Guerra Fria encontrou um país de porteiras abertas para a sua total influência. A política de segurança e as relações exteriores, entretanto, não foram os únicos campos influenciados. No âmbito da economia, o Estado brasileiro abriu-se significativamente às exigências do capital estrangeiro, o que representou a inversão da política econômica nacionalista e trabalhista, característica de Vargas, para uma política liberal e limitante dos direitos conquistados pelo movimento operário. Uma marca do governo Dutra a esse respeito foi o arrocho salarial (POMAR, 2002, p. 24).

Diante do panorama geral que buscamos ilustrar do governo Dutra na obra de Pedro Pomar, voltemos à discussão sobre a “frente de batalha” que se inaugurou dentro da AECB. Ao passo que os associados tidos como “comunistas” defendiam uma mobilização e ação direta dos ex-combatentes pelos seus direitos e por suas demandas sociais, as quais podiam abarcar até mesmo interesses de ordem nacional, os críticos à essa postura politizada e militante se colocaram como “apartidários”, defendendo uma postura nitidamente mais conservadora para os membros da Associação. Para este segundo grupo, os veteranos, então, só deveriam reivindicar assistência, respeito e valorização da memória individual e coletiva de suas lutas na guerra (PIMENTEL, 2011, p. 713-716). Entre acusações, de um lado, de que os

febianos não deveriam esperar de braços cruzados por favores e privilégios dos governantes, e, do outro, de que a figura heróica do ex-combatente não deveria ser explorada para fins partidários, um grande conflito instaurou-se dentro das seções da AECB.

Com isso, a disputa entre essas duas alas, na “frente de batalha” dentro das sedes da AECB, radicalizou-se de maneira tão abrupta que nos chama atenção a terceira página do jornal impresso *Diário Carioca*, edição de 12 de abril de 1949.¹⁰⁶ No canto superior direito, estampa-se o busto do comandante da FEB e, logo abaixo, "A MENSAGEM", exatamente em letras garrafais, assim como a manchete. Em um parágrafo introdutório, a própria matéria ressalta que, após ter entrado para reserva, "Mascarenhas de Moraes se recolheu à vida privada, fugindo de se envolver em questões políticas", no entanto, veio à público com um comunicado direcionado aos "ex-pracinhas".

No primeiro capítulo, observamos como o comandante da FEB sempre prezou por evitar as "maléficas incursões político-partidárias", inclusive, incutindo este mesmo imperativo aos seus subordinados, segundo ele mesmo afirma na mensagem exibida pelo *Diário Carioca*. Só que, após a Campanha da FEB, esta exemplaridade profissional na carreira militar do general pareceu ter o forçado a rever o seu comportamento, principalmente após o seu desembarque em solo brasileiro, onde mais uma “frente de batalha” parecia se levantar contra os expedicionários. Os seus discursos no Monte Gararapes, em Recife, e na sessão especial do Congresso Nacional, após receber as honras de Marechal do Exército, foram dois dos episódios que até então tinham feito Mascarenhas de Moraes defender publicamente a FEB de acusações e insinuações políticas, as quais sugeriam, entre muitas versões, que os seus expedicionários planejavam intervir na política nacional com as suas armas (FERRAZ, 2012, p. 103-104; MORAES, 1984, p. 473).

Mas o comandante da FEB não veio a público para, mais uma vez, apagar qualquer faísca restante desses boatos. Na verdade, munido de valores "patrióticos, apolíticos e fraternais", Mascarenhas de Moraes, "armado da mesma sinceridade e

106 MASCARENHAS de Moraes adverte aos ex-pracinhas. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 12 de abril de 1949. Ano XXII, n. 6377, p. 3. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093092_03&Pesq=%22A%20Imprud%c3%aaancia%20de%20alguns%20delegados%20da%20causa%20expedicion%c3%a1ria%22&pagfis=36349. Acesso em: 26 mai. 2024.

nobreza" com que se revestiu durante a guerra, foi à imprensa "resguardar a memória dos mortos, a vida dos mutilados e dos humildes, todos ex-combatentes, contra a imprudência de alguns delegados da causa expedicionária, que, com propósitos velados", desejavam "desviar as associações dos ex-combatentes". "A MENSAGEM" do comandante da FEB, por conseguinte, consistiu numa crítica aos seus subordinados de outrora, especificamente, a um grupo que estava ocupando as diretorias das várias seções regionais da AECB espalhadas pelo país.

De defensor, Mascarenhas de Moraes passou ao ataque, somando-se a uma ala das Forças Armadas ainda não muito destacada, mas com o seu contingente cada vez mais numeroso e mais atento às atividades dos expedicionários, sobretudo, dentro das associações. O seu comunicado, embora possamos vê-lo a princípio como uma crítica razoável à crescente politização nos interiores da AECB, contém, por seu turno, uma defesa e um ataque não muito explícitos, senão observarmos com a devida acuidade da conjuntura histórica em questão. Imediatamente depois de mencionar sobre a pretensão de "alguns delegados da causa expedicionária" de "desviar as associações dos ex-combatentes", o general apresenta qual deveria ser a orientação política a guiar a AECB, sendo "eminente cívica e essencialmente restrita à sobrevivência", segundo ele, "de nossas glórias, à assistência aos nossos camaradas e às suas famílias, à veneração e respeito aos que morreram ou foram mutilados". Por fim, ele apela para qual não deveria ser a mobilização dos veteranos:

Somos os brasileiros que, nas terras e nos céus de Itália, nas águas e nos céus do Atlântico, muito e muito fizeram pela honra e soberania do Brasil, pela liberdade e direitos do homem e das nações. Nem por isso, no entanto, podemos explorar o título de ex-combatente para conduzirmos os problemas magnos da Nação, entrechocando-nos com os partidos políticos e intervindo em querelas internacionais.

A respeito da "MENSAGEM", transcrita pelo *Diário Carioca*, podemos ler de duas formas. De um lado, o comandante da FEB está somente advertindo os "ex-pracinhas" dos "perigos que corre a sua Associação". De outro, tendo em vista as discussões expostas em Pimentel, Mascarenhas está se posicionando e tomando o lado contra a "manobra dos vermelhos", expressão usada no editorial do jornal, na edição do dia seguinte.¹⁰⁷ Ainda segundo a opinião do *Diário Carioca*, os

107 OS comunistas e os "pracinhas". *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 13 de abril de 1949. Ano XXII, n. 6378, p. 4. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093092_03&Pesq=%22A%20Imprud%20c3%aancia%20de%20alguns%20delegados%20da%20causa%20expedicion%20a%20lria%22&pagfis=36362. Acesso em: 26 mai. 2024.

comunistas também conseguiram se infiltrar na Associação dos ex-Combatentes. Não conseguiram, porém, dominar como pretendiam, por haverem encontrado forte repulsa da maioria dos “pracinhas”. Apesar disso, continuam lá dentro, no trabalho de sapa, esperando uma oportunidade para o golpe.

Dessa maneira, além de reproduzir novamente um grande trecho do que escreveu Mascarenhas de Moraes, o jornal qualifica como "oportuna" a sua mensagem pública.

Por esse mesmo caminho seguiu o *Correio da Manhã*.¹⁰⁸ Além de ter transcrito a íntegra do comunicado escrito do comandante da FEB no dia 12¹⁰⁹, este outro jornal emitiu também a sua opinião no dia seguinte, na qual, por sua vez, há uma evocação mais precisa do que Mascarenhas de Moraes quis dizer. De acordo com o *Correio da Manhã*, a "mensagem do general Mascarenhas de Moraes é especialmente definidora dos objetivos das associações de ex-combatentes". Ora, é muito importante virar a página e observar a opinião do jornal, porque assim podemos dimensionar o que há nas entrelinhas da veiculação do comunicado público do general febiano. Ele não só se posicionou contra as mobilizações políticas de ex-combatentes por pautas concernentes à AECB e ao cenário nacional, mas também apresentou e defendeu exatamente a plataforma política da “ala apartidária” na Associação, a essa altura, já encabeçada pelo seu velho conhecido da Seção de Operações do EM-FEB, o coronel Humberto de Alencar Castello Branco, eleito presidente dela, em 1947. O "espírito legalista" de Mascarenhas, alinhado com as mais “nobres virtudes apolíticas” da profissão militar, não poderia ter sido mais “eloquente” em sua demagogia.

A narrativa que Pimentel nos oferece, na parte final de seu artigo, permite acompanhar o desenvolvimento de alguns episódios os quais, não só elevaram mais e mais o embate ideológico entre os associados, mas também findaram a ação comunista que vinha persistindo dentro da AECB e suas seções. Em primeiro lugar, é importante ressaltar previamente que a “ala politizada” da Associação era minoritária, em termos absolutos entre os membros das seções, além de que, a partir dessa minoria a qual defendia um engajamento político dos veteranos, nem todos

108 DESCARACTERIZAÇÃO. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 13 de abril de 1949. Ano XLXVIII, n. 17198, p. 2. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_05&Pesq=%22A%20Imprud%e3%aaancia%20de%20alguns%20delegados%20da%20causa%20expedicion%e3%a1ria%22&pagfis=46710. Acesso em: 26 mai. 2024.

109 CRIME contra a dignidade dos expedicionários. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 12 de abril de 1949. Ano XLXVIII, n. 17197, p. 2. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_05&Pesq=%22A%20Imprud%e3%aaancia%20de%20alguns%20delegados%20da%20causa%20expedicion%e3%a1ria%22&pagfis=46694. Acesso em: 26 mai. 2024.

eram comunistas e ligados ao PCB. É importante esclarecer desde já que os comunistas sempre enfrentaram uma desvantagem numérica em suas ações, o que fez disto uma das razões para investir tanto no controle da AECB - era primordial virar a gangorra e, pelo menos, trazer um número cada vez maior de febianos para a luta política. Em segundo lugar, já mencionado anteriormente, os pecebistas, de fato, tinham pretensões político-partidárias em sua penetração na Associação (PIMENTEL, 2011, p. 721-722).

Na esteira do barulho cada vez mais estridente dessa minoria comunista, dois eventos merecem o destaque de suas menções: a recusa do Teatro Municipal do Rio de Janeiro em ceder o seu espaço para a Convenção Nacional da AECB, em setembro de 1947, e a prisão, no final deste mesmo ano, de um dos diretores da seção fluminense, Salomão Malina (PIMENTEL, 2011, p. 717-719). Ora, ambas as ocorrências podem ser resumidas em um termo: anticomunismo. Realmente, com um número crescente de comunistas sendo nomeados para cargos nas diretorias da AECB, a boataria em torno de um "comunismo internacional", a partir da Associação e sua Convenção daquele ano, começou a prosperar com mais rigor - e histeria - no interior do governo Dutra e nos círculos do oficialato das Forças Armadas (FERRAZ, 2012, p. 261). Baseado na conjuntura nascente da Guerra Fria, Pimentel levantou a hipótese de que provavelmente o Teatro Municipal tenha suspenso a permissão para a realização do evento da AECB acreditando na veracidade desses boatos. Apesar de todos os percalços, a Convenção terminou por acontecer e, conseqüentemente, enfraquecida de apoio de figuras que seriam importantes, como certas autoridades militares e políticas do governo. Mas muitos comunistas marcaram presença, como Maurício Grabois, deputado pecebista, o que só agravou a série de acusações da Associação ser um “antro vermelho” no Brasil (PIMENTEL, 2011, p. 717-718).

Dessa forma, não tardou para que a Lei nº 38/1935¹¹⁰ fosse oportunamente acionada: Salomão Malina, nome importante dentro da diretoria da AECB-DF e do Conselho Nacional, foi preso. A alegação foi de que ele teria apresentado resistência contra o fechamento de seu próprio jornal, um veículo de imprensa comunista, infringindo a Lei de Segurança Nacional. Entre a “ala politizada” e os comunistas engajados nas AECBs, a comoção e a revolta tomaram conta, resultando na

110 Conferir a íntegra da Lei nº 38, de 4 de abril de 1935, disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-38-4-abril-1935-397878-republicacao-77367-pl.html>. Acesso em: 26 mai. 2024.

mobilização de uma homenagem ao ex-combatente comunista detido, nas dependências da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) (PIMENTEL, 2011, p. 719-720).

Os dois anos que se seguiram foram a consumação da derrocada comunista dentro dos limites da AECB. Ainda no fim de 1947, após a prisão de Malina, novas eleições foram convocadas para o Conselho Nacional, as quais elegeram a chapa Humberto Castello Branco e Sampaio de Lacerda, o primeiro, presidente, e o segundo, primeiro-secretário.¹¹¹ Embora a chapa eleita tenha batido a concorrência, de última hora, da chapa comunista de Henrique Oest¹¹² e Jacob Gorender, demarcou-se a efetiva entrada de cada vez mais membros anticomunistas nas esferas diretoras da Associação, o que se traduziu no citado enfraquecimento dos comunistas pelos próximos anos (PIMENTEL, 2011, p. 720-721).¹¹³

Diante da institucionalização da repressão ao comunismo e suas figuras, cuja intenção imediata foi tornar o PCB definitivamente ilegal, o que aconteceu em 1948¹¹⁴, a direção das AECBs transformou-se em uma extensão de influência dos militares, profissional e pessoalmente envolvidos na causa anticomunista. Em entrevista a Ferraz, em 1999, Jacob Gorender afirmou que o próprio Ministério da Guerra do governo Dutra estava se encarregando desse novo alinhamento na Associação (FERRAZ, 2012, p. 267).

111 A articulação dessa chapa eleita foi fruto de conversas em uma reunião do Clube Militar, sob a presidência de Castello Branco, em 1947. Inicialmente, a reunião pretendia satisfazer os anseios anticomunistas de um grupo de oficiais da ativa, que queriam fundar uma nova associação de veteranos. No entanto, Oswaldo Aranha, que já havia presidido o Conselho da AECB, o tenente-coronel João Carlos Gross e o major e deputado pecebista, Henrique Cordeiro Oest, juntaram-se para esfriar os ânimos e convencer o coronel Castello Branco de abandonar tal iniciativa, a fim de não agravar ainda mais a desunião entre os ex-combatentes (SILVEIRA, 2001, p. 248-249; PIMENTEL, 2011, p. 719).

112 Infante, integrado às fileiras do Exército desde 1922, foi um dos participantes da Revolta de 5 de julho de 1922, o que resultou em sua expulsão da instituição militar. Após lutar ao lado dos “revolucionários” do movimento político-militar de 1930, foi readmitido no Exército. Integrou o movimento comunista da Aliança Nacional Libertadora (ANL), sendo punido disciplinarmente por isso no Exército, com prisão por 20 dias. Somou-se aos combatentes da FEB, comandando o 2º Batalhão do 6º Regimento de Infantaria. Esteve presente na Assembleia Constituinte de 1946 como suplente filiado ao PCB. Sofreu com a ilegalidade decretada aos pecebistas, tendo o seu mandato cassado, em 1948. Envolveu-se no núcleo militar do MMC, em 1955, e sete anos depois, elegeu-se segundo suplente de deputado federal. O Ato Institucional n 1, em abril de 1964, cassou o seu mandato, o que o fez decidir pelo exílio no Uruguai. Cf. CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. Oest, Henrique Cordeiro. In: _____. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: FGV, 2009. Disponível em: <https://www.18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/oest-henrique-cordeiro>. Acesso em: 28 mai. 2024.

113 Segundo narra Silveira, Castello Branco, num primeiro momento, mostrou-se bastante descontente com Oswaldo Aranha e João Carlos Gross por “envolvê-lo em uma disputa de caráter político” ao ser eleito presidente da AECB, contudo, posteriormente, ele admitiu ter sido “uma excelente experiência”. Na verdade, Castello Branco gostou tanto que se tornou um dos representantes da seção do Ceará, no Conselho Nacional. Ainda de acordo com o veterano-autor, o então coronel “participou ativamente na luta para que a Associação não assumisse nenhuma política partidária, dedicando-se inteiramente à causa dos ex-combatentes, sem distinção de credo ou filiação partidária” (SILVEIRA, 2001, p. 249-250).

114 Pomar, ao tratar do contexto de estreitamento entre militares brasileiros e militares estadunidenses ao longo da Campanha da Itália, sublinha a figura do coronel Castello Branco como testemunha decisiva no processo de cassação do registro do PCB (BICALHO, 1980, p. 15 e 128 apud POMAR, 2002, p. 31).

A derrota dos comunistas também pode ser encarada por outra perspectiva. Afinal, conforme enfatizamos acima, é importante lembrar que eles nunca foram maioria entre os associados, muitos menos expressivamente apoiados por eles. A luta política e a consequente polarização ideológica nos interiores das seções impregnaram tanto o funcionamento mais prático da Associação que a sua função mais fundamental, a de assistência e representação dos veteranos mais necessitados, foi desvirtuada, quando muitos deles contavam com estes apoios. Silveira, ao avaliar positivamente a direção de Castello Branco e fazer coro à uma certa demagogia “apartidária”, aponta para uma consequência que nem o coronel febiano conseguiu evitar:

Passado o período de Castelo Branco, outros o sucederam, mas as articulações políticas continuaram. Os ex-combatentes que não desejavam envolver-se em militância política e partidária foram se desligando do quadro da Associação, abandonando-a por completo (SILVEIRA, 2001, p. 249).

Logo, com muitos comunistas tendo assumido cargos diretores, sobretudo, nesses primeiros anos, o descontentamento em relação a esta “frente de batalha” instalada no seio da AECB só contribuiu para fortalecer a contraofensiva dos “apartidários”, liderada pelos anticomunistas, e tornar ainda mais árdua a “Campanha de Reintegração”:

O fato de os "comunistas" levarem para dentro das associações problemas da nação e vice e versa, nunca agradou aos associados, pelo contrário, quanto mais se acirrava a disputa pelo controle da Associação, mais os expedicionários, alheios a essas questões, se afastavam. Muitos ex-combatentes apenas frequentavam aquele espaço, a fim de buscar auxílio para suas dificuldades, fossem elas físicas, psicológicas, financeiras ou até mesmo para desfrutar do convívio social que as associações proporcionavam. A militância comunista pouco ocultada, de alguns setores, contribuiu muito para a antipatia dos demais companheiros; embora tenha havido ex-combatentes comunistas que evitaram misturar as lutas de seu partido com as dos veteranos. Outro motivo primordial desse distanciamento foi o fato, de pouco ter sido feito por esses comunistas em relação aos ex-combatentes necessitados, mesmo quando ocupavam as diretorias, não se preocupando em conquistar a maioria silenciosa de afiliados (PIMENTEL, 2011, p. 721-722).

A respeito desse grande imbróglie que se deu na AECB e suas principais seções, Pimentel acredita que ele foi só o prenúncio do que ainda estava por vir nas próximas décadas, quando a própria instituição militar viveria fortes cisões entre suas Forças e hierarquias devido ao acirramento das polarizações ideológicas do avançar da Guerra Fria (PIMENTEL, 2011, p. 723). Só que, transportada essa batalha de ideias e ações da AECB para o Exército, Marinha, Aeronáutica e Governo Federal, os desenrolares, os objetivos e as consequências em jogo seriam muito mais comprometedoras para o país, tendo em vista 31 de março de 1964.

2.2.3 - A “Campanha de Reintegração”: breves considerações sobre a legislação dos ex-combatentes

No tocante à legislação desenvolvida para os ex-combatentes do Brasil, é preciso pontuar que essa foi uma “frente de batalha” muito maior do que as escaramuças político-ideológicas entre ex-combatentes dentro do universo das associações, conforme analisamos acima. A reivindicações de veteranos por leis de amparo foi delineada muito mais por um embate entre cidadãos-soldados e Estado.

Em virtude do que pude conferir acerca desse fundamental âmbito do processo de reintegração social dos expedicionários, *A FEB por um soldado* demonstrou um estudo conciso e objetivo de uma “batalha” que perdurou por muitos anos. Joaquim Xavier da Silveira, primeiramente, busca enfatizar o paradoxo de terem sido criadas leis demais sem que o retorno aos ex-combatentes tenha sido condizente. De acordo com o levantamento produzido por José Luiz Ribeiro de Melo, um ex-combatente de guerra da Marinha do Brasil, até 1978, pode-se ser contabilizada a marca de 288 dispositivos legais referentes aos ex-combatentes (RIBEIRO DE MELO, 1978 apud MORAES, 1984, p. 239).¹¹⁵ Apesar do número um tanto elevado, grande parte dessas leis demonstrou falta de *flexibilidade e praticidade* - duas palavras muito salientadas pelo veterano-autor (SILVEIRA, 2001, p. 239-241).

O próprio marechal Mascarenhas de Moraes dedicou parte de sua vida, depois da guerra, a reivindicar uma legislação mais concisa e simples, de modo que amparasse os veteranos necessitados em suas demandas mais urgentes e específicas. Quem narra essa iniciativa de Mascarenhas é o general Meira Mattos, que em seu trabalho biográfico citado por Silveira¹¹⁶, conta que o marechal chegou até a elaborar um projeto de lei e ganhar a promessa de que o presidente em exercício, Jânio Quadros, encaminharia ao Congresso. Contudo, o seu esforço de contribuir em relação à situação dos expedicionários se frustrou com a renúncia deste

115 O número total obtido por Ribeiro de Melo considerou levantamentos até o ano de publicação do seu estudo, em 1978. Destarte, o ex-combatente reuniu, dos 288 dispositivos legais, 81 leis, 56 decretos-lei e 62 decretos, todos federais, além de outras 89 leis estaduais (RIBEIRO DE MELO, 1978 apud SILVEIRA, 2001, p. 239). Cf. RIBEIRO DE MELO, José Luiz. *A legislação do ex-combatente*. Rio de Janeiro, Editora Expedicionário, 1978.

116 Cf. MATTOS, Carlos de Meira. *O Marechal Mascarenhas de Moraes e sua época*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1983.

presidente, e a instabilidade política que se seguiu (MATTOS, 1983, p. 285 apud SILVEIRA, 2001, p. 239).

A primeira lei da legislação do ex-combatente foi o Decreto-lei nº 7.270, de 25 de janeiro de 1945, que, embora sancionado antes do fim da II Guerra e, portanto, ainda sob a existência da FEB, previu atender aos casos de invalidez ou incapacidade física dos militares das Forças Armadas. É importante reparar também que este dispositivo não especificou nenhum tratamento aos combatentes febianos. Com isso, nasceu a Comissão de Readaptação de Incapazes das Forças Armadas (CRIFA), uma iniciativa que se dispunha a dar os primeiros passos da reintegração social destes militares, fossem expedicionários ou não (SILVEIRA, 2001, p. 239).

Em artigo da *Revista do Exército Brasileiro*, os pesquisadores Carlos Alexandre de Almeida Costa e Cláudio Skora Rosty apresentam o procedimento padrão dessa instituição criado pelo incipiente processo de reintegração:

A CRIFA foi criada para tratar dos incapazes, particularmente dos expedicionários, a fim de readaptá-los à vida na sociedade. Para isso, ela exige uma apresentação dada pela Seção Especial da FEB, do Ministério da Guerra. Envia, então, o ex-militar para o Hospital Central do Exército (HCE), onde deve ser submetido a exames laboratoriais e de junta médica. Caso seja considerado capaz de ser readaptado, a CRIFA deve mandar que sejam feitos os treinamentos necessários à recuperação de sua antiga profissão ou à aquisição de uma profissão nova. A CRIFA deve providenciar para que o ex-militar obtenha trabalho compatível com suas aptidões. Um ano depois de empregado, se tudo correr bem, será então considerado readaptado (COSTA; ROSTY, 2021, p. 69).

Segundo os estudos citados por Silveira do veterano coronel Manoel Thomaz Castello Branco¹¹⁷, dos 500 pacientes internados na CRIFA, só 20 conseguiram completar com sucesso os tratamentos de readaptação, revelando o total fracasso desse programa (CASTELLO BRANCO, 1960, p. 541 apud SILVEIRA, 2001, p. 243). Diante das duas únicas gestões que perpassaram o tempo de funcionamento dessa instituição, Silveira aponta para algumas causas em que ajudam a explicar esse sério revés na “Campanha de Reintegração” dos febianos:

Se na primeira [gestão], tanto a disciplina quanto a administração tinham conotações de uma certa tolerância, a segunda caracterizou-se por uma disciplina mais rígida. Nem uma nem outra, porém, conseguiu evitar conflitos entre os pacientes e a administração; havia um constante clima de descontentamento, o que prejudicou os resultados que se esperavam dessa entidade. É importante no entanto levar-se em conta que os pacientes internados, e mesmo os que, em regime ambulatorio, lá faziam tratamento de readaptação, eram portadores de neurose, sem condições de voltar ao convívio social normal (SILVEIRA, 2001, p. 242).

117 Cf. CASTELLO BRANCO, Manoel Thomaz. *O Brasil na II Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1960.

O veterano-autor, por outro prisma, também salientou que houve considerável intransigência por parte dos próprios internos, os quais pareciam não confiar na capacidade e no trabalho dos profissionais envolvidos na recuperação. Em outros casos, era possível perceber também a falta de objetivo dos pacientes em alcançar a sua readaptação, corroborando para o alongamento de sua internação, quando não simplesmente desistiam e retornavam ao convívio social da maneira prejudicada em que estavam (SILVEIRA, 2001, p. 243).

Costa e Rosty, por outro lado, apontam que essa grande evasão de internos na CRIFA também se deveu à possibilidade do ex-combatente, diagnosticado na condição de incapaz ao serviço militar, retomar as suas atividades civis mediante o recebimento de 50% das vantagens previstas pela sua reforma em graduação (praças) e posto (oficiais) subsequentes de quando estava na ativa, conforme previsto pelo artigo 9º Decreto-lei nº 8.795/1946.¹¹⁸ Desse modo, segundo os autores, muitos veteranos acharam mais vantajoso voltarem ao convívio normal com metade dos vencimentos da reforma garantidos do que se submeterem aos tratamentos de readaptação previstos pela lei (COSTA; ROSTY, 2021, p. 73).

Se a CRIFA é pouquíssimo evocada como objeto de estudo até hoje, é possível imaginar que tenha sido ainda mais desconhecida pelos veteranos, durante a sua “Campanha de Reintegração”. De acordo com a conclusão de Costa e Rosty, o malogro da CRIFA entre os ex-combatentes também pode ser observado por uma questão de acesso físico aos seus serviços:

A esmagadora maioria dos expedicionários, por todo o Brasil, pouco ou nada sabia da existência da CRIFA. Criada para atender a todos os incapazes desde que preenchessem os requisitos da lei, ficou isolada no Rio de Janeiro, desconhecida ou inacessível aos veteranos incapacitados no resto do país. Dessa forma, não realizou a contento suas funções legais (COSTA; ROSTY, 2021, p. 76).

Em 1975, a CRIFA foi extinta pelo general-presidente Ernesto Geisel.

Além do Decreto-lei nº 8.795, sendo a primeira lei referente especificamente ao ex-combatente prejudicado fisicamente pelos combates de guerra, Silveira destaca outras leis que surgiram para amparar os febianos. O Decreto-lei nº 8.794, também de 23 de janeiro de 1946¹¹⁹, por exemplo, garantiu o direito aos benefícios do ex-combatente falecido em combate para os seus herdeiros, considerando o

118 Conferir a íntegra do Decreto-lei nº 8.795, de 23 de janeiro de 1946, disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/De18795.htm. Acesso em: 27 mai. 2024.

119 Conferir a íntegra do Decreto-lei nº 8.794, de 23 de janeiro de 1946, disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/De18794.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%208.794%2C%20DE%2023%20DE%20JANEIRO%20DE%201946.&text=Regula%20as%20vantagens%20a%20que,teatro%20de%20opera%C3%A7%C3%B5es%20da%20It%C3%A1lia.. Acesso em: 27 mai. 2024.

princípio da promoção *post mortem*.¹²⁰ Já a Lei nº 2.579, promulgada em 1955¹²¹, surgiu para amparar os ex-combatentes que desenvolveram doenças por conta da guerra, já que "alguns não tinham condições para se hospitalizar, nem eram enquadrados pela Previdência como vítimas de acidente de trabalho" (SILVEIRA, 2001, p. 244). Quase uma década depois é que os veteranos invalidados obtiveram assegurada a sua garantia legal de receber uma pensão especial do governo, a partir da Lei nº 4.242, de 17 de julho de 1963¹²², com a condição de não poderem acumular outros benefícios advindos da União.

Por fim, Silveira traz a conclusão de que, passados muitos e muitos anos, os ex-combatentes finalmente conseguiram as mínimas garantias legais de amparo do poder público. Todavia, é importante sublinharmos as respectivas datas de cada dispositivo legal, observando os intervalos de tempo entre uma e outra, tendo em vista que as demandas dos febianos eram das mais urgentes. Houve muitos casos de erros, quando os textos dessas legislações não eram flexíveis o bastante para conceder os devidos benefícios a certo veterano porque ele não preenchia exatamente os requisitos previstos na lei. O caso do 2º sargento Felipe N. Salomão, notado por Silveira, ilustra bem a problemática dessa legislação:

Um soldado do 11.º RI, ferido por mina, teve um olho vazado por estilhaço, com perda total de visão, e outro com perda parcial. Como não ficou cego totalmente, não foi considerado inválido e, portanto, sem direito à reforma. Levou dois anos para ter o seu direito reconhecido e receber o soldo de reformado. A matéria foi regulada pelo Decreto-lei n.º 8795, de 23 de janeiro de 1946 (SILVEIRA, 2001, p. 244).

Apesar de não se referir exatamente a constituição da legislação dos ex-combatentes, outra nuance que também vale mencionar acerca da “frente de batalha” entre veteranos e o Estado brasileiro foi uma notável demora deste em se sensibilizar e organizar a transladação dos corpos de combatentes brasileiros que tombaram e foram enterrados na Itália para o Brasil. Além da questão da legislação, o regresso dos febianos mortos em combate ao Brasil foi outra missão encabeçada pelo marechal Mascarenhas de Moraes, o que o fez somar esforços e presidir, em

120 Este princípio de promoção se encontrou no 2º artigo do Decreto-lei 8.795, prevendo que o febiano ferido e incapacitado em campo de batalha fosse automaticamente promovido ao posto (oficiais) ou graduação (praças) seguinte da cadeia hierárquica militar, sendo, por isso, reformado e pensionado (SILVEIRA, 2001, p. 243).

121 Conferir a íntegra da Lei nº 2.579, de 23 de agosto de 1955, disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L2579.htm#:~:text=LEI%20No%202.579%2C%20DE%2023%20DE%20AGOSTO%20DE%201955.&text=Concede%20amparo%20aos%20ex%20integrantes,definitivamente%20para%20o%20servi%C3%A7o%20militar.. Acesso em: 27 mai. 2024.

122 Conferir a íntegra da Lei nº 4.242, de 17 de julho de 1963, disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4242.htm#:~:text=LEI%20No%204.242%2C%20DE%2017%20DE%20JULHO%20DE%201963.&text=Fixa%20novos%20valores%20para%20os,Investimentos%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAsncias.. Acesso em: 27 mai. 2024.

1952, a então criada Comissão de Repatriação dos Mortos do Cemitério de Pistóia, referente ao cemitério militar onde foram enterrados os corpos dos brasileiros combatentes. Outro militar que teve grande contribuição à frente da Comissão foi o general Cordeiro de Farias, articulando para que aeronaves da FAB cuidassem dessa delicada missão (SILVEIRA, 2001, p. 251-252).

Somente no fim de 1960, 15 anos depois do final da II Guerra, é que as urnas com os corpos dos expedicionários retornaram à sua terra natal, com destino final ao recém-construído Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial, localizado no Aterro da Glória, na cidade do Rio de Janeiro. Na solenidade de inauguração, que marcou o cumprimento da “obra de comandante da Força Expedicionária” (MORAES, 1984, p. 584), sob a presença de militares das Forças Armadas, de ex-combatentes e do então presidente Juscelino Kubitschek, Mascarenhas proferiu, em discurso:

Nenhum outro espírito que não o *nacional* vingou entre os expedicionários brasileiros no ardor da luta, no lazer da vitória ou fastígio da glória. Senhor Presidente: A presença de Vossa Excelência a este histórico evento dá o justo realce às homenagens que renderemos aos nossos gloriosos mortos. Vinculados pelos *elos de disciplina no quadro fiel da democracia*, o marechal e o soldado - extremos de hierarquia - têm a honra de depor nas mãos nobres de Vossa Excelência a urna do Soldado Desconhecido, que representa a bravura e a dignidade dos nossos combatentes de terra, mar e ar (MORAES, 1984, p. 589, grifos nossos).

O comandante da FEB, acompanhado de outros expedicionários, entregou a primeira urna ao presidente da República, contribuindo para a forte simbologia do monumento. O discurso do marechal não podia ter sido mais ufanista em relação ao sacrifício feito pelos febianos que tomaram em combate, o que era apropriado para ocasião. Além disso, em uma primeira leitura, ao contrário de outros discursos patrióticos de Mascarenhas, podemos não notar nenhuma clara defesa política da FEB contra as insinuações com que sofreu durante e logo depois do seu regresso ao Brasil. Afinal, passados 15 anos, talvez, isso não fosse mais uma preocupação. Porém, há marcas características do “espírito legalista” de Mascarenhas, as quais grifamos acima.

Embora essa possa ser observada como uma questão de memória, considerando as disputas político-ideológicas inauguradas na “frente da batalha” da AECB, tratava-se de um eminente porta-voz da “ala apartidária”, discursando na solenidade da maior homenagem que qualquer febianos poderia receber do Estado. O espírito, “que não o nacional”, e os “elos de disciplina no quadro fiel à democracia” seriam os legados dessa memória evocada da FEB que, algum tempo

depois, inspirariam o “espírito legalista” de união militar das Forças Armadas pelo golpe de Estado de 31 de março de 1964.

Considerações Finais

Diante do diagnóstico de que a historiografia nacional tinha produzido pouco acerca da Força Expedicionária Brasileira e seus expedicionários e de que, portanto, isto era uma das justificativas para esta pesquisa, a primeira consideração para esta monografia pode ser a incorporação dessa justificativa como um dos objetivos: falamos muito da FEB, com destaque, as preliminares e o decorrer da Campanha da Itália. Dessa maneira, é importante revelar que, a princípio, não esperava me concentrar sobremaneira nesses dois períodos da FEB, mas, sim, no seu ligeiro fim e nos primeiros anos pós-guerra. Como principal hipótese, a minha grande preocupação foi analisar o Aviso Ministerial nº 217-185 como a grande referência da história da FEB, entretanto, ao encarar essa perspectiva, tive de reconsiderar os demais objetivos e a própria metodologia da pesquisa. No fim das contas, tornou-se imprescindível investigar os anos anteriores ao 6 de julho de 1945, a começar pela própria análise biográfica do comandante da FEB a que submeti esta monografia.

Os admiradores e o próprio Mascarenhas pintam-no como um militar apolítico e um exemplo de legalista. Inclusive, essa é a tônica de sua narrativa ao longo de toda a autobiografia até ser convidado por Dutra a comandar a FEB. Porém, depois da guerra, essas duas "nobres virtudes" militares parecem adotar outros critérios. Em suas *Memórias*, ao narrar o tempo em que permaneceu preso pelos "revolucionários" de outubro de 1930, o autor deixa escapar uma reflexão comparativa. A dita "Revolução" de 1930 foi, pela primeira vez, um movimento de proporções nacionais o qual teve sucesso, só que a custo de uma divisão dentro das Forças Armadas. Quanto a esta ponderação, Mascarenhas de Moraes, em seguida, compara o movimento político-militar de 1930 com um outro, 34 anos depois. Segundo o comandante da FEB, em 31 de março de 1964, o Brasil assistiu a mais um exitoso movimento de alcance nacional e que, ao contrário de seu anterior, contou com a unidade das Forças Armadas (MORAES, 1984, p. 92).

De acordo com o que vimos no prefácio da 1ª Edição de *Memórias*, escrito pelo general Carlos de Meira Mattos, em 1969, o "marechal da FEB", ao apoiar a deposição, via golpe militar, de um "governo em completo estado de decomposição, incapaz de continuar o exercício do poder com um mínimo de autoridade", não teria rompido com o seu compromisso perante a "ordem legal" do país (MATTOS, 1984,

p. 3). Aliás, a palavra "ordem" é central no argumento de Meira Mattos, pois ela é o suficiente para justificar a conspiração dos militares como um suposto ato de remanescente da legalidade da autoridade estatal frente ao projeto de "transformar o Brasil numa república sindicalista", encampado por João Goulart e seus aliados (MATTOS, 1984, 2010).

A conclusão aqui não é pôr em dúvida o "espírito legalista" do comandante da FEB, pois a sua referência a 1964 ocorre apenas uma única vez durante toda a sua narrativa estudada nesta pesquisa, além desta conspiração golpista estar fora do nosso principal recorte temporal de análise. Contudo, a justificativa que o marechal utiliza para revestir o seu ideal, presente na sua citação a 1964, sê-nos-á útil aqui, visto que se trata da elucidação de uma marca recorrente em todo o seu relato pessoal das experiências que viveu ao longo da carreira militar. Ademais, há uma relação direta com o tema desta monografia.

A *unidade* a que se refere Mascarenhas de Moraes não é puramente quantitativa. Na verdade, tomando por base os enfoques em *Memórias*, a sua grande preocupação é referente ao oficialato das Forças Armadas. Ora, ele foi formado oficial do Exército justamente em uma época quando a mentalidade do oficialato era justamente encabeçar rebeliões e, depois, "revoluções", cujo objetivo principal era regenerar a política republicana do país, sendo este quadro hierárquico de militares os mais indicados para guiar a nação. De grosso modo, o desejo era "aquartelar" a política nacional. O projeto político do tenentismo sempre foi autoritário e, por isso, intervencionista, o que representou embates com as regras legais vigentes. Havia também elementos de classe envolvidos nessas demandas, já que a maioria dos militares provinha das camadas médias (FERREIRA; PINTO, 2006, p. 13-14), como o próprio marechal-autor, porém, eles não serão centrais aqui. Por mais que Mascarenhas tenha evitado fazer parte desses movimentos ao longo de sua carreira, como um zelo por uma "virtude" apolítica da profissão militar, ele nunca deixou de ser um oficial e, dessa forma, conviveu com outros oficiais, em quartéis do Exército espalhados pelo Brasil (NUNES, 2019, p. 4-6).

Somado a isso, é fundamental nos lembrarmos do "culto a Caxias". Embora tenha sido uma tradição nascente na década de 1920 e aprofundada na década seguinte, como foi o exemplo do então coronel José Pessoa à frente da Escola Militar de Realengo (CASTRO, 1994, 2000), Mascarenhas certamente foi atravessado pelo "culto a Caxias". Conforme vimos, o sintoma de desunião entre os

oficiais era uma preocupação crescente em parte significativa da instituição militar, fazendo com que a invenção de uma tradição e a eleição de um "patrono" representassem os pontapés de uma reforma ideal para reunir os militares em torno de um "novo Exército" (CASTRO, 2000, p. 108).

Destarte, a escolha de Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, fez parte de algo muito maior, o que poderíamos chamar de um projeto de nação do Exército. Além de significar uma mudança de tom na simbologia da instituição, a qual, antes, preferia cultivar a figura mais popular de Manuel Luís Osório, enquanto Lima e Silva fora um aristocrata (CASTRO, 2000, p. 115), o "culto a Caxias", não representava só a unidade militar, mas também a unidade nacional. Nesse sentido, o Duque de Caxias, um nobre destacado no comando de suas missões de grandezas nacionais, como foram as operações de repressão aos movimentos separatistas durante a Regência e grande parte das campanhas da Guerra do Paraguai, simbolizava um "culto à legalidade", a simbiose ideal entre o "novo Exército" e a "nova Nação". Com a invenção da tradição do "Exército de Caxias" e o resgate de aspectos aristocráticos, como a graduação especial de "cadete" e as solenidades em torno do "espadim" (CASTRO, 1994, p. 235-237), os oficiais eram mais do que forjados pela unidade do Exército, porque também eram formados pelo "espírito da legalidade".¹²³ Predestinados hierarquicamente ao comando, é válido refletir, diante destas fortes simbologias, que havia o risco desses "soldados de Caxias" confundirem os meandros entre unidade e legalidade, bem como os limites do Exército e da Nação.

Em virtude de toda essa reflexão sobre a justificativa de unidade do oficialato, apresentada pelo comandante da FEB em suas *Memórias*, a partir do que discutimos nesta monografia, podemos concluir que o "espírito da legalidade"

123 É importante reparar que, apesar do realce das aspas, há uma sutil diferença entre este "espírito da legalidade" e o "espírito legalista", duas expressões que desenvolvi ao longo desta pesquisa. A primeira se refere a um dos principais resultados presentes na aplicação política do ideal de disciplina extrema presentes na tradição inventada do "culto a Caxias", explicitada e esmiuçada por Celso Castro em seu artigo *Entre Caxias e Osório*. Conforme cita o antropólogo, a partir de dois números da revista *A Defesa Nacional*, de 1926 e 1930, respectivamente, para os militares que iniciaram esses ritos de adoração, na década de 1920, Caxias fora um militar tão exemplar que, diante da sensação de "menosprezo dos civis", referindo-se às "tramas enganosas" da política, a inquebrável disciplina de Caxias, mesmo nos momentos em que ele próprio teve de atuar politicamente, nada comprometeu na sua "lealdade" à ordem legal, sendo, portanto, o "baluarte inexpugnável da legalidade" (A DEFESA NACIONAL, 1926, p. 259, 1930, p. 755-756 apud CASTRO, 2000, p. 108). Já a segunda expressão, "espírito legalista", utilizo para se referir exclusivamente às citações que Mascarenhas de Moraes, de modo exaustivo, faz às suas tomadas de decisão perante os episódios de sublevação político-militares que testemunhou, ao longo de sua longa carreira militar no país. Nestas constantes evocações, além de mencionar o caráter apolítico como uma virtude do profissionalismo militar, o marechal-autor sempre enfatiza a sua escolha por respeitar e obedecer a constitucionalidade vigente. Não posso esquecer de pontuar que as aspas também destacam as circunstancialidades presentes nos significados por trás de cada expressão para os seus respectivos referentes.

ultrapassa a própria subjetividade do marechal Mascarenhas de Moraes e incide sobre grande parte das questões políticas que evocamos a respeito da FEB, considerando ainda a centralidade do Aviso Ministerial nº 217-185. Devido ao fato de que a FEB nasceu predominantemente das estruturas do Exército e, por isso, foi apoiada e coordenada por decisões dos principais oficiais militares do país na época, é válido afirmar que houve influência das principais simbologias de dentro da caserna, especialmente, o ideário emanado do culto ao Patrono do Exército, impactando sobre a maneira como os militares conceberam as políticas dentro e fora dos quartéis, com destaque, em um período extraordinário de guerra.

Primeiramente, é fundamental avaliar essa "intercessão de Caxias" nas próprias escolhas de análise que tive de fazer nos capítulos I e II. Enquanto, no primeiro capítulo, a luta pós-guerra perpassou pelos discursos oficiais em solenidades e sessões plenárias do Congresso, em busca da consagração de uma "investidura" de legado individual, no capítulo seguinte, conferimos um cenário de muitas disputas coletivas, como se fosse uma "frente de batalha" de uma "segunda" campanha em solo nacional, a "Campanha da Reintegração". Embora todos os febianos, do general ao soldado, tenham sido impactados com o fim precoce da Força Expedicionária de alguma forma, cada quadro hierárquico (oficiais e praças) lidou de maneira muito distinta às consequências da desmobilização, sendo essa discrepância ainda maior entre militares e civis.

Todavia, há uma particularidade que deve ser mencionada acerca do caso de Mascarenhas de Moraes: o atrito pessoal entre ele e o ministro da Guerra, general Dutra. O fim da cordialidade entre os dois generais nos conduz a considerar que o fim da FEB pode ser observado como muito mais do que uma ação de certos grupos políticos que estavam de olho nas prometidas eleições de 2 de dezembro de 1945. Conquanto a vontade de Dutra de ser o comandante geral da FEB nunca tenha sido pública, bem como a negativa de Vargas quanto a este pedido pessoal (FERRAZ, 2012, p. 54; SILVEIRA, 2001, p. 53), ela acaba tornando-se uma razão para nos levar a imaginar que, diante da preferência presidencial pelo nome de Mascarenhas - justamente pela fama do seu "espírito legalista"¹²⁴ (FERRAZ, 2012, p. 54; SILVEIRA, 2001, p. 54) -, as contradições do governo para com a FEB também se

124 Na seção em que trata justamente da escolha de Getúlio Vargas do general destinado a comandar a FEB, Silveira dedica alguns parágrafos para descrever, elogiosamente, a figura pessoal de Mascarenhas de Moraes, sendo "vocação legalista" uma das locuções adjetivas utilizadas para caracterizar o perfil considerado por Vargas do militar. Distintamente da escrita desta pesquisa, Silveira não usou aspas em sua expressão.

tornaram uma questão pessoal de Dutra.¹²⁵ Abaixo de Vargas, a autoridade sobre o comando expedicionário era exatamente a do ministro da Guerra, para quem o comandante da FEB tinha se tornado *persona non grata* (MORAES, 1984, p. 480).

Ainda assim, é necessário sublinhar que, de modo geral, o oficialato sentiu muito menos os efeitos da exclusão da FEB e da deficiente reintegração social do que os praças. Por mais que o estudo de Silveira tenha procurado enfatizar as reações negativas de muitos oficiais ao súbito fim da FEB, ele próprio não consegue evitar de ponderar que mais negativos foram os impactos sentidos pelos praças, principalmente, os civis transformados em cidadãos-soldados (SILVEIRA, 2001, p. 236-237).¹²⁶ Então, o que busquei retratar foi a grande diferença de cenários pós-guerra existente entre o comandante da FEB e a parte majoritária de veteranos, composta de ex-praças que tiveram de encarar a volta à vida civil com ou sem uma política digna de reintegração social do Estado.

Por fim, ressalto que ainda há um último ponto desta monografia que deve ser considerado. Tanto as distinções entre oficiais e praças quanto entre "soldados de Caxias" e cidadãos-soldados, ambas tuteladas pela força do ideal da tradição do "culto a Caxias", não podem incidir integralmente sobre este tema da desmobilização e os primeiros anos da reintegração dos ex-combatentes. Se insistimos em abordar uma análise da reintegração social e *política* dos veteranos, é porque este último elemento adquire uma dimensão especial em relação aos expedicionários. Ora, quando falamos da grande polarização político-ideológica retumbante dentro das AECBs, foi necessário contextualizar o novo contexto político pós-guerra e descrever as forças políticas em disputa na "Campanha da Reintegração".

¹²⁵ A insistência em mencionar essa situação é essencial para melhor dimensionar o que estava em jogo com a entrada do Brasil na II Guerra Mundial. Uma das hipóteses que carreguei comigo durante esta pesquisa era de que o "quinta colunismo" fora tão influente no Brasil a ponto de, através de autoridades palacianas do Estado Novo, haver uma implícita intenção de prejudicar a Campanha da FEB, visto que esses simpatizantes da causa totalitária eram contra a entrada do Brasil na guerra ao lado dos Aliados. As comparações entre a ideologia oficial da ditadura varguista e o ideário nazifascista são tão comuns entre as fontes e bibliografias que chega a ser intuitivo concluir que a FEB tenha sofrido com isso. Todavia, ao investigar cuidadosamente o antes e o depois da Campanha da Itália, atentando-se para o desenrolar da política externa brasileira, de 1939 a 1942, e a reordenação das forças políticas em torno da "redemocratização", de 29 de outubro de 1945 em diante, não há grande sustentação no argumento de que autoridades simpatizantes ao Eixo boicetaram a FEB por razões puramente ideológicas. Mesmo que haja indícios que realcem alguma proximidade de Dutra e Góis Monteiro com o totalitarismo fascista (MOURA, 1993, p. 180), ambos estavam mais preocupados com as reações que os expedicionários poderiam provocar na política nacional, tendo em vista o temor de que o quererismo triunfasse. No caso específico de Dutra, então, havia uma preocupação particular com alguma iniciativa de Mascarenhas de Moraes à frente da divisão expedicionária já que a sua nomeação viera como "vontade pessoal" de Getúlio Vargas (MORAES, 1984, p. 491).

¹²⁶ No entanto, podemos observar que há um grande esforço de Silveira, ao longo de toda a sua obra, em retratar as questões concernentes ao oficialato, valendo-se, inclusive, de uma ampla bibliografia produzida por oficiais militares. Apesar de ter sido soldado do Pelotão de Transmissões da Companhia de Comando na Campanha da Itália, chama atenção o fato do veterano-autor reverberar tanto uma narrativa institucional de reverência aos oficiais. Ademais, *A FEB por um soldado* foi prefaciado por ninguém menos do que o general Carlos de Meira Mattos.

Até o desembarque de todos os cinco escalões no Rio de Janeiro, o principal temor era de que a FEB fosse utilizada como instrumento de manobra por ambas as partes em disputa: os getulistas consideravam que os expedicionários, aclamados pela vitória ao lado das democracias aliadas, resolvessem aventurar-se em derrubar imediatamente a ditadura do Estado Novo; os grupos da oposição, por sua vez, suspeitavam de que Vargas empregasse uma operação golpista, como último alento ao seu projeto “continuísta” no poder. Eis, então, que o Ministério da Guerra se antecipa e executa uma medida de segurança. Afinal, o general Dutra precisava garantir a validade da sua candidatura à Presidência contra qualquer sombra “continuísta”.

Naturalmente, após o fim das batalhas no Teatro de Operações da Itália e a escolha, por parte do governo brasileiro e de seu comando militar, de não prosseguir na missão de ocupação dos territórios conquistados, a FEB retornaria ao país e seria desincorporada enquanto divisão militar. Ou seja, a desmobilização seria um processo inevitável e, por isso, totalmente esperado. A polêmica que reside no que foi a desmobilização da FEB está em todo o contexto e a forma como foi feita, a partir do Aviso Ministerial nº 217-185, o qual excluiu a divisão expedicionária antes mesmo do seu 1º Escalão, de um total de cinco, desembarcar em solo brasileiro.

Nos termos da lei, transformados os combatentes em conscritos do Exército, a autoridade sobre eles foi transferida do general Mascarenhas de Moraes para o general Dutra, ministro da Guerra. Um ato excepcional e irreversível para os febianos, o que devidamente finca o Aviso Ministerial nº 217-185 como um marco na história da FEB, consumado segundo os interesses de “frentes” de uma outra “guerra”, estabelecida na política nacional:

Ao dissolver a estrutura da FEB ainda na Itália, poderia estar o ministro da Guerra simplesmente tornando mais ágil o retorno dos expedicionários civis às suas famílias e ocupações, e dos expedicionários militares às unidades de serviço. Mas, todas as evidências conspiram contra essa explicação. Na verdade, *as motivações foram fundamentalmente políticas*, e as consequências dessa dissolução e desmobilização apressadas afetaram não apenas *o caráter que a FEB teve na história brasileira recente*, como também *a reintegração social dos expedicionários*, transformados em ex-combatentes (FERRAZ, 2012, p. 106, grifos nossos).

Acontece que, depois da rápida desmobilização do seu comando e dispositivo militar, o perigo febianos passou a se tingir de vermelho, gradualmente. Por um lado, Vargas e os comunistas tinham se aproximado relativamente, sobretudo, com o retorno do PCB à legalidade (RAMOS, 2023; MALIN, 2023;

CALICCHIO, 2023). Por outro, o comunismo também se disseminara entre as fileiras de combatentes e tinha feito adeptos (SILVEIRA, 2001, p. 201).

Nesse sentido, com o golpe militar de 29 de outubro, a posse do general Dutra como presidente da República e a emergência da Guerra Fria, tudo isso pouco tempo depois do fim da guerra contra o nazifascismo, a memória da FEB e a luta dos veteranos pelos seus direitos, nos processos de reintegração social e política, passaram a ser intercedidos pelas constantes politizações e polarizações ideológicas. As seções da AECB transformaram-se na "frente de batalha" - capitalismo versus comunismo, EUA versus URSS, "apartidários" versus "politizados", "patriotas" versus "entreguistas", "democratas" versus "comunistas" e por aí em diante.

Perante o deflagrar dessa nova fase da FEB, a qual ousei denominar *post mortem*, na introdução desta pesquisa, é importante reparar no ponto de confluência entre a "investidura" de um legado e a "segunda" campanha dos expedicionários. Em 1947, já honrado pelo Congresso como Marechal de Exército, Mascarenhas de Moraes declarou publicamente estar preocupado com as "maléficas incursões político-partidárias" experimentadas pela direção nacional da Associação. Com uma análise mais aprofundada no contexto político, expusemos que o comandante da FEB, desde que voltara da guerra, já tinha abandonado a sua "virtude" apolítica, uma vez que esta sua mensagem, veiculada nos principais jornais do país, era uma demagogia clara em favor da ala autodenominada "apartidária", que guerreava contra a "ala politizada" pelo controle da AECB.

Conforme procurei enfatizar aqui, não há a pretensão de confrontar o "espírito legalista" de Mascarenhas, porém, sim, compreendê-lo a partir de sua justificativa. O comandante da FEB também lutou na "Campanha da Reintegração", sendo um reforço de peso a integrar a "ala apartidária". Esta, por sua vez, ao contrário da "ala politizada", era representada por muitos militares, em especial, alguns destacados oficiais. Ao serem maioria dentro da Associação, parte do seu discurso girava em torno da unidade dos ex-combatentes, ainda mais em tempos de crescente cisão político-ideológica, com a emergência dos comunistas como as maiores ameaças à Segurança Nacional.

Se trocarmos algumas palavras por seus sinônimos, na tradição de Caxias, vamos ver que se trata de uma luta dos "soldados de Caxias" pela mística do "espírito da legalidade". A possibilidade de haver uma confusão entre os limites da

unidade e da *legalidade* se tornara algo já inculido entre muitos militares praticantes do ideário da tradição de Caxias, principalmente, os oficiais. Alguns anos depois, esse mesmo embate de limites dar-se-ia entre os âmbitos do Exército e da Nação. De repente, 31 de março de 1964 não está tão longe desta pesquisa.

Referências bibliográficas:

- ABREU, Alzira Alves de. et al. Queda de Vargas e fim do Estado Novo. *In*: Centro de pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **Atlas Histórico do Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2001. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/marcos/ditadura-do-estado-novo/mapas/grafico-sindicatos-reconhecidos-no-pais-cada-ano-e-linha-do>. Acesso em: 23 mai. 2024.
- BRANDI, Paulo. Vargas, Getúlio. *In*: Centro de pesquisa e Documentação de História do Brasil Contemporâneo. **Atlas Histórico do Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2023. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/verbete/5458>. Acesso em: 4 jun 2024.
- BOMENY, Helena M. B. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. *In*: PANDOLFI, Dulce (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999. p. 137-166.
- CALICCHIO, Vera. Movimento Queremista. *In*: Centro de pesquisa e Documentação de História do Brasil Contemporâneo. **Atlas Histórico do Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2023. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-tematico/movimento-queremista>. Acesso em: 25 br. 2024.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. Programas. **Série Memória Política**. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/tv/207862-serie-memoria-politica/>. Acesso em: 29 abr. 2024.
- CASTRO, Celso. Inventando tradições no Exército Brasileiro: José Pessoa e a reforma da Escola Militar. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 14, p. 231-240, 1994. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/1986>. Acesso em: 20 mai. 2024.
- _____. Em busca da terra da promessa. *In*: _____. **Os militares e a República**. Rio de Janeiro, Zahar, 1995. pp. 156-191.
- _____. Entre Caxias e Osório: a Criação do Culto ao Patrono do Exército Brasileiro. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 25, p. 103-117, 2000. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2112>. Acesso em: 20 mai. 2024.
- COSTA, Carlos Alexandre de Almeida; ROSTY, Cláudio Skora. Comissão de Readaptação dos Incapazes das Forças Armadas (CRIFA). **Revista do Exército Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 157, n. 2, p. 68-77, 2021. Disponível em: <http://ebrevistas.eb.mil.br/REB/article/view/9085>. Acesso em: 27 mai. 2024.
- FAUSTO, Boris. A Revolução de 1930. *In*: MOTA, Carlos Guilherme. **Brasil em perspectiva**. 19. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. p. 227-255.
- FERRAZ, Francisco César Alves. **A guerra que não acabou**: a reintegração social dos veteranos da Força Expedicionária Brasileira (1945-2000). Londrina: Eduel, 2012.
- _____. “Todas as falhas e virtudes desse povo”: considerações sobre a composição racial da Força Expedicionária Brasileira. **Antíteses**, [S. l.], v. 13, n. 25, p. 242-277, 2020. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/39487>. Acesso em: 16 nov. 2023.
- FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. A Crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta. **FGV CPDOC**, Rio de Janeiro, 2006. Artigos, Livros,

Papers. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/items/c55ca4c1-b29a-43d8-9d50-12a4c67e168e>. Acesso em: 18 abr. 2024.

IERVOLINO, Ana Paula. Democracia, ditadura e soberania nacional para os ex-combatentes da FEB. *In: XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA*, São Paulo. **Anais** [...] São Paulo: USP, p. 1-17. Disponível em: [https://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308225907_ARQUIVO_ARTIGO7\[1\].pdf](https://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308225907_ARQUIVO_ARTIGO7[1].pdf). Acesso em: 15 nov. 2023.

LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. Revolta de 5 de julho de 1924. *In: Centro de pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV, [s.d.]. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/REVOLTA%20DE%205%20DE%20JULHO%20DE%201924.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2024.

MALIN, Mauro. Dutra, Eurico Gaspar. *In: Centro de pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Atlas Histórico do Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2023. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/verbete/1790>. Acesso em: 24 abr. 2024.

MATTOS, Carlos de Meira. Prefácio da 1.^a edição. *In: MORAES, João Baptista Mascarenhas de. Memórias*. 1v. 2. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984. p. 1-7.

_____. Entrevista concedida a Ana Maria Lopes de Almeida, Tarcísio Holanda e Ivan Santos. **TV Câmara**, Brasília, 15 mai. 2003. (atualizada 16 mar. 2010). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/documentos-e-pesquisa/arquivo/historia-oral/Memoria%20Politica/Depoimentos/carlos-de-meira-mattos/texto>. Acesso em: 16 abr. 2024.

MORAES, João Baptista Mascarenhas de. **Memórias**. 2. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984. 2v.

MOURA, Gerson. Neutralidade dependente: o caso do Brasil, 1939-42. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 12, p. 177-189, 1993. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/1962>. Acesso em: 2 jun. 2024.

NUNES, Julio Cesar Alves Pereira. A gênese do movimento tenentista e o “Primeiro 5 de Julho”: Memórias do “revolucionário” Delso Mendes Da Fonseca. **Associação Nacional de História**. Recife, 30º Simpósio Nacional de História, 2019. Disponível em: https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1553191639_ARQUIVO_ARTIGOJULIOCESAR-ANPUH.pdf. Acesso em: 16 de abr. 2024.

PIMENTEL, Carlos H. L. Os veteranos da FEB: o conflito ideológico na Associação de ex-Combatentes do Brasil (1945-1950). *In: SILVA, Zélia L. da; ANHESINI, Karina. A escrita histórica e suas múltiplas faces*. São Paulo: UNESP Publicações, 2011. p. 705-725. Disponível em: <https://www2.assis.unesp.br/fcl/livro/ebook/files/assets/basic-html/index.html#page1>. Acesso em: 25 mai. 2024.

POMAR, Pedro Estevam da Rocha. **A democracia intolerante: Dutra, Adhemar e a repressão ao Partido Comunista (1946-1950)**. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2002.

PUGIALLI, Ricardo. **Memórias de meu pai, um pracinha**. Rio de Janeiro [s.n.], 2013.

RAMOS, Plínio de Abreu. Monteiro, Góis. *In*: Centro de pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **Atlas Histórico do Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2023. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/verbete/3588>. Acesso em: 2 mai. 2024.

SCHMIDT, Benito Bisso. Quando o historiador espia pelo buraco da fechadura: biografia e ética. **História**, São Paulo, v. 33, n. 1, p. 107-127, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/his/a/GkSkGgiBGzFYRHj8xCckbkG/?format=pdf&lang=en>. Acesso em: 27 abr. 2024.

_____. O historiador e as distinções do relato biográfico. **IHU On-line**, São Leopoldo-RS, n. 450, p. 37-40, ago. 2014. Disponível em: <https://www.ihuonline.unisinos.br/edicao/450>. Acesso em: 27 abr. 2024.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Biografia como gênero e problema. **História Social**, [S. l.], n. 24, p. 51-73, jan./jul. 2023. Disponível em: <https://ojs.ifch.unicamp.br/index.php/rhs/article/view/1577>. Acesso em: 27 abr. 2024.

SILVA, Marcos V. M. da; FOLY, Fernanda M. Força Expedicionária: 70 anos. Uma análise política do processo de negociação, criação e dissolução. **Revista Brasileira de História Militar**, Rio de Janeiro, ano IV, n. 11, p. 11-29, ago. 2013. Disponível em: <https://www.historiamilitar.com.br/edicao/edicao-11-ano-iv-agosto-de-2013/>. Acesso em: 20 mai. 2024.

SILVEIRA, Joaquim Xavier da. **A FEB por um soldado**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército; Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 2001.

TAVARES, Aurélio de Lyra. Prefácio a esta edição. *In*: MORAES, João Baptista Mascarenhas de. **Memórias**. 1v. 2. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984. p. 9-10.